

E-BOOK

AMPLAMENTE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

ORGANIZADORES

Márcio Bonini Notari

Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Luciano Luan Gomes Paiva

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes



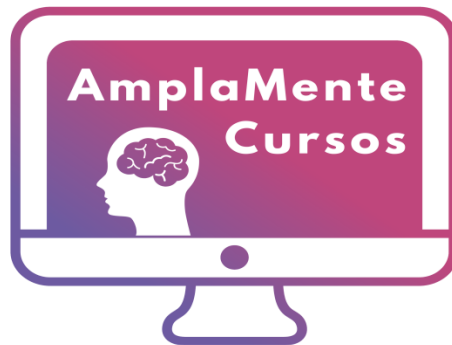
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

AMPLAMENTE: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-18-8 DOI: 10.47538/AC-2022.04

E-BOOK

AMPLAMENTE: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.



EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

ORGANIZADORES

Márcio Bonini Notari

Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Luciano Luan Gomes Paiva

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

DOI: 10.47538/AC-2022.04



Ano 2022

E-BOOK

AMPLAMENTE: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amplamente [livro eletrônico] : educação e sociedade :
volume 1 / organização Márcio Bonini Notari...[et al.]. --
Natal, RN : Amplamente Cursos e Formação
Continuada, 2022.
PDF.

Outros organizadores: Dayana Lúcia Rodrigues de
Freitas, Luciano Luan Gomes Paiva, Caroline Rodrigues
de Freitas Fernandes.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89928-18-8

1. Educação 2. Inovação 3. Interdisciplinaridade na
educação 4. Práticas educacionais 5. Professores - Formação 6.
Sociedade I. Notari, Márcio Bonini.
II. Freitas, Dayana Lúcia Rodrigues de. III. Paiva, Luciano Luan
Gomes. IV. Fernandes, Caroline Rodrigues de Freitas.

22-110145

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Interdisciplinaridade : Educação 370.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Amplamente Cursos e Formação Continuada

CNPJ: 35.719.570/0001-10

E-mail: publicacoes@editoraamplamente.com.br

www.amplamentecursos.com

Telefone: (84) 999707-2900

Caixa Postal: 3402

CEP: 59082-971

Natal- Rio Grande do Norte – Brasil



Ano 2022

Copyright do Texto © 2022 Os autores

Copyright da Edição © 2022 Amplamente Cursos e Formação Continuada

Editora-Chefe: Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Assistentes Editoriais: Caroline Rodrigues de F. Fernandes; Margarete Freitas Baptista

Bibliotecária: Eliete Marques da Silva CRB-8/9380

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Diagramação: Luciano Luan Gomes Paiva; Caroline Rodrigues de F. Fernandes

Capa: Freepik/Canva

Parecer e Revisão por pares: Revisores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de atribuição [Creative Commons. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional \(CC-BY-NC-ND\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Damião Carlos Freires de Azevedo - Universidade Federal de Campina Grande

Dra. Danyelle Andrade Mota - Universidade Federal de Sergipe

Dra. Débora Cristina Modesto Barbosa - Universidade de Ribeirão Preto

Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade Estadual do Ceará

Dra. Eliana Campêlo Lago - Universidade Estadual do Maranhão

Dr. Everaldo Nery de Andrade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Dra. Fernanda Miguel de Andrade - Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Izael Oliveira Silva - Universidade Federal de Alagoas

Dr. Jakson dos Santos Ribeiro - Universidade Estadual do Maranhão

Dra. Josefa Gomes Neta - Faculdade Sucesso

Dr. Maykon dos Santos Marinho - Faculdade Maurício de Nassau

Dr. Rafael Leal da Silva - Secretaria de Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba

Dra. Ralydiana Joyce Formiga Moura - Universidade Federal da Paraíba

Dra. Roberta Lopes Augustin - Faculdade Murialdo

Dra. Smalyanna Sgren da Costa Andrade - Universidade Federal da Paraíba

Dra. Viviane Cristhyne Bini Conte - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Wanderley Azevedo de Brito - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

Ma. Ana Claudia Silva Lima - Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

Ma. Andreia Rodrigues de Andrade - Universidade Federal do Piauí

Esp. Bruna Coutinho Silva - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Ma. Camila de Freitas Moraes - Universidade Católica de Pelotas

Me. Carlos Eduardo Krüger - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Esp. Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes – Escola Ressurreição Ltda.

Me. Clécio Danilo Dias da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

- Me. Fabiano Eloy Atílio Batista - Universidade Federal de Viçosa
- Me. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará
- Me. Fydel Souza Santiago - Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo
- Me. Giovane Silva Balbino - Universidade Estadual de Campinas
- Ma. Heidy Cristina Boaventura Siqueira - Universidade Estadual de Montes Claros
- Me. Jaiurte Gomes Martins da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco
- Me. João Antônio de Sousa Lira - Secretaria Municipal de Educação/SEMED Nova Iorque-MA
- Me. João Paulo Falavinha Marcon - Faculdade Campo Real
- Me. José Henrique de Lacerda Furtado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
- Me. José Flôr de Medeiros Júnior - Universidade de Uberaba
- Ma. Josicleide de Oliveira Freire - Universidade Federal de Alagoas
- Me. Lucas Peres Guimarães - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
- Ma. Luma Mirely de Souza Brandão - Universidade Tiradentes
- Me. Marcel Alcleante Alexandre de Sousa - Universidade Federal da Paraíba
- Me. Márcio Bonini Notari - Universidade Federal de Pelotas
- Ma. Maria Antônia Ramos Costa - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia
- Ma. Maria Inês Branquinho da Costa Neves - Universidade Católica Portuguesa
- Me. Milson dos Santos Barbosa - Universidade Tiradentes
- Ma. Náyra de Oliveira Frederico Pinto - Universidade Federal do Ceará
- Me. Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan - Faculdade de Educação e Meio Ambiente
- Ma. Sandy Aparecida Pereira - Universidade Federal do Paraná
- Ma. Sirlei de Melo Milani - Universidade do Estado de Mato Grosso
- Ma. Viviane Cordeiro de Queiroz - Universidade Federal da Paraíba
- Me. Weberson Ferreira Dias - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
- Me. William Roslindo Paranhos - Universidade Federal de Santa Catarina

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Direitos para esta edição cedidos pelos autores à Editora Amplamente

APRESENTAÇÃO

O E-book Amplamente: Educação e sociedade, consiste em uma coletânea de textos científicos, oriundos de práxis docentes nos diversos contextos de ensino e aprendizagem educacional, principalmente voltada às práticas pedagógicas inovadoras no ambiente escolar. Nesse sentido, este e-book direciona os diálogos às novas demandas educativas e sociais, que após todo um período de desconstrução e renovação de hábitos passa a almejar novos caminhos para a sociedade.

Com as novas demandas sociais e educacionais, a ampliação dos cursos à distância, a difusão das formações e cursos online, a normalização da hibridização do ensino, além da própria experiência com as aulas emergenciais remotas, os professores estão cada vez mais preparados para direcionar os novos caminhos para o ensino. São rumos que primam pela organização, planejamento, estrutura mínima de troca de informações, diálogo e empatia, bem como uma série de aspectos importantes que corroboram com o debate educacional e social.

É nesse sentido que o E-book Amplamente: Educação e sociedade, traz diversos textos de professores pesquisadores em formato de artigos completos oriundos de Pesquisa Concluída, Pesquisa em Andamento, Ensaio Acadêmico, Revisão Bibliográfica e Relato de Experiência para suscitar um debate importante para os profissionais de diferentes áreas de ensino.

Assim, em nome da Editora Amplamente Cursos, convido a todas as pessoas para a leitura do E-book Amplamente: Educação e sociedade, com propostas, concepções, perspectivas, melhorias, apontamentos, análises entre outras questões importantes para o campo educacional.

Luciano Luan Gomes Paiva

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	12
A CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ALUNOS	
Saulo Stevan Pasa.	
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-01	
CAPÍTULO II	29
A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS DO LABORATÓRIO NO PÓLO UAB DE MACAU-RN	
Dalvani Olegário Santos Arruda.	
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-02	
CAPÍTULO III	39
A VITIMOLOGIA DO ESTUPRO E A NECESSIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA MACHISTA NA CONTEMPORANEIDADE	
Erica Ferreira da Silva; Luana Rodrigues da Silva; Sandra Regina Freitas; Susane Pereira Aparecida Constancio; Thalia Souza da Silva.	
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-03	
CAPÍTULO IV	58
DA VIOLÊNCIA À DESIGUALDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PÚBLICO FEMININO DURANTE A PANDEMIA COVID-19	
Jane Mara Spessatto; Victória Barcarollo Ficagna.	
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-04	
CAPÍTULO V	74
LÍNGUA PORTUGUESA: O DESAFIO DA ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR	
Paula Fernanda Eick Cardoso; Camila Martins Vellar.	
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-05	
CAPÍTULO VI	84
MARCUSE E O HOMEM UNIDIMENSIONAL: UMA ANÁLISE DA SOCIEDADE INDUSTRIAL LIBERAL	
Patrícia Pereira da Silva Cirilo.	
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-06	
CAPÍTULO VII	97
O CURRÍCULO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: A BNCC COMO DIRETRIZES CURRICULARES	
Dircilene Rosa de Oliveira Gontijo; Marcos Gomes Camilo; Núbia Souza; Vera Lúcia Souza.	
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-07	

CAPÍTULO VIII **110**
O RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO NÃO BIOLÓGICA AOS MAIORES DE IDADE SEGUNDO O PROVIMENTO 63/2017 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Márcio Bonini Notari; Devyt Jhomraine de Sousa Cruz.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-08

CAPÍTULO IX **127**
O USO DE JOGOS E BRINCADEIRAS COMO RECURSO DE APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Miriam Braz Sabino de Souza; Margarida Sabino Sucupira;
Marilene Sabino da Cunha; Martiliana Braz Sabino.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-09

CAPÍTULO X **141**
O USO DE MAPA CONCEITUAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELOS PROFESSORES NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE ALUNOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE BOA VISTA/RR

Maria de Fátima Barbosa.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-10

CAPÍTULO XI **159**
PERCEPÇÕES SOBRE SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Francisco Adalberto Vieira dos Anjos.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-11

CAPÍTULO XII **175**
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): INCLUSÃO DE ALUNOS NO ENSINO MÉDIO

Miriam Braz Sabino de Souza; Margarida Sabino Sucupira;
Marilene Sabino da Cunha; Martiliana Braz Sabino.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-12

CAPÍTULO XIII **192**
UM OLHAR PARA A ESCRITA NA UNIVERSIDADE

Paula Fernanda Eick Cardoso; Camila Martins Vellar.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-13

CAPÍTULO XIV **205**
O COMPUTADOR NO ENSINO E APRENDIZAGEM DA MATÉRIA DE HISTÓRIA

Samuel Silva de Castro.
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-14

CAPÍTULO XV _____ **230**
A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO SOBRE OS APORTES TEÓRICOS METODOLÓGICOS EM AVALIAÇÃO E SEUS RESULTADOS NA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL DOS EDUCADORES DO 3º SEGMENTO DA EJA

Raimunda Oliveira Rodrigues.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-15

CAPÍTULO XVI _____ **246**
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes; Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas;

Ivânia Lessa Bezerra; Francisca da Conceição da Costa Melo;

Mércia Cláudia Dantas de Sena; Izaura Passos de Oliveira Silva.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-16

CAPÍTULO XVII _____ **256**
ANÁLISE DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL SOBRE DISCURSOS DE MULHERES FRENTE À EXPERIÊNCIA DO PARTO E NASCIMENTO

Juliane dos Santos Silva; Karen Krystine Gonçalves de Brito;

Adriana Lira Rufino de Lucena; Débora Raquel Soares Guedes Trigueiro;

Smalyanna Sgren da Costa Andrade.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-17

SOBRE OS ORGANIZADORES _____ **272**

SOBRE OS AUTORES _____ **274**

ÍNDICE REMISSIVO _____ **278**

CAPÍTULO I

A CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ALUNOS

Saulo Stevan Pasa¹.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-01

RESUMO: Este estudo teve como tema a contribuição da disciplina de Educação Física para a formação integral dos alunos, no ensino médio. O principal objetivo foi conhecer a contribuição da disciplina de Educação Física para uma formação integral, na perspectiva dos professores e dos estudantes. Trata-se de uma disciplina que, pela sua especificidade, deve levar o aluno a atribuir significados às práticas corporais, favorecer o desenvolvimento de atitudes positivas, para com elas levar à adoção de comportamentos adequados à sua prática, conduzir à reconstrução do conhecimento através de aprendizagens significativas, reforçar atitudes de solidariedade e de cooperação e contribuir para a resolução de problemas colocados por uma sociedade em permanente transformação. Utilizou-se abordagem mista, de natureza metodológica quantitativa e qualitativa. Para a recolha de dados aplicou-se um questionário a 84 alunos de terceiro ano, pertencentes a quatro cursos diferentes de uma Instituição Federal, e realizou-se uma entrevista semiestruturada a dois professores da mesma instituição. As conclusões apontam a necessidade de se definirem diretrizes pedagógicas e criarem estratégias de ensino diversificadas e adequadas à especificidade dos alunos, atendendo a diversidade no respeito pela inclusão de todos os alunos. Os professores devem trabalhar as três dimensões curriculares (conceitual, procedimental e atitudinal) conjugando teoria e prática, de forma a responder às necessidades e interesses dos alunos, num ambiente de entusiasmo promovendo criatividade e busca por estilos de vida saudáveis. Estas características fazem com que a educação física desenvolva metodologias diferenciadas das demais disciplinas, contribuindo para uma formação plena, a nível cognitivo, socioafetivo e motor.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Ensino Médio. Formação Integral. Currículo.

THE CONTRIBUTION OF THE SUBJECT OF PHYSICAL EDUCATION TO THE COMPREHENSIVE TRAINING OF STUDENTS

ABSTRACT: This study had as its theme the contribution of the Physical Education discipline to the integral formation of students in high school. The main objective was to know the contribution of the Physical Education discipline to an integral formation, from the perspective of teachers and students. It is a discipline that, due to its specificity, should lead the student to attribute meanings to bodily practices, favor the development of positive attitudes, to lead with them to the adoption of behaviors appropriate to their practice, lead to the reconstruction of knowledge through significant learning, reinforcing attitudes of solidarity and cooperation and contributing to the resolution of problems

¹ Mestre em Administração das Organizações Educativas – ESE - Instituto Politécnico do Porto/Portugal. Técnico em assuntos educacionais no IFFar. E-mail: saulo.pasa@iffarroupilha.edu.br

posed by a society in permanent transformation. A mixed approach, of a quantitative and qualitative methodological nature, was used. For data collection, a questionnaire was applied to 84 third-year students, belonging to four different courses of a Federal Institution, and a semi-structured interview was carried out with two professors from the same institution. The conclusions point to the need to define pedagogical guidelines and create diversified teaching strategies suited to the specificity of students, taking into account diversity in respect for the inclusion of all students. Teachers must work on the three curricular dimensions (conceptual, procedural and attitudinal) combining theory and practice, in order to respond to the needs and interests of students, in an environment of enthusiasm promoting creativity and the search for healthy lifestyles. These characteristics make physical education develop methodologies that are different from other disciplines, contributing to a full training at the cognitive, socio-affective and motor levels.

KEYWORDS: Physical Education. High school. Comprehensive Training. Resume.

INTRODUÇÃO

Este estudo busca a contribuição da disciplina de Educação Física (EF) para a formação integral dos alunos e alicerça-se na constatação de que a EF, em geral, e a EF Escolar, em particular, sofreram grande desenvolvimento no Brasil nos últimos vinte anos. Inicialmente, era considerada uma área de atuação essencialmente prática, sem fundamentos teóricos, onde o movimento era entendido na sua essência, tendo como objetivos o rendimento e a excelência. Apenas, posteriormente, passou a ter suporte teórico de referenciais originais e criativos provindos de várias áreas do conhecimento, integrando nos seus objetivos a saúde e o bem-estar, a estética e os valores, bem como o desenvolvimento de capacidades como a autonomia, a reflexão, a solidariedade, a entreatajuda e a proatividade.

Conforme a LDB (Lei das Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), a EF passou a ser um componente curricular obrigatório e integrado à proposta pedagógica da escola, e não apenas atividade paralela na instituição escolar. Nesse sentido, faz-se necessário refletir o componente no Ensino Médio, principalmente, se considerarmos a escola uma instituição que tem a função de socializar o conhecimento sistematizado historicamente e acumulado pela humanidade (SAVIANI, 2008), e a EF como disciplina que trata, pedagogicamente, da cultura corporal (SOARES et al., 1992), tais como: o jogo, os esportes, a dança, as lutas, a ginástica.

Para González e Fensterseifer (2009):

A Educação Física (EF) escolar brasileira passa por um processo de transformação que nos coloca, por um lado, diante do abandono de um discurso legitimador centrado no “exercitar-se para...” e, de outro, nas dificuldades encontradas na construção e efetivação de um novo modo de legitimação no espaço escolar. Apontam como perspectiva para enfrentamento deste desafio, a possibilidade de a EF produzir respostas que levem em conta a especificidade da instituição em que se encontra, identificando o campo de conhecimento que lhe é particular e o modo como os conhecimentos são tratados. Por fim, reconhece que tal tarefa, como a república, em uma sociedade democrática, é tarefa de todos os implicados.

Com isso, este estudo buscou esclarecer vários tópicos com relação à EF, e teve como questão de partida: Qual a contribuição da disciplina de Educação Física para a formação integral dos alunos?

Neste sentido, o objetivo geral foi conhecer a contribuição da disciplina de Educação Física para uma formação integral dos alunos, numa dupla perspectiva: dos professores e dos estudantes.

Quanto aos objetivos específicos, foram delineados os seguintes: a) conhecer as percepções dos docentes e discentes acerca do valor formativo da disciplina de Educação Física; b) conhecer os conteúdos curriculares lecionados na disciplina de Educação Física, nas dimensões física, intelectual e moral; c) identificar os pontos fracos e pontos fortes no desenvolvimento das aulas de Educação Física.

DESENVOLVIMENTO

A realização de prática de atividade física aumenta sua relevância a cada dia. O esporte, a vida saudável, a beleza corporal, ainda são os seus maiores promotores, proliferam-se academias, popularizam-se formas diversificadas de treinos adequados a todas as idades e graus de aptidão física. Esta nova realidade e desafios do ser humano ativo são crescentes, o número de adeptos da atividade física aumenta, mas, na escola, a disciplina de Educação Física no Ensino Médio está sofrendo uma acentuada desvalorização. A disciplina está desprestigiada, sem finalidade definida, perde espaço e algumas instituições da rede particular de ensino já oferecem a iniciação desportiva, convênios com clubes ou, até mesmo, a dispensa irregular de alunos que estejam

matriculados em alguma instituição de esportes ou fitness, perdendo a oportunidade de vivenciar seus diversificados conhecimentos (ANDRADES, 2017).

Segundo Prandina e Santos (2016) a Educação Física escolar é uma disciplina obrigatória nas escolas de educação básica, mas, nem sempre é valorizada pela sociedade, visto que, na maioria das vezes é considerada apenas como uma forma de recreação ou passatempo. Além disso, os professores da área encontram muitas dificuldades para exercerem suas atividades, como por exemplo, falta de materiais e estrutura física; falta de interesse dos alunos e pouco reconhecimento da profissão.

Partindo da perspectiva da responsabilidade da escola de potencializar a aprendizagem e o acesso ao conhecimento, González e Fraga (2012) referem que esta disciplina permite que o aluno possa: a) compreender a origem e a dinâmica de transformação das representações e práticas sociais que constituem a cultura corporal de movimento, seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual, e com os agentes sociais envolvidos em sua produção; b) apreciar e desfrutar a pluralidade de práticas corporais sistematizadas, compreendendo suas características e a diversidade de significados vinculados à origem e inserção em diferentes épocas e contextos socioculturais; c) analisar as experiências propiciadas pelo envolvimento com práticas corporais sistematizadas, privilegiando aspectos relativos ao uso, à natureza, às funções, à organização e à estrutura destas.

A EF na escola que defendemos intervém mais no sentido de desenvolver conhecimentos advindos das interações entre o sujeito e o mundo que o rodeia, do que no sentido de transmitir certezas. A disciplina de EF é a disciplina que, na escola, responsabiliza-se pela aprendizagem e consolidação de conteúdos relacionados às práticas corporais e o favorecimento da apropriação dos patrimônios culturais produzidos pela humanidade (REVERDITO; SCAGLIA, 2009).

Uma das principais finalidades da disciplina de EF é conhecer o que já foi produzido pelo homem sobre o conhecimento relacionado às suas práticas corporais, contextualizar para compreender o meio sociocultural no qual o conhecimento foi produzido e facilitar um ambiente no qual os alunos possam ressignificar o conhecimento, apropriando-se dele à medida que forem incorporando em suas vidas, o que lhes permite

ampliar o conhecimento relativo às práticas corporais sistematizadas, possibilitando uma apropriação crítica que os capacite para a resolução de problemas de corpo inteiro (REVERDITO; SCAGLIA, 2009).

METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 204) “a especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões: Como? Com quê? Onde? Quando?”. A Metodologia significa uma maneira de identificar como, onde e de que maneira será realizada a pesquisa.

A metodologia utilizada foi mista, ou seja, a aplicação simultânea de métodos qualitativos e métodos quantitativos, com predomínio de uma abordagem qualitativa.

O presente estudo foi desenvolvido nas dependências (salas de aula e ginásio de esportes) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Santo Augusto, durante as aulas de EF para os 3º anos do ensino médio integrado.

O público-alvo desta pesquisa foi à totalidade dos professores de EF do campus Santo Augusto, em número de dois, e os estudantes dos terceiros anos dos cursos Técnico em Administração, Agropecuária, Alimentos e Informática Integrado ao Ensino Médio, num total de cento e quatorze, do Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Augusto.

Para a coleta de dados foi utilizado o inquérito por entrevista semiestruturada para os professores e o inquérito por questionário com questões fechadas (de múltipla escolha) e abertas para os estudantes. Foi elaborado um guião de entrevista para os professores participantes da pesquisa. As entrevistas realizadas com os professores participantes foram gravadas em áudio, com a posterior transcrição integral e retornadas aos participantes para a validação das mesmas.

A recolha dos dados dos questionários teve num primeiro momento um convite aos alunos em sala de aula, nas quatro turmas dos terceiros anos, com a autorização do professor, e tendo os alunos demonstrado interesse em participar da pesquisa. Foi encaminhado o termo de consentimento livre esclarecido para os alunos de maior idade e para os pais dos alunos de menor idade. Tendo estes assinados, a aplicação dos

questionários foi anteriormente agendada com um professor da turma, e efetivada a recolha dos dados, num tempo médio de trinta minutos.

Com relação à entrevista, foi feito um contato inicial com os professores de EF, explicando o objetivo da pesquisa e convidando para participar. Os mesmos aceitaram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e, então, foi agendada a aplicação da entrevista de acordo com a disponibilidade de cada um.

Após a aplicação das entrevistas e dos questionários foi utilizada a análise de conteúdo e estatística descritiva, respectivamente, para a interpretação dos dados que foram demonstrados através de gráficos.

O levantamento dos dados foi realizado tabelando em planilhas, de acordo com cada questão, demonstrando em gráfico, para melhor analisar e discutir os resultados obtidos, buscando atingir os objetivos traçados e respondendo a problematização da pesquisa realizada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação às aulas de EF qual seria a sua percepção quanto à contribuição da disciplina para a sua formação? 49% dos alunos acham que é necessária a disciplina para a consciência da importância do esporte; 32% consideram importante para melhorar a condição física; 15% consideram necessária para manter o corpo saudável e somente 4% dos alunos consideram desnecessária. Salienta-se aqui, o fato de que a maioria dos alunos inquiridos acredita que o esporte é importante e necessário na disciplina escolar por incentivar a prática do mesmo, não só na escola como fora dela. Este resultado vai ao encontro da opinião de Darido (2005 apud RIBEIRO; SILVA; KOGUT, 2015, p. 1-2), quando afirma que a EF tem um papel importante no processo de cidadania e deve ser trabalhado como componente curricular na escola, pois busca trabalhar com as práticas corporais, sejam os esportes, as atividades físicas, do lazer os conhecimentos pertinentes, mas também os valores.

Nas aulas de Educação Física como você se comporta? 59% alunos responderam que gostam e participam com entusiasmo das aulas; 17% gostam, mas não se dedicam;

15% esforçam-se para ser sempre o melhor; 7% participam por obrigação e 2% não participam e pedem dispensa. Com isso, pode-se dizer que é considerável a aceitação dos alunos com relação à disciplina, e os mesmos gostam e participam das aulas.

Conforme Franchin e Barreto (2006), a motivação é um dos fatores que mais influenciam em todos os tipos de comportamento de uma pessoa e, com isso, entende-se que a motivação é fator de extrema importância para o desempenho nas habilidades motoras e execução de atividades. Entende-se também a importância do professor procurar estratégias motivacionais, buscando renovar as atividades deixando-as relevantes e interessantes.

Como jovem, já finalizando o ensino médio, na sua visão, para que servem as aulas de Educação Física? Verificou-se que 55% dos alunos, que mesmo na fase final do ensino médio, procuram através das aulas de Educação Física o desenvolvimento físico e motor; 29% buscam através da prática nas aulas ter qualidade de vida (saúde); 6% com as aulas promovem a socialização; 5% cumprir currículo escolar e outros 5% preparar atletas para a escola. Diante destas colocações percebeu-se que os alunos estão conscientes da importância das aulas para a saúde e bem-estar. Também para Bracht (2010), a função social da EF inscreve-se no amplo aspecto do lazer. Os estudos conduzidos pelo referido autor informam que cabe ao educador fazer com que seus alunos se exercitem de tal maneira que encampem os conhecimentos construídos pelas diferentes ciências sobre essas práticas. O conteúdo da EF assume assim um duplo caráter: o saber e o fazer. O saber implica na teoria e o fazer implica a prática, a importância de colocar em prática os conhecimentos, tanto para a mente quanto para o físico.

Quais as aptidões desenvolvidas nas aulas de Educação Física? Verificou-se que 63% dos alunos responderam que buscam qualidade de vida para o seu dia a dia através da EF; 31% aderem à prática esportiva diariamente e 6% acreditam que as aulas ajudam a criar hábitos de partilha e de entreatajuda.

Mais do que estimular a prática esportiva, a EF tem a função de permitir que os alunos vivenciem outras culturas. “Ao invés de entender a educação física escolar como algo biológico, é necessário percebê-la como uma manifestação de cultura, na qual o aluno precisa não só saber executar os movimentos certos como também entender a

importância dessa cultura” (BRACHT, 2010, p. 4). Ainda para Bracht, não se trata de negar o esporte, mas apenas considerá-lo como uma das manifestações da cultura corporal. Os alunos entendem a ideia, pois revelaram buscar o conhecimento (domínio da teoria) e aplicá-lo no seu dia a dia para melhorar a qualidade de vida (domínio da prática).

Quais os pontos fortes no desenvolvimento das aulas de Educação Física? Pediu-se para classificar por prioridade. Percebeu-se que ter uma boa qualidade de vida através da prática das atividades físicas é a prioridade da maioria dos alunos pesquisados. De acordo com Darido e Rangel (2005), a aptidão física relacionada à saúde está denotando uma preocupação com o bem-estar geral das pessoas, e não com a prevenção de doenças. Segundo a Organização Mundial da Saúde, é justamente o bem-estar geral com uma boa qualidade de vida que significa ser saudável. Assim, o papel da atividade física na promoção da saúde é o foco dos estudos nesta área.

Entende-se com isso, que a ênfase nas capacidades físicas, como por exemplo, força, velocidade e resistência e nas habilidades motoras como correr, saltar e arremessar são os principais temas para uma boa aptidão física.

Percebe-se também que a prática de atividades físicas destacou-se como prioridade, pontuando em 85% nas três primeiras prioridades.

Quais os pontos fracos no desenvolvimento das aulas de Educação Física? Verificou-se que o baixo número de períodos semanais de aulas de EF é o maior ponto fraco, com 48%. Isso se justifica porque nas matrizes curriculares dos projetos pedagógicos dos cursos pesquisados, têm-se 1 período semanal apenas nos cursos de Agropecuária e Alimentos e 2 períodos nos cursos de Administração e Informática.

Prandina e Santos (2016) descrevem que não há dúvida que a educação escolar é a responsável por formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. A baixa qualidade do ensino e a dificuldade de materiais oferecidos nas escolas, bem como inúmeros problemas enfrentados pelos professores acabam resultando numa taxa maior de analfabetismo na sociedade e com a educação física escolar, porém, a situação não é muito diferente das demais disciplinas.

Por mais que estes adolescentes estão na era da informação, foi evidente o quanto os mesmos declararam importantes as aulas de EF, a rotina escolar vivida pelos mesmos

deve ser um campo aberto à discussão de ideias, ao encontro de diferentes culturas e à confluência da diversidade de manifestações corporais dos variados grupos sociais. Por isso, as aulas de EF são uma riquíssima oportunidade temporal e espacial de disseminação dos sentidos, de produção de identidades. Entende-se que as propostas pedagógicas da escola, juntamente com o diálogo e com o patrimônio cultural, característico da comunidade educativa que se está trabalhando, se faz presente, respeitando a diversidade que coabita esse grupo social.

O professor A relatou que a EF é realmente uma disciplina que faz mesmo a diferença na vida dos estudantes, “isso porque se for algo, se for um espaço, um tempo numa instituição de ensino que é simplesmente para ocupar o tempo de um aluno, esse lugar vai cair fora, vai ser ocupado por outros”. Uma visão de EF que se restrinja à ocupação do tempo das crianças e dos jovens não encontra mais lugar nos dias de hoje. Tem que ser algo que faça sentido e, por essa razão, tem que ser algo que faça a diferença na vida dos estudantes.

Em relação aos conteúdos, o professor relata que: “eu vejo com bons olhos, porque são conteúdos que eu acredito que são importantes para trabalhar com os alunos”. E que não segue a risca o conteúdo, pois considera difícil, procura de alguma forma ficar dentro de um planejamento, pensar e organizar uma sequência de conteúdos, uma ordem de conteúdos, mas acaba alterando e modificando um pouco, obviamente não tudo, mas, muda e transforma um pouco para tentar sempre melhorar, dito nas palavras do entrevistado:

Eu na minha organização, no meu planejamento anual eu já tenho os conteúdos mais ou menos predefinidos, as unidades que a gente trabalha, os aprofundamentos em cada um, então na unidade do exercício físico, um aluno no primeiro ano vai ter um determinado aprofundamento, no segundo ano na mesma unidade do exercício físico ele vai ter um outro aprofundamento e no terceiro ano mais ainda. Então dentro desta lógica, só que para seguir essa lógica é importante alterar um pouquinho para poder ajustar essa caminhada desse aluno.

Barbosa (2004 apud LOVERA, 2015), mostra-nos como o professor de EF deve agir para que o processo de formação dos alunos seja completo, lendo e refletindo fará com que o professor seja agente de dois processos de transformação: primeiramente, uma transformação interna no seu modo de entender as relações sociais, depois, uma

transformação externa, colaborando com a transformação social, ajudando outras pessoas a entenderem o que ele conseguiu entender.

Acerca das fragilidades, o entrevistado A considera que o principal ponto fraco é a escassez de tempo destinado aos conteúdos da disciplina, afirmando que é “por que tem muito conteúdo que dá para trabalhar que tu planeja, organiza-se e, principalmente, agora no segundo semestre que você conta as aulas até o final e vê que tá faltando aula, tem que modificar um pouco”.

O professor entrevistado refere também que a disciplina de EF, quando trabalhada de uma forma organizada, planejada e pensada de acordo com os objetivos previamente definidos, é extremamente importante. No entanto, se for encarada como uma disciplina que pratica a monocultura esportiva, aí ela não tem muita função, não é muito importante mesmo, primeiro porque fica somente no âmbito do esporte, depois porque ignoram a ginástica, exercícios diversos e jogos e, dentro do universo esportivo, que é enorme, enorme mesmo, ainda trabalhar uma ou duas modalidades, aí ela está perdendo espaço e corre o risco de perder mais ainda. “Agora, se você trabalhar, pensar a EF enquanto um conteúdo, enquanto um conhecimento para esses alunos, um conhecimento com sentido para eles, com significado, que eles percebam e sintam que é importante”, então, a disciplina ganha importância e a sua representação social, na dimensão coletiva (LOPES, 2007), passa a ter outro significado. Quando os estudantes terminam o Ensino Médio com uma vasta gama de conhecimentos, específicos da EF, com forte ligação entre teoria e prática, usufruíram de uma formação mais completa, mais holística e socialmente mais valorizada. Na opinião do professor A, tendo em conta a sua experiência pessoal, a EF contribui fortemente para a melhoria da autoestima, para o conhecimento do corpo, para a tomada de consciência das suas limitações, assim como das suas potencialidades, para a interação com outros a partir do esporte e dos jogos, para o aumento da noção de responsabilidade e para a melhoria do trabalho em grupo. Muitos destes aspectos são tão específicos da disciplina de EF que só ela poderá dar essa contribuição para a formação integral das crianças e jovens. São “coisas que as outras disciplinas não conseguem proporcionar”, como diz o participante

A. Trabalhar de uma forma adequada é fundamental para essa visão holística da aprendizagem, para desenvolver ao máximo as potencialidades dos alunos, ultrapassando

a visão redutora de que falar de EF é o mesmo que falar de „jogar à bola“: “nem todo mundo, hoje em dia, gosta de jogar bola, nem todo aluno é bom no futebol”.

E para finalizar, conclui dizendo: “trabalho com EF escolar, daí eu parto do seguinte princípio - atuo numa instituição de ensino, e uma instituição de ensino está colocada para ensinar algo. Os alunos estão aqui para aprender alguma coisa”. Seguindo essa lógica, que a Instituição está colocada para ensinar alguma coisa e que os alunos estão ali para aprender, se a EF faz parte dos currículos dessa organização, se a EF é uma disciplina integrante desse espaço, ela, obrigatoriamente, precisa ensinar alguma coisa aos alunos. Então,

A EF é uma disciplina muito importante e ela contribui, como falei antes, para a formação do aluno, para essa formação integral, completa. Então, se a EF está aqui por alguma razão, é para contribuir de forma significativa nessa caminhada, nesse processo de escolarização dos alunos. Ela não pode estar aqui para passar o tempo, e se ela vai ensinar algo, precisa ensinar algo do seu objeto de estudo, da sua especificidade, que é o movimento, a cultura corporal em movimento.

Não há intenção, em momento algum, de teorizar a disciplina de EF, “não estamos aqui para tornar a EF uma disciplina teórica”. O entrevistado A está consciente de que lida com o corpo, com o movimento, e não tem como transformar isso. Na opinião dele, é o fato de trabalhar com o corpo, com o movimento, que constitui o sentido da EF - trabalhar com essa cultura corporal do movimento.

Ao iniciar a entrevista, o professor B começou com uma expressão de Fernando Jaime González e de Paulo Evaldo Fensterseifer (2009) quando eles afirmam que a EF está entre o não mais e o ainda não, entre uma prática que se tem dificuldade de pensar e outra que não se acredita mais, mas, o mesmo, na hora, indagou dizendo que acredita, sim, na prática da atividade como currículo escolar e que, atualmente, ela se encontra justamente nesse paradoxo, mas que, constantemente, tem que se justificar no contexto escolar. Trata-se de uma disciplina que é legal, obrigatória na Educação Básica, tem seus marcos legais, mas não encontrou a devida acolhida no contexto escolar. Não obstante, alcançou o status de disciplina, o que exige dela a responsabilidade de passar de mero espaço de atividades, de um mero fazer, para um espaço em que se produza um saber com esse fazer, um dos elementos da cultura corporal do movimento.

Segundo Correia (2016), a EF Escolar é um subsistema do sistema educacional e, como tal, mantém relações com a própria organicidade da educação brasileira: Constituição Brasileira, LDB/96 e Parâmetros Curriculares Nacionais.

De uma forma geral, o professor B vê a Educação como algo indispensável, como algo que possibilita inserir as novas gerações no mundo em constante transformação. Segundo ele, “a Educação formal vai auxiliar as novas gerações na passagem do privado para o público, na passagem da educação familiar para o público, onde se pratica uma educação mais formal”. A EF irá auxiliar nesse processo formativo, proporcionando às novas gerações um conhecimento específico, mostrando para o aluno o acervo cultural produzido pela humanidade acerca do movimento humano enquanto elemento da cultura.

Esses saberes sistematizados pelo docente foram configurados dentro dos conteúdos curriculares, para que a criança e o jovem os interiorize e lhes atribua significado tendo em conta as suas vivências, para que “se sinta em casa nesse mundo”, para que se sinta familiarizada com esses saberes. O entrevistado B acredita que é possível justificar a disciplina de EF através da sua importância, e que, o fato de ser obrigatória, permite encontrar a sua legitimidade diante dos alunos e da sociedade, embora considere que essa legitimidade se vai conquistando com o tempo.

Como ponto fraco na aplicabilidade dos conteúdos no desenvolvimento das aulas de Educação Física, o único talvez, o entrevistado B refere:

Os alunos não querem nada com nada. Eles estão aqui para aprender, e aprender exige certo esforço. Nós vivemos em uma sociedade hedonista, de um falso hedonismo. Todo mundo acha que tudo o que se faz tem que dar prazer, e não é, aprender exige certo esforço. Muitas vezes, não dá prazer.

Entende-se com isso, na visão do docente B que, cada vez mais, estudar é difícil. O ponto fraco da disciplina não é com relação a materiais, não é com relação a alunos, não é com relação à infraestrutura, é sim, com o tempo de aula. Acredita-se que o tempo de aula é insuficiente para trabalhar as dimensões dos conteúdos na perspectiva da cultura corporal do movimento. Ressalta ainda quanto ao fator tempo: “como eu faço para trabalhar o mesmo conteúdo se uma turma tem dois períodos e outra turma tem apenas um na mesma série? É muito complicado”. O principal ponto fraco é, então, a falta de mais tempo para as aulas de EF.

Nas aulas de EF, sobressai a função social do esporte no que se refere à integração de todos os alunos, ao respeito pela diferença e a resposta à diversidade, numa dupla preocupação com a inclusão: a) no sentido de responder, de forma apropriada e com elevada qualidade, à diferença em todas as formas que ela possa assumir; b) no sentido de que as diferentes características dos alunos enriquecem a Instituição (DIOGO, 2008).

As preocupações com o movimento do corpo, o respeito por aqueles que têm mais dificuldades na realização de determinada prática corporal, encontram resposta da diversidade de oportunidades de aprendizagem proporcionadas pela especificidade da disciplina de EF. Para além de integrar no seu currículo diferentes dimensões (conceitual, procedimental e atitudinal), permite articular cada uma delas em diferentes momentos para ir ao encontro das necessidades dos alunos. A EF trabalha com um componente teórico para esclarecer os alunos quanto aos conceitos fundamentais associados ao movimento nas suas diversas formas; trabalha com a parte procedimental, relacionada com o emprego de técnicas, com as estruturas organizativas dos esportes de invasão e com o sentir os seus limites nas ações individuais como, por exemplo, correr ou saltar; trabalha com a parte atitudinal, relacionada com as atitudes que os alunos devem assumir durante a prática das atividades corporais, na interação com os outros e com o meio ambiente.

Segundo o entrevistado B,

O aluno é um cidadão em potência e não em ato, ele vai ganhar visibilidade quando acessar o espaço público e, justamente, por nós instruímos ele através das diferentes janelas para ver o mundo, essas janelas, cada disciplina oferece uma janela para ver o mundo a partir da sua especificidade, do seu contexto, dos seus conhecimentos curriculares e fornece esses elementos para o aluno ter uma participação qualificada no espaço público.

A ideia transmitida pelo professor B é a de que os professores não têm garantia nenhuma de que vão ajudar a formar bons cidadãos. Os professores educam os alunos pelas disciplinas, pelos conteúdos curriculares, e o que os alunos vão fazer com isso só depende deles, já foge do seu controle. No entanto, os professores esperam que no contexto específico da EF os alunos sejam responsáveis que, quando é feita uma prática corporal junto à natureza, eles revelem uma responsabilidade social em relação ao meio ambiente. Os professores esperam que os alunos reúnam instrumentos para discutir as

questões das práticas esportivas, das práticas de aventura na natureza, que preservem a natureza. Dessa forma, vão tornar-se cidadãos responsáveis, capazes de discutir questões referentes à EF, ao exercício físico e ao esporte, que é uma garantia da Constituição. O entrevistado B acrescenta: “é isso que ele vai ter a possibilidade para discutir depois, então, é por isso que ele é um cidadão em potencial, não em ato. Porque a responsabilidade pelo mundo é dos adultos, não das crianças”.

O modo como decorrem as aulas de EF no ensino médio foi caracterizado da seguinte forma:

De uma forma geral, para os alunos, a disciplina fornece uma espécie de janela para ver o mundo a partir de uma perspectiva dos temas relacionados, temas que historicamente foram incorporados pela EF - o jogo, a dança, o esporte, as práticas corporais junto à natureza, a dança ou as lutas - para que os alunos se apropriem disso nas diferentes dimensões dos conteúdos e possam vivenciar isso nos esportes, respeitando as individualidades e relacionando os diferentes meios e categorias. Que os alunos consigam visualizar isso, tanto em conhecimentos técnicos, como no plano moral, de respeitar as diferenças.

Acreditamos que há muito tempo, desde a crítica ao tecnicismo na década de 70, a formação deixou de ser entendida num cenário de dualismo corpo e alma. A formação trabalha o sujeito de forma integral. Não tem como separar corpo e mente, um jargão já utilizado desde Descartes, o corpo e alma, corpo e máquina. Então, a contribuição da EF é como oportunizar aos alunos a apropriação do conhecimento da cultura corporal do movimento. O acervo cultural produzido pela humanidade nessas práticas corporais é imenso e, na escola, o trabalho desenvolvido com os alunos é diferente de outros espaços sociais. Na escola trabalha-se o esporte e a dança com fins educativos, diferente de uma academia. Na escola, a formação é diferente, e “o tratamento pedagógico que tens que dar para esses temas é diferente daquela outra instituição social. A escola tem uma contribuição muito grande desde que a gente consiga perceber essas nuances, esses paradoxos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física, sem dúvida, contribui muito para a formação integral dos alunos, promovendo valores, e refletindo criticamente sobre aspectos como a cultura,

educação, política, meio ambiente, entre outros. Utilizando meios que possam auxiliar nessa formação, assim como conteúdos próprios e novos modelos de atuação, conciliando a teoria com a prática.

A EF traz inúmeros benefícios para os estudantes como: o aumento da autoestima; o conhecimento do corpo; a consciencialização das suas limitações, bem como das suas potencialidades; a interação com outros, a partir do esporte e dos jogos; a noção de responsabilidade; e a cooperação no trabalho em grupo. A EF é uma disciplina privilegiada no que se refere às contribuições para a formação de crianças e jovens, uma vez que, há coisas que as outras disciplinas não conseguem proporcionar, dada a sua especificidade, o que lhe confere legitimidade para permanecer no currículo enquanto componente curricular obrigatório, desde que, trabalhada de forma adequada, desenvolvendo as potencialidades de todos os alunos, numa perspectiva inclusiva.

A principal contribuição da EF escolar é a de proporcionar aos sujeitos aprendentes, a possibilidade de experimentarem, testarem e ultrapassarem limites, de conhecerem, interagirem e se integrarem com os outros numa atitude de respeito pela diversidade e pela diferença, de se sentirem pertencentes a um lugar, de se identificarem com alguma coisa.

Quanto ao papel do professor, este se torna a chave principal no processo de formação dos alunos, e para que ocorra esta mudança nas aulas de Educação Física, é necessário que ele esteja comprometido com suas aulas, sempre se atualizando, sendo criativo e inovador, traçando os objetivos e metas a serem alcançadas. E assim mostrando a verdadeira importância da Educação Física no ambiente escolar, bem como o papel que esta exerce na formação das crianças e jovens estudantes.

Podemos destacar que, tanto os alunos como os professores reconhecem a contribuição da disciplina de EF para a formação integral dos estudantes e valorizam os conhecimentos por ela proporcionados, afirmando que os utilizam em sua vida cotidiana. Os alunos afirmam também estarem motivados a participar nas aulas da referida disciplina porque gostam da atividade física e dos esportes e reconhecem os benefícios trazidos para a sua formação e para a sua vida.

Portanto, percebemos o quanto a Educação Física é essencial para a formação dos alunos, seja físico, psicológico ou emocional. Trabalhar com o movimento, com o corpo, proporciona aos alunos conhecimentos essenciais à vida, como compreender a finalidade de um grupo, de uma equipe e saber respeitar regras.

REFERÊNCIAS

ANDRADES, C. de. **A diversidade de conteúdos do ensino da educação física no ensino médio**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação) – Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal, 2017.

BRACHT, W. **A Educação Física no ensino fundamental**. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte MG: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7170-3-6-educacao-fisica-ensino-fundamental-walter-bracht/file>. Acesso em: 9 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2018.

CORREIA, W. R. **Educação Física escolar: o currículo como oportunidade histórica**. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 831-836, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-55092016000300831>. Acesso em: 29 jun. 2018.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. [S.l.]: Guanabara Koogan, 2005.

DIOGO, F. **O currículo na democratização da escola básica**. A justiça curricular na reorganização curricular do ensino básico. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, 2008.

FRANCHIN, F.; BARRETO, S. M. G. **Motivação nas aulas de Educação Física: um enfoque no ensino médio**. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 1., 2006, São Carlos. Anais eletrônicos [...]. São Carlos: CEEFE/UFSCar, 2006. Disponível em: <http://www.eefe.ufscar.br/pdf/fabiana.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2015.

GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. **Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do não-lugar da ef escolar I**. Cadernos de Formação RBCE, [s.l.], p. 9-24, set. 2009.

GONZÁLEZ, F. J.; FRAGA, A. B. **Afazer da Educação Física na escola: planejar, ensinar, partilhar**. Erechim: Edelbra, 2012.

LOPES, A. **La construcción de identidades docentes como constructo de estructura y dinámica sistémicas: argumentación y virtualidades teóricas y prácticas**. Profesorado. Revista de currículum y formación del profesorado, Granada, Espanha, v. 11, n. 3, p. 1-25, 2007.

LOVERA, F. J. **A importância da educação física na formação de cidadãos críticos, pensantes e atuantes.** Revista de Educação do IDEAU, Getúlio Vargas, v. 10, n. 21, 2015. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/242_1.pdf. Acesso em: 16 maio 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica: técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRANDINA, M. Z.; SANTOS, M. de L. dos. **A educação física escolar e as principais dificuldades apontadas por professores da área.** Horizontes – Revista de Educação, Dourados, MS, v. 4, n. 8, p. 99-114, 2016.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J. **Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão.** São Paulo: Phorte, 2009.

RIBEIRO, G. M.; SILVA, J. W.; KOGUT M. C. **Contribuições do professor de educação física na formação cidadã do aluno no ensino médio.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 19.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 6., 2015, Vitória, ES. Anais [...]. Vitória, ES: UFES,

2015. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/viewFile/7506/3623>. Acesso em: 03 out. 2018.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS DO LABORATÓRIO NO PÓLO UAB DE MACAU-RN

Dalvani Olegário Santos Arruda².

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-02

RESUMO: O presente capítulo tem por finalidade destacar a organização dos instrumentos de trabalho em um laboratório de Química, no entanto, passamos a propor ideias que venham colaborar com aqueles profissionais que estão sempre no laboratório exercendo a sua função de modo específico por manusear os instrumentos que na verdade são de risco, no qual exige uma organização maior quanto ao que está usando assim como os professores que dão aulas experimentais nos laboratórios da escola. O objetivo geral é esclarecer a importância da organização dos elementos laboratoriais que são destinados aos aprendizes, sendo que ao prepararmos uma sala de Química é necessário atenção e cuidado com os experimentos. Os objetivos específicos são esclarecer a importância de se ter elementos químicos de forma organizacional; estabelecer critérios sobre as substâncias usadas em cada experimento; analisar quais elementos virão a colaborar com as experiências oferecidas aos discentes. A justificativa para escolha do tema foi proporcionar aos discentes e docentes a organização dos elementos usados na realização das aulas práticas de química. Por essa razão, dizemos que ao desenvolver experiências usadas nas aulas, podemos ter uma grande facilidade na hora de expor os experimentos para os alunos, justamente pela organização dos elementos que irão ser usados durante as aulas práticas, desta forma faz necessário estar atento quanto a situação exposta no momento.

PALAVRAS-CHAVE: Organização de materiais. Laboratório. Universidade. Educação

THE IMPORTANCE OF THE ORGANIZATION OF LABORATORY MATERIALS IN THE UAB POLE OF MACAU-RN

ABSTRACT: The purpose of this chapter is to highlight the organization of work instruments in a Chemistry laboratory, however, we now propose ideas that will collaborate with those professionals who are always in the laboratory exercising their function in a specific way by handling the instruments that in are actually risky, which requires a greater organization as to what you are using as well as the teachers who give experimental classes in the school's laboratories. The general objective is to clarify the importance of organizing laboratory elements that are intended for learners, and when preparing a Chemistry room it is necessary to pay attention and care with the experiments. The specific objectives are to clarify the importance of having chemical elements in an organizational way; establish criteria on the substances used in each experiment; analyze which elements will collaborate with the experiences offered to students. The justification for choosing the theme was to provide students and teachers with the organization of the

² Mestre em Ciências da Educação. Professora da educação Básica. E-mail: olegariodalvani05@gmail.com

elements used in the practical chemistry classes. For this reason, we say that when developing experiences used in classes, we can have great ease when exposing the experiments to the students, precisely because of the organization of the elements that will be used during the practical classes, in this way it is necessary to be aware of situation exposed at the moment.

KEYWORDS: organization of materials. Laboratory. University. Education.

INTRODUÇÃO

Embora seja bastante difícil, a organização torna-se essencial, porque ajudará na segurança do trabalho durante as aulas experimentais devido a saber exatamente os instrumentos certos a serem usados.

Segundo Rezende (2003), os trabalhadores podem acidentarem-se ou adoecerem por causa das condições de trabalho e sua intensidade de contato com os agentes que irão propiciar o risco, visto que, constantemente ingressam no mercado de trabalho sem terem conhecimento dos cuidados necessários para evitar a exposição aos riscos e da rotina do serviço, permanecendo sem treinamento sobre os fatores de risco presentes após a admissão.

De acordo com o comentário acima dizemos que as pessoas que trabalham no laboratório exigem mais atenção pois é um trabalho que na verdade é bastante arriscado por envolver substâncias perigosas e aqueles que o manuseiam faz necessário ter conhecimento de alguns cuidados com relação ao uso dos materiais químicos.

No ambiente laboratorial, uma série de situações e atividades de fatores potenciais se acentuam na presença de agentes contaminantes. Os laboratórios clínicos representam ambientes hostis, ao agregarem, no mesmo espaço, equipamentos, reagentes, soluções, microorganismos, pessoas, papéis, livros, amostras e outros (VENDRAME, 1997).

Observamos que a opinião acima nos destaca a seriedade da organização de materiais e elementos importantes quanto a ter uma responsabilidade mais intensa que possa ajudar no andamento de cada um dos envolvidos em questão procurando sempre deixar clara a importância de se ter cada elemento em seus devidos lugares devido a cada

situação que possa ocorrer durante cada ação realizada no momento por causa de alguns elementos que possam ser de perigo para cada um dos envolvidos no laboratório.

HISTÓRICOS DE SEGURANÇA LABORATORIAIS

Então como estamos no século XXI vimos que faz necessário termos uma noção de organização e segurança em nosso trabalho devido a envolver vidas de pessoas que têm famílias ,no qual tem a responsabilidade de sustentá-las , em contraste com os cidadãos de antigamente que dizia que era necessário arruinar a saúde para poder obter sucesso na ciência, deste modo muitos com o passar do tempo passaram a mudar de opiniões por argumentar que todos deveriam ter segurança com respeito a execução de seus trabalhos.

Durante o século XIX, acreditava-se que para o efetivo domínio da química por meio das práticas laboratoriais, era necessário arruinar a própria saúde, ignorando procedimentos de segurança (HILL JR, 2007).

No entanto, começaram a mudar de temas partindo assim da análise do sistema de ventilação (artigo de 1910); interesse das indústrias sobre a segurança em laboratórios (1917-1926) até requisitos para os profissionais da área, como conhecimentos sobre avaliação de riscos (1930).

A partir do ano 1947, diversos artigos referentes à segurança em laboratórios começam a ser publicados, demonstrando o crescente interesse da comunidade acadêmica pelo tema (HILL JR, 2007). Destes trabalhos. Além dos manuais e diretrizes, há equipamentos de proteção coletiva especialmente fabricada para locais com manuseio de produtos químicos, como: Chuveiros e lava-olhos, equipamentos utilizados quando os efeitos agudos são iminentes; Kits de primeiros socorros, visando garantir a condição de saúde do acidentado até a chegada de profissional especializado; Kits para contenção de derramamento e extintores de incêndio (ERICKSON, 1994).

QUAIS OS CUIDADOS QUE DEVEMOS TER AO USO DOS MATERIAIS QUÍMICOS NO LABORATÓRIO

Sabemos que para estar num laboratório devemos ser de certa forma atenciosos justamente ao analisar bem o que está sendo movimentado na hora da aula experimental para poder passar todo o seu conhecimento para os alunos de modo prático, por que sabemos que uma aula experimental torna possível a aprendizagem dos discentes.

Snyders (1988, p. 99) quando afirma que: Alegria de agir sobre os objetos, de experimentar, isto é colocar suas ideias à prova dos fatos, aperceber-se de seus erros e ter confiança que se pode retificá-los; [...] ao mesmo tempo em que se vai a uma convergência entre práticas e o pensamento teórico: esse sentimento de unidade conduz o indivíduo à satisfação [...] o aluno pode particularmente ser ativo, lançar-se senão na descoberta, pelo menos nas redescobertas, sentir que ultrapassa as dificuldades por seus próprios meios.

Dizemos que quando o docente passa a fornecer aulas no laboratório usando assim os materiais químicos para abordar de maneira que venha designar uma aula mais agradável, no qual possa atingir um grau de facilidade quanto a aprendizagem de cada um dos discentes em questão, pensando nisso devemos estar cientes quanto alguns cuidados como:

Smeww (2012), algumas regras e procedimentos de primeiros socorros que são transcritas a seguir como exemplo: 1) Não trabalhar sozinho em procedimentos perigosos; 2) Se houve contato de produtos químicos com os olhos, lavá-los constantemente com água e procurar assistência médica; 3) Usar luvas no manuseio dos reagentes químicos; 4) Não comer dentro do laboratório; 5) Ter cuidado ao manusear as vidrarias e não utilizá-las caso elas estejam danificadas; 6) Manter os cabelos presos e sempre utilizar calçados fechados; 7) Utilizar, sempre, Equipamentos de Proteção Individual.

Conforme o comentário acima passa descrever exatamente os cuidados específicos que são inteiramente necessários quanto ao uso dos materiais no laboratório por seguir procedimentos de principal importância no âmbito organizacional do trabalho, desta forma ajudando assim os discentes a terem uma noção dos seguintes instrumentos que pode ser usado durante a cada situação inerente quanto a aula apresentada.

Segundo Mattos e Simoni (1993) “Para que o ambiente de trabalho fique livre da nocividade que sempre o acompanha, é necessário que as descobertas científicas neste

campo sejam socializadas, isto é, trazidas ao conhecimento dos trabalhadores de uma forma eficaz; é necessário que a classe operária se aproprie delas e se posicione como protagonista na luta contra as doenças, as incapacidades e as mortes no trabalho. Somente uma real posição de hegemonia da classe operária diante dos problemas da nocividade pode garantir as transformações que podem e devem determinar um ambiente de trabalho adequado para o homem. Somente a luta, com uma ação sindical conduzida com precisos objetivos reivindicatórios, com a conquista de um poder real dos trabalhadores e do sindicato, é possível impor as modificações, sejam tecnológicas, técnicas ou normativas, que possam anular ou reduzir ao mínimo os riscos a que o trabalhador está exposto no local de trabalho” (ODDONE et al., 1986, p. 17).

Por essa razão conforme a opinião acima vem descrevendo exatamente os cuidados que cada docente ou até mesmos profissionais da área de química devem ter ao está em um laboratório, no qual deverá fazer uma observação de como está a sala antes de usá-la por procurar saber os materiais que devem ser usados no momento da explicação dada aos discentes ou coordenadores da instituição.

POR QUE FAZER USO DAS AULAS EXPERIMENTAIS

Observamos que muitos estudantes andam bem dispersos e ansiosos devido a sua rotina diária por esse motivo vem o desânimo por ir à escola e pensar que química se baseia somente em equações e fórmulas, deste modo pensando nisso o docente passam atualmente a elaborar as suas aulas nas salas de laboratório procurando assim exercer a prática com a teoria no intuito de facilitar na aprendizagem dos discentes.

De acordo com Silva e Tunes (2010, p. 235), a experimentação no ensino de Ciências pode ser entendida como uma atividade que permite a articulação entre fenômenos e teorias. Assim, o aprender Ciências deve ser sempre uma relação constante entre o fazer e o pensar. Desta forma, Silva e Tunes (2010, p. 244) atentam para o fato de que, para as atividades experimentais permitirem uma melhor apreensão da relação teoria-experimento, elas precisam ser bem planejadas e conduzidas corretamente e, para isso, é fundamental que o professor tenha clareza sobre o papel da experimentação no ensino.

Por essa premissa dizemos que uma aula de ciências no laboratório além de ajudar no progresso educacional faz do discente alguém que dar valor ao que está ao nosso redor porque terá uma percepção mais avançada com respeito aos conteúdos abordados pelos docentes, deste modo o aluno saberá resolver quaisquer proporções e situações vivenciadas por cada deles.

Assim, a proposta de Educação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs busca valorizar a realidade social e a vivência prática com o intuito de levar o aluno a construir conhecimentos de Química com base em conceitos que possam se converter em prática. O conhecimento, assim, se recompõe na medida em que é repassado e transformado (SOUZA; OLIVEIRA, 2005 apud FILHO, 2008, p. 14-15).

De acordo com os PCNS descreve exatamente a importância das aulas de química experimentais, passando a desenvolver o conhecimento de forma prática ajustando ao conhecimento prévio de cada situação decorrente a cada situação abordada em sala de aula pelo docente.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente artigo vem destacando exatamente a importância de organização nos elementos e materiais dos laboratórios em questão especificando o que pode ser feito durante a aula e após a cada explicação feita durante as aulas experimentais, por essa premissa dizemos que a pesquisa passa a ser de natureza qualitativa compondo assim um questionário que teremos como base para deixar mais claro sobre a problemática descrita no estudo de pesquisa.

Ainda de acordo com Marton (1999), o objetivo da pesquisa é descrever qualitativamente as diferentes maneiras de experimentação de vários fenômenos (ou do mesmo fenômeno) e a forma como as pessoas enxergam determinada realidade. Essencialmente, é um estudo de variações – variações qualitativas entre as maneiras de se ver, experimentar e entender o mesmo fenômeno.

Conforme mencionado acima a pesquisa vem tratando das possibilidades que pode ser encontrada ao ter uma boa organização no ambiente de trabalho onde possa

ocorrer situações feitas durante as aulas experimentais justamente com o que o docente venha abordar no laboratório durante as aulas, deste modo passamos a inserir algumas perguntas para dois docentes expressando assim respostas que venha colaborar com o artigo, desta forma inserimos as seguintes perguntas:

1º Pergunta: Quais os cuidados que devemos ter ao usar os materiais químicos no laboratório? Devemos pesquisar sobre cada um dos produtos para ver se existe alguma incompatibilidade sobre eles, ou seja, que quando for armazenar um produto que não reaja com o outro, mantenha os materiais fechados e guardados adequadamente.

2º Pergunta: Quais os recursos que devemos ter ao ampliar um laboratório com qualidade? Os recursos podem ser por meio de projetos que se querem ampliar ou renovar.

3º Pergunta: Quais os benefícios de fazer uma aula experimental? Os benefícios são muitos e quando passamos a retirar o aluno de sua rotina diária passa a ser interessante para os alunos justamente por despertar mais interesse nos alunos no qual ajudará em sua aprendizagem.

4º Pergunta: Quais os procedimentos que podem ser usados de forma cuidadosa no laboratório? Antes de iniciar qualquer aula prática no laboratório os alunos devem ser orientados - quanto aos cuidados básicos como botas, calçados fechados, luvas, óculos devemos chamar a atenção quanto as brincadeiras que aquele local não deve brincar e nem comer.

5º Pergunta: Quais os pontos positivos negativos ao realizar uma aula no laboratório? Uns dos pontos positivos e que as aulas ficam mais interessantes passando a ter uma oportunidade melhor de ver a química e os negativos é quando os alunos passam a misturar as coisas de um modo diferente.

Às aulas práticas tornam o ensino e a aprendizagem mais eficientes. É partindo do concreto que se testa uma teoria e vai se tornando estímulo para novas conquistas. As escolas públicas sofrem com a falta de laboratório, instrumento este que pode contribuir para o combate à evasão escolar. Se os alunos tivessem à sua disposição material específico para aula prática, poderiam ser motivados a ganhar prêmios, concorrer.

Segundo Rezende (2003), os trabalhadores podem acidentarem-se ou adoecerem por causa das condições de trabalho e sua intensidade de contato com os agentes que irão propiciar o risco, visto que, constantemente ingressam no mercado de trabalho sem terem conhecimento dos cuidados necessários para evitar a exposição aos riscos e da rotina do serviço, permanecendo sem treinamento sobre os fatores de risco presentes após a admissão dos projetos, encontrar explicação para tantas dúvidas que permeiam o cérebro, e daí seriam motivados a produzir conhecimento. Sem dúvida, porque muitas vezes não se identificam com o conteúdo que parece estar distante da realidade deles.

Outro ponto positivo quanto ao laboratório é a socialização, é poder compartilhar as ideias em grupo, é saber que o campo de pesquisa é vasto, é infinito, porque facilita o docente a abordar o seu conteúdo de maneira prática.

A partir de 2011 a 2013, o Laboratório da UFRN Pólo Macau foi aberto para funcionamento. Oferecia as seguintes Disciplinas:

- 1) Instrumento para o Ensino de Química I;
- 2) Instrumentação para o Ensino de Química II;
- 3) Medidas e transformações Químicas;
- 4) Instrumentação para o Ensino de Química III;
- 5) Química de materiais;
- 6) Instrumentação para o Ensino de Química IV;
- 7) Termoquímica e equilíbrio;
- 8) Cinética e propriedades de superfícies;
- 9) Seminário de Química;
- 10) Manipulação de compostos orgânicos;
- 11) Síntese de caracterização de produtos materiais;
- 12) Cinética Experimental;
- 13) Experimentos de termoquímica e equilíbrio.

Nessas disciplinas fui aluna e monitória voluntária por já atuar como técnica de laboratório na empresa Salina do Nordeste S.A. - Salinor. Abri o laboratório da UFRN-Polo Macau. Quando cheguei, encontrei apenas um ventilador; tive que organizar a vidraria no armário da bancada, fazer toda organização do material didático, vidro de identificação dos resíduos com letras, armário para reagentes solúveis e líquidos,

bancadas com os equipamentos como balança analítica, pico de Bunsen, Capela, Destilador, Espectrofotômetro, Estufa, Mufla agitador magnético.

Os alunos que se matriculavam na disciplina. Eu (Dalvani) tinha a função de organizar o material didático e vidraria para a utilização da prática de experimentos, desta forma em cada disciplina tinha como realizar um experimento com respectivas substâncias, justamente, durante as abordagens feita no momento das aulas tivemos assim o prazer de ver os alunos fazendo os experimentos de acordo as orientações dadas pelas apostilas com isso realizando os trabalhos químicos

O seguinte artigo tem por finalidade destacar a importância organizacional dos elementos e materiais químicos usados no laboratório, no intuito de catalogar cada recipiente e substâncias, deste modo passando a destacar a importância das aulas experimentais que pode ser consideravelmente uma forma metodológica que facilita na aprendizagem dos discentes passando a delinear os pontos básicos que são usados durante a abordagem dos professores durante a sua aula.

Sendo assim observamos que muitos dos discentes tiveram uma oportunidade única de sentir à vontade durante as aulas experimentais que foram apresentadas para os graduandos da UFRN do curso de licenciatura de química, com isso fora explicado pela monitora o uso de cada elemento e como poderia ser organizado cada recipiente e substâncias.

Porém ao serem destacados os experimentos proporcionados durante as abordagens feita no momento das aulas tivemos assim o prazer de ver os alunos fazendo os experimentos de acordo as orientações dadas pela apostila com isso realizando os trabalhos químicos, deste modo surgindo assim questionamentos quanto ao uso de cada elemento procurando saber os procedimentos para serem usados numa experiência realizadas.

A discussão desse tema com os alunos é importante para a formação cidadã. Segundo Freire (2004), “[...] o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando” (p. 33).

Quando estamos discutindo um tema em sala de aula dizemos que passamos a desenvolver o senso crítico nos discentes por abordar temas referentes à realidade de cada

um deles ,por essa razão o autor passa a exemplificar que os conteúdos dado pelo docente devem ser significativo, porque conduz assim um ensino com qualidade e que não deverá ser feito de modo alheio, por essa premissa vimos que ao termos uma organização no ambiente de trabalho assim como o laboratório que exige mais atenção e cuidado por ter elementos que são até mesmo perigoso durante o seu uso.

REFERÊNCIA

REZENDE, M. P. **Agravos à saúde de auxiliares de enfermagem resultantes da exposição ocupacional aos riscos físicos.** 2003. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)- Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

SMEWW - **Standard Methods for the Examination of Water and Was- tewater.** American Water Works Assn, 22 ed. 2012. 1496 p.

SNYDERS, G. **Alegria na Escola.** São Paulo: Manole, 1988.
https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15824/15824_4.PDF

ERICKSON, Paul. **Practical Guide to Occupational Health and Safety.** Academic Press, 1996. 282 p.

SILVA, R. R.; Machado, L. P. F.; TUNES, E. **Experimentar sem medo de errar.** In: SANTOS, W. L.; MALDANER, O. A.: (Org.). Ensi- no de Química em foco. Ijuí: Unijuí, 2010. p. 231261. FREIRE P. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BRITO, F. C. Ana, PONTES, L. Daniel/ **cinética experimental-Natal,** RN: EDUFRN, 2010 P.116.

HUSSEIN, S. G, R, Fabiana; FERNANDES, S. Nedja/ **vivenciando á química ambiental-Natal** RN: EDUFRN, 2008, P.246.

JUNIOR,S.N. Carlos; PIMENTEL, M. Patrícia/ **Experimentos termo- química e equilíbrio-Natal** RN: EDUFRN, 2009, v. 12.

NETO,L.H. Marciano; BARROSO, T. Márcia/ **Manipulação de compostos orgânicos-Natal,** RN- EDUFRN, 2009 12v. P.156.

MOURA, M. C. Elaine; LEAL,S. Rosélia/ **Síntese e caracterização de produtos naturais-** Natal, RN EDUFRN, 2010 P. 232. Site disponível:
<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3399/1/Fernando%20Bas-quioto%20de%20Souza.pdf> https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15824/15824_4.PDF

BRITO, F.C. Ana, PONTES, L. Daniel/ **cinética experimental-Natal,** RN: EDUFRN, 2010 p.116.

CAPÍTULO III

A VITIMOLOGIA DO ESTUPRO E A NECESSIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA MACHISTA NA CONTEMPORANEIDADE

Erica Ferreira da Silva³; Luana Rodrigues da Silva⁴;

Sandra Regina Freitas⁵; Susane Pereira Aparecida Constancio⁶;

Thalia Souza da Silva⁷.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-03

RESUMO: O estupro é um crime violento que assombra a mulher desde o início dos tempos, pois há uma necessidade iminente em relacionar o estupro às relações de poder ligado ao sexo, vertendo para uma cultura machista. Pretende-se, nesse artigo, analisar a visão social no contexto da supremacia masculina e, em como a mulher é colocada na posição de provocadora do fato, passando de agente passiva (vítima) para colaboradora do crime de maneira direta ou indireta, e com isso, entender o cenário histórico que deu luz a tal supremacia. No decorrer do trabalho, objetivou-se chegar ao resultado de quebras de alguns paradigmas construídos ao longo da história, até os dias atuais. Neste seguimento, o conceito da Vitimologia inserida no guarda-chuva da Criminologia, no bojo da qual autores tratam-na como uma ciência autônoma, visto que existe método, finalidade e princípio próprios de riquezas, além de cumprir a função social e com isso o desenvolvimento da mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Supremacia Masculina. Vitimologia. Machista.

THE VITIMOLOGY OF RAPE AND THE NEED FOR TRANSFORMATION OF THE MACHIST CULTURE IN CONTEMPORARY

ABSTRACT: Rape is a violent crime that haunts women of all time. There is an imminent need to relate rape to power relations linked to sex, pouring into a sexism. In this article, we intend to analyze the context of male supremacy and, as this scenario can transform women into a provocative one, from passive agent (victim) to collaborator of crime directly or indirectly, as well as understand the historical context that resulted in such supremacy, for this, it was sought in literature to make counterpoints between past

³ Bacharelada em Direito na Faculdade do Vale do Juruena – AJES– Juína/Mato Grosso. E-mail: erica.ferreira.acad@ajes.edu.br.

⁴ Bacharelada em Direito na Faculdade do Vale do Juruena – AJES– Juína/Mato Grosso. E-mail: luana.silva.acad@ajes.edu.br.

⁵ Bacharelada em Direito na Faculdade do Vale do Juruena – AJES– Juína/Mato Grosso. E-mail: sandra.freitas.acad@ajes.edu.br.

⁶ Bacharelada em Direito na Faculdade do Vale do Juruena – AJES– Juína/Mato Grosso. E-mail: susane.constancio.acad.@ajes.edu.br

⁷ Bacharelada em Direito na Faculdade do Vale do Juruena – AJES– Juína/Mato Grosso. E-mail: thalia.silva.acad@ajes.edu.br.

and present historical periods. In addition to books and articles on the subject, the Brazilian Penal Code and the Federal Constitution of 1988 were used. In the course of the work, we tried to arrive at the result of the breakdowns of some paradigms that happened throughout history, until today, with the concept of victimology inserted by Criminology, authors treat it as an autonomous science, because there is a method, purpose and principle of richness besides fulfilling the social function and with it the development of it.

KEYWORDS: Woman. Male Supremacy. Victimology. Sexism.

INTRODUÇÃO

A violência sexual é recorrente em todos os períodos históricos, o que se diferencia é se grau de importância dado a esse contexto. Vê-se que o crime de estupro é bastante comum nos momentos de guerra, sempre colocando a mulher no patamar de submissão. O estupro está diretamente relacionado com a questão do poder do homem e, a vítima vai tentar novas configurações conforme a história vai se desenrolando. A primeira diferença que vai se estabelecer são as normas da diferença sexual entre ambos e, assim, o modelo de perfeição estava representado na anatomia masculina, onde a regra fálica ratificou a superioridade masculina em oposição à inferioridade feminina.

Por esta razão, a sociedade de classes é gerada e promovida pelas relações de supremacia masculina, caracterizada, difundida e perpetuada pelo sistema da propriedade privada, pelo Estado, pela Igreja e pelas instituições familiares que servem aos interesses dos homens. Mediante esse cenário tal cenário, procurou-se analisar o contexto histórico da supremacia masculina, bem como de desmitificar os preceitos da mulher quanto provocadora no crime de estupro, e sua influência no mercado de trabalho. A pesquisa foi elaborada a partir de uma seleção de artigos, livros, código penal brasileiro e a Constituição de 1988 que aludem ao tema e a partir daí traçar uma cronologia do estupro e suas consequências na sociedade atual.

De acordo com este decorrer histórico a supremacia masculina não é um fenômeno social característico de um momento determinado da história, mas sim uma lei natural. Os homens, afirma-se, foram dotados pela natureza de atributos físicos e mentais superiores, enquanto a mulher foi situada no polo passivo da relação tardia a sua inserção.

Diante deste contexto começa emergir diversos movimentos sociais em 1960 nos Estados Unidos da América. Mas foi no ano de 1970 que no Brasil, concernem como o

Ano Internacional da Mulher, realizando debates sobre a condição da mulher. Isso ocorreu pela força do Movimento feminista, que buscava identificar e denunciar as discriminações e as desigualdades que afetavam a situação da mulher brasileira. Apesar de o movimento ter ocorrido na década de 60, até nos dias atuais nos deparamos ainda com a desigualdade, mas é notório o avanço conquistado embora não seja de grande porte.

Mary Wollstonecraft (2015) faz reflexões em sua obra *Reivindicações dos direitos das mulheres* no qual trata sobre as questões de mais igualdade na sociedade, respeitando a moralidade, propiciando a independência feminina. A ética feminina está presente na ênfase de Wollstonecraft para que a mulher exercite seu entendimento, saia da condição de menoridade e alcance a igualdade. De acordo com este contexto, cabe destacarmos uma maior liberdade sexual que as mulheres obterão, seja nas vestimentas, (forma de vestir-se), quebrando com os conceitos sócio religioso da época como o de se casar virgem.

Neste trabalho analisaremos a vítima do estupro, não só como sexo frágil, mas também com agente colaboradora do crime, sendo de maneira direta ou indireta. O estudo da vitimologia no Código Penal nos permite analisar a vítima sob todos os aspectos, possuindo assim, um caráter multi e interdisciplinar, averiguando fatores da prática delituosa para tornar possível um julgamento justo para o agente ativo do crime, focando no comportamento da vítima (o agente passivo) e suas condutas podem ou não influenciar para atuação do agressor.

Pelo artigo 59 do Código Penal, a lei impõe a observância do comportamento da vítima pelo juiz no momento do cálculo de pena, que o mesmo analise não só a prática criminosa mais sim outras circunstâncias, tais como quais direitos foram violados, se o comportamento pode vir a contribuir para o ato, se a prática do crime foi motivada por raiva ou vingança. A objetividade da norma é que não haja injustiça na aplicação da pena. Nesse aspecto, a pesquisa mostra o histórico da mulher na sociedade, e qual dado momento histórico começa as mudanças em sociedade sobre o papel da mulher, seu comportamento e a influência do Movimento Feminista nessa etapa.

METODOLOGIA

O processo dessa pesquisa desenvolveu-se através de algumas etapas, primeiramente a revisão bibliográfica de temáticas ligadas à proposta, assim como levantamento de dados a partir de fontes primárias utilizando o método histórico, investigando os acontecimentos e processos do passado para verificar sua influência na sociedade atual.

A nossa pesquisa foi elaborada a partir de leituras temáticas onde recorreremos ao uso da coleta de dados por meio de pesquisas online, biblioteca, livros, elaboração de fichamentos, utilização da legislação pertencente ao código penal no qual se trata a respeito da sanção punitiva ao agente ativo.

Sobre pesquisas para obter a explicação para ideias relativas ao processo histórico que acarretou na supremacia masculina, buscando relacioná-las aos dias atuais com intenção de desmistificar essa indagação ainda existente.

A partir das fontes primárias precisamos nos submeter às fontes secundárias, consistindo em análises e avaliações da mesma para revisão de nosso trabalho, sendo assim manuseando livros, manuais e artigos de revisão. Portanto no final discutimos sobre o tema escolhido, chegando a um coeficiente comum elencando uma suposta conclusão relacionada aos estudos para melhor discorrer sobre o assunto durante a elaboração do trabalho, apontando as considerações finais.

EVOLUÇÃO DA MULHER EM SOCIEDADE E OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS GARANTIDOS

Por muitos anos, a mulher teve um papel de inferioridade em nossa sociedade, protagonista das heranças históricas do sistema social patriarcal a partir de uma construção cultural. Em sentido oposto, o homem sempre foi visto como o centro das relações do polo ativo, com uma representação hierárquica, enquanto a mulher era considerada o sexo frágil e submissa, sendo vista como o polo passivo das relações. Neste contexto, segundo Lopes⁸, o homem passa ter domínio nas atividades públicas e a mulher passa a ser em tempos remotos, a sociedade compreendia a mulher unicamente como

⁸ LOPES, Marina Silveira. Aula ministrada na disciplina de História do Direito em 20 de mai. de 2022.

filha, futura esposa e mãe dedicada. O que nos gerou diversos conflitos sociais, como a opressão e discriminação em razão do gênero, bem como a forma como sociedade compreende o papel do sexo feminino.

A visão submissa que recai sobre a mulher, por séculos, percorreu e percorre em nossa sociedade, mas somente nos anos 60 que a evolução feminina começa. Neste período, começa a surgir os movimentos sociais, e um deles é o Movimento Feminista⁹ (1748-1793), no bojo do qual passa a discutir, debater e conseqüentemente transformar o estereótipo pré concebido da função da mulher em sociedade.

Conforme o entendimento de Carmem Silvia Moretzsohn Rocha, estabeleceram-se três grandes momentos do movimento feminista, vejamos:

O século XX é conceitualmente marcado por três correntes feministas fundamentais, fruto de questionamentos decorrentes da diversidade intra-sexo. A primeira, nos anos 1960, teve como reivindicação principal uma distribuição mais igualitária do poder por meio da ideia de igualdade de oportunidades e de condições para ambos os sexos. Denominado "Feminismo Igualitário", "Liberal" ou "Universalista" tem como princípio o pensamento liberal em que os instrumentos são a educação, o trabalho e a política para uma ação transformadora. A segunda corrente, o "Feminismo Radical", faz uma crítica à sociedade patriarcal e ao liberalismo e impera nos anos 1970. (...) Nos anos 1980, as mulheres reivindicaram uma revalorização da experiência feminina ligada à maternidade e aspectos biológicos e característicos das mulheres – constituindo, assim, uma terceira corrente chamada Feminismo da "Femintude", que enfatiza, novamente a diferença entre os sexos¹⁰.

De início, esse movimento teve como objetivo, discutir e lutar pelos direitos das mulheres, no que tange às diversas formas de opressão social sofridas naquele tempo, haja vista que a mulher não tinha direito resguardado, muito menos credibilidade para falar, caso conquistassem denunciar, uma vez que a sociedade era regida por homens.

Alguns desses direitos levantados pelo movimento feminista, na época, eram:

- O fim da desigualdade salarial (na prática) entre homens e mulheres,
- Igualdade da participação das mulheres no cenário político do país, tanto na ocupação de cargos políticos como na tomada de decisões,

⁹ Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/movimento-feminista/>> Acesso em: 20 mai. de 2022.

¹⁰ ROCHA, Carmem Sílvia Moretzsohn. Direitos da Mulher: uma história de dominação e lutas. Disponível em: <<http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/22/artigo127779-1.asp>> Acesso em: 20 mai. de 2022.

- Questões de saúde ligadas diretamente à condição de mulher: como prevenção de doenças, sexualidade e discussão sobre o direito ao aborto,
- Libertação de padrões de beleza impostos pela cultura,
- Combate aos diferentes tipos de assédio, como o moral e o sexual,
- Fim da violência contra a mulher: violências dentro de relacionamentos, violência sexual, assédio moral, violência obstétrica, dentre outras,
- Direitos relacionados à maternidade e à amamentação¹¹.

Com o decorrer dos anos, esses direitos foram conquistados, tendo sua atuação política fortalecida em 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e na participação no processo constituinte de 1988. A Carta Magna de 1988, inseriu no Artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. E no Artigo 226, parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”.

Os dispositivos supramencionados, garantiram a condição de equidade de gênero e a proteção dos direitos humanos das mulheres pela primeira vez na República Brasileira.

A CULTURA DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO

Na Grécia Antiga, conhecida como o berço da democracia e do machismo, a condição social e política da mulher se diferenciam dos direitos conferidos aos homens. Visto que, não eram consideradas cidadãs e, do mesmo modo, ocupavam uma posição de inferioridade social em relação aos indivíduos do sexo masculino, como por exemplo: às tarefas domiciliares e à procriação, isto é, o ambiente “natural” delas estava confinado ao lar, educando e gerando os filhos de seus maridos, além de prestar total fidelidade.

Vale ressaltar, outra diferença na Grécia Antiga, explicada pelo Dr. José Salomão Schwartzman relacionada ao gênero¹², era fundamentada pela ideia de um único sexo biológico que reagiria de maneira mais perfeita, exteriorizando o aparelho reprodutivo, no caso, o corpo do homem, ou menos perfeito, deixando-o dentro do abdômen, no caso das mulheres. Na concepção antiga, acreditava-se que a mulher não tinha participação no

¹¹ Disponível em: <https://www.todapolitica.com/movimento-feminista/> Acesso em: 20 mai. de 2022.

¹² SCHWARTZMAN, JOSÉ SALOMÃO. Diferenças de Gêneros, Juína, MT, Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/diferencas-de-genero/> Acesso em: 21 mai. de 2022.

processo de fecundação do bebê, apesar do período de nove meses de geração exercida por ela, pelo simples fato de acreditar-se que era o procedimento da ejaculação que gerava o feto, e como isso, o homem teria uma maior quantidade de energia gasta (calor).

Essa ideia de inferioridade feminina atravessou os séculos, resumindo a mulher a um ser submisso, fazendo-a desacreditar de sua credibilidade e menosprezando seu papel social. Acreditava-se ainda, que o sexo feminino jamais conseguiria atingir o nível de inteligência característico do sexo masculino¹³.

Tempos depois, durante a Revolução Francesa, cujo lema era igualdade, liberdade e fraternidade, depara-se com importantes testemunhos que desmistificam a fragilidade da mulher reconhecida apenas por sua função maternal. As mulheres lutaram ao lado dos homens e sua participação foi de fundamental importância nas ações e nas ideias, que levaram à efetivação dos propósitos dos revolucionários¹⁴. No período de revolução, ficou marcado a intensa participação das mulheres representando diversos grupos, lutando para modificar a condição social que a prejudicava.

Neste sentido, Elisabeth Badinter afirma que:

As mulheres tentaram fazer-se ouvir durante a Revolução. Algumas através da pena ou da palavra, e a maioria com seus gritos nas tribunas da Assembleia e das sociedades populares, ou com suas manifestações nas ruas. [...] Dois tipos de mulheres chamaram a atenção. Umas anônimas são as mulheres do povo: operárias de tecidos (lavadeiras, fiadeiras...), lojistas, feirantes. São elas as primeiras a reagirem ao período de miséria, e a tomar frente dos motins da fome. [...] Mas a revolução teve outras atrizes: um número pequeno de mulheres [...] Mulher de letras que mal sabiam escrever como Olympe de Gouges ; [...] mulheres oriundas da pequena burguesia, se interessavam pela política, assistiam às sessões das sociedades populares, e fundaram elas mesmas, em Paris e na província, clubes femininos¹⁵.

Após a Revolução Francesa, as mulheres acabam retomando o mesmo lugar que ocupavam na sociedade, continuando a ser consideradas incapazes de assumirem responsabilidades cívicas e políticas. Felizmente, no século XX, vozes levantaram-se

¹³ SCHWARTZMAN, JOSÉ SALOMÃO. Diferenças de Gêneros, Juína, MT, Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/diferencas-de-genero/> Acesso em: 21 mai.de 2022.

¹⁴ SCHWARTZMAN, JOSÉ SALOMÃO. Diferenças de Gêneros, Juína, MT, Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/diferencas-de-genero/> Acesso em: 21 mai.de 2022.

¹⁵ BADINTER, Elisabeth. Émilie. A ambição feminina no século XVIII / tradução de Celeste Marcondes . São Paulo : Discurso Editorial Duna Dueto : Paz e Terra, 2003. Acesso em: 20 mai.de 2022.

contra os preconceitos da sociedade patriarcal e supremacia masculina imposta sobre as mulheres, combatendo a marginalização feminina e defenderam a igualdade entre os sexos.

CONQUISTAS APÓS A REVOLUÇÃO FRANCESA

Em 1791, Olympe de Gouges lançou a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã como resposta à exclusão das mulheres dos direitos previstos na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, documento fundamental da Revolução Francesa que relatava:

Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o menosprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolveram expor, em uma declaração solene, os direitos naturais inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres; que, sendo mais respeitados, os atos do poder das mulheres e os atos do poder dos homens possam ser a cada instante comparados com o objetivo de toda instituição política; e que as reivindicações das cidadãs, fundamentadas doravante em princípios simples e incontestáveis, sempre respeitem a constituição, os bons costumes e a felicidade de todos¹⁶.

Nota-se nos termos da Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã: “A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse comum”¹⁷, que o objetivo de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da Mulher e do Homem. Sendo esses, o direito à liberdade, à propriedade, à segurança, e, sobretudo, a resistência à opressão. A dramaturga e ativista política Olympe de Gouges, inspirou várias vozes femininas a protestarem pelos seus direitos, modificando assim, as limitações imposta pelo Código Civil Brasileiro de 1916¹⁸.

¹⁶ Assmann, Selvino José. DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852%20acesso%20>. Acesso em: 06 set.2018.

¹⁷ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html> Acesso em: 21 mai.de 2022.

¹⁸ Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/mulheres-conquistam-direitos-nos-ultimos-100-anos> Acesso em: 21 mai.de 2022.

Nesse sentido, alguns dos movimentos e fatos históricos que mudaram o rumo da história que marcaram as conquistas das mulheres, são:

- 1792: Na Inglaterra, Mary Wolstonecraft escreve um dos grandes clássicos da literatura feminista – A Reivindicação dos Direitos da Mulher – onde defendia uma educação para meninas que aproveitasse seu potencial humano.
- 1840: Lucrecia Mott luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos, pouco antes de estourar a Guerra de Secessão.
- 1857: Nos Estados Unidos, no dia 8 de março, em uma fábrica têxtil, em Nova Iorque, operárias morrem queimadas numa ação policial porque reivindicaram a redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas diárias e o direito à licença maternidade. Mais tarde foi instituído o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, em homenagem a essas mulheres.
- 1859: Surge na Rússia, na cidade de São Petersburgo, um movimento de luta pelos direitos das mulheres.
- 1862: Durante as eleições municipais, as mulheres podem votar pela primeira vez na Suécia.
- 1865: Na Alemanha, Louise Otto cria a Associação Geral das Mulheres Alemãs.
- 1866: No Reino Unido, em plena Revolução Industrial, o economista John S. Mill escreve exigindo o direito de voto para as mulheres inglesas.
- 1869: É criada nos Estados Unidos a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres.
- 1893: Na Nova Zelândia, pela primeira vez no mundo, as mulheres têm direito ao voto.
- 1870: Na França, as mulheres passam a ter acesso aos cursos de Medicina.
- 1874: Criada no Japão a primeira escola normal para moças.
- 1878: Criada na Rússia uma Universidade Feminina.
- 1923: No Japão, as atletas femininas ganham o direito de participarem das academias de artes marciais.
- 1945: Após a Segunda Guerra Mundial, a igualdade de direitos entre homens e mulheres é reconhecida em documento internacional, através da Carta das Nações Unidas.
- 1948: A holandesa Fanny Blankers-Koen, 30 anos, mãe de duas crianças, foi a grande heroína individual da Olimpíada, superando todos os homens ao conquistar quatro medalhas de ouro no atletismo.

- 1949: São criados os Jogos da Primavera, ou ainda “Olimpíadas Femininas”. No mesmo ano, a francesa Simone de Beauvoir publica o livro “O Segundo Sexo”, no qual analisa a condição feminina.
- 1951: Aprovada pela Organização Internacional do Trabalho a igualdade de remuneração entre trabalho masculino e feminino para função igual.
- 1974: Na Argentina, Isabel Perón torna-se a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente.
- 1975: Na Argentina, comemora-se o Ano Internacional da Mulher. A ONU promove a I Conferência Mundial sobre a Mulher, na Cidade do México. Na ocasião, é criado um Plano de Ação.
- 1983: Nos Estados Unidos, Sally Ride é a primeira mulher astronauta. Voou na nave espacial Challenger.
- 1985: No dia 29 de agosto, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) com a finalidade de promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País.
- 2001: Na Alemanha, Jutta Kleinschmidt é a primeira mulher a vencer o Rali Paris-Dakar, na categoria carros. Considerada a prova mais difícil do planeta, em 23 anos de disputa, jamais uma mulher havia ganhado nessa competição¹⁹.

Em resumo, o princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que nada mais é que a reunião da mulher e do homem: nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que não emane expressamente deles²⁰.

A REALIDADE HISTÓRICO CULTURAL AINDA NA SOCIEDADE ATUAL

A mulher contemporânea contrapõe-se, em vários aspectos, à mulher idealizada na Grécia Antiga, que era submissa de acordo com o pensamento da época. Tal concepção grega em relação à mulher inferior herdada por nós manifesta-se hoje por meio de ideologias.

¹⁹ Conquistas históricas das mulheres, Disponível em: <https://historiadigital.org/curiosidades/50-conquistas-historicas-das-mulheres-no-brasil-e-no-mundo/> Acesso em: 21 mai.de 2022.

²⁰ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html> Acesso em: 20 e 21. mai. de 2022.

Se para os gregos antigos e para o filósofo Aristóteles, o homem era superior à mulher devido a sua maior capacidade intelectual e física, em nossas sociedades modernas tal pensamento ainda percorre em virtude destas concepções histórica, iniciado um ponto de vista machista em que a mulher se apresenta como um ser frágil, designada por natureza à maternidade e às atividades domésticas, exercendo o papel da mulher, de acordo com os conceitos empregados.

Deste modo, as mulheres eram distanciadas do trabalho braçal e intelectual exercido pelo homem, colocando a mulher num plano subordinado, distanciando-a de seus direitos sociais e civis. Contudo, a estrutura política e social vem se modificando e, ainda, está se modificando, apesar de tais ideologias ainda persistirem.

O conceito denominado de Supremacia Masculina representa a situação que vivemos atualmente, no qual o homem tem poder superior sobre as mulheres por considerar que está em nível intelectual maior quando se compara ao sexo feminino. As consequências desta construção da sexualidade incluem a violação e o assassinato de mulheres e, assim como restrições a sua mobilidade, vestimenta e profissões.

A VITIMOLOGIA DO ESTUPRO A SER VENCIDA PELA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O termo vitimologia apresenta vários conceitos na criminologia, devido aos embates de sua natureza Jurídica, se é ciência ou apenas um apêndice da criminologia. Sendo assim, Heitor Piedade Júnior, conceitua como

Desprezando-se, portanto, a necessidade de rotulação da Vitimologia, sobre ser esta ciência ou não, o que se deve considerar relevante é que a Vitimologia deve descobrir seus próprios caminhos para conhecer a complexa órbita da manifestação do comportamento da vítima, face ao delito, ou ao dano negligente, aos abusos do poder, bem como face a todo e qualquer processo vitimizante, numa visão interdisciplinar, no universo biopsicossocial da vítima, tentando buscar alternativas para a prevenção e reparação nos processos de vitimização²¹.

²¹ PIEDADE JÚNIOR, Heitor. Vitimologia: evolução no tempo e no espaço. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1993. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/53441/o-comportamento-da-vitima-no-crime-de-estupro-a-luz-da-vitimologia>. Acesso em: 21 mai. de 2022.

Pode assim afirmar então que a vitimologia sendo ciência ou não, ela é objeto de estudo, sendo seu principal foco a vítima do ato criminoso, buscando reparar e prevenir atos da vitimização. Desta forma Edgar de Moura Bittencourt destaca que o principal campo da Vitimologia é

Preencher a lacuna fundamental da moderna ciência criminológica que incide no plano das causas com potencialidade criminógena. Para isso, a vitimologia preocupa-se em que a Justiça não conheça somente o criminoso e o destaque, elevando-o ao grau de fator principalíssimo, mas que tenha em consideração também o papel preponderante que representa a vítima²².

Desta forma, analisa-se o grau da participação do delinquente como sujeito ativo do crime, além do grau do sujeito passivo sendo este a vítima, como acrescenta Edgar de Moura Bittencourt:

Por ser o delinquente o ponto principal na apuração da ocorrência criminal, não pode permanecer apenas na dissecação exterior dos fatos e circunstâncias de que se reveste a infração, obrigando o exame também da possível e eventual culpa da vítima, ou de sua participação inconsciente no delito, sem a qual este poderia inexistir ou assumir inexpressiva relevância²³.

A relação existente entre a vítima e o infrator, chamada pela doutrina de dupla penal, é caracterizada pela contraposição delinquente e vítima, ou seja, analisa-se a participação da vítima colaborando ou não para o resultado.

REALIDADE DA MULHER COMO ALVO DESSA VIOLÊNCIA

Apesar de todos esses direitos garantidos, e de nossos avanços, destarte, ainda existe violência contra a mulher, seja ela psicológica, verbal ou sexual. Em 2003 o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o SIPS (Sistema de Indicadores de Percepção Social) realizaram uma pesquisa com alguns entrevistados e obterão os dados que continha algumas questões sobre violência sexual. A partir das respostas, estimou-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que

²² BITTENCOURT, Edgard de Moura. *Vítima*. São Paulo: Editora Universitária de Direito Ltda., 1974. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Djic2HEsEDGUNyX_2017-1-20-20-50-16.pdf Acesso em: 20 e 21 mai. de 2022.

²³ BITTENCOURT, Edgard de Moura. *Vítima*. São Paulo: Editora Universitária de Direito Ltda., 1974. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Djic2HEsEDGUNyX_2017-1-20-20-50-16.pdf Acesso em: 20 e 21 mai. de 2022.

haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia.

Esses dados nos mostram os números de estupros que somente teve a denúncia, pois muitas vezes a mulher com medo ou vergonha se cala.

Outro dado interessante é que o SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) levantou em sua pesquisa em relação ao local da ofensa sexual.

Sobre o local onde sofreram a ofensa sexual, 23,7% disseram que andavam pela rua e 21,7% que estavam em casa. Locais públicos internos como shopping a resposta de 13,5%. Estavam no trabalho 10,7% e na casa de algum amigo ou parente 8%. Estavam em locais públicos externos como praças, parques e jardins 7,9% e em meios de transporte 6%. Entre as mulheres, 24,3% estavam que cai para 16,1% entre os homens²⁴.

Como podemos perceber, a mulher é alvo bem elevado quando comparado com o homem em relevância aos dados apresentados. Dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) na pesquisa Tolerância Social à Violência contra as mulheres 26% dos entrevistados acreditam que se as mulheres se comportassem de forma adequada haveria menos estupros. Ainda é expressiva a quantidade de pessoas que enxerga a mulher muito mais como provocadora do ato abusivo à sua dignidade sexual do que, unicamente, vítima²⁵.

Assim a mídia passa a ser uma transmissora de situações que estigmatizam a imagem da mulher fortalecendo os índices de violência que se tem, não se deve justificar o ato do estupro baseando na vestimenta da vítima, e sim o que está previsto e disposto no artigo 59 do Código Penal: em que se afirma que “O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime” de igual modo, considera o “comportamento da

²⁴ SENASP. Pesquisa Nacional de Vitimização. Questionário SENASP. Datafolha: maio de 2013. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV-Senasp_final.pdf>. Acesso em: 21 mai. de 2022.

²⁵ SIPS (Sistema de Indicadores de Percepção Social) tolerância social a violência contra as mulheres Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sisps_violencia_mulheres_novo.pdf> Acesso em: 21 mai. de 2022.

vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime²⁶”.

O ESTUPRO NA SOCIEDADE CONTEMPORANEIDADE

Previsto no artigo 213 do Código Penal Brasileiro, considera estupro qualquer ato libidinoso contra a vontade da vítima ou contra alguém que, por qualquer motivo, não pode oferecer resistência. Ou seja, o estupro é a prática não consensual do sexo, imposta por violência ou ameaça de qualquer natureza. Qualquer forma de prática sexual sem consentimento de uma das partes, envolvendo ou não penetração, configura estupro²⁷.

A expressão cultura do estupro surgiu nos anos 1970 e foi usada por feministas para enfatizar a desigualdade de gênero existente entre homens e mulheres. As mulheres são vistas como indivíduos inferiores e, muitas vezes, como objeto de desejo e de propriedade do homem o que autoriza diversos tipos de violência física e psicológica, entre as quais o estupro.

Outra análise a se fazer em relação ao estupro é o grau de vitimização, na vitimização primeira observa as consequências direitas do ato criminoso tais como as lesões tanto físicas como psicológicas além de econômicas e a gravidez indesejada resultante do estupro.

A vitimização secundária de acordo com Nii é:

O segundo dano, chamado de vitimização secundária, é aquele suportado pela vítima em decorrência da maneira como as outras pessoas respondem ao crime a ela infligido, em especial os órgãos estatais, tais como a polícia e o sistema judiciário. Para melhor compreender, pode-se citar como exemplo, os comentários e olhares desagradáveis dirigidos a uma vítima de estupro pelos funcionários de uma delegacia de polícia, como também a indiferença estatal frente aos seus jurisdicionados²⁸.

²⁶ Código Penal Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 21 mai.de 2022

²⁷ Código Penal Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm Acesso em: 21 mai. de 2022.

²⁸ NII, Ana Paula. Vitimologia – O papel da vítima nos crimes de estupro. Vol. 24, disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Juridica/article/view/3106>>. Acesso em: 21 mai. de 2022..

Nesse grau percebemos uma preocupante insensibilidade e profissionalismo por partes dos órgãos, além do sofrimento causado na vítima na hora do ato criminoso, ela sofre novamente ao pedir ajuda, essas instituições acabam expondo-a, traumatizando ainda mais.

A vitimização terciária é a relação social com familiares e amigos que vítima passa, no qual essas pessoas agem de forma preconceituosa em relação com a vítima, isolando-a e às vezes surgem até piadas maldosas, caracterizando assim o terceiro grau de acordo com Sandro de Carvalho e Joaquim Lobato:

A comunidade em que a vítima vive a vitimiza. Após a divulgação do crime, sobretudo aqueles contra os costumes, muitos se afastam, os comentários são variados e os olhares atravessados para a vítima, o que a fazem se sentir cada vez mais humilhada e, não raras vezes, até culpada do delito. Quando se trata de vítimas crianças e adolescentes na escola, por exemplo, muitos são solidários; mas outros, até mesmo pela curiosidade, fazem perguntas demais, brincam com o fato, e mais constrangimentos impõem às vítimas. No ambiente de trabalho, o mesmo acontece. Entretanto, talvez a pior vitimização seja imposta pela família. Quando a família, alicerce da sociedade (art.226 da CF) impõe à vítima mais sofrimento em decorrência do crime é que os efeitos são deletérios ao extremo²⁹.

Podemos observar duas situações que ocorrem perante as vítimas: níveis de sofrimento com o meio social familiar, e as instituições de poder governamentais no lugar em que são realizadas as denúncias no qual olhares e comentários desagradáveis são dirigidos às vítimas.

A MULHER COMO VÍTIMA E AGENTE PASSIVO

A maioria dos crimes de estupro o principal alvo é o feminino, enquanto o ofensor é homem, resultado de uma cultura patriarcal, que por muito tempo não aplicou nenhuma sanção a os atos libidinosos contra a mulher.

²⁹ CARVALHO, Sandro Carvalho Lobato de; LOBATO, Joaquim Henrique de Carvalho. Vitimização e processo penal. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1937, 20 out. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11854/vitimizacao-e-processo-penal>>. Acesso em: 21 mai. de 2022.

Quando se analisa a história da mulher e sua evolução na sociedade observa-se diversas conquistas, e em vista disso, em razão de sua independência e algumas atitudes, acabaram desenvolvendo conceitos de vítimas provocadoras, uma vez que sua conduta de forma direta ou indireta desperta interesse ao agressor de praticar condutas criminosas.

Conforme comentários disto em sociedade “Ela provocou”, “ela estava de saia curta”, “ela não deveria sair sozinha”, “ela não deveria estar na rua naquela hora”, “ela é uma mulher fácil”, quando surge esse tipo de comentário estamos lidando com a Supremacia Masculina social, no qual as mulheres acabam se sentindo responsáveis, culpadas pela violência que sofreram e ficam com vergonha de denunciar. A vítima quando provocadora se desdobra em três espécies.

Nas palavras de Bittencourt:

A participação da vítima pode consubstanciar-se em qualquer cooperação, consciente ou inconsciente, direta ou indireta, atual, recente ou remota para prática do fato típico. Pode consubstanciar-se ainda na cooperação apenas para qualificar ou agravar o delito. A provocação é a participação por excelência; direta e acompanhada de agressão, em certas condições, chega a compor em prol do agente e justifica a legítima defesa³⁰.

De acordo com o referido autor, todas as vítimas participam do crime, todavia ela não age com mais culpa que o agressor nem se compara a ele. E é nesse sentido que será construído o perfil da vítima do crime de estupro dentro do desenvolvimento do crime.

No período colonial a mulher ficava submissa a regras que limitavam seu modo de agir e se comportar, no qual sua função era dona de casa. Na época da escravidão, por exemplo, a sociedade escravagista tolerava o estupro de negras escravas e índias por senhores de engenhos, não existia denuncia, não existia direito, muito menos alguém para reivindicar essa situação³¹.

No século XIX, homens considerados “de bem” saíam impunes de casos judiciais de estupro, ou seja, não eram condenados, uma vez que no Código Civil de 1916, o homem era o chefe da família e a mulher era considerada “relativamente incapaz”, sendo

³⁰ BITTENCOURT, Edgard de Moura. Vítima. São Paulo: Editora Universitária de Direito Ltda., 1974. Disponível em: <http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Djic2HEsEDGUNyX_2017-1-20-20-50-16.pdf>. Acesso em: 20 e 21 mai. de 2022.

³¹ CUNHA, Carolina. Cultura do estupro, Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/discussao-o-brasil-vive-em-uma-cultura-do-estupro.htm>>. Acesso em: 20 e 21 mai. de 2022.

assim a mulher não tinha capacidade intelectual e civil na época de acordo com a Supremacia Masculina, deste modo, o homem tomava suas decisões e escolhas pela classe feminina³².

Percebe-se que um modelo de sexualidade baseado na ideia de consentimento parte da supremacia masculina. Segundo este modelo, uma pessoa utiliza sexualmente o corpo de outra pessoa, é um modelo baseado na dominação e na submissão, na atividade e na passividade, o consentimento é um instrumento que serve para ocultar a desigualdade existente nas relações heterossexuais, na Supremacia Masculina.

CONCLUSÃO

Através da realização da pesquisa, pode-se observar que os crimes contra a dignidade sexual passaram por diversas mudanças no decorrer da história, antes o que era considerado normal para população nos dias atuais é considerado crime. Uma vez que a mulher passa a ser a principal vítima, percebemos a necessidade que se deve ter para uma criação e aplicação notória da prática para exercer a Lei. Apesar disso, algumas questões ainda não são discutidas em sociedade, impedindo sua eficácia e aplicação, como é o caso do aprofundamento de discursos acerca de gênero e prática sexual.

Precisa-se também de Órgãos Públicos administrativos mais eficazes, para que a vítima consiga quando realizar as denúncias nas instituições, e que não sinta receio ou intimidada por quaisquer que sejam os comentários ou olhares para si mesma. Se as instituições familiares e governamentais agissem de forma adequada e conexa, poderiam ser uma via cabível para se enxergar com mais eficiência e menos preconceito o crime de estupro, além de serem aliadas no processo de modificação cultural no que tange a supremacia masculina.

É a partir da adoção de novas práticas discursiva é que se poderia alcançar um debate mais aprofundado acerca do estupro em todas camadas sociais na sociedade, desde a família, até as escolas ou qualquer outro espaço de interação social.

³² CUNHA, Carolina. Cultura do estupro, Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/discussao-o-brasil-vive-em-uma-cultura-do-estupro.htm>>. Acesso em: 20 e 21 mai. de 2022.

No que se diz a respeito o comportamento da vítima de estupro, independentemente de suas vestimentas, cor, ou condição social, não dar o consentimento para o agente ativo cometer o crime de estupro. Vale ressaltar que no momento de fixação da pena é necessário observar todos os requisitos elencados no artigo 59 do Código Penal, pois o crime contra a dignidade sexual além de ser grave para a vítima é um direito violado, além de representar grande reflexo na imagem daquele tido como agente ativo, que passa a ser visto como um doente, um sujeito abjeto.

Considera deste modo, que a Supremacia Masculina é uma condição atual enraizada pela cultura machista de nossa sociedade que nos atinge desde Antiguidade Histórica até em nossos dias atuais, que precisa ser revertida em nossas classes sociais, e só assim poderemos viver em uma sociedade justa, e igualitária.

REFERÊNCIAS

LOPES, Marina Silveira. **Aula ministrada na disciplina de História do Direito em 20 de mai.** de 2022.

ASSMANN, Selvino José. **Declaração Dos Direitos Da Mulher E Da Cidadã, Juína, MT,** Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/108> Acesso em: 20 e 21 mai. de 2022.

BADINTER, Elisabeth. **Émilie, ÉmVIII / Elisabeth Badinter;** tradução de Celeste Marconilie. **A ambição feminina no século Xdes** – São Paulo : Discurso Editorial Duna Dueto : Paz e Terra, 2003. Acesso em: 20 mai.2022.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. **Vítima.** São Paulo: Editora Universitária de Direito Ltda., 1974. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Djic2HEsEDGUNyX_2017-1-20-20-50-16.pdf >. Acesso em: 20 e 21 mai. de 2022.

CARVALHO, Sandro Carvalho Lobato de; LOBATO, Joaquim Henrique de Carvalho. **Vitimização e processo penal.** Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1937, 20 out. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11854/vitimizacao-e-processo-penal>. Acesso em: 21 mai. de 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade – I – A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940574/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-2-O-Uso-dos-Prazeres.pdf>. Acesso: 20 mai. de 2022.

FRIAS, DANIEL N. **A mulher na Grécia Antiga, Juína, MT,** Acesso em: <https://filosofojr.wordpress.com/2012/08/23/a-mulher-da-grecia-antiga-e-possiveis-aspectos-da-cultura-grega-na-contemporaneidade/>Acesso em: 20 mai. de 2022.

LOPES, Marina Silveira. Aula ministrada na disciplina de História do Direito em 20 de mai. de 2022.

NII, Ana Paula. **Vitimologia** – O papel da vítima nos crimes de estupro. Vol. 24, disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Juridica/article/view/3106>>. Acesso em: 21 mai. de 2022.

PIEDADE JÚNIOR, Heitor. **Vitimologia**: evolução no tempo e no espaço. Rio de Janeiro:Freitas Bastos, 1993. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/53441/o-comportamento-da-vitima-no-crime-de-estupro-a-luz-da-vitimologia>>. Acesso: 21 mai. de 2022.

RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. **Vitimologia**: Revista Síntese de direito penal e processual penal, n.º 7, p. 30/37, abr/mai, 2001. Acesso: 21 mai. de 2022.

ROCHA, Carmem Sílvia Moretzsohn. Direitos da Mulher: uma história de dominação e lutas. Disponível em: <<http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/22/artigo127779-1.asp>>. Acesso em: 20 mai. de 2022.

SCHWARTZMAN, JOSÉ SALOMÃO. **Diferenças de Gêneros**, Juína, MT. Acesso em: <https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/diferencas-de-genero/>. Acesso em: 21 mai. de 2022.

SENASP. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. Questionário SENASP. Datafolha: maio de 2013. Disponível em: http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV-Senasp_final.pdf Acesso em: 21 mai. de 2022.

SIPS (Sistema de Indicadores de Percepção Social). **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf>. Acesso em: 21 mai. de 2022.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: EDIPRO, 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/viewFile/18645/12268>. Acesso em: 21 mai. de 2022.

CAPÍTULO IV

DA VIOLÊNCIA À DESIGUALDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PÚBLICO FEMININO DURANTE A PANDEMIA COVID-19

Jane Mara Spessatto³³; Victória Barcarollo Ficagna³⁴.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-04

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar quais os desafios enfrentados pelo público feminino, em um cenário pandêmico, tanto envolvendo o seio familiar, quanto às próprias atividades laborais, em uma realidade até então não costumeira, que vem afetando e marginalizando, em especial, as mulheres. Para tanto, partindo-se de uma premissa de desigualdade de gênero, ainda com recortes patriarcais e discriminação de sexo no ambiente de trabalho, sua estruturação indaga, quais os desafios enfrentados pelo público feminino na família e nas suas atividades laborais durante a pandemia desencadeada pela Covid-19. Por outro lado, também ocorreu a abordagem da violência doméstica durante a pandemia e seus efeitos em relação às mulheres, com ênfase na questão de gênero e racial. O método utilizado para o presente artigo foi o dedutivo, considerando uma análise de dados extraídos de portais de órgãos públicos, doutrinas, legislação e artigos acadêmicos. A conclusão a que se chega, é quanto à necessidade do enfrentamento pelas instituições e sociedade em geral na busca de mecanismos adequados para desconstruir a ideia machista imposta pelo colonialismo e transformar, através da conscientização de que há espaço para a convivência harmônica das pessoas, seja nos ambientes domésticos como no ambiente laboral.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Violência Doméstica. *Home Office*. Pandemia Covid-19.

FROM VIOLENCE TO INEQUALITY IN WORK RELATIONS: THE CHALLENGES FACED BY THE FEMALE PUBLIC DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: The present work aims to analyze the challenges faced by the female public, in a pandemic scenario, both involving the family and the work activities themselves, in a hitherto non-customary reality, which has been affecting and marginalizing, in particular, the women. Therefore, starting from a premise of gender inequality, even with patriarchal cuts and sex discrimination in the work environment, its structure asks what are the challenges faced by the female public in the family and in their work activities during the pandemic triggered by Covid-19. On the other hand, domestic

³³ Jane Mara Spessatto. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade Meridional (PPGD/IMED). Advogada. E-mail: jane_spessatto@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7846873771677572>.

³⁴ Victória Barcarollo Ficagna. Mestranda em Direito pela Faculdade Meridional – Imed. Bacharel em Direito pela Faculdade Meridional – Imed. E-mail: ficagna.victoria@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3181334521700770>.

violence during the pandemic and its effects on women was also addressed, with an emphasis on gender and racial issues. The methods used for this article were inductive and deductive, considering an analysis of data extracted from portals of public bodies, doctrines, legislation and academic articles. The conclusion reached is about the need for confrontation by institutions and society in general in the search for adequate mechanisms to deconstruct the sexist idea imposed by colonialism and transform, through the awareness that there is space for the harmonious coexistence of people, either in domestic and work environments.

KEYWORDS: Women. Domestic Violence. *Home Office*. Covid-19 Pandemic.

INTRODUÇÃO

A pandemia que assolou o mundo desde o final de 2019³⁵ surpreendeu a todos e trouxe consequências traumáticas, dentre as quais a perda de entes queridos, isolamento social, aprofundamento da desigualdade social e especificamente em relação às mulheres sobrecarga de trabalho e violência doméstica.

O presente trabalho volta o olhar para a situação da mulher em tempos de pandemia, e objetiva abordar como ocorreu a conciliação entre manter o trabalho em *home office* e dar atenção e cuidado à família. É certo que as mulheres são resilientes e sempre mantiveram dupla jornada de trabalho, contudo, diante do cenário pandêmico a situação se mostrou um pouco diferente.

A adaptação emergencial às novas formas de trabalho, que demandam práticas online, até mesmo, sobrecarga laboral, atrelado às atividades domésticas, se tornou um desafio ao público feminino, considerando a já existente desigualdade estrutural, presente tanto no seio familiar, quanto no mercado de trabalho.

Também faz parte dos objetivos do presente artigo a análise da violência doméstica sofrida pelas mulheres nesse período de pandemia. Os números são assustadores e, apesar da existência de um amplo sistema legislativo regulando a questão, a violência cometida contra a mulher se assemelha à pandemia, fazendo vítimas diariamente. Quando o foco é direcionado à questão racial e econômica, a pandemia

³⁵ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. (BRASIL, 2021).

trouxe consequências ainda mais nefastas, tanto no aspecto trabalhista como em relação à violência doméstica.

Portanto, a elaboração do artigo justifica-se por se tratar de questões atuais e urgentes, cuja abordagem proporciona uma reflexão e alerta acerca dos acontecimentos sociais que têm impactado a sociedade, a vida das mulheres, além de seus filhos e familiares, os quais necessitam de mudanças, adaptações e proteção.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PÚBLICO FEMININO DURANTE O TRABALHO EM *HOME OFFICE*

A violência de gênero é uma realidade vivida pelo público feminino, enraizada pela cultura patriarcal e agravada com o isolamento social em decorrência da Pandemia Covid-19, que impactou as relações laborais e foi objeto de significativas mudanças. Através de uma analogia atribuída por Marx e Nietzsche, em relação à luta de classes, Losurdo (2015, p. 34), apresenta que:

Ao abordar a questão operária no campo da análise histórica e social, Marx, que na época tinha 26 anos, não somente ridiculariza o grito de alarme sobre a “nova invasão dos bárbaros”, como o arremete contra os que o lançaram – é exatamente desses “bárbaros” que se pode esperar a emancipação absolutamente necessária. A “camada bárbara de escravos” contra a qual alerta Nietzsche (e a cultura do tempo) é a classe operária que, arrebatando os grilhões da “escravidão moderna” que a submetem, dará uma contribuição decisiva à edificação de uma sociedade e de uma civilização não mais fundada na exploração e na opressão. Os paradigmas da raça e do conflito de civilização são confutados já pelo fato de que a análise histórico-social concreta revela a labilidade da fronteira entre civilização e barbárie. Isso não vale só para as relações de classes internas à metrópole capitalista.

A participação da mulher no mercado de trabalho sempre foi desigualada, haja vista a preponderante divisão sexual do trabalho. A discriminação estrutural com o público feminino, tão somente pelo fato de ser mulher, já era um grande fardo a ser carregado por este público, ainda que sócio historicamente, considerando que seu enquadramento na classe operária sempre foi objeto de limitações e restrições.

Conforme bem retratam Rodrigues e Soares (2021, p. 143), “Desde os primórdios do capitalismo – na chamada fase da acumulação primitiva -, à mulher sempre foi

atribuído um papel secundário em relação ao homem, no que diz respeito às atividades economicamente produtivas”.

Já, nas palavras de Machado et al. (2021, p. 185) “[...] as mulheres têm uma aptidão natural para o desempenho das atividades de afeto e zelo, volta à berlinda das discussões sobre a égide da desigualdade entre homens e mulheres e a relação (omissa) do Estado para enfrentar esta dificuldade”.

Contudo, em que pese a previsão constitucional de igualdade entre homens e mulheres, bem como, a proteção que o Estado oferece para tutelar as prerrogativas voltadas à classe feminina, tanto na seara familiar, quanto laboral, ainda se visualiza a vulnerabilidade deste público, em face de um enquadramento masculino que permeia a economia, sociedade e política.

Sendo assim, a fim de acentuar, ou então minimizar as desigualdades laborais enfrentadas pelas mulheres, no entendimento de Rodrigues e Soares (2021, p. 159):

[...] se revelam fundamentais a propositura de ações coletivas no âmbito do assédio discriminatório de gênero na publicidade dirigida à mulher, na diferenciação salarial no mercado de trabalho, como também por meio do empoderamento feminino no exercício de sua liberdade de escolha para um consumo consciente e responsável [...].

No âmbito do Direito do Trabalho, em especial, num cenário pandêmico, repisa-se, ainda que exista a legislação que ampare uma igualdade formal e material, entre homens e mulheres, a cultura da diferença salarial, bem como, do cerceamento ou as dificuldades de ascensão profissional, são realidades constantes no meio ambiente laboral.

O papel atribuído às mulheres, durante o isolamento social, foi da romantização da figura de mãe, mulher, e trabalhadora vulnerável, reflexo este, alimentado pela raiz histórica de desigualdade de gênero.

Conforme preleciona Machado et. al. (2021, p. 186), ainda que reconhecida a entrada das mulheres no mercado de trabalho, de forma assalariada, isso “[...] não modificou estruturalmente as responsabilidades com os afazeres domésticos e as tarefas do cuidado. As trabalhadoras acumularam suas funções dentro de casa com as jornadas de trabalho nas fábricas, lojas, escolas, hospitais”.

Em decorrência da pandemia Covid-19, as relações laborais precisaram de uma determinada adaptação emergencial, através da modalidade de trabalho *home office*. No entendimento de Loosekann e Mourão (2020, p. 74), “[...] o *home office* foi a solução adotada para uma parcela da força de trabalho e representou desafios significativos, principalmente, para empresas que contavam com controle presencial de frequência como pilar das relações trabalhistas”.

Ainda, para os autores, (2020, p. 73), a divisão entre trabalho, família, lazer e atividades domésticas, acabaram sendo conjugadas em um mesmo ambiente. Fazendo um paralelo, o que já era “função atribuída às mulheres”, sob o olhar de um capital patriarcal, com o isolamento social, essa cultura se difundiu de forma acentuada.

Em face do caráter inarredável que essas atribuições têm assumido para boa parte das mulheres brasileiras, a possibilidade de se alcançar a igualdade de gênero no Brasil torna-se cada vez mais remota. Além das dificuldades de administrar os afazeres domésticos e de cuidado com a rotina de trabalho remoto, estão as mulheres moral e socialmente obrigadas a gerenciar a educação virtual das crianças, reforçando a compreensão de que são as mulheres as efetivas responsáveis pela criança e que, quando o Estado não consegue viabilizar o funcionamento do espaço escolar, são elas que devem retornar para a função de educadoras. (MACHADO et. al., 2021, p. 185)

A elasticidade das jornadas duplas ou triplas, durante o trabalho em *home office* ainda predomina, atrelado ao trabalho doméstico, sendo atribuído à mulher, a conotação de “super-mulher”, ou “super-heroína”. Por essa razão, é necessário cercear esta romantização do trabalho feminino, que possua o escopo de diminuí-la como mulher (RODRIGUES; SOARES, 2021, p. 144-145).

Trazendo à baila a realidade enfrentada pelo público feminino, durante a pandemia Covid-19, Camila Pires Garcia e Tayná Leite, realizaram a pesquisa³⁶ denominada “Pais em Casa”, onde concluiu-se que as mulheres são responsáveis pelo

³⁶ A pesquisa aponta as mulheres com filhos como as que mais despendem tempo com trabalho não remunerado (63% delas gastam mais de 3 horas por dia com esse tipo de trabalho, para apenas 37% dos homens com filhos). Por sua vez, as mulheres sem filhos investem muito mais tempo nessas atividades que os homens sem filhos [...]. Apenas 14% das mulheres com filhos relataram não ter tido impacto efetivo sobre sua jornada de trabalho neste período, enquanto o dobro dos homens não sofreu esse impacto. A maior parte das mulheres com filhos (31%) relatou que só consegue trabalhar sem interrupções pelo período de 1 hora ou menos. A pesquisa retratou que 83% das mulheres com filhos acumularam mais funções durante a Pandemia, contra 74% dos homens com filhos. [...] No que diz respeito às atividades educacionais, 50% das mães se responsabilizam sozinhas por acompanhá-las, contra apenas 6% dos pais. Em 27% dessas famílias, ambos (mãe e pai) são responsáveis por acompanhar as atividades educacionais das crianças. (MACHADO et. al., 2021, p. 196-195).

excesso de demanda das atividades, envolvendo o seio familiar, além de que, no âmbito laboral, a partir dos dados levantados, os homens foram os menos atingidos quanto ao impacto das mudanças no trabalho, uma vez que sobre estes, as responsabilidades - ainda seriam, tão somente, de provedor da família.

A partir do exposto, a condição do sexo feminino sempre foi uma escusa para a categorização do sexo frágil no mercado de trabalho. Os empregadores e grandes CEO's utilizam-se deste pressuposto para validar a supressão de direitos trabalhistas como igualdade de salários, dificuldades de promoção e ascensão laboral, sobrecarga de tarefas, entre outras.

Além de todas as agruras sofridas pelas mulheres, a pandemia também trouxe sérias consequências relacionadas a violência, questão a ser abordada especificamente no próximo tópico.

A EPIDEMIA DAS SOMBRAS, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A PANDEMIA COVID 19

A violência contra a mulher tem sido tema de inúmeros debates acadêmicos e da sociedade em geral, encontra-se presente em milhares de demandas judiciais e também é objeto de intensa discussão legislativa, tanto no cenário nacional, como internacional.

O Brasil aderiu aos tratados internacionais que reconhecem a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos e a consideram como problema de saúde pública, desde então diversas políticas públicas foram implementadas na busca incessante da redução desse tipo de violência. (Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, 1993).

Entretanto, o caminho trilhado para se alcançar esse tipo de proteção legislativa foi longo e tortuoso, muitas mulheres foram impedidas de ter acesso à educação, aos seus bens, de ter a guarda de seus filhos e até mesmo de se divorciar. No século XVII enquanto ocorria a afirmação dos direitos do homem através da racionalidade, a sensibilidade da mulher era o fator determinante para a eliminação da classe feminina de outras atividades, conforme descreve Alessandra Facchi (2011, p. 67):

A exclusão das mulheres dos direitos, por outro lado, era facilmente justificada tomando por base a sua “natural” diversidade, que lhes determinava, desde o nascimento, a propensão para determinadas atividades e a falta de vocação para outras. O homem racional é por excelência o indivíduo de sexo masculino, enquanto se admite que entre as mulheres prevalece a emotividade e o sentimento, características inadequadas para as decisões econômicas, políticas e jurídicas.

Com essa justificativa as mulheres eram excluídas de participar da vida profissional, com exceção de atividades específicas como o cuidado com os filhos, idosos e doentes. No ano de 1792 é escrito o primeiro texto da teoria feminista de autoria de Mary Wollstonecraft, ela defendia a paridade de razão e de juízo moral entre os sexos e atribui instrução como primeiro objetivo, porém que a instrução seja do tipo masculino (FACCHI, 2011, p. 67).

As conquistas das mulheres foram lentas e alcançadas a duras penas, enquanto em diversas partes do mundo busca-se igualdade de gênero, noutras regiões, as mulheres ainda se estão buscando acesso à educação. Um caso emblemático é o da jovem Malala Yousafzai (2020), ganhadora do prêmio nobel da paz em razão da sua luta pelo acesso à educação às meninas paquistanesas.

Ultrapassadas as premissas históricas, destaca-se que no Brasil a ação de maior relevância dos últimos tempos na proteção da categoria gênero feminino, certamente é a promulgação da Lei Maria da Penha, de nº 11.340/2006, considerada inovadora e modelo para outros países do mundo.

Na Lei Maria da Penha está descrita a definição de violência, em seu artigo 5º, refere “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2021).

O artigo concentra os fatores que configuram a violência doméstica e delimita também os atores que podem ser considerados agressores e as vítimas. Deixando claro ainda que esse tipo de violência ocorre no ambiente familiar, fato que expõe todos aqueles que se enquadrem no gênero feminino, seja homens, mulheres e crianças ao perigo de serem agredidos por pessoas do convívio extremamente próximo.

As autoras Sardenberg e Tavares (2016) explicam a abrangência da Lei Maria da Penha e quem ela protege:

[...] violência de gênero diz respeito a qualquer tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual. Dentro dessa perspectiva, a violência de gênero pode atingir tanto homens quanto mulheres, como se verifica no caso da violência contra homossexuais e transexuais, vítimas constantes de todo tipo de agressão. Entretanto, histórica e numericamente, é a violência masculina contra mulheres e, em especial, a violência doméstica, que tem se constituído como fenômeno de maior destaque.

Cabe salientar que a violência doméstica, conforme descrita na Lei Maria da Penha, não se trata apenas da violência física, mas também pode ser psicológica, moral, sexual ou patrimonial, porém como o intuito do trabalho é ir além desses conceitos não serão tratados especificamente cada um deles.

É possível afirmar que a violência impregnada na sociedade brasileira é fruto de uma herança escravocrata e de colonialismo ainda muito presente, a independência da mulher, apesar de todos os avanços, se mantém em construção, o pleno acesso à educação e ao emprego, a igualdade de oportunidades e a independência financeira são questões muito presentes na vida das mulheres.

A violência por vezes silenciosa pela qual passam muitas mulheres ultrapassam limites territoriais, também é indiferente quanto às classes sociais, de raça ou etnia e encontra-se enraizada na sociedade de tal maneira que é tratada com naturalidade, como se fosse normal ocorrerem agressões físicas ou psicológicas, principalmente quando se está tratando de relacionamentos afetivos.

Como referido anteriormente, o Brasil possui um vasto sistema legislativo com a finalidade pedagógica e punitiva para crimes cometidos contra o gênero feminino, nesse sentido podem ser destacadas, além da Lei Maria da Penha, de nº 11.340/2006, a Lei Carolina Dieckmann, de nº 12.737/2012; a Lei 12.845/2013 – Lei do Minuto Seguinte; a Lei Joana Maranhão, de nº 12.250/2015; a Lei do Feminicídio, de nº 13.104/2015³⁷.

³⁷ Lei do Minuto Seguinte - A lei 12.845 foi sancionada em 2013 e oferece algumas garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e o fornecimento de informações sobre os direitos legais das vítimas.

As leis mais recentes relacionadas à proteção da mulher, sancionadas no ano de 2021, são a Lei 14.188/21 e a Lei 14.245/21, essa última denominada de Lei Mariana Ferrer, a qual prevê punição para atos contra a dignidade de vítimas de violência sexual e das testemunhas do processo durante julgamentos (BRASIL, 2021).

Importante destacar ainda as ações do Conselho Nacional de Justiça (2020), o qual implantou no ano de 2018, através da Resolução 254 a **Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, com a qual busca-se garantir um atendimento mais humanizado para as vítimas de violência e deu ensejo a projetos como o Programa Nacional **Justiça pela Paz em Casa**.

Esse seria um breve arcabouço do sistema legal e jurídico vigente e que visa à proteção das mulheres, impondo medidas de enfrentamento e de punição mais severas, como o agravamento das penas em caso de crimes cometidos contra as mulheres.

Muito embora exista todo esse sistema de proteção, ainda assim, diante do cenário de pandemia imposto pela Covid 19, com o isolamento social e a restrição no atendimento pelos órgãos públicos, ocorreu o que foi denominado de “Pandemia das Sombras” pela ONU Mulheres (2020).

A pandemia desmistificou a ideia da casa ou lar ser um local seguro, isso porque a aproximação de vítimas e seus abusadores tiveram consequências nefastas. No cenário regional, os números registrados junto à Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, referentes à violência contra as mulheres nos anos de 2020 e 2021 foram extremamente elevados.

Em 2020 o Estado Gaúcho registrou o número de 79 mulheres vítimas de feminicídio, também ocorreram outras 317 tentativas, ou seja, 1,08 mulheres sofreram tentativa ou foram mortas por dia no Rio Grande do Sul no último ano. Já outros tipos de

Lei Joana Maranhão - A lei 12.650 foi sancionada em 2015 e alterou os prazos quanto a prescrição (prazo) contra abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, de forma que a prescrição só passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos.

Lei Carolina Dickmann – A lei 12.737/2015 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Lei do Feminicídio - A lei 13.104 foi sancionada em 2015. Quando uma mulher é morta em decorrência de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, fica caracterizado o feminicídio, sendo considerado um crime hediondo em que a pena pode chegar a 30 anos de reclusão.

violência como estupro, alcançou o número de 2.080, lesão corporal 18.914 e registros de ameaça alcançaram o número de 33.686.

No ano de 2021, até o mês de outubro os dados apontam para o crescimento do número de vítimas de feminicídio, tendo atingido absurdos 83 casos e ainda restam dois meses para o encerramento do ano. Também estão registradas 210 tentativas de feminicídio, 26.308 mulheres registraram terem sido ameaçadas e 14.350 foram vítimas de lesões corporais. O crime de estupro foi registrado por 1.676 vítimas (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Os números são preocupantes, acendem um alerta e trazem um questionamento sobre quais as razões de tantos crimes contra a mulher. No Estado do Rio Grande do Sul, durante a pandemia foi lançada a campanha Máscara Roxa, pelo Comitê Gaúcho ElesPorElas, da ONU Mulheres, bem como apoiado por diversos órgãos como o Tribunal de Justiça, Ministério Público entre outros, onde as mulheres que estavam impedidas de sair e se deslocar até uma delegacia de polícia, podem registrar sua ocorrência em farmácias conveniadas, denominadas de “Farmácia Amiga das Mulheres”, solicitando uma “máscara roxa”. A campanha que inicialmente contava com 600 farmácias atingiu o número de 1.314 unidades de farmácias onde é possível efetuar o registro (G1, 2021).

Outra importante campanha, idealizada durante a pandemia de Covid19 e protagonizada em todo território nacional pelo Conselho Nacional de Justiça, denominada de “sinal vermelho contra a violência” também trata-se de uma forma de denúncia para a mulher que esta vivenciando uma situação de violência. Essa campanha tornou-se lei por meio da sanção presidencial ao Projeto 741/2021, o qual deu ensejo a Lei 14.188/21³⁸.

Diante dessas considerações verifica-se uma vasta quantidade de leis para o combate à violência e proteção às mulheres, ou seja, o sistema punitivo encontra-se extremamente fundamentado, contudo, a análise que deve ser feita é onde estão as falhas desse sistema.

³⁸ Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Essa é a grande preocupação da sociedade e das instituições envolvidas diretamente na questão, como o Poder Judiciário, através do Conselho Nacional de Justiça, ONU Mulheres e organizações não governamentais ligadas à causa, além de diversos parlamentares, conselhos municipais e acadêmicos.

As políticas públicas a serem implementadas passam necessariamente pela educação, percebe-se a necessidade de desconstruir a ideia de posse, de dependência da mulher em relação ao homem. O colonialismo³⁹ no país ainda é muito forte, a noção de que uma pessoa pode ser dona de outra, existe desde os tempos do descobrimento do Brasil e sua colonização.

Os colonizadores nunca se conformaram com os costumes indígenas, que são originalmente os primeiros habitantes do território nacional, trataram de impor uma concepção de mundo civilizado que se enraizou no país através de uma cultura machista e misógina, de exploração dos corpos femininos, a qual infelizmente vem numa crescente.

Como bem refere Gayatri Chakravorty Spivak “A restrita violência epistêmica do imperialismo nos dá uma alegoria imperfeita da violência geral que é a possibilidade de uma episteme” (2010, p. 65-66). A autora trata a mulher como sujeito subalterno, desprovido de voz e que corre o risco de, ao tomar o lugar de fala, sofrer consequências muitas vezes fatais e continua:

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há evidência. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica do gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 66-67).

Muito embora a violência doméstica não escolha classe social, etnia ou raça, ao direcionar o estudo para essas questões verifica-se que as mulheres negras e pobres são as maiores vítimas, tanto da violência, como da pandemia.

³⁹ "Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os primitivos, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou colonialismo." (ALMEIDA, 2019).

De acordo com o relatório elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), divulgado em julho de 2021, o percentual de mulheres negras que figuraram entre as vítimas de feminicídio foi de 61,8%, sendo 36,5% brancas, 0,9% amarelas e 0,9% indígenas. No que tange às vítimas dos demais homicídios femininos 71% eram negras, 28% eram brancas, 0,2% indígenas e 0,8% amarelas.

Aliada a tragédia da violência também está a da pandemia, cabe lembrar que uma das primeiras mortes por covid19 anunciadas no Brasil, em março de 2020, foi de uma mulher, trabalhadora desde os 13 anos de idade como empregada doméstica e negra. (CAMTRA, 2020).

Silvio Almeida (2021) refere que “não há como dissociar a questão racial como fator político, desencadeador de desigualdade social e preconceito, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”.

A violência doméstica assim como o racismo possui um caráter sistêmico, não se trata de um único aspecto, como a violência física, trata-se de um conjunto de fatores que estão inseridos culturalmente na sociedade há séculos e são percebidos em setores importantes da sociedade, como por exemplo, no cenário político, através do silenciamento, assédio e até mesmo a morte de parlamentares, fatores que contribuem para a redução da participação feminina na vida política⁴⁰. Assim também é no cenário jurídico e das grandes corporações onde são inúmeras as dificuldades encontradas pelas mulheres na participação de cargos de relevância nesses setores.

A violência do homem branco para com o homem negro também acaba desencadeando mais violência doméstica contra as mulheres negras, pela inferioridade do homem negro em relação ao branco e sendo esse um sujeito humilhado, com a dignidade ferida acaba transferindo todo seu ódio/raiva como forma de violência à mulher negra.

⁴⁰ Mas, quem poderia falar, então? O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher-negra, pobre” como um item respeitoso na lista de prioridade globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio. (SPIVAK, 2010, p. 126)”.

Portanto, a mulher negra e pobre acaba sendo vítima de violência perpetrada por todos, ela está na base da pirâmide da violência, e por viver numa sociedade capitalista, ela também está nos empregos subalternos e mais expostos à pandemia Covid-19.

Para Joice Berth (2021), escritora e pesquisadora de questões de gênero “O necessário período de isolamento social por que passam os brasileiros não é a causa da violência doméstica”. A autora cita a definição da escritora portuguesa Grada Kilomba, a qual refere-se a mulher negra como o “*outro do outro*”, sendo que a violência exercida sobre ela para assegurar sua submissão é ainda maior.

Em tempos pandêmicos a obscuridade citada por Spivak (2010, p. 70) é extremamente atual, ela refere: “A mulher se encontra duplamente na obscuridade”, principalmente nas camadas sociais mais pobres as dificuldades impostas para acessar direitos básicos são quase que intransponíveis”.

Diante desse cenário de violência generalizada e enraizada culturalmente na sociedade, aliada aos efeitos nefastos da pandemia Covid-19, ocorreu uma escalada da violência contra a mulher de forma geral e mais profundamente contra a mulher negra e socialmente vulnerável, fato extremamente preocupante e que demanda atenção de todos. Particularmente no Brasil, a dívida histórica para com as mulheres demonstra a necessidade de políticas públicas de inclusão e de uma nova consciência, para promoção do respeito e bem estar de todos.

CONCLUSÃO

A elaboração do presente trabalho acabou revelando o quanto os problemas aqui retratados são importantes e demandam ações urgentes. Restou evidenciado como culturalmente as questões de gênero interferem no desenvolvimento saudável da sociedade e conseqüentemente na qualidade de vida das pessoas, seja nas relações profissionais, assim como nas relações pessoais e afetivas.

No cenário trabalhista são diversos os obstáculos enfrentados pelas mulheres, para que tenham as mesmas oportunidades oferecidas aos trabalhadores do gênero masculino.

Não só no mercado de trabalho, mas também nas próprias relações interpessoais, as mulheres são vítimas de preconceitos e desigualdades.

Tais desequilíbrios estruturais, somam-se aos efeitos decorrentes da pandemia Covid-19, onde o trabalho desempenhado pelas mulheres, com jornadas já exaustivas e alimentadas por um capitalismo totalmente patriarcal, apenas se intensificou por meio das triplas e controladas jornadas de trabalho.

Quanto ao aspecto da violência doméstica pode-se perceber que a cultura patriarcal e machista ainda expõe todos àqueles que compõem o gênero feminino a situações de humilhação e violência e o que é pior atinge as crianças, seja deixando-as desamparadas por conta dos feminicídios ou traumatizadas por conviver num ambiente familiar violento.

E diante do cenário de pandemia, o Brasil acompanhou a tendência mundial de aumento da desigualdade social, fator desencadeador de precarização das relações trabalhistas e maior violência doméstica, afetando as pessoas do gênero feminino, bem como os filhos que convivem com a violência no âmbito familiar.

Enquanto a sociedade não compreender o real significado de igualdade, o ciclo da violência nunca terá fim, as ações e políticas públicas sobre o tema devem tratar a questão através da interseccionalidade, posto que os fatores interligam-se, ou seja, não é possível resolver o problema da isonomia na esfera trabalhista, se não ocorrer o respeito e igualdade entre os gêneros feminino e masculino.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais: Coordenação Djamila Ribeiro).

ALMEIDA, Silvio, **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais: Coordenação Djamila Ribeiro).

_____. O outro do outro. **Revista Piauí**. In: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-outro-do-outro/> Acesso em 27.nov.2021.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Programas e ações de violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/violencia-contra-a-mulher/> Acesso em 21.nov.2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. *Governo Federal*. O que é a Covid-19? Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 22.dez.2021.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Publicada em 08/08/2006.

BRASIL. **Lei n. 12.737, de 30 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Publicada em 03/12/2012.

BRASIL. **Lei n. 12.650, de 17 de maio de 2012**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Publicada em 18/05/2012.

BRASIL. **Lei n. 12.845, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Publicada em 02/08/2013.

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Publicada em 10/03/2015.

BRASIL. **Lei n. 14.188, de 28 de julho de 2021**. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Publicada em 29/07/2021.

BRASIL. **Lei n. 14.245, de 22 de novembro de 2021**. Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, e a Lei nº 9.099 para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). Diário Oficial da União, Brasília, DF, Publicada em 23/11/2021.

BRASIL. **Relatório anual CNJ 2021, ano base 2020** – Justiça em números. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/justica-em-numeros-sumario-executivo.pdf> Acesso em 21.nov2021.

BROWN, Wendy. *Dossiê Temático “Igualdade e Diferença: Dilemas e Desafios do Uso de Categorias Identitárias para a Promoção dos Direitos Fundamentais de Minorias Políticas”*. Traduzido por Marina Cotez. RDP, Brasília, Volume 18, n. 97, 459-474, jan./fev. 2021.

Campanha '**Máscara Roxa**' possibilita denúncia de violência doméstica em farmácias do RS. *Gl.Globo*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/06/10/campanha-mascara-roxa-possibilita-denuncia-de-violencia-domestica-em-farmacias-do-rs-saiba-como-funciona.ghtml> Acesso em 23.nov.2021.

CAMTRA. **Casa da Mulher Trabalhadora**. Relembrar para não esquecer, primeira vítima de covid 19 no Brasil foi uma empregada doméstica. Disponível em: <https://camtra.org.br/relembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica>. Acesso em 28.nov.2021.

_____. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> Acesso em 21.nov.2021.

DAVIS, Angela (2016-09-21T22:58:59). **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2016.

FACCHI, Alessandra. **Breve história dos direitos humanos**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GONÇALVES, R. Caldeira Brant Losekann; CARDOSO MOURÃO, H. (2020). **Desafios do teletrabalho na pandemia Covid-19**: Quando o home vira office. *Caderno De Administração*, 28, 71-75. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53637>. Acesso em: 06.dez.21.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. Traduzido por: Silvia de Bernardinis. Boitempo Editorial. São Paulo. 2015.

MACHADO, Monica Sapucaia; BERTOLIN, Patricia Tuma Martins, ANDRADE, Denise Almeida. **As mulheres e as tarefas de cuidado no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil**: (não) divisão das responsabilidades parentais e o homeschooling. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, 2021. v.24. n.47. Dossiê "O desafio do trabalho feminino e sua relação com o Direito: entre o trabalho de cuidado, emocional e de (re)produção".

ONU. Organização das Nações Unidas. **A pandemia das sombras**: violência doméstica durante a COVID-19. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/node/86015> Acesso em 21.nov.2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. **Indicadores da violência contra a mulher geral e por município 2021**. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em 23.nov.2021.

RODRIGUES, Isabelle de Assunção; SOARES, Dennis Verbicaro. **A participação da mulher no mercado de trabalho e nas relações de consumo**: contradições e desigualdades de gênero. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, 2021. v.24. n.47. Dossiê "O desafio do trabalho feminino e sua relação com o Direito: entre o trabalho de cuidado, emocional e de (re)produção".

SARDENBERG, Cecilia M. B. TAVARES, Márcia S.(Org.) **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA, 2016. ed. Kindle.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

YOUSAFZAI, Malala. LAMB, Christina. **Eu sou Malala: A história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo talibã**. Companhia das letras. Edição Kindle, 2013.

CAPÍTULO V

LÍNGUA PORTUGUESA: O DESAFIO DA ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR

Paula Fernanda Eick Cardoso⁴¹; Camila Martins Vellar⁴².

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-05

RESUMO: O presente artigo busca apresentar o trabalho realizado em um projeto de ensino, desenvolvido na universidade. Nessa perspectiva, o projeto justifica-se pelas necessidades demonstradas por muitos estudantes de um trabalho contínuo com as habilidades de leitura e escrita e com a reflexão mais aprofundada sobre a estrutura gramatical da língua portuguesa para a vivência acadêmica. Nossa hipótese é que esse trabalho poderá contribuir para a diminuição da reprovação, retenção e/ou evasão nos diferentes cursos da universidade. Além disso, a ampliação do conhecimento de linguagem poderá ter impacto inclusive no campo profissional da vida dos alunos. Dessa maneira, espera-se que os participantes mostrem crescimento linguístico através da aplicação dos conhecimentos sobre produção textual e estrutura gramatical da língua nas ações e atividades propostas no projeto. Nas produções escritas, espera-se que os alunos demonstrem o emprego das estruturas linguísticas do gênero textual estudado, a presença de coesão e coerência, bem como o uso do registro escrito culto da língua portuguesa. Para isso, tomamos por base as reflexões de Antunes (2014), Motta-Roth e Hendges (2010), Azeredo (2021), dentre outros autores que tratam do ensino de língua portuguesa no Brasil e da temática acerca do letramento acadêmico e de práticas de produção da leitura e da escritura na universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Produção textual. Universidade. Projeto de ensino.

PORTUGUESE LANGUAGE: THE CHALLENGE OF WRITING IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This article seeks to present the work developed in the teaching project, developed at the University. From this perspective, the project is justified by the needs demonstrated by many students for continuous work with reading and writing skills and with a deeper reflection on the grammatical structure of the Portuguese language for academic experience. Our hypothesis is that this work may contribute to the reduction of failure, retention and/or drop out in different university courses. In addition, the expansion of language knowledge may also have an impact on the professional field of students' lives. Thus, it is expected that participants demonstrate linguistic growth through the application of knowledge about textual production and grammatical structure of the language in the actions and activities proposed in the project. In written productions, it is expected that students demonstrate the use of linguistic structures of the textual genre

⁴¹Docente na Universidade Federal de Pelotas; <http://lattes.cnpq.br/5325775493727475>; número ID ORCID0000-0001-8405-5305. E-mail: paulaeick@terra.com.br

⁴²Graduanda em Letras – Redação e Revisão de Textos, pela Universidade Federal de Pelotas; <http://lattes.cnpq.br/0024394138783059>; número ID ORCID0000-0001-7068-9657. E-mail: camilamartinsvellar@gmail.com

studied, the presence of cohesion and coherence, as well as the use of the cultured written record of the Portuguese language. For this, we took as a basis the reflections of Antunes (2014), Motta-Roth and Hendges (2010), Azeredo (2021), among other authors dealing with the teaching the Portuguese language in Brazil and the theme about academic literacy and reading and writing production practices at university.

KEYWORDS: Text production. University. Teaching project.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: CONTEXTUALIZANDO O PROJETO

Nas sociedades modernas, a linguagem escrita é muito importante. Segundo Ferrarezi Jr. (2014),

Nem conseguimos imaginar mais o mundo sem a escrita; tal ideia não nos parece razoável. Não há como escapar da escrita, como não há jeito de fugir da leitura. Vivendo em nossa sociedade, ou aprendemos a escrever, ou estamos em sérios apuros (FERRAREZI JR, 2014, p. 82).

O domínio mais profundo da linguagem escrita, dos gêneros textuais e dos recursos capazes de assegurar a eficiência na expressão das ideias, dos argumentos, das experiências tende a ser exigido especialmente no ensino superior para a elaboração de trabalhos acadêmicos. No entanto, como menciona Ferrarezi Jr (2014, p. 87),” esse aluno que sai da escola sem as habilidades mínimas de escrita costuma fugir dela como o diabo foge da cruz. Isso até mesmo quando consegue entrar na faculdade”. Nesse caso, caberá à universidade buscar meios de trabalhar a expressão escrita dos estudantes. O trabalho com a expressão escrita pode ocorrer na universidade através de ações propositivas, como componentes curriculares obrigatórios, projetos de ensino e de extensão centrados na produção textual, em que ocorra a prática continuada de leitura e de escrita, a fim de familiarizar os estudantes com a linguagem acadêmica para que tenham mais conhecimentos e adquiram confiança para produzir. Ainda que não seja possível esperar que essas ações propositivas resolvam todas as faltas de leitura e de escrita dos alunos universitários, elas podem contribuir de maneira significativa para a superação de alguns problemas.

Embora os falantes sejam capazes de utilizar o sistema linguístico para se expressar oralmente e por escrito porque se valem de conhecimentos de linguagem internalizados desde tenra idade, esses conhecimentos precisam ser ampliados a fim de que os falantes, então discentes, obtenham êxito no ensino superior. Na verdade, os estudantes precisam receber uma boa orientação para o aprendizado e o aprimoramento

das habilidades e competências referentes à linguagem acadêmica, assim as produções orais e escritas poderão permitir a comunicação, ou seja, a construção do sentido pretendido pelos alunos. Atenção especial requerem as produções escritas, visto que, nessa modalidade de língua, a comunicação normalmente se dá a distância, sem o acesso às reações do interlocutor, sem as possibilidades de reformulação que estão disponíveis na linguagem falada e que favorecem um redirecionamento do texto.

Dentre as orientações que podem ser fornecidas aos discentes está o planejar com antecedência a elaboração do texto, o que pode lhes permitir pesquisar sobre o conteúdo, determinar as estruturas linguísticas e os aspectos específicos do tipo de texto a ser produzido. Já no que diz respeito à expressão escrita, as orientações ofertadas não devem estar centradas no estudo da nomenclatura da gramática normativa. Segundo Faraco (2008, p. 157-158), “O lema aqui pode ser: reflexão gramatical sem gramatiquice e estudo da norma culta, comum/standard sem normativismo”. O estudo da nomenclatura gramatical tende a se afastar das necessidades de fala e de escrita dos estudantes, porque, além de tomar por base determinadas regras que não parecem naturais para eles, utiliza uma metalinguagem, de certa maneira, inconsistente e demasiadamente simples para dar conta da língua que falam. Voltaremos, nas próximas seções do artigo, às orientações fornecidas aos participantes do projeto para o aprendizado e o aprimoramento das habilidades e competências referentes à linguagem acadêmica. É importante observar também que, segundo Azeredo (2021),

A gramática, portanto, não é uma armadura que enrijece a frase, mas um sistema de meios que torna possível a elaboração e a troca de significados por meio de uma língua. Assim concebida, a gramática é parte do conhecimento que qualquer indivíduo tem da língua. Um conhecimento ativado no processo de produzir e compreender as frases/textos dessa língua. (AZEREDO, 2021, p. 136).

No entanto, muitos professores, inclusive universitários, continuam a acreditar que os brasileiros desconhecem as regras gramaticais do português porque desrespeitam as regras lusitanas de colocação pronominal. Segundo Antunes (2014),

Em geral, ensinamos regras de sintaxe, por exemplo, repetindo o que está nos manuais de gramática, sem qualquer consideração à possibilidade de essas regras já não estarem vigorando entre os falantes mais escolarizados e em situações de mais monitoramento. As regras são ditadas como se valessem por elas mesmas, sem que os alunos sejam alertados para a possibilidade de que tais regras podem já não

estar valendo ou podem valer apenas em um ou outro contexto (ANTUNES, 2014, p. 111).

Os estudantes precisam se familiarizar com a modalidade culta da língua portuguesa empregada por aqueles que concluíram o ensino superior - jornalistas, escritores, professores, por exemplo. Para Faraco (2008, p. 72), “a norma culta/comum/standard é a variedade que os letrados usam correntemente em suas práticas mais monitoradas de fala e escrita”; por isso é importante buscar meios didáticos capazes de permitir o compartilhamento com os estudantes da gramática da linguagem escrita culta, através de exercícios efetivos de escrita. A elaboração de tarefas na vida acadêmica exige que os universitários conheçam e apliquem essa modalidade de língua. Ainda segundo Antunes (2014),

Há uma unanimidade de julgamento em relação ao fato de que é a gramática das classificações e subclassificações (não a gramática das regras dos usos oral e escrito da língua!) que tem “cadeira cativa” na escola, apesar de, a toda hora, ser possível deparar-se com alunos concluintes do nível médio que não sabem escrever, por exemplo, um simples comentário a partir de um problema levantado. Não sabem do mais sofisticado ao mais elementar, como ortografia, partição de palavras, uso de maiúsculas etc. (ANTUNES, 2014, p. 91).

As dificuldades identificadas por Antunes (2014, p. 91) nos textos dos estudantes que estão concluindo o ensino médio aparecem também nas produções escritas dos universitários. Segundo Ferrarezi Jr e Carvalho (2015),

O que acontece com os alunos, inclusive os universitários, é isto: eles têm boas ideias, mas não sabem como organizá-las no papel. E não adianta dar uma aula sobre pronomes, outra sobre conjunções e mais uma sobre advérbios e uma outra sobre as preposições e ficar dando aulas teóricas sobre elementos coesivos do texto até o ano acabar. Não adianta que eles saibam os nomes dessas categorias gramaticais e saibam classificá-las ou identificá-las num texto. O que, de fato, eles precisam aprender é qual papel tais palavras desempenham na organização das ideias dos textos, os efeitos de sentido que elas provocam e saber como se usa, de fato, isso tudo (FERRAREZI JR; CARVALHO, 2015, p. 161).

Com o intuito de contribuir para a melhoria do desempenho linguístico dos estudantes universitários, foi proposto um projeto de ensino que trata dos usos da escrita na esfera acadêmica. Foram elaboradas ações voltadas para as práticas de linguagem no contexto universitário, como a leitura e a produção de textos, especialmente do gênero acadêmico - resenha, resumo, artigo - para que os estudantes consigam reconhecer os

elementos linguísticos que tendem a aparecer em cada um desses gêneros textuais através do estabelecimento de contrastes. Foram propostas também atividades que trabalham com aspectos gramaticais da língua portuguesa (concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, pontuação, instrumentos gramaticais de subordinação e de coordenação) a partir dos textos produzidos pelos participantes do projeto. As ações procuraram aprimorar o conhecimento de linguagem dos estudantes e minimizar equívocos persistentes quanto ao domínio da variedade escrita culta da língua portuguesa, pois o projeto pretende levar os estudantes a refletir sobre o funcionamento da língua portuguesa, bem como a realizar a consequente prática linguística. Segundo Faraco (2008),

Adquirir familiaridade com as variedades chamadas cultas é, antes de qualquer coisa, adquirir familiaridade com as práticas socioculturais da escrita. Isolar as formas cultas das práticas da escrita é tomar a parte pelo todo e perder de vista os complexos processos históricos de construção e transformação da expressão escrita [...] (FARACO, 2008, p. 169).

Conforme Faraco, o trabalho com a expressão escrita não pode estar dissociado do trabalho com o texto, e essa é a estratégia que buscamos adotar nas ações desenvolvidas no projeto de ensino.

O projeto justifica-se pelas necessidades demonstradas por muitos estudantes de um trabalho contínuo com as habilidades de leitura e escrita e com a reflexão mais aprofundada sobre a estrutura gramatical da língua portuguesa para a vivência acadêmica. Nossa hipótese é a de que esse trabalho poderá contribuir para evitar a retenção de estudantes em seu percurso curricular, bem como prevenir a evasão e o abandono do curso em que estejam matriculados. Além disso, a ampliação do conhecimento de linguagem poderá ter impacto inclusive no campo profissional da vida dos alunos.

Em virtude da pandemia de covid-19, o projeto foi ofertado aos estudantes universitários através de atividades remotas distribuídas em módulos de vinte horas/aula, sendo que cada módulo teve duração de quatro semanas. Semanalmente, os estudantes participaram de encontros de duas horas/aula através da plataforma *Moodle* e fizeram três horas/aula de atividades dirigidas (produção textual, atividades sobre algum aspecto gramatical da língua portuguesa com base nos textos). Cabe ressaltar que os participantes do curso podiam contactar a ministrante das oficinas através do próprio *Moodle* e do

WhatsApp para verificação de dúvidas. Cada turma contou, no máximo, com vinte participantes. O processo de seleção dos estudantes foi feito por intermédio de um edital publicado no *site* da universidade. Os vinte primeiros inscritos foram matriculados, e a ministrante das oficinas ficou com uma lista dos nomes excedentes que poderiam ser chamados, caso houvesse alguma desistência ao longo do curso.

De modo geral, os participantes demonstraram, especialmente nas atividades de reescrita dos textos produzidos nas oficinas, crescimento linguístico através da aplicação dos conhecimentos sobre produção textual e estrutura gramatical da língua. Ou seja, os alunos empregaram, na reescrita de seus textos, as estruturas linguísticas do gênero textual estudado e mostraram a presença de coesão e coerência em suas escritas, bem como o uso do registro escrito culto da língua portuguesa. É provável que a atividade de revisão dos textos tenha contribuído para isso, pois os alunos foram levados a avaliar as qualidades e os defeitos de seus textos para ter condições de corrigi-los. Através de mensagens que foram encaminhadas aos participantes do projeto com comentários que explicitam as qualidades e os problemas do texto, procurou-se indicar os pontos que necessitavam de revisão, propondo soluções linguísticas, formas de dizer capazes de aprimorar a capacidade de expressão dos alunos. Segundo Ferrarezi Jr e Carvalho (2015),

E esse processo de refazimento pode ser repetido mais de uma vez, até se chegar à versão final, dependendo dos objetivos do texto, do público-alvo e do nível de correção da redação (FERRAREZI JR; CARVALHO, 2015, p. 215).

É importante que os alunos aprendam a produzir os textos, avaliá-los e reescrevê-los. A capacidade de avaliar o próprio texto leva o aluno a ter autonomia para empregar estratégias linguísticas com o objetivo de se expressar de maneira mais adequada.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROJETO

Nesta seção, serão apresentadas as atividades propostas em um dos módulos do projeto, o qual foi desenvolvido no período de quatro semanas com uma carga horária de vinte horas/aula. Cabe salientar que a carga horária do curso foi determinada com base na compreensão de que, em virtude do afastamento social provocado pela pandemia do Coronavírus e das atividades remotas, a manutenção do engajamento dos estudantes com

o projeto seria facilitada se os cursos não fossem de longa duração. Assim, os participantes poderiam começar e concluir um módulo de quatro semanas de duração e, caso desejassem ampliar os estudos, poderiam se inscrever nos módulos seguintes.

Na primeira semana do primeiro módulo do projeto de ensino, exploramos questões introdutórias acerca da redação de gêneros acadêmicos, tendo em vista que artigo acadêmico, abstract/resumo e resenha são alguns dos principais gêneros que circulam nesse meio. Assim, destinamos uma atenção maior a esses, a fim de contextualizar os participantes com relação aos fatores que caracterizam essas produções.

Motta-Roth e Hendges (2010) apontam que, na redação acadêmica, é importante atender para fatores que, por um lado, podem ajudar a delinear o formato e o conteúdo de nosso texto na fase de preparação da escrita e, por outro lado, podem ajudar no processo de escrita e, posteriormente, na revisão e edição do texto.

Nesse sentido, nessa primeira semana do projeto, procuramos oportunizar o conhecimento desses fatores, os quais foram divididos em: tópico (que inclui a importância de uma seleção criteriosa da literatura de referência, atentando para a qualidade da fonte de onde essa literatura é extraída, a importância dos autores e a recência dos trabalhos); audiência (já que é fundamental ter em mente o público-alvo do trabalho); estratégias de apresentação (as quais auxiliam na demonstração do ponto de vista e dão uma confiabilidade maior ao texto); organização textual (uma estrutura textual clara facilita o entendimento durante a leitura); estilo (na escrita acadêmica, em geral, é adotada uma escrita mais formal, através de determinadas estratégias e do vocabulário utilizado); desenvolvimento da informação (que envolve a evolução clara e lógica das informações e o uso eficiente das palavras); e apresentação final do texto (uma revisão atenta é um elemento-chave para a qualidade do material).

Outro ponto importante salientado na primeira semana de atividades é o de que, consoante a Motta-Roth e Hendges (2010), escrever na universidade é produzir textos com objetivos específicos, já que, por exemplo, um artigo, um livro, uma dissertação ou uma tese têm funções diferentes e os acadêmicos precisam ter conhecimento sobre isso.

As autoras supracitadas mencionam que, dependendo da área, alguns gêneros são mais ou menos utilizados, de acordo com finalidades específicas. Nesse sentido, o

memorial reflexivo é um gênero comum em programas de iniciação à docência, em disciplinas de estágio e, recorrentemente, em seleções de pós-graduação, já que apresenta uma representação mais crítica de práticas desenvolvidas, conforme apontam Fischer e Hochsprung (2018).

Partindo desse pressuposto, posteriormente à contextualização dos participantes sobre os fatores de produção resumidos acima, propusemos, como primeira atividade do módulo, a escrita de um memorial reflexivo sobre as práticas de produção textual dos participantes na trajetória de cada um até o momento, seja nas vivências do ensino básico ou do próprio ensino superior ou da pós-graduação, que era o caso de alguns participantes. Com essa proposta, visamos conhecer melhor os participantes, entender as lacunas relacionadas aos conhecimentos de uso da linguagem nas suas produções para podermos selecionar os conteúdos que seriam trabalhados nas semanas seguintes de acordo com a necessidade percebida. Por ser um gênero mais pessoal, conforme Fischer e Hochsprung (2018), com maior liberdade de expressão, esperava-se que o estilo individual dos participantes ficasse mais evidente nas produções.

Em algumas das produções recebidas, notamos que alguns participantes dividiram os memoriais com subtítulos, como introdução, desenvolvimento e considerações finais, o que foi de encontro ao apresentado nos exemplos e explicações da semana. Uma provável causa desse equívoco/dessa necessidade de dividir os textos assim é a de que

Parece haver unanimidade, entre os artigos observados, quanto às causas dos problemas encontrados nas redações analisadas: a escola não leva o aluno a se colocar criticamente, mas lhe oferece modelos e estratégias de preenchimento a fim de cumprir a tarefa de produzir uma redação (PIETRI, 2007, p. 293).

Na segunda semana do módulo, buscamos aprofundar o gênero artigo acadêmico. Inicialmente, buscamos contextualizar sobre os meios de circulação desse gênero e as características dos elementos que compõem essa produção. Detalhamos as características de produção de cada um dos elementos constitutivos, como título e subtítulo, resumo, introdução, tema problema, objetivos, justificativa, revisão bibliográfica, metodologia e referências. Já que a produção de um artigo seria inviável em função da carga horária do projeto, foi proposta a atividade de identificação dos elementos em um artigo publicado em um periódico científico.

Na terceira semana, o foco foi o gênero resenha, que é um gênero textual muito utilizado para avaliar, positiva ou negativamente, o resultado de uma produção de alguma área do conhecimento – seja um livro, um filme, uma pintura, um documentário etc. Procuramos oportunizar aos participantes o entendimento de que, ao escrever uma resenha, busca-se fornecer uma opinião crítica sobre uma determinada obra, para isso é importante ter conhecimento acerca da temática abordada.

Buscamos explorar as estratégias de produção de uma resenha apresentadas por Motta-Roth e Hendges (2010), além de apresentar exemplos de resenhas para mostrar a utilização efetiva dessas estratégias na produção textual. Assim, a proposta de atividade da terceira semana foi a produção de uma resenha sobre um filme.

Na quarta, e última, semana do módulo, planejamos explorar o uso dos sinais de pontuação, especialmente da vírgula, já que, na revisão dos trabalhos, percebemos que esse era o recurso linguístico com maior número de problemas. Procuramos recorrer a estratégias como a criação de materiais visualmente atrativos, muitos exemplos de uso real da língua para que os alunos compreendessem melhor o conteúdo. A proposta de atividade nessa última semana foi a reescrita dos memoriais ou das resenhas entregues nas semanas anteriores do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação universitária, por si só, é um processo complexo; a adaptação do estudante a esse nível é demorada, já que tradicionalmente o ensino básico possui lacunas em relação à prática efetiva de leitura e interpretação, e os alunos, no geral, são acostumados a realizar avaliações mecânicas que exigem memorização e transcrição de respostas prontas. Em virtude disso, os universitários tendem a ter um “choque de realidade” e a ficarem retidos em disciplinas.

No decorrer do projeto, buscamos oportunizar aos participantes, através de sugestões de leitura e de utilização de vários exemplos, uma exposição a textos pertencentes aos gêneros textuais acadêmicos mais utilizados, como o artigo, o resumo e a resenha, com a finalidade de promover a percepção e a reflexão acerca dos elementos linguísticos que aparecem em cada um.

Além disso, procuramos promover um entendimento acerca de noções gramaticais que regem alguns usos linguísticos, objetivando diminuir a insegurança nas respectivas utilizações durante a escrita. Tendo em vista que a maior dificuldade da maioria dos participantes era em relação ao uso da pontuação, priorizamos esse elemento.

Observamos, portanto, que, no final do projeto, os participantes apresentaram certo crescimento linguístico, já que foram diminuindo a incidência de inadequações e de equívocos na escrita a cada nova produção. Além de que, no próprio *feedback* dos participantes em relação às atividades desenvolvidas, foi mencionado que o projeto ajudou, inclusive, nas avaliações do semestre que estava em curso, porque conseguiram obter excelentes resultados em trabalhos que envolviam produção textual.

Dessa maneira, percebemos que o projeto de ensino desenvolvido representa, também, uma possibilidade de contribuir para a permanência dos estudantes em seus cursos, principalmente aqueles provindos de um ensino básico mais deficitário e de grupos de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Gramática contextualizada**: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2021.
- FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FERRAREZI Jr, C. **Pedagogia do silenciamento**: a escola brasileira e o ensino de língua materna. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- FERRAREZI Jr, C.; CARVALHO, R.S. de. **Produzir textos na educação básica**: o que saber, como fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- PIETRI, E. A constituição da escrita escolar em objeto de análise dos estudos linguísticos. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, 46(2): 283-297, Jul./Dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/Rb8CdCzW4y5CsbNL89gkY6t/?format=pdf&lang=pt>>, acesso em 04 ago. 2021.

CAPÍTULO VI

MARCUSE E O HOMEM UNIDIMENSIONAL: UMA ANÁLISE DA SOCIEDADE INDUSTRIAL LIBERAL

Patrícia Pereira da Silva Cirilo⁴³.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-06

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo realizar uma discussão acerca das relações sociais que caracterizam a sociedade industrial avançada de acordo com o pensamento de Herbert Marcuse. Para tanto, o estudo tem como justificativa a relevância em apresentar, segundo o pensamento de Herbert Marcuse, algumas das relações sociais que caracterizam a sociedade industrial avançada. Assim, o trabalho consiste em uma revisão bibliográfica sobre o tema, a coleta de dados foi realizada, através informações disponíveis para essa pesquisa por meios de trabalhos já realizados a partir de pesquisas apresentadas nas bases de dados do Google periódico Acadêmicos, Scielo, e revistas virtuais especializadas, nacionais. Nesse sentido, constatou-se que os controles sociais se fundamentam nas necessidades irresistíveis da produção e do consumo. Dessa forma, conclui-se que algumas relações sociais são caracterizadas na sociedade contemporânea pelo seu aperfeiçoamento da tecnologia, o desenvolvimento de uma grande produtividade, o fornecimento de um elevado padrão de vida razoável e desenvolvimento tecnológico. Nesse contexto, entende-se que essas relações sociais integram os indivíduos à ordem social existente, elas paralisam o pensamento e comportamento crítico e os impede de compreender e sentir a necessidade de superar a sociedade unidimensional.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Homem unidimensional. Civilização Industrial. Ideologia. Formas de controle.

MARCUSE AND THE UNI-DIMENSIONAL MAN: AN ANALYSIS OF LIBERAL INDUSTRIAL SOCIETY

ABSTRACT: The present study aims to carry out a discussion about the social relations that characterize advanced industrial society according to the thinking of Herbert Marcuse. Therefore, the study is justified by the relevance of presenting, according to the thinking of Herbert Marcuse, some of the social relations that characterize advanced industrial society. Thus, the work consists of a bibliographic review on the subject, data collection was carried out, through information available for this research by means of works already carried out from research presented in the databases of Google journal academics, scielo, and specialized, national virtual magazines. In this sense, it was found that social controls are based on the irresistible needs of production and consumption. In this way, it is concluded that some social relations are characterized in contemporary society by their improvement of technology, the development of great productivity, the provision of a reasonable high standard of living and technological development. In this

⁴³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Licenciada em Matemática. E-mail: patriciapsc@gmail.com.

context, it is understood that these social relationships integrate individuals into the existing social order, they paralyze critical thinking and behavior and prevent them from understanding and feeling the need to overcome the one-dimensional society.

KEYWORDS: Capitalism. One-dimensional man. Industrial Civilization. Ideology. Forms of control.

INTRODUÇÃO

O crescimento da tecnologia vem fornecendo muitas melhorias para diversas pessoas e a mesma tem se mostrado de grande importância, pois percebe-se que a globalização e o desenvolvimento da tecnologia mudou a sociedade, fornecendo mudanças e precipitação de desenvolvimento cultural e tecnológico, enfatizando as comunicações, fez novos desafios para as pessoas. Dessa forma, a sociedade capitalista sofre algumas transformações decisivas à continuidade de suas relações sociais (ABREU *et al.*, 2013).

Na busca de estar cada vez mais preparados para atender as exigências do mercado de trabalho, o homem busca conhecer as alternativas e assim, o seu pensamento não se limita a descrever os impasses da organização social estabelecida, mas a partir deles compreender que uma nova forma de organizar as relações sociais é possível.

Diante desse contexto, Herbert Marcuse (1898 - 1979) foi contrário sobre os avanços do capitalismo exagerado, visto que para o autor, sob o atual capitalismo, o homem acaba se submetendo a um modo de vida com um consenso indiscutível sobre os valores de mercado, assim como esse fato significa viver sob o domínio de um homem unidimensional e sujeito a condições e subjetivas para todo o planeta.

Nesse sentido, Marcuse avançou desenvolvendo uma teoria crítica da sociedade capitalista capaz de apresentar as contradições e, ao mesmo tempo, as alternativas apropriadas para a superação do status quo e construção de uma sociedade qualitativamente melhor.

Para Marcuse a sociedade capitalista é compreendida através de uma vida humana e digna ser vivida, quer dizer, que ela pode ser e deve ser feita digna de ser vivida e que na própria sociedade capitalista existiriam as possibilidades para que todas as pessoas possam viver, viver bem e viver melhor (PISANI, 2006).

Com o intuito de demonstrar como se organiza o novo estágio da sociedade capitalista e, por conseguinte, as novas formas de dominação e observar que essa unidimensionalidade ainda se expandirá através da conciliação com a tecnologia e a conduta do capitalismo liberal. Finalmente, a partir daí, em nome da adesão a uma visão mais racional e tecnológica.

Marcuse (1973) expõe que todos esses recursos e aparatos tecnológicos age como mecanismo de dominação da sociedade como controle social, ou seja, na visão do autor os recursos tecnológicos tem como objetivo instituir novas ações eficazes de controle social diante das ideologias dos grupos dominantes em cada tempo vivido.

Assim, o presente estudo é de suma importância uma vez que a revisão bibliográfica incluiu uma análise de estudos relevantes, pois se constituiu um corpus do estudo proporcionando conhecimento abrangente e fundamental para a discussão do capitalismo atual, como criticado por Marcuse, do chamado consenso em favor do atual modo de vida da globalização dos mercados onde o modelo é o homem unidimensional.

A TECNOLOGIA E A GLOBALIZAÇÃO PELO MERCADO

A sociedade tecnológica foi criada a partir da difusão da tecnologia no processo social através do comportamento e progresso técnico que impõe uma atitude tecnológica capaz de controlar o modo de viver das pessoas. A tecnologia desenvolve um novo estilo de vida no qual o pensamento e comportamento da classe dominante e alguns dos seus valores: competição, eficiência e produtividade já estão prescritos nos produtos oferecidos pela sociedade prevalecente (ALMEIDA *et al.*, 2015).

A evolução tecnológica trouxe mais comodidade e facilidade a toda a população, e de forma acelerada essa revolução foi se desenvolvendo e ganhando mais público, e assim, desenvolvendo a internet e a interatividade a toda a população fazendo com que a sociedade ficasse cada vez mais atenta às informações nas redes de acesso (GARBER, 2001).

Marcuse (1941) a sociedade moderna expande sua racionalidade quando se diz respeito aos modos de produção e consumo no mercado capitalista. Para o autor, o consumismo torna-se compulsivo.

Nesse contexto, observou-se que uma quantidade tão grande de informações, propagandas e ofertas de produtos consegue concretizar o consumidor humano ideal, que vive uma vida estável sem não se opor a tal condição, satisfaz as expectativas de um mercado baseado no consumo desenfreado. Alguns anos antes, Marcuse já havia alertado para tal condição antropológica, para qual o homem começava a marchar na sociedade industrial.

As mudanças de comportamento são muito mais que uma revolução tecnológica, é uma mudança sociocomportamental. A sociedade está cada dia mais buscando comodidade que vai desde investimentos empresariais a compras sem sair de dentro de seus próprios lares (LOH *et al.*, 2016).

Diante desse contexto, entende-se que a tecnologia pode ser considerada como um objeto político de dominação, ao mesmo passo que ela emerge como poder de transformações científicas e descobertas tecnológicas, pode alienar o próprio ser humano como um objeto dominado.

A realidade virtual tem ganhado espaço na sociedade contemporânea, pois a mesma está presente no cotidiano das pessoas por todo o planeta. As pessoas estão cada vez mais expostas ao uso da tecnologia por tempo muito prolongado. A *internet* vem ocupando espaço na vida dos seres humanos e o uso do aparelho celular passa a ter significado na vida dos seus usuários. Sabendo que os adolescentes estão mais expostos às tecnologias e proporcionados pelo uso da *internet*, vivendo assim experiências variadas (SANTOS, 2016).

Essa capacidade de mudança de criação, de inovação apresenta novas ferramentas, novos caminhos a serem trilhados, ampliando os horizontes e possibilitando condições de trabalho antes não imaginadas.

O crescimento das variedades, a partir do uso da *internet* e desta nova organização social, colocou em operação novas necessidades, novas demandas, novas regras de produção, sociabilidade e sobrevivência. Como resultado de tudo isso, emergem novas

formas de agir e de viver que dão visibilidade aos processos de transformação das formas de ser, alterando não somente os comportamentos, mas também a constituição psíquica das pessoas, pode ser devido ao comportamento de assistir televisão, ou de ficar horas em computadores e celulares (IANNI, 2004).

O aparelho celular é considerado um dos maiores meios de comunicação da população atualmente, o uso de celular influencia muito no comportamento das crianças, adolescentes e adultos, visto que o que nota-se na atualidade é o uso desgovernado e em excesso dessa tecnologia (MARCONDES FILHO, 2012).

Segundo Paiva e Costa (2015), as tecnologias atuais estão relacionadas ao entretenimento, conhecimento e trabalho, por isso dispositivos como tablets, smartphones, computadores e videogames fazem parte do processo de industrialização, assim como do nosso dia a dia. Contudo, estes autores advertem que devido à internet oferecer acessibilidade 24 horas por dia, o uso indiscriminado da tecnologia pode substituir as interações habituais entre as pessoas, a família e o ambiente.

No entanto, esta geração tem uma vantagem devido ao aumento das habilidades no uso da tecnologia, na busca e manipulação de informações, e ainda tem uma maior capacidade de adaptação ao ambiente de trabalho atual que requer o desenvolvimento de competências informáticas e tecnológicas. Assim, as redes sociais estão embutidas na vida cotidiana das pessoas, pois mostra-se um lugar propício para desenvolvimento de interações sociais (SOARES, 2011).

A tecnologia, compreendida como modo de produção, instrumentos e invenções, entendida como manifestação do pensamento e comportamento da classe opressora, compreendida como forma de vida estabelecida, transforma-se em instrumento de dominação. Com o desenvolvimento da sociedade estabelecida, a técnica foi sendo cada vez mais aperfeiçoada, o seu aprimoramento criou novas formas de controle, formas diferentes de dominação.

A tecnologia não contribui somente com a dominação em escala nacional e para Marcuse, a técnica não pode ser compreendida por si mesma, isolada do mundo, desvinculada das relações sociais; segundo o filósofo, o progresso técnico é sempre

entendido como uma relação social, assim, no capitalismo tardio ele está sob a direção da classe dominante (VARGAS, 2001).

Marcuse assinalou que as relações entre os homens estariam cada vez mais mediadas pelo processo técnico, onde na sociedade moderna as formas de comunicação estão cada vez mais reduzidas, ou confinadas apenas nas redes de comunicações sociais das chamadas tecnologias da informação (AQUINO, 2017).

No entanto, se a tecnologia passasse ao controle da classe dominada, deixaria de ser meio de dominação e passaria a ser instrumento de libertação, os objetivos que buscaria seriam outros, o progresso técnico passaria a ser direcionado para conquistar os interesses da classe dominada. Haveria uma transformação radical da sociedade vigente, surgiram novas relações sociais.

O HOMEM UNIDIMENSIONAL E A SOCIEDADE DE CONSUMO

O homem unidimensional, refere-se principalmente a um modo de vida condizente com o capitalismo vigente e também se expande de forma consensual e com grande tendência totalizante pelo tecido social: por um lado, este homem faz hipóteses sobre o mercado através dos campos da economia, sociedade, política, cultura, ciência, tecnologia, etc. Por outro lado, também transita em território subjetivo, nomeadamente pela produção do desejo inconsciente. Essa "unidimensionalidade" está, portanto, presente nos quatro cantos do planeta: está praticamente em todos os lugares e em nenhum lugar (KELLNER, 2015).

Em outras palavras, não é que o trabalho da ideologia sobre as necessidades reais ou fictícias deixe de ser importante, porém, quando entra em cena a subjetividade hegemônica, há uma potencialização do efeito da unidimensionalidade, pois inconscientemente o próprio indivíduo se entregará ao desejo e ao serviço do capital.

Obviamente, tudo isso será feito por meio de instituições, ou seja, a instituição da família, instituição de ensino, trabalho, etc. Desta forma, cada indivíduo aprenderá a seguir o modelo de uma vida dita feliz dentro da sociedade de consumo (KONDER, 1998).

A ordem unidimensional cria um homem unidimensional, um ser humano que só ver o que está diante de seus olhos, ele não consegue enxergar além do fato, o que está presente lhe aparece como imutável, a organização social dada parece a única possível e uma sociedade diferente torna-se imaginável.

O homem unidimensional é impossibilitado de reconhecer seus inimigos e lutar contra as injustiças perpetradas por eles, pois a própria sociedade unidimensional bloqueia a efetivação da revolta. Assim, a realidade existente torna-se uma ordem unidimensional capaz de absorver para si todas as suas oposições (CARNEIRO, 2012).

O homem unidimensional não é capaz de reconhecer suas próprias necessidades e interesses, estes são confundidos com as necessidades e aspirações da classe dominante, que são interesses predominantes na sociedade unidimensional, aqui acontece o que Marcuse denomina de unificação dos opostos (SILVA, 2015).

Dessa forma, a sociedade unidimensional reduz cada vez mais as possibilidades de emancipação. Com uma sociedade e um homem cada vez mais unidimensionais, as alternativas de libertação só podem surgir como tendências capazes de romper a consciência e o comportamento administrados da classe trabalhadora, essas tendências de ruptura da ordem vigente podem contribuir com a superação da sociedade e do homem unidimensional.

Assim, a luta de classes, que é o motor do desenvolvimento social e a principal contradição a ser resolvida, é desacreditada e cai no esquecimento, prevalece uma situação em que não há classes ou grupos revolucionários para militar pela mudança social e na qual os indivíduos estão integrados à sociedade existente (KELLNER, 2015).

Esses pequenos grupos aparecem como forças de desintegração, tendências que podem ajudar a classe trabalhadora a perceber as contradições da sociedade unidimensional e destruir a forma de vida existente. Enfim, essas tendências podem estimular o ressurgimento do pensamento crítico, multidimensional, capaz de pensar e criar uma nova sociedade e um novo homem.

A sociedade unidimensional está conseguindo realizar o que os estágios anteriores da sociedade capitalista não conseguiram fazer: a construção de uma sociedade sem oposição. Uma dessas tendências são os pequenos grupos existentes no interior da

sociedade estabelecida que, em virtude da sua consciência e comportamento revolucionário podem reativar o pensamento e práxis transformadora da classe trabalhadora.

SOCIEDADE INDUSTRIAL AVANÇADA

A sociedade industrial avançada é descrita por Marcuse como uma sociedade capitalista, ou seja, vista como a união entre produtividade e destrutividade, isto é, ao mesmo tempo em que ela produz um crescente padrão de vida, também produz exploração e destruição dos seres humanos e da natureza. Nesse contexto, cabe destacar que essa sociedade capitalista consegue desenvolver novas relações sociais diferentes das relações sociais vigentes nos estágios anteriores dessa sociedade (CARNEIRO, 2012).

Desse modo, nessa sociedade pode ser entendida como uma sociedade capaz de apaziguar as forças sociais dissidentes, parece estar conseguindo reconciliar os interesses opostos das classes antagônicas. Essas são algumas relações sociais prevalecentes na sociedade industrial avançada, mas também existem outras relações sociais fundamentais para sua perpetuação.

Cabe enfatizar que as relações sociais que distinguem esse novo momento são várias, o aperfeiçoamento cada vez maior e melhor da tecnologia, o desenvolvimento sem precedentes da produtividade e o fornecimento de um crescente padrão de vida são alguns exemplos daquelas relações. Estas estimulam o desenvolvimento de algumas daquelas tendências e criam as condições de melhorar ou tornar ainda mais difícil a vida dos seres humanos.

As relações sociais vigentes na sociedade estabelecida foram construídas por todos os homens e mulheres, mas estas relações não foram decididas autonomamente por todos os indivíduos, e, sim, por uma minoria, isto é, pela classe dominante e, dessa maneira, essas relações buscam satisfazer o interesse da classe que as impôs (LOUREIRO, 2005).

Desse modo, a sociedade industrial avançada é uma forma específica de organização social, cujo objetivo é manter inalterada as relações sociais que contribuem

para perpetuar o estado de coisas vigente. Este consiste em manter a classe dominante na sua posição privilegiada à custa da exploração da classe dominada.

Assim, na sociedade existente, quanto mais aumenta a produtividade maior é o lucro apropriado pela classe dominante, pois essa produtividade se expande para a maior parte da sociedade e alcança uma parcela cada vez maior da população, alargando o leque de compradores e consumidores de bens e serviços supérfluos (HARVEY, 2007).

Algo semelhante parece acontecer com relação à tecnologia, organizada e direcionada para satisfazer os objetivos da classe dominante, ou seja, garantir sua posição privilegiada, o progresso técnico ajuda a reproduzir as condições sociais que mantêm inalterado o estado de coisas prevalecente. A ciência e a técnica no interior do capitalismo ajudam a produzir um padrão de vida crescente, uma existência muito mais confortável e até mesmo boa para uma quantidade cada vez maior de pessoas. O aperfeiçoamento técnico contribui na reprodução das relações de dominação.

O crescente padrão de vida conforme a classe oprimida com o estado de coisas existente, o elevado padrão de conforto imposto pela sociedade industrial avançada paralisa o pensamento e comportamento revolucionário da classe trabalhadora. O conforto predominante reduz a necessidade da revolução socialista e parece refutar toda e qualquer alternativa de emancipação, ele cria uma sensação de que todos os problemas, contradições, podem ser resolvidos dentro dos limites do *status quo* (LAPASSADE, 2007).

O conforto da vida existente atrofia a capacidade das pessoas de visualizarem uma ordem social qualitativamente diferente. A sociedade industrial avançada oferece uma enorme quantidade de bens e mercadorias para os indivíduos, de modo que eles acreditem na eficácia do sistema.

O sistema se legitima por meio da sua eficiência em fornecer as mercadorias que satisfazem os indivíduos, as pessoas se sentem felizes em trocar de automóvel todos os anos; em trocar seus aparelhos celulares a cada seis meses; em trocar suas roupas de grife todos os meses. Essa é uma das maneiras pela qual a ordem social estabelecida consegue conquistar a consciência da classe dominada (LOUREIRO, 2005).

A sociedade industrial avançada usa suas capacidades intelectuais e materiais para dominar o homem e a natureza e, assim, conter todo e qualquer tipo de transformação social, usa o progresso da ciência e da tecnologia para aperfeiçoar a sua estrutura de defesa. Para tanto, o capitalismo avançado é uma sociedade em que todo e qualquer tipo de oposição se encontra integrado.

Dessa maneira, a sociedade de capitalismo avançado, busca integrar os indivíduos ao modo de vida existente, e para que isso aconteça, ela precisa desenvolver meios capazes de mobilizar as pessoas, precisa fazer com que os seres humanos queiram jogar o seu jogo. Para mobilizar mais facilmente as pessoas para jogar o seu jogo, a ordem social estabelecida cria inimigos que ameaçam destruir a regularidade da organização social existente (LOUREIRO, 2005).

Esses inimigos parecem tornar-se um estímulo para fortalecer a coesão e perpetuação da ordem social existente. Com medo de perder os benefícios conferidos pela sociedade prevaemente, as pessoas rejeitam toda e qualquer tendência capaz de colocar em perigo sua vida confortável, para combater o inimigo os indivíduos aceitam trabalhar na produção dos meios de destruição. A sociedade industrial avançada parece derrotar as alternativas que ameaçam iniciar a ruptura do *status quo*.

CONCLUSÃO

De acordo com o que foi analisado, na busca de realizar uma discussão acerca do atual mundo globalização acerca das relações sociais que caracterizam a sociedade industrial avançada de acordo com o pensamento de Herbert Marcuse. Constata-se que o capitalismo, através da atual globalização mercadológica, além de ditar as condições materiais do homem, ocupa agora o território subjetivo.

Para tanto, Marcuse elabora uma crítica acerca desse homem unidimensional, pois para o autor esse homem unidimensional, ao construir um suposto consenso globalizado, não admite qualquer diferença que faça realmente a diferença. Para Marcuse essa unidimensionalidade se firma e se reproduz na atual globalização porque passa principalmente de forma implícita pela rede transversal de poder hegemônico, através de

famílias, fábricas, empresas, escolas, universidades; diferentes igrejas, diferentes estados, etc.

Marcuse considera essa tendência da sociedade industrial avançada está em contradição com a defesa entusiasta do autor sobre o desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção, as pessoas comuns o fazem ver a tecnologia como o elemento que liberta o homem.

É o desenvolvimento tecnológico que pode preparar o salto para o qualitativamente novo, pois o conhecimento de mercado representa um diferencial em relação aos concorrentes, e este diferencial se torna uma vantagem competitiva de mercado, e isso se torna fundamental para o sucesso em mercados competitivos o que pode ficar cada vez mais valorizados pelas organizações.

Por isso, criticar a ideologia da sociedade industrial não significa recusar a tecnologia no que ela permite entre outros o conforto, mas no que ela envolve o fato de que Suas conquistas destinadas a despertar a consciência para a possibilidade de existência pacífica diferiram daquelas em que os homens precisavam trabalhar até a morte.

Sob esse aspecto a tecnologia e o conforto tornaram-se impedimentos de libertação, no desenvolvimento das relações sociais da sociedade industrial avançada integra os indivíduos à ordem social existente, elas paralisam o pensamento crítico e comportamento dos membros da classe dominante impedindo-os de compreender e sentir a necessidade de transcender a sociedade unidimensional.

Nesse contexto, constatou que a evolução tecnológica e o surgimento de diversas mídias possibilitam uma nova elaboração e novas formas de acesso a informação advindas da internet favorece novos estilos de raciocínio e de construção do conhecimento, visto que a realidade virtual tem ganhado espaço na sociedade contemporânea, pois a mesma está presente no cotidiano das pessoas por todo o planeta.

No entanto, esta geração tem uma vantagem devido ao aumento das habilidades no uso da tecnologia, pesquisa e manipulação de informações e é ainda mais capaz de se adaptar ao ambiente de trabalho atual que requer o desenvolvimento de competências informáticas e tecnológicas.

Nesse sentido, Marcuse enfatizou que a tecnologia prende seus consumidores diante do grande poder que as mesmas possuem e assim, e nesse sentido o poder tecnológico concentra o poder econômico diante do consumismo para interesse particular do consumo.

Dessa forma, pode-se compreender a posição do filósofo sobre o assunto, por meio de uma análise cuidadosa de suas obras, e também a posição de seus comentadores que teorizaram sobre os aspectos fundamentais do pensamento de Marcuse acerca dos problemas filosóficos da tecnologia moderna.

Evidenciou e, que as ideias de Marcuse apontam que a tecnologia age enquanto racionalidade e também como objeto político de alienação ao consumo, estando ela sujeita aos ditames das ideologias dominantes. Apresentando ideias pessimistas frente à tecnologia diante da sociedade industrial avançada.

REFERÊNCIAS

ABREU, C.N.de.; EISESTEIN, E.; ESTEFENON, S. G. B. **Vivendo Esse Mundo Digital: Impactos na saúde na educação e nos comportamentos sociais**. Porto Alegre: Artmed. 2013.

ALMEIDA, V. N. T.; RAMOS, M. S. A. **Os Impactos das reclamações On-line da lealdade dos Consumidores: Um estudo Experimental**. Revista RAC - Revista de Administração Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 664 - 683, set./out.. 2015.

AQUINO, J. K. S. **Diagnóstico realista ou pessimista? Aspectos introdutórios do capitalismo tardio no 'O homem unidimensional' de Herbert Marcuse**. Revista Reflexões. Fortaleza, volume 6, nº 10, p. 290 - 302. 2017.

CARNEIRO, S. R. G. **Resenha**. Collected Papers of Herbert Marcuse (Philosophy, Psychoanalysis and Emancipation) Cadernos de Ética e Filosofia Política. São Paulo: nº 20, p. 185 – 193. 2012.

GARBER, R. **Inteligência competitiva de mercado**. São Paulo: Madras, 2001.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Mara Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KELLNER, D. Introdução à 2ª edição. In: MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: Edipro, 2015.

KONDER, L. Marcuse, Revolucionário. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pp. 15-28, 1998.

LOUREIRO, I. **Herbert Marcuse – anticapitalismo e emancipação**. Trans/Form/Ação. São Paulo, volume 28, nº 2, p. 7 - 20. 2005.

LOH, Kep; KANAI, Ryota. **Como a internet reformulou a cognição humana? O neurocientista**, volume 22, nº 5, p. 506 – 20. 2016.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: Edipro, 2015.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A comunicação no sentido estrito e metáforo: ou porque a nova teoria não é estudo de recepção, etnografia nem tem a ver com Edgar Morin**. Apresentado no GT Epistemologia da Comunicação, XXI Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Juiz de Fora, 12-15 de jun., 2012.

PAIVA, Natália Moraes Nolêto de, COSTA, Johnatan da Silva. **A influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça?** Portal dos psicólogos. 2015.

PISANI, M. M. **A máquina como instrumento de controle na sociedade tecnológica – Herbert Marcuse crítico da tecnologia**. In: Congresso Internacional Indústria Cultural Hoje. 1, Piracicaba, Anais, Piracicaba, p. 1-14. 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Os problemas filosóficos da tecnologia moderna segundo Herbert Marcuse *Problemata: R. Intern. Fil.* volume 7. nº 2, p. 185 - 203. 2016.

SILVA, R. C. **Traduzir Marcuse: O homem unidimensional**. Ouro Preto, nº 18, p. 146 – 150. 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas. 2011.

VARGAS, M. Prefácio. In: Grinspun, M. P. S. Z. (org.). **Educação Tecnológica - Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Cortez. 2001.

CAPÍTULO VII

O CURRÍCULO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: A BNCC COMO DIRETRIZES CURRICULARES

Dircilene Rosa de Oliveira Gontijo⁴⁴; Marcos Gomes Camilo⁴⁵;

Núbia Souza⁴⁶; Vera Lúcia Souza⁴⁷.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-07

RESUMO: Os debates sobre currículo, políticas públicas são frequentes nos espaços formativos, com novas questões trabalhadas no âmbito escolar. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o currículo e sobre políticas públicas como questões fundamentais para a qualidade diante da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como diretrizes curriculares. As políticas educacionais sustentam a contemplação da educação, pois a escola e todos os atores sociais são corresponsáveis por uma educação emancipatória singular de qualidade. Dessa forma, a política curricular em ação não pode ser definida apenas no âmbito da macropolítica, envolve a micropolítica, ou seja, os atores diretamente ligados com a prática educacional, considerando-se as relações que são estabelecidas entre os atores, sejam estes indivíduos ou instituições. Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Da mesma forma, o profissional da educação não poderá ser diferente, sendo ele sujeito ativo, cidadão autônomo, responsável e compromissado com sua formação pessoal. Assim, constatou-se que a implantação de políticas públicas, e propostas curriculares coerentes são importantes, uma vez que visam garantir a qualidade educacional às crianças em instituições de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Políticas Educacionais. Instituições. Propostas Curriculares.

THE CURRICULUM AND PUBLIC POLICIES: THE BNCC AS CURRICULUM GUIDELINES

ABSTRACT: Debates about curriculum and public policies are frequent in training spaces, with new issues addressed in the school environment. Thus, the present study aims to present reflections on the curriculum and on public policies as fundamental issues for quality in the face of the National Curricular Common Base (BNCC) as curricular

⁴⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Licenciada em Geografia e Pedagogia. E-mail: dircilene@aluno.facmais.edu.br.

⁴⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Bacharel em Análise de Sistemas e Licenciado em Matemática e Pedagogia. E-mail: marcosgomescamilo@gmail.com.

⁴⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Licenciada em Letras. E-mail: nubiasouza231@gmail.com.

⁴⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Licenciada em Letras. E-mail: profverinha@hotmail.com.

guidelines. Educational policies support the contemplation of education because the school and all social actors are co-responsible for a unique, quality emancipatory education. In this way, the curriculum policy in action cannot be defined only within the scope of macropolitics, it involves micropolitics, that is, the actors directly linked to the educational practice, considering the relationships that are established between the actors, whether these individuals or institutions. In this sense, it is expected that the BNCC will help to overcome the fragmentation of educational policies, encourage the strengthening of the collaboration regime between the three spheres of government and be a guide to the quality of education. Likewise, the education professional cannot be different, as he is an active subject, an autonomous citizen, responsible and committed to his personal training. Thus, it was found that the implementation of public policies and coherent curricular proposals are important, since they aim to guarantee educational quality for children in educational institutions.

KEYWORDS: Education. Educational Policies. Institutions. Curricular Proposals.

INTRODUÇÃO

O Sistema Educacional Brasileiro na contemporaneidade passa por muitos desafios, o que torna de suma importância dinamizar nos cidadãos uma reflexão crítica humanizada com a finalidade de criar conexões mais equitativas com as classes populares a iluminar os dilemas escolares que estão por trás da dinâmica da socialização escolar brasileira, como fundamental no processo da construção da personalidade humana (DAVID et al., 2015).

O avanço na conquista do direito de todas as crianças brasileiras a uma educação infantil de qualidade tem sido assegurado pela implementação de políticas públicas por municípios, Estados, pelo Distrito Federal e pela União. De acordo com a LDB/96, a Educação Básica é um direito do cidadão e um dever do Estado de atendê-lo mediante oferta qualificada. Essa é uma importante conquista considerando que nosso país por séculos “negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos, o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar (CURRY, 2008).

De acordo com Rocha (2003), a legislação brasileira estabelece que todas as crianças de zero a seis anos incompletos têm direito a uma educação infantil de qualidade. O direito à educação pode contribuir para a superação da desigualdade social no Brasil e para a superação das formas autocráticas e autoritárias de mando político. O que se entende é que novos desafios são postos à educação, e isso é muito importante visto que se torna essencial pesquisas e implementação de políticas públicas educacionais.

Para Fonseca (2009) a importância das políticas públicas para a qualidade da educação brasileira, a socialização é uma chave de entendimento da complexa interação entre as afirmações individuais dos alunos que remetem às suas culturas de origem e à prática institucional que orienta o processo de ensino-aprendizagem. Assim, as políticas públicas são implantadas com o objetivo de atender as demandas e anseios da sociedade.

Dessa forma, a educação deve levar em consideração a diferença na singularidade de cada indivíduo, ou seja, essa educação surge na contemporaneidade como rompimento do método tradicional desta forma, reforçando um olhar singular, humanizado. Esse movimento gera a necessidade de intervenção no nível das ações, visto que, a partir da prática dialógica, o sujeito desenvolve suas potencialidades de comunicar, interagir, administrar e construir o seu conhecimento (BALL, 2011).

Nesse contexto, as políticas curriculares são fruto de polêmicas, de decisões contínuas e, assim sendo, as decisões curriculares dizem respeito diretamente ao cotidiano das escolas; assim, a participação exercida pelos diferentes atores no processo de elaboração e implementação de uma política curricular diz respeito a formas de poder, podendo se expressar de maneira explícita ou implícita, devendo ser analisada nos contextos da macro e da micropolítica (ARAUJO, 2014).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o currículo e sobre políticas públicas como questões fundamentais para a qualidade diante da BNCC como diretrizes curriculares.

O SISTEMA EDUCACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE E A CULTURA ESCOLAR

A educação contemporânea, apresenta-se como um grande desafio em promover a formação de um cidadão para uma sociedade mais justa e igualitária, assumindo uma responsabilidade que exige das pessoas envolvidas muito esforços, que podem ser conjugados de um modo efetivo e eficiente no âmbito da escolarização (OLIVEIRA, 2006).

Para Ball (2011) discutir o papel da educação contemporânea requer uma reflexão dinâmica, apresentando desta forma os conceitos chave que permeiam a educação atual, visando, desta forma, abrir um canal de diálogo interdisciplinar. No entanto, Freire (1996) acreditava que a educação problematizadora surge como favorecedora para o rompimento com a educação tradicional, ou seja, dando ao educando mais uma oportunidade para a sua emancipação.

Portanto, ao longo dos anos as Instituições Educacionais têm buscado atingir seus objetivos e principalmente buscando se estabelecer no que diz respeito às reestruturações advindas aos novos rumos do Estado, para se tornar ferramenta essencial no campo de socialização políticas de aprendizagem. A política pública deve fortalecer Sistemas Educacionais inclusivos em todas as etapas, viabilizando acesso pleno à Educação Básica obrigatória e gratuita.

A socialização e a cultura escolar são conceitos complementares que ajudam a compreender as práticas educativas e o processo desenvolvido, segundo o qual se afirma a existência de uma forma institucional específica. O desafio para os educadores é grande, e o processo, que é coletivo, exigirá, fundamentalmente, disposição para compreender que todos fazem parte de uma unidade nacional para que o País avance em qualidade com equidade, com foco no direito de cada cidadão do acesso à educação de qualidade (FERREIRA, et al., 2016).

Assim, é necessário sempre estar buscando aprender mais, sobre diferentes aspectos e principalmente através do diálogo que é uma base fundamental na prática pedagógica. Para se ter resultados positivos diante das práticas pedagógicas é essencial que aconteça trabalhos e planejamentos de cunho coletivos, que visem o diálogo e a interação dos professores frente a prática interdisciplinar para que a mesma se torne um mecanismo de aprendizagem dos alunos.

Para Saviani (2020) as práticas socioculturais são práticas de significação e de atribuição de hegemonia aos discursos enunciados. Nas práticas socioculturais se constituem conhecimentos discursivos assentados em necessidades e interesses de cada grupo ou comunidade em função de relações de poder.

Diante desses aspectos, o que se nota é que quando se desenvolve um trabalho comprometido com as práticas socioculturais resultados são positivos e o processo de ensino aprendizagem são significativos e isso não quer dizer que os componentes educativos sejam eliminados, e sim unificados para um trabalho significativos tanto para os alunos, quanto os professores, de acordo com as áreas do conhecimento (BOSCHETTI, 2014).

Nesse sentido, é importante uma visão mais diversificada e para que isso aconteça o mesmo deve estar equipado e disposto a buscar criações metodologias que promova a participação de todos como também incentive essa dinâmica como também promova um olhar mais sensível para que possa compreender que todos têm o papel e responsabilidade no que é necessário.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O CURRÍCULO

As políticas educacionais sustentam a contemplação da educação, pois a escola e todos os atores sociais são corresponsáveis por uma educação emancipatória singular de qualidade. Ou seja, as políticas públicas são ações empreendidas pelo Estado para efetivar as prescrições constitucionais sobre as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal (CABRERA *et al.*, 2011).

Para Branco (2018) o diálogo é construção teórica, atitude e prática pedagógica, para o autor a dinâmica de pensar e formular o currículo, alicerçada no conhecimento e diálogo e abriria possibilidades concretas para que os currículos educacionais ganhem qualidade, para a reeducação do coletivo que faz a educação e a escola.

De acordo com Ball (2011) para pensar o currículo coerente com os princípios Freire (2008) destaca o grande desafio da democratização da gestão das unidades escolares para construir uma escola pública com qualidade social, onde o processo de elaboração e reformulação curricular seja uma construção coletiva, vivenciada em uma dinâmica de diálogos com a participação dos diferentes sujeitos envolvidos na ação educativa.

Para Menezes et *al.*, (2014) o professor deve usar da sua autoridade e da sua liberdade para a concretização da prática pedagógica por uma política de educação com o intuito de diminuir os problemas no ambiente escolar. Assim, as referidas políticas educacionais foram concretizadas com o foco em atingir a grande massa, e possibilitando a igualdade social, por isso identifico nesse momento a preocupação com a educação em um sentido mais amplo, ou seja, sua abordagem nos espaços não-escolares.

De acordo com Capella (2006) os educadores devem ter um posicionamento condizente com uma proposta de uma educação emancipatória, disponibilizando ao educando possibilidades de escolhas desta forma dando ao educando uma autonomia na concretização do seu conhecimento. Dessa forma, é necessária a reflexão acerca da formação dos profissionais da educação, os pedagogos para atuar nesses espaços, tendo como eixo norteador as políticas educacionais relacionadas à sua formação.

Para Pacheco (2003, p. 16):

Efetivamente, as políticas curriculares são decididas e construídas em espaços e vertentes que envolvem lutas e alianças e que de forma alguma se restringem ao conceito racional e operativo da linearidade política: o papel da administração na prescrição curricular, tanto por meio de uma estratégia top down quanto de uma estratégia de negociação com vistas à recentralização.

Dessa forma, a política curricular em ação não pode ser definida apenas no âmbito da macropolítica, envolve a micropolítica, ou seja, os atores diretamente ligados com a prática educacional, considerando-se as relações que são estabelecidas entre os atores, sejam estes indivíduos ou instituições.

PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E INSTITUCIONAIS DA ESCOLA

A concepção de escola e aprendizagem é oposta à escola de formação cultural e científica articulada com a atenção à diversidade social e cultural, que é comum para o desenvolvimento do trabalho integrado para o desenvolvimento e o aprendizado dos alunos na busca de uma melhor maneira para atender os mesmos (PACHECO, 2003).

Brandão (2005) destaca que escola passa a ser vista como instituição social assume dimensões para a formação do ser humano, principalmente no processo de

inclusão escolar visto que, exige de todos uma reflexão com o objetivo de propor mudanças político-administrativas que satisfaça a comunidade escolar.

Para Nogueira (201408) quando se fala em educação, surge a necessidade de falar sobre sua principal definição, visto que a mesma é considerada como um ato de produzir, direta e intencional, em cada indivíduo singular, pois sabendo que os seres humanos são produzidos de forma histórica é necessário entender que eles são constituídos coletivamente.

Na visão de Cássio (2019) a escola é uma instituição que possui práticas institucionais próprias. No processo de ensino-aprendizagem escolar, os espaços de interação e participação, físicos e não físicos, a forma de organização, os procedimentos, regras, tradições próprias, são as referências para orientar as práticas das pessoas cotidianamente. No ensino escolar, o foco central é a promoção do desenvolvimento dos estudantes pela formação de conceitos teóricos.

No caso específico da escola, as práticas culturais impulsionam valores e modos de agir que orientam os motivos e o desenvolvimento de capacidades pessoais para lidar com a realidade, os desafios e contradições, o que vai repercutindo no desenvolvimento dos estudantes.

Para Davydov (2017) cabe destacar que o educador deve estar atento e tem a responsabilidade de renovar suas práticas educacionais sempre que for necessário, diante e assim fazer uma reflexão de suas de seus conhecimentos didáticos elucidados e conscientizando das mudanças que ocorrem no meio social e que não detém sozinho o domínio da difusão do conhecimento, tendo de acolher as novas formas de aprendizagem que já são abertas e influenciadas no mundo da tecnologia.

Para tanto, a escola deve ir além do esperado, deve trabalhar pedagogicamente com seus estudantes a ética e os valores morais, pois, o papel da escola tem uma enorme dimensão e sua importância modifica e sugere modificações nas características tanto pessoais quanto profissionais dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem no âmbito escolar.

Deve-se entender que a mesma tem tendências normas sociais a serem respondidas diante das exigências e das demandas sociais, aos valores e às propostas da

cultura moderna, inclusive quando proliferam por todo lado as manifestações de suas lacunas, deficiências e contradições, na busca de estimular e despertar a consciência de cada estudante, para assim, tornar fácil o progresso em sala de aula.

Para Nogueira (2014) a escola é composta por grupos sociais com uma composição definida, sua existência depende basicamente da atividade combinada de seus membros, os que ensinam e os que aprendem. Assim, enquanto grupo as mesmas devem manter sua autonomia interna onde para que essa organização funcione, não pode inverter os papéis e nem a estrutura.

Para Freire (2011) uma das perspectivas de compreensão das formas de produção da vida e do desenvolvimento humano é o paradigma histórico-cultural, tendo como foco a constituição subjetiva e a produção da consciência humana no interior das relações culturais e sociais compreendidas historicamente. E cabe à escola, diante de um trabalho educativo, transmitir a possibilidade ao estudante de estabelecer-se em meio de desafios, medos, e superação e favorecer a valorização na sua formação.

A partir das contribuições dos trabalhos de Vygotsky para teoria histórico-cultural que representa seu fundamento primordial, apresenta o desenvolvimento da atividade psicológica humana como um processo social e historicamente constituído nas relações sociais e sendo mediado pela cultura. Portanto, a aprendizagem é um aspecto necessário e universal do desenvolvimento humano de aprender a cultura e os conhecimentos sistematizados historicamente de cada pessoa, sendo ao mesmo tempo social e individual, vai se humanizando, dentro do longo processo histórico de desenvolvimento da sociedade. Este é um trabalho primordial do educador em relação aos seus estantes na sala de aula.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento oficial da BNCC, homologado em 2018, disponível no site do MEC. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à **formação humana integral** e à

construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2007).

Neste ponto entende-se que ao se falar em “influenciar” infere-se que não deveria ser interpretado como receita a ser seguida, mas apenas como ponto de referência e de partida, de certo modo, como já são vistas as Diretrizes curriculares Nacionais, DCNs, os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, bem como, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, RCNEI e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação deste discurso do Ministro Infantil (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja **balizadora da qualidade** da educação. Da mesma forma, o profissional da educação não poderá ser diferente, sendo ele sujeito ativo, cidadão autônomo, responsável e comprometido com sua formação pessoal. Assim como qualquer outro nível educacional, a primeira fase do ensino fundamental precisa de planejamento e de uma proposta pedagógica que dê subsídio à sua prática de educador.

O contexto do ensino-aprendizagem é considerado como fundamental no processo da construção da personalidade humana, visto que o indivíduo transforma seus conhecimentos e significados, dando origem a outros, e assim vai se constituindo como sujeito na sociedade, de acordo com suas demandas sociais e as demandas que a escola visa atender diante de seus objetivos educativas que busca cumprir (BRANCO, 2018).

Sendo assim, é importante saber que, tanto o educador quanto os estudantes participam de forma ativa e compartilhada na escolha e na participação das atividades pedagógicas propostas, procurando variar quanto às atividades escolhidas pelo educador e estudante.

Para Arroyo (2007) a formação de professores tem sido muito discutida dentro de uma perspectiva transformadora. Constata-se uma das preocupações evidenciadas nas investigações mais recentes na literatura da área e vem provocando debates e encaminhamento de propostas sobre formação inicial e continuada de docentes. A ideia é que o docente possa pensar sua prática pedagógica, ou seja, que ele desenvolva uma capacidade reflexiva sobre a sua própria prática em sala de aula.

Essa capacidade requer o educador exerça uma reflexão sobre o seu próprio trabalho educacional, a sua maneira de ensinar, delineando seus objetivos e instrumentos de trabalho, pois se acredita que para ensinar exige a capacidade intelectual de quem ensina, para isto se faz necessários o domínio das teorias que é a base da construção dos conhecimentos referente ao ensino.

Para Libâneo (2006) as escolas formadoras de professores/educadores necessitam formar indivíduos pensantes, com capacidade de pensar epistêmico, isto é, pessoas que desenvolvam capacidades básicas de pensamento, elementos conceituais, que lhes facultam, mais do que saber coisas, mais do que receber uma informação, coloca-se ante a realidade, apropriar-se do momento histórico para pensar historicamente essa realidade e reagir diante dela e transformá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da busca em apresentar reflexões sobre o currículo e sobre políticas públicas como questões fundamentais para a qualidade diante da BNCC como diretrizes curriculares. Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja **balizadora da qualidade** da educação.

Da mesma forma, o profissional da educação não poderá ser diferente, sendo ele sujeito ativo, cidadão autônomo, responsável e compromissado com sua formação pessoal. Assim como qualquer outro nível educacional, a primeira fase do ensino fundamental precisa de planejamento e de uma proposta pedagógica que dê subsídio à sua prática de educador. Constatou-se que a implantação de políticas públicas, e propostas curriculares coerentes são importantes, uma vez que visam garantir a qualidade educacional às crianças em instituições de educação.

Nessa perspectiva, conclui-se que estudos acerca do currículo para a educação devem ser construídos a partir da ideia de que, por um lado, o direito à educação infantil de qualidade no Brasil encontra-se ainda em construção, e que, por outro, já contamos com avanços históricos e legais significativos.

Nesse contexto, compreende-se a importância da capacitação do docente para sua formação profissional e as exigências que vão surgindo na realidade atual do mercado de trabalho. Percebe-se que é preciso capacitar-se não somente para comunicar, como também para construir modelos práticos voltados para a realidade do contexto social, foco de sua atividade profissional para implantação de políticas públicas, e propostas curriculares coerentes são importantes

Não se pode pensar que um profissional da Educação está pronto, sempre precisa-se capacitar para o desempenho de seu verdadeiro papel de protagonista na Educação Formal. Isto se faz necessário com a urgência que se tem de reverter o fracasso escolar, e principalmente no ensino das escolas públicas brasileiras.

Portanto, se faz necessário avaliar a realidade em que o docente trabalha, suas necessidades, suas ansiedades, deficiências e dificuldades encontradas no trabalho, para que consiga adquirir como ferramenta de trabalho as novas tecnologias como que é uma ferramenta necessária, e utilizá-la de uma forma consistente, elevando os padrões de qualidade do ensino e da Educação.

Portanto, o processo da formação continuada para os educadores deve ser contínuo, e que toma como partida o saber experiencial dos educadores, os problemas e desafios da prática escolar, pois, a prática pedagógica estará sempre nesse processo contínuo em busca da construção do saber, o que significa a constituição de uma conduta de vida profissional. Esta deve ser conduzida ao processo educativo dos níveis da prática reflexiva e da ciência aplicada. Isto implica a releitura da função do educador da sala de aula e nas relações com seus estudantes, da sua postura profissional.

Também se faz necessário, em nosso País, a valorização e melhor remuneração para o profissional docente, oferecer boas condições de trabalho, plano de carreira docente, pois este dedicou sua vida se qualificando para garantir uma Educação de qualidade aos estudantes, que vão atuar no mercado de trabalho com boa formação intelectual. Comprova-se que todas as profissões existentes passaram pelo trabalho pedagógico dos educadores. O país que investe na Educação é mais avançado em todas as dimensões.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. **Ofício de mestre – imagens e autoimagens**. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- ARAÚJO, Viviane Patrícia Colloca; SILVA, Cristiane Rodrigues da; MIRANDA, Nonato Assis de, **Escola, Currículo e Cultura**, São Paulo, 2014.
- BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOSCHETTI, Luiz Paulo Zanolla, **A pedagogia das competências: estudo de caso em um curso de tecnologia da UTFPR**, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.
- BRANCO, Emerson Pereira *et al.* **A Implantação da Base Nacional Comum Curricular no Contexto das Políticas Neoliberais** 1.Ed. Curitiba: Appris, 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação infantil- Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL, M. E. **Fundo de Desenvolvimento para a Educação Básica e Valorização dos Profissionais da educação**. Brasília, MEC/SEF, 2007.
- CAPELLA, Ana C. N. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. BIB, São Paulo, 2006.
- CÁSSIO, Fernando; CATELLI JR, Roberto, orgs. **Educação é a Base? 23 Educadores Discutem a BNCC**, 1.Ed. São Paulo: Ação Educativa, 2019.
- CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa, **Base Nacional Comum curricular: Dilemas e Perspectivas**, 1.Ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- CABRERA, Débora. DOMINGUES, Simone Ferreira da Silva. Políticas sociais e a brasileira: A formação do pedagogo. **Revista dialogos**.v.18, n.2, 2011.
- DAVYDOV, V. V. **Análise dos princípios didáticos da escola tradicional e dos possíveis princípios do ensino em um futuro próximo**. In: LONGAREZI, A. M.; PUENTES, R. V. (orgs.). **Ensino desenvolvimental: antologia**. Uberlândia: Edufu, p. 211-223, educação 2017.
- DAVID, CM. et al., orgs. **Desafios contemporâneos da educação** [online]. Desafios contemporâneos collection, 370 p. ISBN 978-85-7983-622-0. Available from SciELO Books São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- FERREIRA, L. A. M., & NOGUEIRA, F. M. de B. Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação. **Revista arquivo Brasileiro De Educação**, 3(5), 102-129. 2016.
- FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa,** 36. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUERRA, Tereza, **Crianças Índigo e Cristal: A Ponte Arco-íris de Novas Dimensões e Vibrações: A Educação do Novo Tempo,** 2. ed. São Paulo: Madras, 2018.

LIBÂNEO, J. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006

LIBÂNEO, José Carlos. Didática e trabalho docente: a mediação didática do professor nas aulas. In: LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; LIMONTA, Sandra Valéria. **Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança. Diferentes olhares para a didática.** Goiânia: PUC GO, 2011.

MENEZES, Marília Gabriela de, SANTIAGO, Maria Eliete. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. **Revista Pro-Posições,** v. 25, n. 3 (75). p. 45-62 | set./dez. 2014.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação: fundamentos e métodos.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Maria Ephigênia de Andrade Cáceres Nogueira, **Política e Organização da Educação Básica,** São Paulo, 2014.

PACHECO, José A. **Políticas Curriculares: referenciais para análise.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROCHA, Genylton O. R. da. **A pesquisa sobre currículo no Brasil e a história das disciplinas escolares.** In: GONÇALVES, Luiz A. O. (Org.) Currículo e políticas públicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SAVIANI, D. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro,** v. 45, n. 3, p. 1-18, jun. 2020.

CAPÍTULO VIII

O RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO NÃO BIOLÓGICA AOS MAIORES DE IDADE SEGUNDO O PROVIMENTO 63/2017 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Márcio Bonini Notari⁴⁸; Devyt Jhomraine de Sousa Cruz⁴⁹.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-08

RESUMO: O objeto de pesquisa busca analisar a paternidade socioafetiva como direito humano e constitucional e os princípios que regem a temática, de forma a examinar os instrumentos previstos no ordenamento jurídico brasileiro, com objetivo de assegurar a filiação civil, independente da questão biológica. A questão problema a ser resolvida envolve o questionamento acerca da possibilidade do maior de idade, regularizar sua paternidade sem que haja a necessidade de judicialização do conflito, em face dos novos paradigmas constitucionais acerca do direito de família, a partir da dignidade da pessoa humana e do princípio da afetividade, como fundamentos da filiação civil, de reconhecimento voluntário da maternidade socioafetiva no âmbito extrajudicial. Os motivos que ensejaram a pesquisa envolvem a experiência de vida do autor do trabalho, o qual, desde a infância, foi criado por sua mãe afetiva, tendo sido abandonado pelos pais biológicos, contudo, sem ter feito a regularização do ponto de vista legal, acerca dessa situação fática, recheada de dificuldades, mas que do ponto de vista do afeto, nunca lhe faltou carinho. Considerando que o trabalho é de natureza bibliográfica, o método de abordagem a ser adotado no seu desenvolvimento será o dedutivo, tendo pressuposto argumentos gerais, para argumentos particulares; quanto ao procedimento será analítico e o histórico crítico, procurando dar tratamento localizado a matéria objeto de estudo, aferindo o universo da dogmática jurídica e seus operadores, em especial, os Tribunais.

PALAVRAS-CHAVE: Afetividade. Filiação Civil. Dignidade da Pessoa Humana. Paternidade Socioafetiva.

THE RECOGNITION OF NON-BIOLOGICAL FILIATION TO THE AGE OF AGE ACCORDING TO PROVISION 63/2017 OF THE NATIONAL COUNCIL OF JUSTICE - CNJ

ABSTRACT: The research object seeks to analyze socio-affective paternity as a human and constitutional right and the principles that govern the subject, in order to examine the instruments provided for in the Brazilian legal system, with the objective of ensuring civil affiliation, regardless of the biological issue. The problem issue to be resolved involves the questioning about the possibility of the legal adult, regularizing their paternity without

⁴⁸ Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Pós-graduando em Linguagem Jurídica pela Universidade Federal de Minas Gerais. Avaliador de Revistas Jurídicas Nacionais e Internacionais. Coordenador e Professor do Curso de Direito da Faculdade Ágora no Estado do Mato Grosso. E-mail: coord.direito@faculdadeagora.edu.br

⁴⁹ Bacharel em Direito pela Faculdade Unibalsas, no Estado do Maranhão. E-mail: devytvinks17@gmail.com

the need for judicialization of the conflict, in the face of the new constitutional paradigms about family law, from the dignity of the human person and of the principle of affectivity, as foundations of civil affiliation, of voluntary recognition of socio-affective motherhood in the extrajudicial scope. The reasons that led to the research involve the life experience of the author of the work, who, since childhood, was raised by his affective mother, having been abandoned by his biological parents, however, without having made the regularization from the legal point of view, about this factual situation, full of difficulties, but from the point of view of affection, he never lacked affection. Considering that the work is of a bibliographic nature, the method of approach to be adopted in its development will be the deductive one, presupposing general arguments for particular arguments; as for the procedure, it will be analytical and the history critical, seeking to give a localized treatment to the subject matter of study, gauging the universe of legal dogmatics and its operators, in particular, the Courts.

KEYWORDS: Affectivity. Civilian affiliation. Dignity of human person. Social Affective Paternity.

INTRODUÇÃO

O Reconhecimento da Paternidade Socioafetiva de Maiores de Idade pelas Vias Extrajudiciais: a partir do Provimento 63/2017, do Conselho Nacional de Justiça. Os dados do último censo escolar atualizado em 2019, do Conselho Nacional de Justiça, estimam que a 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento. Isso traz um debate de como deve-se encarar a paternidade no século XXI e superar a referência do pai provedor.

Além disso, embora os pais sejam biológicos, nada impede o exercício do poder familiar pela mãe ou pelos pais não biológicos. Um dos problemas é o reconhecimento da paternidade, cujo procedimento ainda vem sendo realizado pelas vias judiciais. Ocorre que a paternidade socioafetiva pode servir de ponte para legalizações de vias extrajudiciais enquanto adoção à brasileira?

Os objetivos da pesquisa proposta serão divididos em geral e específicos. O objetivo geral do trabalho será identificar a possibilidade de utilização de vias extrajudiciais para assegurar o direito do maior de idade ao vínculo socioafetivo, enquanto destinatário e interessado na proteção legal. Quanto aos objetivos específicos, envolvem:

Análise da aplicação dos Princípios da Afetividade e da Dignidade da Pessoa Humana. Na sequência, será demarcado o instituto da paternidade na Legislação Civil e,

por fim, examinar o Provimento 63/2017, do Conselho Nacional de Justiça, acerca da possibilidade de reconhecimento da paternidade socioafetiva mediante requerimento administrativo junto a Oficial de Registro Civil.

O trabalho far-se-á mediante a realização de pesquisa exploratória legislativa, levantamento bibliográfico e revisão de literatura. Apresentando o conceito da pesquisa e tipologia, são diversas e constituídas, com referências às bases conceituais constituídas a partir da leitura de Caio Mário Da Silva Pereira (2017), Rolf Madaleno (2018). Carlos Roberto Gonçalves (2019), Pablo Stolze (2020), Ingo Sarlet (2011/2015), André Carvalho Ramos (2020), Flávia Piovesan (2014/2012), Paulo Nader (2016), dentre outros autores que se somarem na presente pesquisa, bem como, artigos monográficos e decisões judiciais.

Considerando que o trabalho é de natureza bibliográfica, o método de abordagem a ser adotado no seu desenvolvimento será o dedutivo, tendo pressuposto argumentos gerais, para argumentos particulares; quanto ao procedimento será analítico e o histórico crítico, procurando dar tratamento localizado a matéria objeto de estudo, aferindo o universo da dogmática jurídica e seus operadores, em especial, os Tribunais.

A PATERNIDADE COMO DIREITO HUMANO

Sendo assim, cabe iniciar, primeiramente, pela Declaração Universal de 1948 e da concepção contemporânea de direitos humanos introduzida pela própria declaração, em que se inicia o desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de inúmeros tratados internacionais voltados à proteção, também, dos direitos fundamentais (PIOVESAN, 2012, p. 33)⁵⁰

Sendo assim, no que tange a maternidade e a paternidade do ângulo dos direitos humanos, a Declaração trouxe algumas previsões normativas que versam sobre a temática, nos artigos 25.2 (elencam a maternidade e a infância têm direito a cuidados e

⁵⁰ Em face do flagelo da Segunda Guerra Mundial, emerge a necessidade de reconstrução do valor dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional. O “Direito Internacional dos Direitos Humanos” surge, assim, em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, e seu desenvolvimento pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e à crença de que parte dessas violações poderia ser prevenida, se um efetivo sistema de proteção internacional de direitos humanos existisse (PIOVESAN, 2012, p. 28).

assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social) e o art. 26.2 (A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH/1948) foi um instrumento elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (órgão extinto) para ser uma etapa anterior à elaboração de um “tratado internacional de direitos humanos”. O objetivo da Comissão, dentre outros, era a criação de um marco normativo vinculante logo após a edição da DUDH. Porém, com a Guerra Fria restou impedido essa finalidade, a qual após alguns anos (quase vinte anos depois da DUDH) foram aprovados dois Pactos Internacionais: o dos Direitos Cívicos e Políticos e o dos Direitos Sociais Econômicos e Culturais/1966 (RAMOS, 2020, p. 108).

Os direitos humanos têm por fundamento intrínseco o valor fonte do Direito que se atribui a cada pessoa humana pelo simples fato de sua existência. É dizer, tais direitos retiram o seu suporte de validade da dignidade da qual toda e qualquer pessoa é titular, em consonância com o que estabelece o art. 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (MAZUOLLI, 2019, p. 81).

Assim, seja no âmbito internacional, seja no âmbito interno (à luz do Direito Constitucional ocidental), a dignidade da pessoa humana não está expressa apenas como norma, mas na jurisprudência esse princípio vem ganhando expressão, à medida que seria indissociável o elo entre a dignidade da pessoa humana e os direitos humanos⁵¹ e fundamentais na órbita internacional e no direito constitucional, muito embora não exista precisamente em virtude do relativamente recente reconhecimento da dignidade humana como valor de matriz constitucional (SARLET, 2015, p. 270). Ensina o autor, com sapiência:

O conceito que se propõe, vale repisar, representa uma proposta em processo de reconstrução, com o intuito da máxima afinidade possível com uma concepção multidimensional, aberta e inclusiva de dignidade

⁵¹ Os direitos humanos têm por fundamento intrínseco o valor fonte do Direito que se atribui a cada pessoa humana pelo simples fato de sua existência. É dizer, tais direitos retiram o seu suporte de validade da dignidade da qual toda e qualquer pessoa é titular, em consonância com o que estabelece o art. 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (MAZUOLLI, 2019, p.81).

da pessoa humana. Assim sendo, temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida (SARLET, 2011, p. 28)

Assim, a dignidade humana consiste na qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, que o protege contra todo tratamento degradante e discriminação odiosa, bem como assegura condições materiais mínimas de sobrevivência. Consiste em atributo que todo indivíduo possui, inerente à sua condição humana, não importando qualquer outra condição referente à nacionalidade, opção política, orientação sexual, credo etc.

A Convenção Americana dos Direitos Humanos (denominada de Pacto de San José da Costa Rica, 1969), traz a previsão em seu Art. 11. Proteção da honra e da dignidade 1. Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade. 2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação⁵².

O Art. 17 da Convenção Americana traz a Proteção da família, elencando que a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado e, devendo a lei reconhecer a igualdade de direitos tanto aos filhos nascidos fora do casamento como aos nascidos dentro do casamento.

Em 1969, o Brasil participou das negociações para a elaboração da CADH, mas, sob o regime militar, não a assinou. O Brasil somente aderiu à Convenção em 9 de julho de 1992, após a redemocratização. Depositou a carta de adesão em 25 de setembro de 1992 e a promulgou por meio do Decreto n. 678, de 6 de novembro do mesmo ano. O ato multilateral entrou em vigor para o Brasil em 25 de setembro de 1992, data do depósito de seu instrumento de ratificação nos termos do art. 74, § 2º. (RAMOS, 2021, p. 516).

⁵² CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1969). Disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Data de acesso: 04.03.2022.

Para as crianças, explicita-se o seu direito de não sofrer discriminação alguma por motivo de cor, sexo, língua, religião, origem nacional ou social, situação econômica ou nascimento, bem como o direito às medidas de proteção por parte de sua família, da sociedade e do Estado que sua condição de menor requerer. Toda criança tem o direito de adquirir uma nacionalidade e deverá ser registrada imediatamente após seu nascimento e deverá receber um nome nos termos do Art. 24, do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 (RAMOS, 2021, p. 241).

Nesse contexto, em face da interação entre o direito brasileiro e os tratados internacionais de direitos humanos, à medida que o Brasil é signatário da Declaração da ONU (1948), estabelece o texto constitucional, no art. 5º, a Carta de 1988, que os direitos e garantias expressos na Constituição “não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

De tal modo que, quanto ao tema abordado, é importante a abordagem sob o viés do controle de convencionalidade, isto é, os tratados e convenções de direitos humanos aplicáveis à matéria da paternidade socioafetiva, pois servem de base para verificar qualquer conduta que seja atentatória aos direitos e liberdades previstos nos tratados de direitos humanos.

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO CONTEXTO DA FILIAÇÃO E DA PATERNIDADE

No direito de família, a dignidade humana é princípio fundamental na Constituição Federal de 1988, conforme artigo 1º, inciso III. Quando cuida do Direito de Família, a Carta Federal consigna no artigo 226, § 7º, que o planejamento familiar está assentado no princípio da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável. De acordo com o artigo 230 da Constituição Federal, têm a família, a sociedade e o Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurar sua participação na comunidade, defender sua dignidade e bem-estar e garantir-lhes o direito à vida (MADALENO, 2018).

Nesse sentido, segundo o professor Caio Mário da Silva Pereira (2017, p. 83)

No âmbito do Direito de Família, identificam-se princípios norteadores das relações familiares, quais sejam: princípio da dignidade da pessoa humana (inciso 82 III do art. 1º, CF/1988), da solidariedade familiar (inciso I do art. 3º, CF/1988) da equiparação de filhos e da vedação de designações discriminatórias relativas à filiação (art. 227, § 6º, CF); do melhor interesse da criança e do adolescente e da proteção integral (art. 3º do Decreto nº 99.710/1990) da prioridade absoluta, da afetividade e do cuidado (princípios constitucionais implícitos – art. 5º, § 2º, CF/1988,); todos a seguir detalhados. O princípio da dignidade da pessoa humana é positivado no texto constitucional pátrio no art. 1º, inciso III, sendo considerado um dos esteios de sustentação dos ordenamentos jurídicos contemporâneos. Trata-se, como dito, de verdadeiro macro princípio constitucional no qual se concretizam direitos fundamentais e do qual se desdobram subprincípios ou princípios implícitos, conforme autoriza o art. 5º, § 2º, da CRFB. Por constituir um direito fundamental, sob perspectiva subjetiva, este princípio confere aos seus titulares a pretensão a que se adote determinado comportamento – positivo ou negativo – e, sob perspectiva objetiva, compõe a base da ordem jurídica. De qualquer sorte, contemporaneamente, a afirmação e asseguramento dos direitos fundamentais, com ênfase na dignidade da pessoa humana, é condição de legitimação do Estado de Direito.

De forma similar, cabe ressaltar as seguintes lições:

Colocando definitiva pá de cal sobre um período pouco saudoso de discriminação entre os filhos, o Texto Constitucional, no art. 227, § 6º, 1 foi de clareza solar ao determinar a igualdade substancial entre os filhos, evitando qualquer conduta discriminatória,² materializando, de certo modo, a dignidade da pessoa humana almejada como finalidade precípua da República Federativa do Brasil. A partir do Texto Maior de 5 de outubro, todos os filhos passaram a ter as mesmas prerrogativas, independentemente de sua origem ou da situação jurídica dos seus pais (CF, art. 227, § 6º). Trata-se, sem dúvida, de norma-princípio paradigmática, servindo para eliminar todo e qualquer tipo de tratamento discriminatório (bastante comuns no sistema do Código Civil de 1916, que optou por conferir privilégios ao filho nascido de um casamento). Com isso, afastaram-se também do campo filiatório os privilégios concedidos a uma ou outra pessoa em razão da simples existência de casamento. Foram afastadas, em síntese apertada, as discriminações perpetradas contra os filhos de pessoas não casadas (RONSEVALD, FARIAS, 2015, p. 539).

Por filiação socioafetiva, conceitua-se como sendo constituída pelo relacionamento entre um adulto e uma criança ou/ adolescente, que, sob o ponto de vista das relações sociais e emocionais, em tudo se assemelham à de pai ou mãe e seu filho. Se um homem, mesmo sabendo não ser o pai de uma dada criança ou adolescente, trata ambos como se fosse seu filho, torna-se pai dele. Do mesmo modo, a mulher se torna mãe

daquele de quem cuida como filho durante um determinado tempo (COELHO, 2012, p. 353).

Assim, segundo a perspectiva adotada pelo autor civilista, a filiação socioafetiva constitui-se de forma inequívoca pela manifestação afetiva e dos cuidados próprios decorrentes das demais espécies de filiação entre aquele o qual sabidamente não é o genitor/genitora e, por outro lado, a pessoa que é tratada como se filho seu fosse, ainda que esse último, termos jurídicos, não perde o direito de pleitear e invocar a filiação biológica. Acerca da dignidade humana na paternidade, já manifestou o Supremo Tribunal Federal:

É possível identificar quatro usos habituais da dignidade humana na jurisprudência brasileira. O primeiro uso é na fundamentação da criação jurisprudencial de novos direitos, também denominado eficácia positiva do princípio da dignidade humana. Por exemplo, o STF reconheceu o “direito à busca da felicidade”, sustentando que este resulta da dignidade humana: “O direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícita e expressão de uma ideia-força que deriva do princípio da essencial dignidade da pessoa humana” (RE 477.554 – Recurso Extraordinário, rel. Celso de Mello, Informativo n. 635). Nessa mesma linha, de tutela da felicidade e da realização pessoal (fruto da dignidade da pessoa humana), o STF reconheceu modelos familiares diversos da concepção tradicional, determinando que “[a] paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios” (RE 898.060/SC, rel. Min. Luiz Fux, j. 21 e 22-9-2016, Informativo STF n. 840). Gilmar Mendes defende que, para se reconhecer um novo direito fundamental, deve ser provado um vínculo com a dignidade humana (a chamada derivação direta) ou pelo menos ser o novo direito vinculado a direito por sua vez decorrente da dignidade humana (derivação indireta)

Uma das situações vivenciadas no âmbito do Direito Civil Moderno, no é o reconhecimento da importância da paternidade (ou maternidade) biológica, mas sem sobreposição da verdade do ponto de vistas genético sobre a verdade do ângulo afeto, ou seja, situações há em que a filiação é perene, construída com base na socioafetividade, independentemente do vínculo genético, prevalecendo em face da própria verdade biológica (GAGLIANO FILHO, 2020, p. 2064). Assim,

Se a dignidade é hoje um princípio constitucional, isso é o reconhecimento de que não importa quais sejam as circunstâncias ou qual o regime político, todo ser humano deve ser reconhecido pelo Estado seu valor como pessoa, e a garantia, na prática, de uma

personalidade que não deve ser menosprezada ou desdenhada nenhum poder. Exige por meio de preceito constitucional que o Estado reconheça a dignidade da pessoa humana, é exigir que ela garanta a todos os direitos que podem ser considerados válidos para um ser humano capaz de compreender o que é o bem (CUNHA, 2005, p, 98).

Ressalta ainda que o princípio da dignidade da pessoa humana não é sobretudo um princípio ético norteador, necessitando ser incluída na CF/88, como princípio basilar quanto a normatização do chamado Estado democrático de direito. Uma vez que a dignidade humana é mais que um direito positivada, pois os mesmos servem como alicerce fundamental do sistema jurídico brasileiro, tornando-se inerente ao homem é a democracia, onde sem o reconhecimento desta, o direito tornar-se-á incompleto ilegítimo.

Ademais é notável a importância do princípio da proteção à dignidade da pessoa humana, sendo ponto de partida do atual direito de família brasileiro. Por ser um dos principais fundamentos de base que sustenta a lei maior, passou a informar todas as relações jurídicas, tendo em vista que, toda relação e qualquer aplicação normativa deve atender necessariamente à pessoa antes de atentar-se a qualquer outro valor. Do contrário estar-se-á em desconformidade quanto ao preceito constitucional. Sendo assim,

A dignidade é pressuposta da ideia de justiça humana. Porque ela é quem dita a condição superior do homem como ser de razão e sentimento. Por isso é que a dignidade humana independe de merecimento pessoal ou social. Não há que se falar em merecimento, pois ela é inerente à vida, e nessa contingência é um direito pré-estatal. (ROCHA, 2000. p. 72).

A dignidade da pessoa humana não se limita apenas no campo jurídico, porém, a justiça cuida ferozmente do dito princípio já que, é de importância extrema, vez que, cuida da proteção da promoção do referido princípio, evitando assim possíveis violações, assim torna-se a transpassar o campo jurídico pois o mesmo vai além de concepções macros pois também promove respeito, pois se trata de condutas indispensáveis ao convívio harmônico da sociedade.

O Direito contemporâneo não distingue os filhos nascidos do casamento dos concebidos fora deste. Igual ação é notada entre os filhos biológicos e os adotivos. Atualmente, a socioafetividade tem o poder de instituir o parentesco. A igualdade de direitos entre os filhos está garantida pelo art. 227, § 6º, da Constituição Federal. Funda-

se, também, no princípio da dignidade da pessoa humana, constante no art. 1º, inciso III, da Lei Maior.

O RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA DE MAIORES DE IDADE NA ESFERA ADMINISTRATIVA

Para uma melhor abordagem do tema o presente assunto se encontra no rol da família na vigente constituição federal, a partir do seu artigo 226, que prevê o reconhecimento da relação composta pelos pais e seus descendentes, incluindo também os filhos havidos fora da constância do casamento ou por adoção, tal relação é englobada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que por se tratar de entidade familiar mesmo que diversa da convencional, torna-se constitucionalmente protegida pelo Estado maior disposto no art. 1ª, inciso III da CF/88.

O direito à convivência familiar tornou-se um prisma de direitos para crianças e adolescentes, sendo vedado qualquer tipo de discriminação a essa espécie de filiação, no que tange a evolução da sociedade familiar. Formados a partir de fundamentos axiológicos no intuito de proteção e amor, uma vez que, ante a ausência da efetividade materna ou paterna outros indivíduos possam completar essa ausência de sentimentos por parte dos genitores consanguíneos.

O quadro fático é claro quando se fala que crianças nascidas no Brasil são registrada sem o nome do pai em sua certidão de registro, outros até são registrados pelos dois genitores, mas, comumente devido a condição social e econômica precária, essas famílias acabam sendo dispersas, (vez que acontece até mesmo de mães se juntaram com outros parceiros não só pelo fato de haver sentimento de amor, mas sim de pela sua sobrevivência e de seus filhos), inevitavelmente acaba ocorrendo o apego entre as crianças e o novo companheiro da genitora, corroborando assim para um vínculo de afeição entre ambos os envolvidos, (a prática do princípio da afetividade limita-se basicamente a condição de afeto ao dar e receber amor mútuo entre padrasto e enteado)

Segundo propõe a constituição a partir da ideia do estado democrático de direito e observados o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana o termo afeto tornou-se um princípio norteador da construção da nova família contemporânea, pois

segundo menciona dispositivos constitucionais e infraconstitucionais a relação de afeto tem a mesma importância que a consanguínea e familiar assim menciona o artigo 5ª da Constituição Federal de 1988.

Segundo menciona a constituição brasileira a entidade familiar é caracterizada pela relação entre duas ou mais pessoas provindas de vínculo consanguíneo, agora a família já não é mais uma necessidade da sociedade ou um dogma religioso, mas sim começa a se fundar a partir de laços afetivos, passando ser constituída não só pelo casamento, mas sob qualquer relação afetiva.

Hoje filhos havidos fora do casamento já são passíveis de direitos, observando o princípio do melhor interesse do menor assim aponta o artigo 226 da CF/88, ante a evolução da sociedade e a readaptação do mundo jurídico qualquer família passa a ser protegida integralmente pelo Estado, observados os princípios da isonomia e da dignidade da pessoa humana, famílias monoparentais, famílias socioafetivos e até mesmo em famílias onde há duplicidade de gêneros, a partir dessa nova concepção familiar, onde são observados os laços afetivos de amor entre envolvidos o que é gerado pela convivência familiar, mesmo que não haja o instituto do casamento.

Uma das formas de garantias do princípio da dignidade humana, como premissa dos direitos e garantias fundamentais, e da legislação infraconstitucional, é o princípio da afetividade nas maternidades/maternidades socioafetivas e nos vínculos de adoção, como consagra esse valor ao admitir outra origem de filiação distinta da consanguínea (CC, art. 1.593), ou ainda através da inseminação artificial heteróloga (CC, art. 1.597, inc. V). Na comunhão plena de vida, só é viável enquanto presente o “afeto” ao lado da solidariedade, qualificando-se como unidade familiar, servindo de esteio para a sociedade contemporânea.

Ab initio, cabe mencionar a previsão contida no art. 1.593 do CC/2002, que traz a seguinte previsão legal: O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem. Por conseguinte, conforme lições do professor Paulo Nader (2016), ao utilizar a expressão “outra origem”, também “abre espaço ao reconhecimento da paternidade socioafetiva ou paternidade desbiologizada, em que,

embora não existam elos de sangue, há laços de afetividade que a sociedade reconhece como mais importantes que o vínculo consanguíneo.

Por filiação socioafetiva, conceitua-se como sendo constituída pelo relacionamento entre um adulto e uma criança ou/ adolescente, que, sob o ponto de vista das relações sociais e emocionais, em tudo se assemelham à de pai ou mãe e seu filho. Se um homem, mesmo sabendo não ser o pai de uma dada criança ou/adolescente, trata ambos como se fosse seu filho, torna-se pai dele. Do mesmo modo, a mulher se torna mãe daquele de quem cuida como filho durante um determinado tempo (COELHO, 2012, p. 353).

Segundo o artigo 1^a da declaração universal dos direitos humanos, a sociedade deve agir umas para com as outras com espírito de fraternidade, assim menciona o artigo 5^a da Constituição Federal, com menção ao Código Civil observa-se que um dos principais princípios que preconiza essa nova ideia de família é o chamado afetividade. Através do princípio da afetividade tornou-se elemento norteador das constituições familiares contemporânea, merecendo assim, uma maior proteção jurídica que salvaguarda essas novas estruturas e laços familiares, vale ressaltar que a constituição se atenta a família como sendo a base da sociedade, ou seja, o termo família não se limita mais ao pátrio poder.

O artigo 1.583 do Código Civil mostra que o afeto não se limita ao genitor consanguíneo, mas, tão somente a qualquer indivíduo que se molde aos atuais ramos familiares afetivos. O artigo 1.584 do Código Civil, menciona que se o juiz verificar que o menor não deve ficar sob a guarda dos pais biológicos a guarda será transferida para a pessoa que revele compatibilidade com o menor, observando o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade.

Ou seja, na falta dos genitores e havendo laços com outros além destes o magistrado ao determinar a transferência da guarda observará o instituto da afetividade entre o menor e alguém da mesma família ou havendo laços afetivos com outrem que preencha o vínculo familiar, para decretar quem velará com mais gozo pelo interesse do menor.

Toda criança e adolescente tem o direito de conhecer de onde veio de quem é nascido quando do nascimento, assim aduz o artigo 48 do estatuto da criança e adolescente. Esse direito foi impresso pela primeira vez por documentos garantidores dos direitos humanos em sua maioria desenvolvidos sob os princípios fincados na declaração universal dos direitos humanos, implica mencionar que esse princípio basilar evita que o indivíduo sofra alguns tipos de discriminações ou desrespeitos de seus direitos individuais e sociais.

Conforme menciona o princípio da isonomia circunscrito no artigo 1ª da Constituição Federal de 1988, fez com que todos sem exceção devem ser tratados igualmente aos iguais e desigualmente e aos desiguais, na proporção de sua dignidade, ou seja, segundo o princípio da isonomia e a dignidade humana consiste na qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, que o protege contra todo tratamento degradante e discriminação odiosa, bem como assegura condições materiais mínimas de sobrevivência. Consiste em atributo que todo indivíduo possui, inerente à sua condição humana, não importando qualquer outra condição referente à nacionalidade, opção política, orientação sexual, credo etc.

Após incisão da nova constituição federal em concordância com a doutrina vigente só era possível o reconhecimento da paternidade após dissolução do casamento ou da união estável e, se os filhos fossem havidos fora do casamento (adulterinos) ou incestuosos, não teriam o direito da paternidade reconhecida, uma vez que esse direito era vedado pelo fato de ter sido gerado fora do casamento. Ressalvado os dispostos no artigo 227, § 6ª da Constituição, os filhos havidos fora ou dentro do instituto do casamento ou mesmo que tenham sido adotados gozam dos mesmos direitos relativos à filiação, ou seja, a constituição preconiza que todos os filhos adotados, fruto de casamento ou relacionamento extraconjugal teriam os mesmos direitos, ressalvado o princípio da isonomia evidenciando assim a preocupação do legislador com o reconhecimento de paternidade, tanto para quem está no polo passivo ou ativo da paternidade.

A partir da redação do art. 1.593 da Codificação vigente, uma classificação do parentesco em *natural* e *civil*, sem, contudo, operar efeitos práticos. Dispõe o texto legal que o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem,

ou seja, há duas espécies: o parentesco natural e o parentesco por afinidade (ROSENVALD; FARIAS, 2017, p. 527).

Com isso, resta superada a controvérsia acerca da recepção pelo Código Civil em vigor do critério da afetividade como determinante do parentesco. A partir da leitura – ainda que perfunctória – do art. 1.593 conclui-se, com tranquilidade, que foi reconhecida a possibilidade de estabelecimento do parentesco através de outros vínculos, distintos da consanguinidade, prestigiando sentimentos nobres, como o amor, o desejo de construir uma relação afetiva, carinhosa, reunindo as pessoas em grupo de companheirismo, lugar de afetividade (ROSENVALD; FARIAS, 2017, p. 528).

Nesta senda, ainda há uma grande discussão sobre paternidade e socioafetividade, no entanto um instituto não veda a circunscrição do outro, ou seja, se uma criança é criada por mãe solteira, e essa mãe decide casar-se com outro indivíduo o direito do pai cujo nome está descrito na certidão de nascimento um vez que, paternidade trata-se de direito indispensável é inviolável; no entanto, no processo de sócio afetividade o que será relevante será o melhor interesse do menor preconizado assim pela Constituição.

A fim de sanar as dúvidas e auxiliar nas decisões a serem tomadas em casos de multiparentalidade, o Provimento n. 63 da Corregedoria Nacional de Justiça, de 14 de novembro de 2017, institui normas para emissão, pelos cartórios de registro civil, de certidão de nascimento, casamento e óbito, que terão obrigatoriamente o número de CPF. Entre as novas regras encontra-se a possibilidade de reconhecimento voluntário da maternidade e paternidade socioafetiva (GONÇALVES, 2019, p. 340).

Levando em conta a conveniência de edição de normas básicas e uniformes para a realização do registro ou averbação, visando conferir segurança jurídica à paternidade ou à maternidade socioafetiva estabelecida, inclusive no que diz respeito aos aspectos sucessórios e patrimoniais. O provimento leva ainda em consideração a aceitação doutrinária e jurisprudencial, de forma majoritária, quanto à paternidade e maternidade socioafetiva, contemplando os princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana como fundamento da filiação civil.

Ainda, o provimento elenca a possibilidade de o parentesco resultar de outra origem que não a consanguinidade e o reconhecimento dos mesmos direitos e qualificações aos filhos, havidos ou não da relação de casamento ou por adoção, proibida toda designação discriminatória relativa à filiação (arts. 1.539 e 1.596 do Código Civil).

Nesse sentido, a possibilidade de reconhecimento voluntário da paternidade, segundo o provimento, perante o oficial de registro civil das pessoas naturais e, ante o princípio da igualdade jurídica e de filiação, de reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva, com respectiva necessidade de averbar, em registro público, dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação, nos termos do art. 10, II, do Código Civil/2002. Eis o provimento:

Art 10-A, § 2º O requerente demonstrará a afetividade por todos os meios em direito admitidos, bem como por documentos, tais como: apontamento escolar como responsável ou representante do aluno; inscrição do pretense filho em plano de saúde ou em órgão de previdência; registro oficial de que residem na mesma unidade domiciliar; vínculo de conjugal - casamento ou união estável - com o ascendente biológico; inscrição como dependente do requerente em entidades associativas; fotografias em celebrações relevantes; declaração de testemunhas com firma reconhecida. (Incluído pelo Provimento n. 83, de 14.8.19).

O provimento destaca o fato de que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios (Supremo Tribunal Federal – RE n. 898.060/SC), bem como, em face das previsões normativas constitucionais e infraconstitucionais, em especial, o disposto no art. 227, § 6º, da Constituição Federal e no art. 1.609 do Código Civil.

CONCLUSÃO

Com a vigência da Constituição Federal a família a passou a ser vista de outro prisma, qual seja, conjecturar família a partir do princípio da afetividade, ou seja, laços afetivos tinham tanto valor e consideração como os sanguíneos conforme preceitua o Art. 226, a medida que o termo socioafetividade não desestruturou o conceito de família, mas tão somente o atualizou com a necessidade atual da sociedade.

Nesse sentido, há uma nova concepção de filiação na arquitetura jurídica do instituto (Tratados de Direitos Humanos, Direito Constitucional, Direito Civil e demais regramentos legais), que passam a ser instrumentos garantidores do desenvolvimento da personalidade humana, independente do nascimento ter sido oriundo ou não de relação matrimonial.

A partir da estrutura constitucionalmente imposta à filiação, e possível que o reconhecimento da maternidade ou paternidade, do menor ou maior de idade, seja realizado pelas vias extrajudiciais como instrumento eficaz no aperfeiçoamento dos mecanismos para concretização dos princípios constitucionais da dignidade humana e da afetividade nas relações de filiação sócio afetivas.

O reconhecimento de filiação não biológica ou seja, filiação socioafetiva em cartório, foi dada pelo Provimento 63/2017, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), trazendo algumas alterações, e limitações no que versa sobre a possibilidade do reconhecimento de afetividade em cartório, ressaltando ainda que esse procedimento se dá de forma extrajudicial, ressalta a importância da análise pelo Ministério Público, em face da aplicação.

O primeiro Estado no Brasil a permitir esse reconhecimento extrajudicial foi Pernambuco que, por intermédio da Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça, regulamentou a questão administrativamente, no parecer da lavra do Desembargador Jones Figueiredo Alves, foi aprovado o Provimento n. 9 de 2013 do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Pelo regulamento, previa-se a formalização extrajudicial da paternidade socioafetiva, dispensando a judicialização. Bastava que o pai e mãe comparecessem ao cartório de registro de pessoas para que isso se viabilizasse (se o filho fosse maior, também deveria anuir com o registro).

REFERÊNCIAS

COELHO, Fábio. **Curso de direito civil, família, sucessões**, volume 5. – 5. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_63_14112017_19032018150944.pdf. Data de acesso: 06.04.2021.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1969). Disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Data de acesso: 04.03.2022.

CHAVES, Cristiano. ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: famílias**, volume 6. – 7. ed. rev. ampl. e atual. – São Paulo: Atlas, 2015.

CHAVES, A. W; WELTER B. P; MADALENO, R. H. **Direitos fundamentais do direito de família**. Porto Alegre: Livraria do advogado, ed., 2004.

CHAVES, Mariana. **Famílias paralelas**. IBDFAM, 27, mar 2008. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=495>. Data de acesso: 22.02.2022.

CUNHA PEREIRA, Rodrigo da. **Princípios fundamentais norteadores para o direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

_____. **O afeto face ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e seus Efeitos Jurídicos no Direito de Família**. IBDFAM, 12 jan.2009. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=482>.Data de acesso: 22.02.2022

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 6 : direito de família**. – 16. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. - 8. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MALTA, R. B. **A importância dos princípios específicos do direito das famílias**. IBDFAM, 07 jun 2010. Disponível em: <http://www.idbfam.org.br/?artigos&artigo=461>. Data de acesso: 22.02.2022

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. –6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil, v. 5: direito de família**. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil – Vol. V / Atual**. Tânia da Silva Pereira. – 25. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. – 14. ed., rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Temas de direitos humanos**. – 5. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. – 7. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

_____. **Curso de direitos humanos**. - 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. rev. atual. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

_____. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva 2015.

STOLZE, Pablo; Pamplona Filho, Rodolfo. **Manual de direito civil – volume único**. – 4. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

CAPÍTULO IX

O USO DE JOGOS E BRINCADEIRAS COMO RECURSO DE APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Miriam Braz Sabino de Souza⁵³; Margarida Sabino Sucupira⁵⁴;

Marilene Sabino da Cunha⁵⁵; Martiliana Braz Sabino⁵⁶.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-09

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo mostrar que os jogos e as brincadeiras são valiosos recursos motivadores e indispensáveis no processo de ensino-aprendizagem da educação especial. Porque para a criança não há atividade mais completa do que brincar. O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, tendo como referencial teórico os estudos de Kishimoto (1994), Rodrigues (2001), RCNEI (1998) e Huizinga (2001). Conclui-se constatando que através das atividades lúdicas as crianças desenvolvem a linguagem oral, a atenção, o raciocínio e a habilidade do manuseio, além de resgatar sua potencialidade e os seus conhecimentos, favorecendo o desenvolvimento da leitura e da escrita. Brincar é uma realidade cotidiana na vida da criança, e para que brinque, é suficiente que não seja impedida de exercitar a imaginação simbólica, instrumento que lhe fornece o meio de assimilar o real, os seus desejos e interesses.

PALAVRAS-CHAVE: Jogos. Brincadeiras. Recursos. Educação Especial.

THE USE OF GAMES AND PLAY AS A LEARNING RESOURCE FOR CHILDREN WITH SPECIAL NEEDS

ABSTRACT: This article aims to show that games and games are valuable motivating and indispensable resources in the teaching-learning process of special education. Because for the child there is no more complete activity than playing. The present work consists of a bibliographical research, having as theoretical reference the studies of Kishimoto (1994), Rodrigues (2001), RCNEI (1998) and Huizinga (2001). It is concluded that through the play activities children develop oral language, attention, reasoning and the ability of handling, as well as rescue their potential and their knowledge, favoring the development of reading and writing. Playing is a daily reality in the child's life, and in order to play it, it is sufficient that it is not prevented from exercising the symbolic

⁵³ Pedagoga pela UERN. Pós-graduação em Gestão Escolar pela FIP; Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais pela AVEC; Pós-graduação em Educação Especial Inclusiva pela FAIARA; Pós-graduação em Libras pela FAT. E-mail: miriambraz50@gmail.com

⁵⁴ Licenciada em Pedagogia UFRN. Pós-graduação em Educação Especial e Educação Infantil pela Faculdade Dom Alberto. Pós-graduação em Educação Infantil - Anos Iniciais e Psicopedagogia pela Faculdade Dom Alberto; Pós-graduação em Educação Infantil e séries Iniciais pela AVEC. Professora do município de Guamaré/RN. E-mail: margosabino1958@gmail.com

⁵⁵ Graduada em Pedagogia pela FAEPI. Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais pela AVEC. Professora do município de Guamaré/RN. E-mail: marilenesabino@gmail.com

⁵⁶ Licenciada em Pedagogia na Faculdade Universidade Estadual Vale de Acaraú. Pós-graduação em Educação Infantil na FIP. Pós-graduação em Educação Especial e Educação Infantil na Faculdade Dom Alberto. Professora da educação básica. E-mail: martiliana.rocha@hotmail.com

imagination, an instrument that provides it with the means to assimilate the real, its desires and interests.

KEYWORDS: Games. Jokes. Resources. Special Education.

INTRODUÇÃO

A utilização de jogos na escola não é algo novo, assim como é bastante conhecido o seu potencial para o ensino e a aprendizagem. Esse artigo busca demonstrar como os jogos podem ser um dos valiosos recursos motivadores no processo de ensino-aprendizagem na educação especial, através dos jogos e brincadeira e aprendizagem acontece de maneira lúdica e significativa proporcionando ao educando o prazer de aprender.

Assim, os jogos e as brincadeiras não são apenas meios de distração para o aluno, mas torna-se um recurso facilitador de novas aprendizagem que possibilita o aluno a gostar de aprender de modo prazeroso.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação (RCNEI, 1998, p. 27) “no ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos, os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparenta ser, ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhe deram origem, sabendo que estão brincando, ” ou seja, através do brincar, a criança tem em suas mãos a possibilidade de lidar e estabelecer as com os outros e com ela mesma.

Há uma grande importância em “brincar”. Crianças que não brincam podem desenvolver grandes dificuldades e frustrações no decorrer da vida. O brincar faz parte do cotidiano da criança e a escola precisa investir nessa possibilidade de aprendizado. Aprender com jogos e brincadeiras é mais interessante, pois assim a criança se sente em seu próprio mundo.

O jogo é interpretado por alguns como atividade recreativa, isto é, o momento que permite o relaxamento, o gasto do excesso de energia que ficou acumulada, em razão das atividades passivas desenvolvidas em sala de aula. Os jogos e as brincadeiras servem de momentos de descanso das atividades sérias, uma maneira de recuperar o físico e o psicológico preparando as crianças para novas etapas do trabalho escolar.

Assim cabe ao professor perceber, que a prática pedagógica deve atender às reais necessidades das crianças, porque desde pequenos elas apresentam atitudes de interesse em descobrir o mundo que os cerca e podem realmente construir o conhecimento.

Crianças com necessidades especiais possuem dificuldades de concentração e de aprendizagem, podem ter um resultado muito mais satisfatório quando o método para ensinar são os jogos. Eles estimulam o aluno, o motivam, despertam a curiosidade, proporcionando uma forma de aprender que é prazerosa, de maneira lúdica, bem diferente dos resultados de uma aprendizagem sob “pressão”.

Outro ponto importante é a maneira com que os jogos influenciam no desenvolvimento da agilidade, da concentração e do raciocínio. Os jogos contribuem para um desenvolvimento intelectual, pois precisam pensar, tomar “decisões”, criar, inventar, aprender e arriscar e experimentar. Dependendo da maneira com que os jogos são aplicados, podem ajudar também no comportamento em grupo, nas relações pessoais e na ajuda coletiva.

O brincar faz parte do cotidiano da criança, portanto ao introduzir os jogos, na escola, como proposto de ensino o professor estará relacionando a aprendizagem a algo prazeroso para a criança e assim ela interage com o mundo ao seu redor, com sua vivência diária.

Para todos aqueles que trabalham com Educação Especial é bastante comum a vivência de situações em que é preciso estabelecer intervenção em função das necessidades especiais da criança. Os brinquedos, jogos e materiais pedagógicos desempenham neste momento um papel nuclear.

Por necessidades específicas ou especiais da criança ou do aluno a ser trabalhado estamos entendendo aquelas necessidades que priorizam no processo de aprendizagem, tendo em vista um melhor desenvolvimento posterior da criança. Os materiais específicos para o atendimento de necessidades lúdicas da criança cega, que servem ao mesmo tempo para a criança brincar e aprender; materiais auditivos dados a criança com problemas auditivos para que ela possa discriminar os sons graves e agudos etc.

No entanto, a escola deve ajustar em sua proposta pedagógica com intuito de buscar alternativas para ajudar os alunos com necessidades especiais a desenvolverem

suas capacidades e auxiliá-los nas suas adequações às diversidades culturais que são expostas em seu universo sociocultural, potencializando o desenvolvimento de todas as capacidades do aluno, tornando o ensino mais digno e humano.

O trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro capítulo sobre O jogo: Um breve relato histórico. No segundo será apresentado o jogo no contexto escolar. O terceiro capítulo aponta o Faz-de-conta e o imaginário na educação especial, finalizado com as considerações finais. Aqui trataremos do caminho percorrido desde o início do trabalho.

O JOGO: UM BREVE RELATO HISTÓRICO

Não é de hoje que sabemos que os jogos encantam crianças e adultos, assim como é conhecido a sua importância para o desenvolvimento social e intelectual da criança. Segundo a enciclopédia Barsa (1996, p. 338), O jogo é um processo fundamental na socialização do indivíduo e na formação da personalidade, para alguns autores o jogo seria mais antigo que o trabalho.

A denominação jogo é dada a diversas formas de atividades físicas ou mentais que têm por fim a recreação, embora às vezes envolvam também interesse financeiro. Os jogos se praticam segundo regras estabelecidas em sua maioria de aceitação universal, apesar de serem também frequentes as modalidades determinadas por peculiaridades ou costumes locais.

Pouco se sabe sobre a história dos jogos, mas acredita-se que todos os povos os praticaram. Acredita-se que suas origens remontam às cerimônias e rituais religiosos e costumes antigos. Todos os tipos de jogos desempenham importante papel no desenvolvimento físico e espiritual do indivíduo.

Os jogos podem ser classificados em dois grandes grupos: os sedentários, em que predomina a atividade mental, e os de movimento, que envolvem esforço físico.

Para que possamos compreender o uso de jogos e brincadeiras, precisamos fazer uma retrospectiva histórica, tendo por base estudos bibliográficos, para entendermos a importância dos jogos e brincadeiras desde os séculos passados.

Desde tempos remotos, o jogo fazia parte da cultura de um povo. A cultura era educação e a educação representava sobrevivência. O jogo reflete aspectos da sociedade na qual ele surgiu. Entre os gregos, por exemplo, os jogos estão relacionados ao caráter físico, às artes e à lógica, que são elementos marcantes em sua sociedade. Segundo Platão (séc. III), que já dava ao esporte o seu devido valor na formação do caráter e da personalidade, os primeiros anos da criança deveriam ser ocupados com jogos educativos. Já entre os egípcios, romanos e maias, os jogos e brincadeiras servem de meio para a geração jovem aprender com os mais velhos valores e conhecimentos, como também normas e padrões da vida social.

De acordo com Kishimoto (1992), que faz um apanhado histórico do uso de jogos no contexto social, o jogo veio ganhar um valor crescente na década de 60, com o aparecimento de museus, com concepções mais dinâmicas, onde nesses espaços as crianças podiam tocar e manipular brinquedos. Este processo de valorização do jogo chegou ao Brasil no início da década de 80, com o aumento da produção científica a respeito dos jogos e o aparecimento das “brinquedotecas”.

O jogo tornou-se objeto de interesse de psicólogos, educadores e pesquisadores como decorrência da sua importância para a criança e da ideia de que é uma prática que auxilia o desenvolvimento infantil, a construção ou potencialização de conhecimentos.

O JOGO NO CONTEXTO ESCOLAR

O jogo pode tornar-se uma estratégia didática quando as situações são planejadas e orientadas pelo adulto visando a uma finalidade de aprendizagem. Isto é, proporcionar à criança algum tipo de conhecimento, alguma relação ou atitude. Para que isso ocorra é necessário haver uma intencionalidade educativa, o que implica planejamento e previsão de etapas pelo professor, para alcançar objetivos predeterminados e extrair do jogo atividades que lhe são decorrentes.

Huizinga, afirma que o jogo:

O jogo é uma atividade, conseqüentemente tomada como não séria e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com o qual não se pode obter qualquer

lucro, praticado dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo certa ordem e certas regras (HUIZINGA, 1980, p. 13).

O jogo e a brincadeira são sempre situações que a criança realiza, constrói e se apropria de conhecimentos das mais diversas ordens possibilitando, igualmente a construção de categorias e ampliação dos conceitos das várias áreas do conhecimento. Nesse aspecto, o brincar assume o papel didático e pode ser explorado no processo educativo.

Aliar atividades lúdicas ao processo de ensino e aprendizagem é um recurso pedagógico de fundamental importância para o desenvolvimento do aluno, um exemplo de atividade que desperte o interesse do aluno e o jogo, sobre o qual nos fala:

O jogo como promotor da aprendizagem e do desenvolvimento, passa a ser considerado nas práticas escolares como importante aliado para o ensino, já que colocar o aluno diante de situações lúdicas como jogo pode ser uma boa estratégia para aproximá-lo dos conteúdos culturais a serem veiculados na escola (KISHOMOTO, 1994, p. 13).

O educador ao utilizar as brincadeiras em sala de aula transporta para o campo do ensino-aprendizagem condições de conhecimento introduzindo as propriedades da ludicidade que contribui para uma melhor assimilação do conhecimento por parte da criança.

Por meio das brincadeiras as crianças desenvolvem saberes, resolvem conflitos, experimentam sensações, lidam com diferentes sentimentos e aprendem a conviver e a cooperar com um grupo, sendo que a mesma é uma linguagem natural da própria criança.

Na construção desses conhecimentos é importante que a criança com necessidade especial se faça presente na escola desde a Educação Infantil para que o aluno (a) possa desencadear todo o processo de aprendizagem, comunicando e se expressando por meio de atividades lúdicas.

Nesta perspectiva considera-se como lúdicas todos os elementos que auxiliam na aprendizagem dos alunos, como: as brincadeiras, os jogos, a música, a arte, a expressão corporal, ou seja, atividades que mantenham a espontaneidade das crianças.

Diversos estudos demonstram que, por meio dos jogos, a criança vê e constrói o mundo a seu modo, em função disso, é essencial que os professores apliquem atividades

lúdicas de modo que esse processo trabalhe com a diversidade cultural e desperte à vontade para aprender.

Jogar e/ou brincar, na escola, é diferente de jogar ou brincar em outros lugares, porque a vida escolar é rígida por algumas normas que regulam as ações das pessoas e as interações entre elas e, naturalmente, estas normas estão presentes também, nas atividades diárias das crianças. Assim os jogos e as brincadeiras têm uma especificidade quando ocorrem na escola, pois, são medidas pelas normas institucionais.

Para Rodrigues (2001) “o jogo é uma atividade rica e de grande efeito que responde às necessidades lúdicas, intelectuais e afetivas, estimulando a vida social e representando, assim importante contribuição na aprendizagem”.

“Pode-se descrever a aprendizagem como sendo um processo de aquisição e assimilação mais conscientes de novos saberes e novas formas de perceber, ser, pensar e agir” (SMITH).

O educador tem como tarefas: dirigir a relação entre o ensino e a aprendizagem; orientar para o saber e gerenciar o conhecimento, deve estar atento para o desenvolvimento educacional de todo aluno com excelência e dispor de recursos apropriados para o aprendizado eficaz, buscar rotinas pedagógicas de acordo com os desejos e as necessidades de todos.

Para Kishimoto:

Utilizar o jogo na educação infantil significa transportar para o campo do ensino-aprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora. (KISHIMOTO, 2009b, p. 36).

Torna-se um grande desafio para os professores da educação especial, compreender e conhecer a criança que se encontra nesse período escolar, pois tratando de jogos, estes não são vistos apenas como forma de entretenimento, mas uma atividade que poderá auxiliar no desenvolvimento de várias habilidades, conforme ressalta Kishimoto:

A utilização do jogo potencializa a exploração e a construção do conhecimento, por contar com a motivação interna, típica do lúdico, mas o trabalho pedagógico requer a oferta de estímulos externos e a influência de parceiros bem como a sistematização de conceitos em outras situações que não os jogos. Ao utilizar de modo metafórico a

forma lúdica (objeto suporte de brincadeira) para estimular a construção do conhecimento, o brinquedo educativo conquistou espaço definitivo (KISHIMOTO, 2009b, p. 37).

Por sua dimensão lúdica, o jogo pode ser visto como uma das bases sobre a qual se desenvolve o espírito construtivo, a imaginação, a capacidade de sistematizar e abstrair a capacidade de interagir socialmente. Entendemos que a dimensão lúdica envolve desafio, surpresa, possibilidade de fazer de novo, de querer superar os obstáculos iniciais e o incômodo por não controlar todos os resultados.

Hoje sabemos que associada a dimensão lúdica, está a dimensão educativa do jogo. Todo jogo por natureza desafia, encanta, traz movimento, barulho e uma certa alegria para o espaço no qual normalmente entram apenas o livro, o caderno e o lápis.

No entanto, é função da escola levar a criança, em qualquer nível de ensino e período de desenvolvimento, a obter experiências e informações que enriquecem seu repertório, bem como o procedimento metodológico que permite integrar sucessivamente estes novos conhecimentos àqueles que a criança já detém. De acordo com os PCN'S:

Um aspecto relevante nos jogos é um desafio genuíno que eles provocam no aluno, que gera interesse e prazer. Por isso, é importante que os jogos façam parte da cultura escolar, cabendo ao professor analisar e avaliar a potencialidade educativa dos diferentes jogos e o aspecto curricular que se deseja desenvolver (PCN'S, p. 49).

O FAZ-DE-CONTA E O IMAGINÁRIO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O brincar e faz-de-conta, mas o que se caracteriza como faz-de-conta? As crianças precisam de um espaço adequado para exercitá-lo? Se observarmos uma criança brincando, ela é capaz de transformar um pedaço de madeira em um avião, ou de se imaginar um super-herói ao colocar um pedaço de pano sobre os ombros, dentre outros, ou seja, fazer de conta é da natureza de toda criança, faz parte da natureza infantil.

Dentre as brincadeiras realizadas pelas crianças, o faz-de-conta é a que mais desperta o interesse. A diferenciação de papéis se faz presente, sobretudo no faz-de-conta, quando as crianças brincam como se fossem o pai, a mãe, os filhos, o médico, o paciente, heróis e vilões, etc.

O faz-de-conta é uma atividade de grande complexidade, uma atividade lúdica que desencadeia o uso da imaginação criadora. Pelo faz-de-conta a criança pode reviver situações que lhe causam excitação, alegria, medo, tristeza, raiva e ansiedade. Ela pode, neste brinquedo mágico, expressar e trabalhar as fortes emoções muitas vezes difíceis de suportar. E a partir de suas ações nas brincadeiras, explora as diferentes representações que têm destas situações difíceis, podendo melhor compreendê-las ou reorganizá-las.

Com a fantasia e a imaginação a criança assimila, inventa ou reconstrói certa estruturação do conhecimento sobre a relação entre as pessoas ou entre o eu e o outro. Podemos notar, então, que a situação imaginária, longe de ser algo criado livremente pelas crianças, sem nenhuma relação com a realidade, traz as marcas da experiência social das crianças, de suas vivências e conhecimento sobre a realidade.

Segundo Brougère (1995 apud SANTOS, 2000, p. 89), ao imitar o adulto e ao brincar de faz-de-conta, a criança “está demonstrando sua vontade de crescer; pois, nesse momento, o brinquedo representa o mundo que ela quer conquistar”.

É por meio do jogo, do brinquedo e da brincadeira que a criança compreende sua sociedade e sua cultura, pois eles são portadores de seus valores e permitem, ao mesmo tempo, a construção de significados e interpretações que se adaptam a diversas realidades.

As brincadeiras de faz-de-conta são mais duradouras, com efeitos positivos no desenvolvimento, quando há imagens mentais para subsidiar a trama. Crianças brincam e aprendem a decodificar o pensamento dos parceiros por meio da metacognição, o processo de substituição de significados, típico de processos simbólicos.

Para Piaget (1976 apud FONTANA, 1997, p. 121), nas brincadeiras do faz-de-conta (chamada por ele de jogo simbólico) as crianças criam símbolos lúdicos que podem funcionar como uma espécie de linguagem interior, que permite a elas reviver e repassar acontecimentos interessantes ou impressionantes. As crianças, mais do que repensar, necessitam reviver os acontecimentos. Para isso, recorrem ao simbolismo direto da brincadeira.

Brincar é, sem dúvida, uma forma de aprender, mas é muito mais que isso. Brincar é experimentar-se, relacionar-se, imaginar-se, compreender-se, negociar, transformar-se, ser. Na escola, a despeito dos objetivos do professor e de seu controle, a brincadeira não

envolve apenas a atividade cognitiva da criança. Envolve a criança toda. É prática social, atividade simbólica, forma de interação com o outro. Acontece no âmago das disputas sociais, implica a constituição do sentido. É criação, desejo, emoção, ação voluntária (FONTANA; CRUZ, 1997, p. 139).

Algumas teorias e pontos de vista chegam a jogos imaginativos naturais que enfatizam os elementos do faz-de-conta. Isso inclui crianças concentradas na construção de uma torre de blocos o mais alto possível, montando um quebra-cabeça, cortando roupas de papel e vestindo figuras de brinquedo ou, ainda, passeando num triciclo ou jogando xadrez.

Para Vygotsky (1998), “a importância do brincar para o desenvolvimento infantil está no fato desta atividade contribuir para a mudança nas relações das crianças com os objetos, pois estes perdem sua força determinadora na brincadeira”.

Sendo assim, no ato de brincar os objetos podem ter outro significado, outro sentido, e como o sentido é uma construção cultural, na brincadeira, a criança pode dar outros sentidos aos objetos e jogos, seja a partir de sua própria ação ou imaginação, seja na trama de relações que estabelece com os amigos com os quais produz novos sentidos e os compartilha.

A brincadeira é de fundamental importância para o desenvolvimento infantil na medida em que a criança pode transformar e produzir novos significados. As crianças usam objetos para representar coisas diferentes do que realmente são, ou seja: um pedaço de madeira pode se transformar num avião, uma pedrinha pode se transformar num animal.

Para Packer (1994, p. 273), “brincar é uma atividade prática, na qual a criança constrói e transforma seu mundo, conjuntamente, renegociando e redefinindo a realidade”. É necessário que profissionais com essa concepção do brincar por brincar entendam que, para a criança, o brincar é uma das principais maneiras de descoberta de si mesma, do outro e do mundo que a cerca. Toda criança tem o seu próprio ritmo, inclusive para brincar, e isso deve ser levado em consideração para que o ato de brincar não se torne uma atividade estressante.

Vivenciar experiências com prazer, muitas vezes, é mais importante que concluir tarefas com eficiência. Em casa, é interessante que a criança seja capaz de brincar sozinha, de forma lúdica, usando sua imaginação para criar e organizar situações novas.

Para Piaget (1976), a brincadeira infantil é uma assimilação quase pura do real ou não, não tendo nenhuma finalidade adaptativa. Na brincadeira, as crianças estão se relacionado com o meio e com os sujeitos nos diversos contextos, e nesta relação, ela esta exercitando e construindo os processos adaptativos.

A criança pequena sente constantemente necessidade de adaptar-se ao mundo social dos adultos, cujos interesses e regras ainda lhe são estranhos, e há uma infinidade de objetos, acontecimentos e relações que ela ainda não compreende.

[...] a criança não consegue satisfazer todas as suas necessidades afetivas e intelectuais nesse processo de adaptação ao mundo do adulto. Assim, a criança brinca porque é indispensável ao seu equilíbrio afetivo e intelectual que possa dispor de um setor de atividade cuja motivação não seja a adaptação ao real senão, pelo contrário, a assimilação do real ao eu, sem coações nem sanções [...] (PIAGET, 1976, p. 52).

As propostas curriculares de qualidade deixam bastante claro que brincar é uma aprendizagem social, um conteúdo a ser trabalhado de maneira intencional para ampliar o repertório cultural da turma. Isso significa investir para que pequenos se apropriem das brincadeiras que seus pais e avós vivenciavam na infância e ainda de jogos indígenas, com o objetivo de que conheçam diferentes realidades e incorporem à rotina novos elementos e novas situações.

Quando se fala do brincar com a criança, o papel do educador é agir como mediador propondo momentos de aprendizagem, dando sentidos adequados às brincadeiras, encontrando novos desafios, repassando novas regras, percebendo as dificuldades da criança com os movimentos, a coordenação motora e a fala, e também no que tange ao relacionamento com outros.

Bruner (2002 apud KISHIMOTO, 2002, p. 148) “destacam como um ponto fundamental para educadores a brincadeira livre, a qual contribui para liberar a criança de qualquer pressão. A presença do adulto não só física, mas estimuladora favoreceu concentração prolongada, elaboração prolongada e elaboração complexa, concluem”.

Entretanto, é a orientação, a mediação com adultos, que transformará os conteúdos intuitivos em ideias lógico-científicas, característica dos processos educativos. As brincadeiras livres devem ser complementadas com outras atividades não livres e lúdicas, destinadas a materializar as intenções e os projetos das crianças.

O brincar é fundamentalmente a ideia que se tem dessa atividade, inserida na cultura e, portanto, no tempo histórico e social do grupo em questão. Fazer emergir as concepções que os professores têm acerca do que é brincar nos pareceu um primeiro passo para compreendermos não só as resistências, mas também as diferentes formas de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi de fundamental importância para a nossa vida acadêmica, onde no desenrolar do mesmo, compreende-se o uso de jogos e brincadeiras como recursos de aprendizagem na educação especial. Favorecendo o desenvolvimento facilitando a construção do conhecimento da criança. As instituições devem proporcionar experiências prazerosas, diversificadas, respeitando o direito da criança de brincar e oferecer condições adequadas para que ela possa desenvolver a sua personalidade, o aspecto psicológico, a capacidade de expressão de comunicação e de interação social.

Para os educadores que atuam com alunos portadores de necessidades especiais além de mostrar como, de fato, a inclusão acontece. E buscará apresentar as principais maneiras de atuação diante dos alunos com necessidades especiais. Assim é importante que o professor busque sempre ampliar seus conhecimentos sobre o lúdico e que utilize com mais frequência técnicas que envolvam jogos, proporcionando o desenvolvimento integral de seus alunos. É importante que o professor analise e avalie a potencialidade educativa dos diferentes jogos, permitindo assim um trabalho pedagógico mais envolvente.

Este estudo mostrou que se bem aproveitadas, as situações de jogos e brincadeiras, todos ganham. Ganha o professor porque tem a possibilidade de propor formas diferenciadas de os alunos aprenderem. Ganha o aluno porque fica envolvido com uma

atividade complexa, que permite a ele, ao mesmo tempo em que constrói noções e conceitos, desenvolver muitas outras habilidades que serão úteis por toda vida.

No entanto, a escola deve ajustar em sua proposta pedagógica com intuito de buscar alternativas para ajudar os alunos a desenvolverem suas capacidades e auxiliá-los nas suas adequações às diversidades culturais que são expostas em seu universo sociocultural, potencializando o desenvolvimento de todas as capacidades do aluno, tornando o ensino mais digno e humano.

Portanto, este artigo alcançou seus objetivos e comprovou que os jogos e brincadeiras são considerados excelentes auxiliares no processo de ensino-aprendizagem na educação especial.

REFERÊNCIAS

A Importância do Brincar na Educação Infantil. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-de-brincar-na-educacao-infantil>>.

Acesso em: 21/05/19.

BIBLIOTECA. **Nova Enciclopédia Barsa.** São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações 1996, v. 2, p. 468.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática/Brasília: MEC/SEF, 1997.**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação Infantil.** - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura.** 5ª ed. 2ª. Reimpressão. São Paulo Perspectiva, 2001.

Jogos e Brincadeiras. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br>.

KISHIMOTO, citado por LUCENA, Ferreira De. **Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil.** Campinas: Papirus, 2004.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.) **Jogos, brinquedo, brincadeiras e a educação.** São Paulo: Cortez, 2008.

KOSHIMOTO, TIZVKO M. **O Jogo e a educação Infantil.** São Paulo: Pioneira, 1994.

O Jogo como Instrumento Facilitador da Aprendizagem: uma proposta da extensão universitária (re) construindo intervenções docentes para promoção da saúde. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semanapedagogia/anais>. Acesso em: 21/05/19.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Nacional**. Vol. 1. 2. 3. Brasília 1998.

RODRIGUES, M. **O desenvolvimento do pré-escolar e o jogo**. Ed Vozes – 2001. Petrópolis – Rio.

SABINI, Maria Aparecida Cória; LUCENA, Regina Ferreira de. **Jogos e brincadeiras na educação infantil**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004.

SMITH, S.E.Jr.; BACKAMN, C.A (org.). **Games and puzzles for elementary and middle school mathematics – readings from the arithmetic teacher**. Reston: NCTM (National Council of Teacher of Mathematics), 1997.

CAPÍTULO X

O USO DE MAPA CONCEITUAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELOS PROFESSORES NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE ALUNOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE BOA VISTA/RR

Maria de Fátima Barbosa⁵⁷.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-10

RESUMO: Esta pesquisa foi realizada na cidade de Boa Vista/RR/Brasil localizada a noroeste da região Norte do País. A tese abordou o uso de mapa conceitual na Educação Ambiental pelos professores no processo de ensino aprendizagem da Universidade Estadual de Boa Vista/RR. Este princípio ajuda a formar nos educando atividade correta da natureza e possibilita valorizar cientificamente o meio natural, condição necessária para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa teve abordagem qualitativa, tem como objetivo principal trabalhar a importância do mapa conceitual na Educação Ambiental na formação de professores/as, com a finalidade de contribuir com aprendizagem significativa que promove a compreensão dos conteúdos, procedimentos e valores, que são necessários à Educação Ambiental, supondo modificar o mapa conceitual cognitivo do aluno construindo coletivamente novos conhecimentos. O mapa conceitual na Educação Ambiental proporciona atividade de estímulo ao pensamento reflexivo, construção do conhecimento para atuar como aprendizagem significativa, sustentar o diálogo entre o aluno e o professor/a. Para realizar esta pesquisa houve vários encontros, reuniões com 11 pessoas que já desenvolvem projetos em Educação Ambiental: sete professoras de Educação Ambiental que já desenvolvem projetos em Educação Ambiental nas suas escolas; uma Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria Estadual, Cultura e Desportos; A superintendente do IBAMA; Chefa de Departamento da FEMACT/RR; A Assessora da Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR do Departamento de Educação Ambiental. O resultado da tese foi incorporar uma metodologia educacional para ser um caminho viável para romper com aquisição mecânica dos conteúdos, ao mesmo tempo propiciar ação dialógica, crescimento da autonomia do educando, possibilidade de transformação da prática pedagógica através do mapa conceitual na Educação Ambiental para agir na transformação dos problemas ambientais abordados na sala de aula (Educação Formal) fora (Educação Não-Formal) e (Educação Informal), resultam intercâmbio entre os professores/as, alunos/as, técnicos especialistas em educação ambiental, os alunos-professores (acadêmicos) que participaram das entrevistas já são professores da rede estadual. Municipal e privada. O resultado da tese foi ótimo, todos os professores, aplicam nas suas atividades de sala de aula os mapas conceituais para tornar claro o conceito difícil, transmitir uma imagem geral e clara dos tópicos, avaliação do objetivo principal, já que todos os caminhos estão marcados no mapa conceitual foi pensar como estratégia para a construção de conhecimento no processo de

⁵⁷ Doutora em Ciência da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA/PY. Cursou Mestrado em Ciência da Educação Superior pela Universidade Camilo Cienfuegos - UCC, na cidade de Matanzas - CUBA. Especialista em Gestão Educacional. Administração, Supervisão e orientação Educacional pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Extensão - IBPEX, 2002. Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Roraima - UFRR, 1997.). E-mail: mfatinhab@hotmail.com.

ensino aprendizagem, tendo como finalidade desenvolver aprendizagem significativa através de uso de mapa conceitual na Educação Ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem significativa. Educação ambiental. Mapa conceitual.

**THE USE OF CONCEPTUAL MAP IN ENVIRONMENTAL EDUCATION BY
TEACHERS IN THE TEACHING PROCESS LEARNING OF STUDENTS AT
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE BOA VISTA/RR**

ABSTRACT: This research was carried out in the city of Boa Vista/RR/Brazil located in the northwest of the North region of the country. The thesis addressed the use of a conceptual map in Environmental Education by teachers in the teaching-learning process at Universidade Estadual de Boa Vista/RR. This principle helps to educate us in the correct activity of nature and makes it possible to scientifically value the natural environment, a necessary condition for sustainable development. The research had a qualitative approach, its main objective is to work on the importance of the conceptual map in Environmental Education in the training of teachers, in order to contribute to meaningful learning that promotes the understanding of the contents, procedures and values, which are necessary for Education Environmental, assuming modifying the student's cognitive conceptual map, collectively building new knowledge. The concept map in Environmental Education provides an activity to stimulate reflective thinking, construction of knowledge to act as meaningful learning, sustain the dialogue between the student and the teacher. To carry out this research there were several meetings, meetings with 11 people who already develop projects in Environmental Education: seven Environmental Education teachers who already develop projects in Environmental Education in their schools; an Environmental Education Coordination of the State Department, Culture and Sports; The superintendent of IBAMA; Head of Department at FEMACT/RR; The Advisor of the Municipality of Boa Vista/RR of the Department of Environmental Education. The result of the thesis was to incorporate an educational methodology to be a viable way to break with the mechanical acquisition of contents, at the same time provide dialogic action, growth of the student's autonomy, possibility of transforming the pedagogical practice through the conceptual map in Environmental Education to act in the transformation of environmental problems addressed in the classroom (Formal Education) outside (Non-Formal Education) and (Informal Education), exchanges result between teachers, students, technicians specialized in environmental education, student-teachers (academics) who participated in the interviews are already state teachers. Municipal and private. The result of the thesis was great, all teachers apply concept maps in their classroom activities to make the difficult concept clear, convey a general and clear picture of the topics, evaluation of the main objective, since all paths are marked in the conceptual map was to think as a strategy for the construction of knowledge in the teaching-learning process, with the purpose of developing meaningful learning through the use of a conceptual map in Environmental Education.

KEYWORDS: Meaningful learning. Environmental education. Conceitual map.

INTRODUÇÃO

A proposta metodológica apresentada objetivou orientar professores e a comunidade acadêmica para trabalhar com o uso de mapa conceitual na Educação Ambiental pelos professores no processo ensino aprendizagem de aluno da Universidade Estadual de Roraima de Boa Vista, RR, para dar respostas aos anseios dos desafios da Educação Contemporânea que exige a necessidade de abordar problemáticas sociais evidentes, a mudança na maneira de pensar acerca de nós mesmos, nosso meio, nossa sociedade e o que queremos para o futuro das nossas crianças, uma mudança de valores e crenças que orientam nossos pensamentos, nossas ações, uma mudança que permita adquirir uma percepção holística e integral do mundo com postura ética responsável e solidária no âmbito da Educação Ambiental, através da formação de professores, para construir Aprendizagens Significativas para a compreensão dos conteúdos, procedimentos e valores supondo modificar o mapa conceitual cognitivo do educando, construindo coletivamente os novos conhecimentos.

A formação de professores contribui num eficiente mecanismo de reforço da ideologia do consenso organizacional e deve articular com outras questões sociais mais amplas o que aponta uma visão de profissionalidade do docente, desenvolvida pela capacidade de cada professor (a) analisar o sentido político cultural e econômico da escola, para discussão no sentido que irá orientar sua ação. Não há dúvida, quanto o fato que cada vez a sociedade exige mais do docente em termo de empenhamento e dedicação um mundo globalizado que contraditoriamente reforça a pouca atratividade da educação de fraca relevância dos professores na sociedade da informação do ponto de vista construtivista, Ensinar implica proporcionar situações de ensino-aprendizagem nas quais pessoas entrem em conflito e se vejam obrigadas a atualizar seus esquemas mentais e afetivos e a explicar seus preconceitos.

Hoje a Educação Ambiental dá início a associações de ideias para intervenções na realidade nacional, internacional, regional, estadual e local. Portanto, os órgãos governamentais têm que investir e não os inibir ou descaracterizar sua diversidade, mesmo recomendada pelas conferências internacionais e nacionais exigida pela Constituição, a Educação Ambiental, está longe de ser aceita e desenvolvida corretamente, pois ela implica mudança de comportamento. Para alcançar esse objetivo

deve-se proporcionar aprendizagem significativa, pois, tornar-se útil uma metodologia problematizadora, leitura crítica e reflexiva de seu ambiente natural e social, um método que estabelece um conhecimento aberto e não fechado, mas o professor deve conhecer bem o conteúdo abordado em relação o uso de mapas conceituais na Educação Ambiental para que o mesmo possa trazer mudanças de comportamento individual e coletivo, na atitude e os valores de cidadania que podem ser forte transformação e proporcionar uma visão ampla e complexa da realidade de seus problemas e possíveis soluções.

Conhecer os valores que o meio ambiente nos proporciona e contribuir para a formação do cidadão consciente, apto para decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global. Esse é um grande desafio para a educação, por isso, é importante que o professor trabalhe com objetivos de desenvolver no educando uma postura crítica diante da realidade de informações e valores veiculados pela mídia e daqueles conhecimentos trazidos de casa, o professor precisa conhecer o assunto, buscam junto com seus alunos informações em publicações, Internet, livros e com especialistas no assunto. É necessária uma especial atenção às atitudes ao papel do docente, dando importância às atividades em grupos, à interação e ao diálogo dos educandos.

Entende-se que a relação entre conhecimento e trabalho exige capacidade de inovação, isso é possível através da construção de Mapa Conceitual na educação ambiental para obter uma Aprendizagem Significativa. Nesse sentido, a Secretaria de Educação tem que guiar através de material didático para que o aluno construa instrumento que o capacite para um processo de formação permanente. Neste contexto fica evidente a importância de educar os futuros cidadãos para que venham agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro. Isto significa pensar de forma prospectiva complexa, introduzindo variáveis nas formas de conceber o mundo globalizado, a natureza, a sociedade, o conhecimento e as modalidades de relação entre os seres humanos, para agir de forma solidária e fraterna.

Para Moreira (1979), num sentido amplo, mapas conceituais são apenas diagramas indicando relações em conceitos. Mas especificamente, no entanto, eles podem ser vistos como diagramas hierárquicos que procuram refletir organização conceitual de uma

disciplina ou parte de uma disciplina. Ou seja, sua existência é derivada da estrutura conceitual de uma disciplina

Para o desenvolvimento da investigação foram analisadas as condições atuais do desenvolvimento do uso de mapa conceitual se já está sendo trabalhado pelos professores das escolas públicas, privadas e a Universidade Estadual de Roraima de Boa Vista, Estado de Roraima, critério hábil em esta área; ademais, consultas a uma ampla bibliografia, documentos entre os quais se encontram na Internet, livros e mestres e doutores especialista na Educação Ambiental.

O trabalho representa o desafio de perfeccionismo do ensino-aprendizagem a parti de ferramentas teóricas, práticas e metodológicas que ofereça o doutorado em Educação Superior da Universidade Autónoma de Asunción – UAA-PY e tem a limitante as condições atuais de desenvolver o processo docente no caso de estudo com mapa conceitual na Educação Ambiental, se modelam como ferramenta do professor em uma situação didática e se exploram todas suas possibilidades para desenvolver perante o aluno uma aprendizagem significativa. Nesta tese desenvolve os fundamentos de uma metodologia para Educação Ambiental, empregando o trabalho de David Ausubel e sua teoria sobre Aprendizagem Significativa para servir de aporte teórico nas questões concernentes ao aspecto pedagógico é os processos através do qual uma nova informação relaciona-se com um aspecto relevante da estrutura de conhecimento existente no indivíduo.

A proposta metodológica de trabalho com mapa conceitual é instrumento para a construção do conhecimento na Educação Ambiental, esta abordagem dos mapas conceituais está embasada em uma teoria a partir de uma predisposição para realizar esta construção. Servem como instrumento para facilitar o aprendizado de conteúdo sistematizado em conteúdo significativo para o aprendiz.

Para Ausubel (1968, p. 37-39), o mapa conceitual se constitui em experiência consciente, clara, articulada e precisamente diferenciada, que emerge quando sinais, símbolos, conceitos e proposições potencialmente significativas são relacionados à estrutura cognitiva e nela é incorporada.

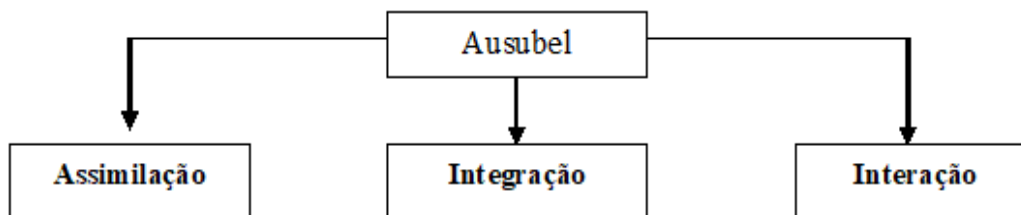


Figura 1 – Mapa conceitual de esquema assimilação de David Ausubel. Fonte: Elaboração Própria.

Novak (1977) argumenta que, para atingir-se a reconciliação integrativa de forma mais eficaz, deve-se organizar o ensino “descendo e subindo” nas estruturas conceituais hierárquicas, à medida que a nova informação é representada. Isto é, começa-se com os conceitos mais gerais, mas é preciso ilustrar logo de que modo os conceitos subordinados estão a eles relacionados e então voltar, através de exemplos, a novos significados para os conceitos de ordem mais alta na hierarquia.

Aplicando essa constatação à realidade educacional, Sterling (2001) conclui que aprender é ver o novo. Isto é, precisamos ver diferente, deslocar e renovar nosso ponto de vista sobre os fenômenos, para compreender e agir diferentemente. Nesse sentido, não é possível aprender sem mudar ou mudar sem aprender (ver o novo). Por essa perspectiva, o aprendizado e a mudança são processos inseparáveis.

A metodologia desenvolvida inclui o uso de mapas conceituais, a partir da teoria de Ausubel. Novak desenvolve o mapa conceitual, que são representações gráficas semelhantes a um diagrama, que indicam relações entre conceitos ligados por palavras, durante a investigação.

Aplicando essa constatação à realidade educacional, Sterling (2001) conclui que aprender é ver o novo. Isto é, precisamos ver diferente, deslocar e renovar nosso ponto de vista sobre os fenômenos, para compreender e agir diferentemente. Nesse sentido, não é possível aprender sem mudar ou mudar sem aprender. (ver o novo). Por essa perspectiva, o aprendizado e a mudança são processos inseparáveis.

Os resultados da investigação que inclui uma proposta metodológica para ser trabalhado o uso de mapa conceitual na Educação Ambiental, para o ensino fundamental, ensino médio e a Universidade Estadual de Roraima de Boa Vista – Estado de Roraima – Brasil.

O PROBLEMA

O uso do mapa conceitual na Educação Ambiental pelos professores no processo ensino aprendizagem de alunos da Universidade Estadual de Roraima de Boa Vista – RR respondem às exigências da educação contemporânea.

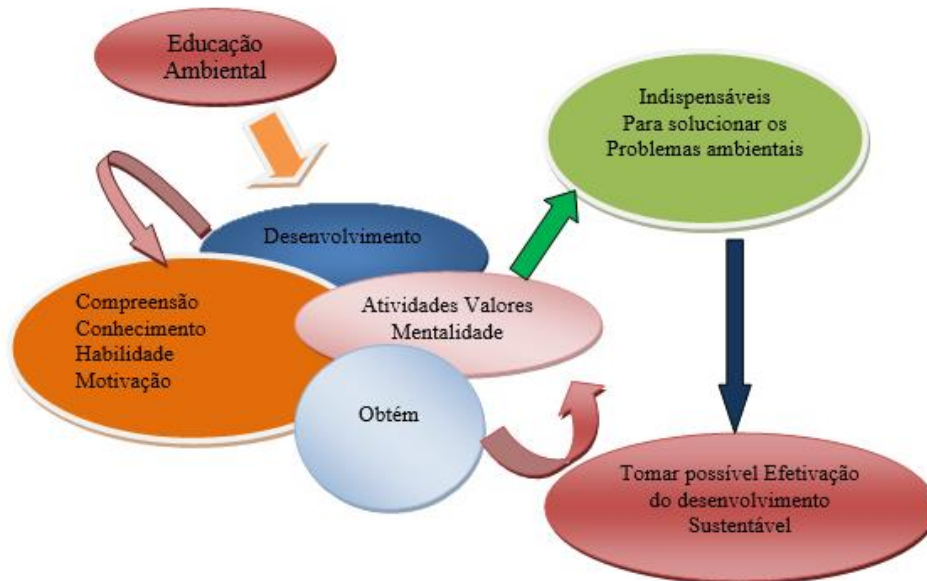


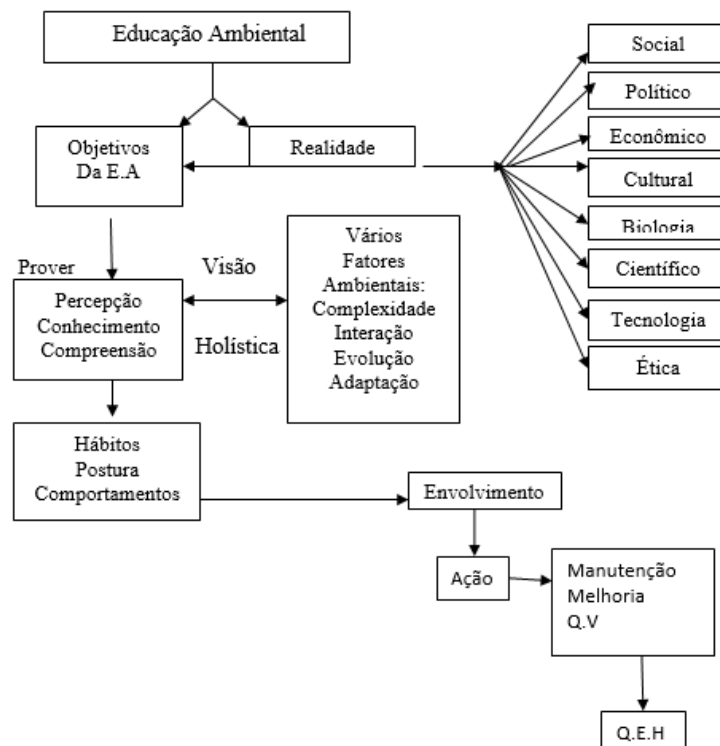
Figura 2 – Mapa Conceitual – Educação Ambiental. Fonte: Elaboração Própria

A cidadania deve ser compreendida como o produto de história vivida pelos grupos sociais, constituída por diferentes tipos de direitos, obrigações de organizações de instituições. A questão da cidadania está hoje relacionada com a discussão do significado da democracia, das perspectivas e construção de uma sociedade democrática.

A formação da cidadania na escola tem deixado a desejar, o maior erro, tenha sido o descompromisso das comissões formadoras. Nessa área na Educação Ambiental temos que lidar abertamente com valores, valores morais, políticos e econômicos. É fundamental que todos possam refletir sobre os objetivos a serem alcançados, de forma que definem princípios comuns em torno do trabalho a ser desenvolvido, cada um, aluno, professores, funcionários e pais, terá um papel importante nesse trabalho.

É importante que o gestor da escola facilite o trabalho do professor/a em educação ambiental, desenvolver situação para facilitar a comunicação ao diálogo, à reflexão entre a comunidade escolar e a realização de projetos em educação ambiental.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar as diferentes culturas que constituem. As regiões brasileiras têm características culturais diversas, é marcada pelo preconceito e pela discriminação, a escola de ser local de diálogo, de aprender a conviver respeitando as diferentes formas de expressão cultural.



Legenda: A = Ambiente - Q V = Qualidade de Vida - Q E H = Qualidade da Exp. Humana
 Figura 3 – Mapa conceitual – Educação Ambiental. Fonte: Genebaldo Freire Dias, 1994, p. 12.

A escola tem importante desafio relativo à mudança de atitude na interação com o patrimônio para a vida humana (o meio ambiente) fazer com que o aluno compreenda mesmo ele tendo nota dez em todas as disciplinas, mas ainda não sabe o quanto é importante respeitar o meio ambiente, continuam jogando lixo na rua, nos igarapés, pescador pescando peixe-fêmea, não respeita a época da piracema, atear fogo no campo, mata indiscriminadamente, realizar outros tipos de ação danosa, seja por não ter

responsabilidade com as ações ou por não sentirem responsável pelo mundo em que habitam.

Indagar sobre o uso do mapa conceitual na Educação Ambiental pelos professores no processo de ensino aprendizagem de alunos da Universidade Estadual de Roraima de Boa Vista, RR para responderem às exigências da educação contemporânea.

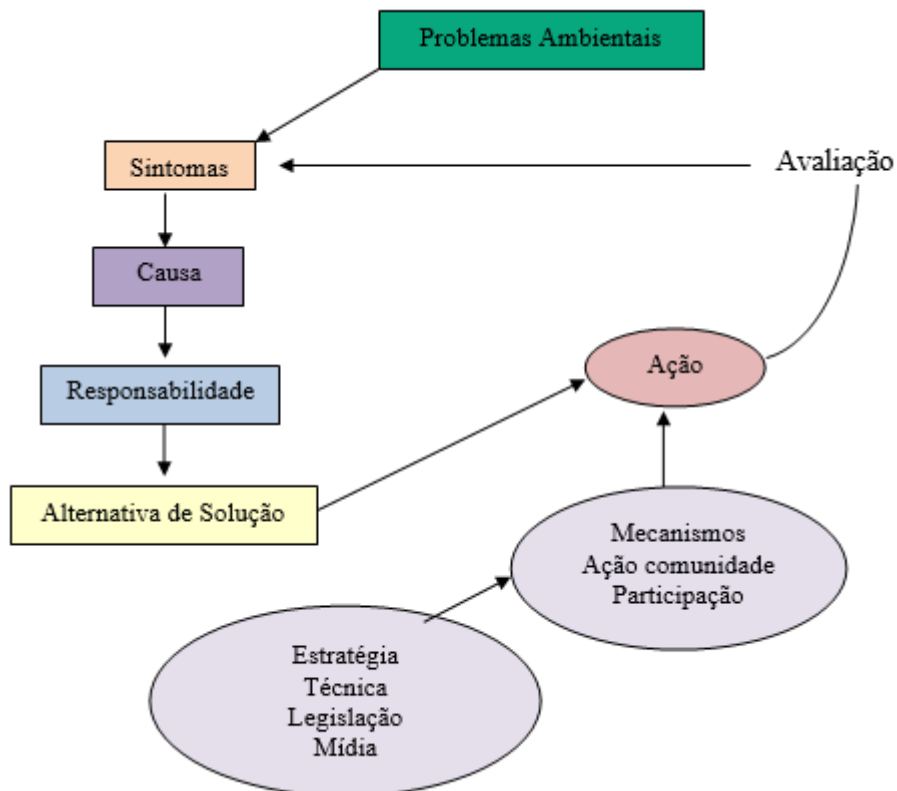


Figura 4 – Mapa Conceitual – Educação Ambiental: Problemas Ambientais. Fonte: Genebaldo Freire Dias (1994, p. 21).

DELINEAMENTO E FORMULAÇÃO

A investigação transcorreu na Universidade Estadual de Roraima – UERR, nos períodos de 2006 – 2007 e 1º semestre de 2008, está localizada na Rua Sete de Setembro, bairro Canarinho, na cidade Boa Vista – Roraima/Brasil.

A caracterização da pesquisa permite corroborar que todos os docentes desta instituição, suas formações em nível de Pós-Graduação, Mestrados e Doutorados e os alunos-professores (acadêmicos), fazem parte do quadro de professores da rede pública,

rede privada e municipal, são professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Nível Superior, vários aluno-professor já possuem graduação e Pós-Graduação, são professores de outras Universidades na cidade de Boa Vista, Roraima/Brasil.

Para proporcionar aprendizagem significativa é preciso tornar-se útil uma metodologia problematizadora como: leitura crítica, reflexiva de seu ambiente natural, social, métodos que estabeleçam conhecimento aberto e não fechado, proporcionando uma visão ampla, complexa da realidade, de seus problemas e possíveis soluções. Para obter os objetivos é preciso atenção às atitudes e ao papel do docente, dando importância às atividades coletivas, à interação ao diálogo dos estudantes, exige mudanças de comportamento, de discussão. Construção de formas de pensar e agir na relação com o ambiente é fundamental uma reflexão mais abrangente sobre o processo de aprendizagem.

A pesquisa foi realizada com cinco professores do Curso de Licenciatura Plena de Pedagogia da Universidade Estadual de Roraima – UERR e uma professora de História de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Roraima. Fizeram parte da pesquisa cinco turmas Graduação do Curso, período 2006 – 2007 e o 1º semestre de 2008.1. A professora de Pós-Graduação participou da pesquisa com uma turma de Pós-Graduação em Educação nos semestres 2007.1 e 2007.2, período de um ano.

Enfim, considera-se relevante registrar que 85% dos participantes consideram o uso de mapa conceitual na Educação Ambiental desenvolvida por intermédio das professoras de Pedagogia durante suas atividades acadêmicas foram importante para suscitar o senso preservacionista nos participantes, através da motivação durante as atividades desenvolvidas na sala de aula.

METODOLOGIA

A presente pesquisa baseia-se na pesquisa não experimental, é uma pesquisa descritiva e método qualitativo.

O estudo não experimental baseia-se sobre dados já existentes, sem necessidade de expor as variáveis a condições determinadas (experimento) para ver seus resultados,

Os dados são analisados em sua condição natural e real; se observam os fenômenos que se produzem em seu contexto natural para depois analisá-los.

O estudo é descritivo porque seu objetivo é descrever o fenômeno objeto de estudo (uso do mapa) e analisar suas implicações no processo de ensino aprendizagem dos alunos no contexto da educação atual na UERR/BV. RR.

Assim sendo, o estudo busca especificar propriedades e características importantes de qualquer fenômeno que seja submetido a análises, no caso da educação ambiental, tendo como meta apresentar a sua realidade assim como ela acontece no mundo real; é dizer como são as situações e eventos que manifestam um determinado fenômeno que seja submetido a análises (SAMPIERI et al, 2006; MARCONE; LAKATOS, 2003).

Desde o ponto de vista científico, descrever é medir, Então, em um estudo descritivo se seleciona uma série de questões e se mede cada uma delas independentemente, para assim descrever o que se investiga.

A pesquisa tem um procedimento qualitativo já que ela se preocupa mais na atividade dos professores com respeito ao uso do mapa conceitual como uma estratégia de ensino com alunos de Educação Ambiental que exige a educação atual; a tarefa é colher impressões e a percepção sobre essa prática e não para obter dados quantitativos, a Justificativa do uso desses mapas está no centro da abordagem, para ver a relevância que têm essa técnica, já que em educação a ajuda visual tem muito impacto na aprendizagem. Pois, fundamentar essa ferramenta é feita qualitativamente, fazendo que o informante expusesse sua razão e fundamente sua escolha. Através da observação, a pesquisadora consegue ver e escutar a pessoa envolvida no processo de estudo.

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos. Assim, o método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo-conhecimento válido e verdadeiro, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 83).

POPULAÇÃO E AMOSTRA

Parte da pesquisa teve como população cinco professores do Curso de Licenciatura Plena de Pedagogia da Universidade Estadual de Roraima- UERR e uma professora de História de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Roraima. Fizeram parte da pesquisa cinco turmas Graduação do Curso, período 2006 – 2007 e o 1º semestre de 2008. A professora de Pós-Graduação participou da pesquisa com uma turma de Pós-Graduação em Educação nos semestres 2007 e 2007, período de um ano.

Aos cinco turmas escolhidas foram do período noturno; o número de acadêmicos por turma era variável de acordo com o semestre, mas ficou em torno de 25 – 30 acadêmicos em cada turma, a faixa etária predominante compreendida entre 23 anos a 47 anos, Os alunos-professores/e (acadêmicos), na hora da pesquisa eram professores dos 32% da Educação Infantil, 35 do Ensino Fundamental, 25% do Ensino Médio e 10% do Ensino Superior.

Quanto às professoras, elas foram selecionadas intencionalmente, sendo especialistas que constituem uma representatividade da população do estudo, já que elas utilizam os mapas conceituais na Educação Ambiental.

TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos principais utilizados no presente estudo foram as entrevistas, a observação sistemática e encontros e debates com entrevistas pela pesquisadora.

PROCEDIMENTO ADOTADO

As entrevistas foram aplicadas as professoras da Universidade Estadual de Roraima – UERR, Professoras da escola pública, da escola Municipal, professora e coordenadora da Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, especialista na área de Educação Ambiental dos Órgãos Estaduais, IBAMA, Femact/RR e Prefeitura de Boa Vista/RR.

A observação foi fundamental desde a elaboração da pesquisa. A mesma foi planejada, registrada com base nos objetivos da investigação.

A observação e sistematização do trabalho das incidências do processo de ensino-aprendizagem para a disciplina na sala de aula e em seu coletivo pedagógico chegou à definição concreta do problema, o desconhecimento de Josep Novak o criador dos mapas conceituais e a teoria de David Paulo Ausubel, da aprendizagem significativa, sobre a Educação Ambiental pude perceber que vários órgãos Estaduais, Escolas Estaduais, Escolas Municipais, Universidade Federal de Roraima-UFRR, estão realizando ótimos projetos na Educação Ambiental como também os órgãos federais nacionais e internacionais.

No período de dois anos e meio (2006-2007 e 2008.1) teve grande avanço para mudança dos educadores (as) de educação ambiental no sistema de ensino, por meio de informação acerca das questões ambientais: manutenção, expansão e fortalecimento de contato com a coordenadora da Secretaria de Educação Estadual, Municipal da capital de Boa Vista/RR (por meio de educadores (as) ambientais da educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio), professoras da Universidade Estadual de Roraima-UERR e, professores da Universidade Federal de Roraima-UFRR, por meio de encontros, debates, reuniões, com a Divisão de Assuntos Pedagógicos através da Coordenação de Educação Ambiental e sua equipe para falar da importância do uso de mapa conceitual na Educação Ambiental como forma de assumir a responsabilidade nos sistema de ensino na prática da Educação Ambiental nas Escolas.

Realizaram-se vários encontros envolvendo a coordenadora de Educação Ambiental, o superintendente do IBAMA, Femact/RR, e o chefe dos órgãos estaduais ligados com o Meio Ambiente.

Também se realizaram debates com professoras da Universidade Estadual de Roraima-UERR, alunos-professores/acadêmicos, esses acadêmicos são professores/as da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, das redes públicas Estaduais e Municipais e privadas. As informações foram estabelecidas no diálogo direto com professores/as, coordenadores, superintendente, chefe, para abordar o tema do trabalho

em questão para serem trabalhados nas escolas através dos professores (as) de Educação Ambiental, como também em outras áreas por meio de interdisciplinar.

PROCESSAMENTO DADOS

Os dados das entrevistas foram analisados sob a ótica do conteúdo, a partir das questões que compõe a própria entrevista estruturada, Após a identificação dos resultados procedeu à qualificação dos fatos e a comparação o uso de mapa conceitual na Educação Ambiental, ofereceu informações necessárias para delimitar o alcance do desafio que a Educação do Estado tem para programar pelos diferentes órgãos responsáveis pela estruturação da gestão das políticas ambientais,

A análise e interpretação dos dados foram realizadas, a partir do confronto do levantamento bibliográfico, documento dos órgãos públicos, revistas, jornais e internet, com o resultado da pesquisa de campo através das entrevistas. Posteriormente foi feita uma análise sintética dos resultados, a partir da identificação do interesse dos professores/as e da comparação do uso de mapa conceitual na Educação Ambiental para minimizar o problema do tema em questão. A apresentação da pesquisa se deu através de encontro, reunião, debate direto com os participantes que fizeram parte da pesquisa.

RESULTADOS

Os resultados da investigação que inclui uma proposta metodológica para ser trabalhado o uso de mapa conceitual na Educação Ambiental, para o ensino fundamental, ensino médio e a Universidade Estadual de Roraima de Boa Vista – Estado de Roraima – Brasil.

1ª Pessoa: a entrevista foi através de conversação com a Coordenadora da Coordenação de Educação Ambiental a Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, para obter informações das atividades realizadas por esta coordenação a respeito os projetos de Educação Ambiental e quais são as Escolas Estaduais têm projetos de Educação Ambiental, como é organizada a Conferência Estadual, e a Conferência Nacional em

Educação Ambiental. Encontro combinado, cuja finalidade foi estabelecer uma relação de comunicação verbal entre a entrevistada e a entrevistadora.

2ª Pessoa: a entrevista foi através de conversação com a chefia de Divisão de Educação Ambiental área de Educação Ambiental da Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia/Roraima – FEMACT/RR, para obter informação das atividades realizada por esta Instituição a respeito das atividades na Educação Ambiental realizadas no Estado, através das Escolas Estaduais com os projetos na Educação Ambiental, Conferência Estadual, Conferência Nacional, Seminário, palestras incentivando os alunos (as) a realizar projetos na Educação Ambiental e como os mapas conceituais são utilizados e qual a sua utilização e seus trabalhos realizados nos Municípios com os agricultores, pecuaristas e com a comunidade em geral, conscientizando para a preservação das florestas, faunas como também através da cultura humana. Encontro combinado, cuja finalidade foi estabelecer uma relação de comunicação verbal entre a entrevistada e a entrevistadora.

3ª Pessoa: a entrevista foi através de conversação com a Diretora Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA de Boa Vista/RR, para obter informação das atividades praticadas por este Órgão a respeito das atividades na Educação Ambiental e o Meio Ambiente, como a preservação das nascentes dos igarapés que cortam a cidade de Boa Vista/RR, as madeireiras, Licenciamento Ambiental para os agricultores, pecuaristas desenvolverem suas atividades, como se encontra a área da reserva da Raposa Serra do Sol, os produtores de arroz não possuem autorização para o cultivo na Reserva, os sete plantadores de arroz da região têm autorização estadual e não federal, a Reserva sofreu alguns danos com relação ao Meio Ambiente, os rios e os igarapés estão poluídos, a fauna e a floresta sofreram alguns danos por causa deste tipo de atividade desenvolvida pelos plantadores de arroz, como está a situação dos desmatamentos região Norte, na Amazônia Legal e no resto do país. Encontro combinado, cuja finalidade foi estabelecer uma relação de comunicação verbal entre a entrevistada e a entrevistadora.

4ª Pessoa: a entrevista foi através de conversação com a Assessora do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de Boa Vista/RR, para obter informações das atividades com relação à Educação Ambiental e mapa conceitual desenvolvidas pela

Prefeitura Municipal de Boa Vista e nos Municípios. A Prefeitura através do Departamento do Meio Ambiente desenvolve projetos na Educação Ambiental com as Escolas Municipais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, com relevância a aprendizagem significativa, desenvolve projetos de preservação do meio ambiente, qual é o resultado das limpezas dos balneários, dos rios, igarapés, as pessoas estão mais conscientes em preservar o meio ambiente, as praças e os canteiros que embelezam as ruas da cidade como: as palmeiras, árvores, as grama e as plantas ornamentais, as árvores de grande porte, os buritizeiros, açaí, como é distribuídos para as pessoas. O mapa conceitual é utilizado na apresentação de debates, seminários, Conferências e nas reuniões do prefeito. Encontro combinado, cuja finalidade foi estabelecer uma relação de comunicação verbal entre entrevistada e entrevistadora.

5ª Pessoa: a entrevista foi através de conversação com o Assessor Técnico em Educação Ambiental do Ministério da Educação, o Enraizador das Políticas Ambientais pelo Órgão Gestor – MEC/MMA. Distrito Federal – Brasília, para obter informações como esta Instituição está trabalhando para dá um jeito no desmatamento das florestas nativas com quase 100 anos de vida, estão desaparecendo da noite para o dia; como é empregada as Políticas Públicas em Brasília e para todo o País brasileiro; o que esta Instituição está fazendo para salvar o desaparecimento do Rio Araguaia que passa pelo Pantanal brasileiro, onde encontram os Fatores Bióticos (floresta, fauna), típica desta região, como o desaparecimento destes fatores pode ter consequências nos Fatores Abióticos (Ar, Solo, Temperatura); como este órgão está vendo a preservação do jacaré, algumas regiões do Brasil têm mais jacaré que ser humano, isto não traz perigo para a vida humana. Encontro combinado, cuja finalidade foi estabelecer uma relação de comunicação verbal entre entrevistada e entrevistadora.

6ª Pessoa: a entrevista foi através de conversação com o professor da Escola Pública Estadual da cidade de Boa Vista/RR, para obter informação do projeto de Educação Ambiental desenvolvido com os alunos/as do Ensino Médio nas suas atividades na sala de aula e atividades de campo e mapas conceituais utilizado na sua avaliação. Encontro combinado, cuja finalidade foi estabelecer uma relação de comunicação verbal entre o entrevistado e a entrevistadora (aluno/professor).

7ª Pessoa: a entrevista foi através de conversação com a professora da Escola Pública Estadual da cidade de Boa Vista/RR, para obter informação do projeto de Educação Ambiental com os seus alunos do Ensino Fundamental. Encontro combinado, cuja finalidade foi estabelecer uma relação de comunicação verbal entre o entrevistado e a entrevistadora (aluna/professora).

CONCLUSÃO

Conclui-se que de maneira geral os mapas conceituais são representações gráficas de segmentos de informação o conhecimento conceitual, como estratégia de ensino, por meio de ditas técnicas representam temáticas de uma disciplina, programas de cursos os currículos, comunicação científica, debate, mesa redonda, conferência, palestra, oficina, demais podem utilizá-las como apoio para realizar processo de negociação de significados na situação de ensino, apresentar ao educando os conteúdos curriculares que aprender e está aprendendo e já têm aprendido.

Destaco o papel do professor/a como eventual, promotor de aprendizagem na sala de aula, a necessidade que têm o professor de compreender os processos de motivacionais e afetivos subjacentes à aprendizagem dos alunos, assim dispõe de princípios e estratégias efetivas de aplicação na sala de aula, para a importância que tem o conhecimento do processo de desenvolver intelectual e das capacidades cognitivas nas diversas etapas do ciclo vital do aluno.

Gradualmente o aluno, o professor vai construindo um panorama global do domínio do material que vai apreender para o qual usa seu conhecimento esquemático, estabelecendo analogias, com outro domínio que conhece melhor para representa-se esse novo domínio, constrói conduz suposições embasadas em experiências prévias, organizativas tais como: mapas conceituais, assim como para usar as informações na solução de tarefa-problema, onde requer a informação a aprender.

A compreensão da educação ambiental, nas ações pedagógicas supera a mera transmissão de conhecimento ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo efetivamente o educando com as causas ambientais. Ações

essas que predominam, no cotidiano escolar, muitas vezes trabalhado isoladamente o aspecto cognitivo do efetivo no processo de ensino aprendizagem.

Planejar ação pedagógica em que a prática seja fundamental na perspectiva crítica e, de certa forma, já vem sendo difundido no contexto escolar a partir da proposta pedagógica dos projetos pedagógicos.

O tema e/ou problema socioambientais, educacionais a serem trabalhado deve ser de conhecimento dos participantes, permitirem a construção de mapa conceitual de intervenção (social e/ou educacional), ou seja, ser uma prática para que possa atender os anseios dos professores/as da Universidade Estadual de Roraima-UERR e professores/as estaduais e municipais, escola privada de Boa Vista-Roraima/Brasil.

A principal contribuição deste trabalho está o uso de mapa conceitual na Educação Ambiental como uma ferramenta pedagógica, que propõe uma forma de organização dos conteúdos através dos mapas conceituais, como apoio ao desenvolvimento de projetos de aprendizagem, da atividade na qual está sendo desenvolvidas pelas professoras da Universidade Estadual de Roraima-UERR, o seu uso no curso de Graduação e Pós-Graduação.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. **Educationes Psychology: A cognitive view**. Nova York, Holt, Rinehart and Winston Inc., 1968.

DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental: Manual do Professor**. Co-Edição Global/Gaia; São Paulo, 1994.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R; Collado, F e Baptista, P. (2003). **Metodologia de la Investigación**. 4ª Edición. México, Df: McGraw-Hill.

LAYARQUES, P.P. **A crise ambiental e suas implicações na Educação**; In: Quintas, J, S. (org.) *Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente*. 2ª Ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

MARCONI, Maria de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamento de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo, 2003

NOVAK, J.D. **A theory of education**. Ithaca, Cornell University Press, 1977 (b). Tradução de M.A Moreira, uma teoria de educação. São Paulo, pioneira, 1981.

CAPÍTULO XI

PERCEPÇÕES SOBRE SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Francisco Adalberto Vieira dos Anjos⁵⁸.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-11

RESUMO: A saúde mental mal sinalizada nas escolas, reverbera problemáticas que afetam a sua realidade, trazendo consequências na vida dos professores, gestores, pais e alunos. O presente estudo aborda acerca das percepções sobre a saúde mental no contexto escolar. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura de abordagem descritiva, exploratória e qualitativa. Fundamenta-se em artigos científicos publicados no período de 2011 a 2021 extraídos do Portal Periódicos da CAPES, Scielo e de livros que discutem acerca do assunto. O tema se justifica por tratar de uma problemática que afeta a realidade das escolas no que se refere ao cuidado da saúde mental. Dentre os objetivos, pretendeu-se investigar os principais fatores que afetam a saúde mental nas escolas, identificando iniciativas de promoção e intervenção nesse contexto. Os achados revelam a necessidade de ações por parte dos órgãos competentes de investirem recursos estratégicos, que viabilizem promoção e prevenção na saúde mental dentro das escolas. Percebe-se a necessidade dos professores, gestores, comunidade escolar e principalmente os discentes, estarem envolvidos diretamente nesse processo. Ao final foi possível notar que as percepções apontadas nesta pesquisa são reflexos de uma saúde mental que necessita ser apreciada como parte integrante do bem-estar e qualidade de vida e de todos que fazem a escola.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental. Comunidade Escolar. Promoção. Prevenção. Educação.

PERCEPTIONS ABOUT MENTAL HEALTH IN SCHOOL: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: Mental health poorly signaled in schools, reverberates problems that affect their reality, bringing consequences in the lives of teachers, managers, parents and students. This study addresses perceptions about mental health in the school context. This is a systematic literature review with a descriptive, exploratory and qualitative approach. It is based on scientific articles published in the period from 2011 to 2021 extracted from

⁵⁸ Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale o Acaraú – UVA; Habilitado em Matemática e Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; Especialista em Psicologia das Relações Humanas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Especialista em Saúde Mental pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante – UNIFAVENI; Acadêmico do Curso de Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU (10º Semestre); Curso Técnico em Secretaria Escolar pelo Centro de Formação Profissional – CEFOP. Professor de escola pública há 30 anos tendo ministrado as disciplinas de Matemática e Ciências no Ensino Fundamental e Médio. Experiência em Secretaria Escolar e professor-coordenador atuando junto à Gestão Escolar. Atualmente Técnico no Conselho Municipal de Educação de Caucaia – CMEC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7442182181010939>. E-mail: adalberto.anjos@hotmail.com

the Portal Periodicals of CAPES, Scielo and from books that discuss the subject. The theme is justified because it deals with a problem that affects the reality of schools with regard to mental health care. Among the objectives, it was intended to investigate the main factors that affect mental health in schools, identifying promotion and intervention initiatives in this context. The findings reveal the need for actions on the part of Organs competent bodies to invest strategic resources, which make possible the promotion and prevention of mental health within schools. It is perceived the need for teachers, managers, school community and especially students, to be directly involved in this process. In the end, it was possible to notice that the perceptions pointed out in this research are reflections of a mental health that needs to be appreciated as an integral part of the well-being and quality of life of everyone who goes to school.

KEYWORDS: Mental Health. School Community. Promotion. Prevention. Education.

INTRODUÇÃO

A saúde como direito de todos é garantido na Constituição Federal de 1988, mediante políticas sociais e econômicas, visando a redução de riscos de doenças e de outros agravos, bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação (CF, 1988). Tal afirmação é legitimada no artigo 196 da Constituição Federal (CF) de 1988. E, em se tratando de saúde mental, a compreensão nesse contexto torna-se mais evidente e mais profunda, repercutindo de tal modo na sociedade, revelando um cuidado necessário de demandas bem subjetivas.

Nesse sentido, ao se tratar acerca da saúde mental, especificamente nas escolas, surgem vários questionamentos a respeito do tema, a saber: Qual o papel da escola perante essa realidade? Que contribuições a escola poderá trazer à sociedade amenizando possíveis queixas? É viável trabalhar saúde mental dentro das escolas? Que percepções poderão ser visíveis para esse contexto? São indagações feitas estas que nos remetem a pensar e a fomentar algumas reflexões por se tratar de um tema de interesse de todos.

Assim, a problematização desta pesquisa se dá a partir de uma pergunta norteadora: Quais as percepções repercutidas nas escolas acerca da saúde mental? Acredita-se que, a partir do tema em estudo, teremos a oportunidade de verificar como as escolas têm procurado perceber as principais demandas por elas apresentadas quando o assunto principal requer novos olhares, no intuito de conceber novas perspectivas voltadas para um tema específico e bem necessário nos dias atuais.

Desse modo, a escola sendo um dos primeiros núcleos de instituição social no contexto das relações humanas e pessoais, sempre revelou grandes contribuições históricas e de aprendizado ao longo do tempo, favorecendo o conhecimento nos diversos segmentos, essencialmente quando o assunto se relaciona a essa conjuntura de saúde e de educação, tão bem articulada em suas dimensões.

É perceptível que a escola considerada como referência institucional, tem procurado cumprir seu papel no âmbito familiar, escolar e porque não dizer social, uma vez que as responsabilidades desenvolvidas nessa instituição traz repercussões relevantes também no âmbito da saúde. É bem provável que a saúde mental percebida e bem trabalhada no contexto escolar, reverbere em atitudes saudáveis bem presentes na vida dos seus educandos, trazendo uma série de aprendizados contextualizados em sala de aula, refletindo na práxis junto à sociedade, e, sobretudo na formação de cada indivíduo que por ela perpassa. De todo modo, é por meio da prática escolar que a saúde mental tem ocupado um espaço de desenvolvimento crítico e bastante significativo, considerando a diversidade de material publicado na literatura com temas variados no âmbito da saúde mental.

Como objetivo geral, a pesquisa pretende revisar a literatura dos últimos dez anos acerca das percepções sobre a saúde mental no contexto escolar. Por meio dos objetivos específicos pretende-se investigar os principais fatores que afetam a saúde mental causando adoecimentos psíquicos nas escolas; analisar as causas das dificuldades de aprendizagens dos alunos, bem como identificar as iniciativas de promoção de saúde e prevenção nas escolas no âmbito da saúde mental.

O tema se justifica por tratar de uma problemática que afeta a realidade das escolas no que se refere ao cuidado da saúde mental que de forma direta e indireta se faz presente na vida de todos os envolvidos no âmbito da educação, em especial na qualidade de vida dos estudantes. Além de ser um tema pertinente no contexto vivido, sofre também impactos ocasionados pela pandemia da covid-19. É quase impossível falar das percepções sobre saúde mental no contexto escolar sem fazer alguma referência a esse momento de crise ao qual o mundo todo atravessa, considerando as diversas implicações repercutidas na vida das pessoas, no que se refere à saúde mental.

Percebe-se por meio da literatura que a saúde mental nas escolas tem sido alvo de pesquisas e estudos voltados para essa demanda, entendendo que a escola tornou-se ao longo do tempo um espaço de constantes transformações sociais, por se tratar de uma instituição, que, além da responsabilidade de formar cidadãos, está diretamente atrelada à saúde psíquica de todos os seus envolvidos. Estanislau e Bressan (2014), reafirmam de forma clara esse contexto:

A literatura em saúde mental tem identificado o sistema escolar como um estratégico e privilegiado na implementação de políticas de saúde pública para jovens, passando a destacá-lo como principal núcleo de promoção e prevenção de saúde para crianças e adolescentes, atuando no desenvolvimento de fatores de proteção e na redução de riscos ligados à saúde mental (ESTANISLAU; BRESSAN, 2014, p. 16).

Portanto, a referida pesquisa apresenta reflexões na perspectiva de novos olhares acerca da saúde mental nas escolas, tendo em vista que percepções nessa ênfase traz contribuições para comunidade acadêmica, no sentido de fomentar demandas de novas posturas junto a sociedade, trazendo benefícios principalmente no contexto escolar.

No que tange ao método utilizado neste estudo, focou-se na revisão bibliográfica de abordagem descritiva, exploratória e qualitativa, fundamentada em artigos publicados no Portal Periódicos da CAPES e Scielo, bem como em livros pertinentes ao assunto. A busca se deu no período de novembro e dezembro de 2021, publicados nos últimos dez anos na língua portuguesa, presentes na área da saúde. Foram excluídos os artigos publicados a mais de dez anos em outros idiomas e que não se adequaram aos objetivos do estudo.

A pesquisa apresenta-se em seis seções. A primeira trata-se da saúde como um direito de todos, reconhecendo a saúde como um dever do Estado, considerando nossa Constituição Federal, não diferente no ambiente escolar. A segunda parte diz respeito a saúde mental e os principais fatores de adoecimento na perspectiva de estudiosos nessa área. A terceira seção traz percepções sobre a saúde mental no contexto escolar por meio da revisão bibliográfica, apresentados por vários pesquisadores. Na quarta seção, fomenta-se a necessidade de uma promoção e prevenção sobre saúde mental nas escolas, por estas apresentarem em seu contexto um espaço de possíveis práticas. Na seção seguinte discorre-se acerca dos procedimentos metodológicos sobre a pesquisa, seu período e local de busca, bem como processos de inclusão e exclusão e seus descritores.

E por último, e não menos importante, apresenta-se por meio de tabela os resultados e a análise da revisão sistemática, trazendo as principais discussões dos autores, tendo por base o que a revisão bibliográfica apontou acerca do tema.

SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a criança e ao adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Logo, a escola como instituição educacional, onde a criança desenvolve boa parte de sua vida, assume um papel relevante, desde à educação à saúde, permitindo o acesso de crianças e adolescentes à vida social, por meio de atividades que desenvolvem seu senso crítico, permeando suas necessidades.

Nesse sentido, a saúde como sendo uma necessidade de todo ser humano, se respalda na Constituição Federal (CF, 1988) “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. Reforça indiscutivelmente a necessidade de ações voltadas à comunidade escolar, junto às instituições responsáveis dentro das escolas, sobretudo, num aspecto da saúde mental, direcionando à integralidade das crianças e adolescentes.

A saúde como dever do Estado, apresenta-se no contexto das escolas um tanto desvalorizadas, considerando as condições desfavoráveis nos quais os estudantes estão inseridos. São muitas as falas, porém, poucas são as ações por parte dos setores responsáveis. É muito importante que sejam traçados nas escolas, por meio de projetos, estratégias que envolva a comunidade escolar, focando principalmente a saúde mental; muito embora essa temática não esteja tão presente na realidade de algumas instituições de ensino. O papel da sociedade é justamente esse, fazer valer os direitos e os deveres dos cidadãos, suscitando a realização de políticas sociais que viabilizem a prática permanente de saúde e bem-estar social.

SAÚDE MENTAL E OS PRINCIPAIS FATORES DE ADOECIMENTO

A saúde mental sempre foi vista de forma deturpada e cheia de estereótipos quando o assunto era (e ainda é) apresentado à sociedade. Segundo Bock (2008), “no final do século XVII, os loucos não eram vistos como doentes e, por isso, integravam um conjunto formado por todos os segregados da sociedade”.

O critério de exclusão baseava-se na inadequação do louco à vida social”. Atualmente graças a reforma psiquiátrica brasileira e estudiosos do assunto, a relação entre a sociedade e a loucura, questiona não somente as instituições e práticas psiquiátricas vigentes, como também os conceitos e saberes que fundamentam e dão legitimidade às práticas institucionais nos dias atuais (AMARANTE, 2007, p. 12).

Diante desse processo, estudiosos apontam que vários fatores podem desencadear o adoecimento psíquico, e que, certamente no contexto das instituições de ensino, como nas escolas, não é diferente. Kinderman (2018) em sua obra “As Novas Leis da Psicologia”, por meio do modelo psicossocial, considera que os principais fatores que podem afetar nossa saúde mental são eles: biológico, psicológico e social (KINDERMAN, 2018).

De um modo geral, no ambiente escolar, os fatores supracitados estão muito presentes em todas as dimensões, tendo em vista que a clientela que adentra nessas instituições, advém de uma realidade pautada por várias dificuldades, desde os laços sociais afetivos comprometidos às condições socioculturais bem adversas, o que lamentavelmente traz grandes prejuízos a vida e ao bem-estar de todos os pares envolvidos, principalmente aos estudantes, quiçá, os mais prejudicados.

O autor em referência destaca que as pessoas que provêm de extratos mais pobres e socialmente favorecidos da população, têm muito mais probabilidade de ter problemas de saúde mental, e, ainda, considera que esses problemas tendem a ser mais graves. (KINDERMAN, 2018). Um dos casos citados pelo autor que constitui um adoecimento psíquico na escola é o bullying. Reverberam nos alunos traumas que têm impacto sobre a saúde mental e mudam nossa maneira de ser. Tal fenômeno aponta para uma investida de fatores tanto psicológicos quanto sociais, uma vez que apresenta-se diretamente atrelado às relações sociais e efetivamente nos espaços escolares.

É perceptível, portanto, que os principais fatores de adoecimento psíquico refletem diretamente em nossas ações e em vários contextos de nossa vida. E a escola, como instituição social, está diretamente afetada por esses fatores, principalmente às classes mais vulneráveis e desfavorecidas dos serviços em saúde mental, representada pela grande maioria dos envolvidos na comunidade escolar, a saber, pais e/ou responsáveis, gestores, professores, colaboradores, e, principalmente os alunos.

PERCEPÇÕES SOBRE SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

É evidente que no ambiente escolar a saúde permeia em todos os segmentos na vida do ser humano. A escola como espaço educacional, apresenta-se repleto de possibilidades de crescimento e de mudanças, desde o desenvolvimento infantil à idade adulta. Nesse sentido, é inegável que a saúde mental não esteja presente também nesse contexto. Estudos revelam que há dificuldades de aprendizagem ou comportamento nas relações voltadas à questões escolares, sobretudo na saúde mental, e que, embora frequente, não deixa de ser bastante problemática (CARNEIRO; COUTINHO, 2015).

São vários os fenômenos que evidenciam o mal-estar no contexto escolar, o que poderá ocasionar problemas escolares na aprendizagem e até em outras dimensões, levando a certas tomadas de decisões que permeiam em torno da família, da gestão da escola, dos professores e demais responsáveis envolvidos no processo de educar.

Dentre os fenômenos que podem ser citados, é a medicalização, que muitas vezes é vista como benefício, no entanto requer uma atenção e um estudo específico que não cabe aqui questionar, pela falta de informação e outras situações bem delicadas.

Vale ressaltar que a escola como instituição educacional não poderá deixar de envolver os principais atores nesse processo, pais e/ou responsáveis, comunidade escolar e professores, uma vez estarem diretamente envolvidos na vida de seus educandos. Desse modo, é importante que os educadores estejam atentos e bem informados quando o assunto permeia no âmbito da saúde mental nas escolas, em especial, na sala de aula. Em relação a esse contexto, Estanislau e Bressan (2014), advertem:

Assim, um professor bem informado e sensível pode tanto promover saúde mental quanto atuar na prevenção de transtornos, por exemplo,

identificando sinais que demandem encaminhamento para avaliação de equipe de saúde mental, contribuindo para uma intervenção precoce, que, via de regra, leva a resultados mais positivos. (ESTANISLAW; BRESSAN, 2014, p. 17).

Dessa forma, a saúde mental terá novos olhares a partir da intervenção precoce, diante da realidade vivenciada pelos professores em parceria com a família e a escola. É muito importante que haja esse vínculo, estreitando-se laços e servindo como suporte, desse modo, favorecerá encaminhamentos precoces, e que, junto à família, trarão novas perspectivas no cuidado e atenção à saúde mental, essencialmente no contexto escolar.

PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE SAÚDE MENTAL NAS ESCOLAS

De acordo com Lei Orgânica da Saúde, Nº 8.080 de 1990, é dever do Estado garantir a saúde que consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (LOS, 1990).

Ao falar sobre saúde mental nas escolas, percebe-se, a priori, uma relação direta a conceitos ligados à prática de promoção e prevenção no âmbito desse cenário. É inviável falar sobre saúde sem que essa esteja atrelada à relação de cuidado e sobretudo, a capacidade de articulação com os mais variados segmentos, família, escola, igreja, instituições de saúde e a sociedade como um todo. Segundo Estanislau e Bressan (2014),

O conceito de “promoção de saúde” foi apresentado oficialmente em 1984 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Está relacionado à concepção “ampla” de saúde, como educação, meio ambiente e acesso a serviços essenciais, por meio de ações coletivas, intersetoriais e fomentadoras de políticas públicas (ESTANISLAU; BRESSAN, 2014, p. 15).

Destarte, o autor em referência ainda corrobora afirmando, que a capacitação de indivíduos por meio da informação e do desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais, é também exemplo de ação promotora de saúde. Reforça ainda que a informação, é uma das bases para a tomada de decisão e leva à autonomia por meio do empoderamento, combatendo, assim, a impotência (ESTANISLAU; BRESSAN, 2014).

Certamente esse também seja o papel da escola enquanto instituição promotora de saúde mental. As atividades desenvolvidas nas salas de aulas, as reuniões articuladas com pais e/ou responsáveis, planejamento escolar e demais propostas desenvolvidas pela escola, implicam uma série de tomadas de decisões que passam diretamente pela informação trazidas a todos, e que repercute na vida dos docentes e discentes, em práticas de saúde mental, seja por meio das atividades ou palestras desenvolvidas, seja por meio das atividades desempenhadas no processo de ensinar e aprender.

Em relação à prevenção de saúde mental nas escolas, muitas vezes acontece através de atividades relacionadas ao controle dos fatores de risco que antecedem aos transtornos. Nessa instância, à atuação se dá em diferentes fases do *continuum* saúde-doença, visando impedir a progressão de processos em direção aos problemas de saúde (ESTANISLAU; BRESSAN, 2014).

Estudos apontam que o papel da escola na promoção de saúde e prevenção tem procurado desenvolver estratégias através dos fatores de proteção e na redução de riscos na perspectiva da saúde mental. Nesse sentido, a participação de todos os envolvidos deve se dar de forma cautelosa, sempre que possível, tornando viável a parceria com outros profissionais da área da educação e da saúde, como rede de apoio, voltado às políticas de saúde para as crianças e jovens da comunidade escolar. Afinal, a escola apresenta-se como um espaço propício dentro desse contexto. A esse respeito, Estanislau e Bressan (2014), reforçam dizendo:

“A literatura em saúde mental tem identificado o sistema escolar como um espaço estratégico e privilegiado na implementação de políticas públicas de saúde pública para jovens, passando a destacá-lo como principal núcleo de promoção e prevenção de saúde mental para crianças e adolescentes, atuando no desenvolvimento de fatores de proteção e na redução de riscos ligados à saúde mental”. (ESTANISLAU; BRESSAN, 2014, p. 16).

Desse modo, constatou-se que a promoção e prevenção de saúde mental nas escolas, tem um papel relevante no cuidado e atenção em relação à saúde de todos aqueles envolvidos no processo educacional, considerando a saúde mental como prioridade nas mais diversas situações enquanto cidadãos. Daí, a necessidade de se ter um panorama perceptível na dimensão da saúde mental, no contexto escolar e, dessa forma, poder contribuir junto à sociedade. A escola, portanto, é um lugar privilegiado para essa prática.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica com base em artigos científicos pesquisados no Portal Periódicos CAPES, Scielo, e capítulos de livros na qual discutem acerca da saúde mental no âmbito escolar. Trata-se de uma revisão da literatura, de caráter descritivo e de aspecto qualitativo. Para realização das buscas, foram utilizadas os descritores por meio das expressões, “saúde”, “saúde mental”, “saúde na escola”, “adoecimento psíquico”, “saúde mental na escola”, “sofrimento psíquico escolar” e “adoecimento na escola”.

Foram incluídos artigos completos em língua portuguesa, publicados entre 2011 e 2021. Artigos não associados ao tema e as duplicações de indexação de artigos foram excluídos, bem como publicações em dissertações e revistas. Desse modo, dos 605 artigos contemplados, 201 eram da CAPES e 404 do Scielo. Por meio do processo de inclusão e exclusão, finalizou-se com 07 periódicos revisados por pares de acordo com os objetivos previstos na pesquisa.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Durante a pesquisa foram encontrados artigos de categorias diferentes que após a utilização dos critérios de inclusão e exclusão, restaram sete artigos. Foram categorizados de acordo com o ano de publicação, a área de conhecimento, o tipo de pesquisa, a coleta de dados, a fonte, o título e os resultados divulgados.

Os resultados da pesquisa são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1- Resultados

Título	Resultados	Autor/Ano	Área do Conhecimento	Tipo de Pesquisa	Fonte
Estratégia de Promoção da saúde relacionada à saúde mental desenvolvidas em adolescente no âmbito escolar	Observou-se um grande foco no desenvolvimento de competências sociais com resultados aparentemente satisfatórios na criação de um ambiente de bem-estar e qualidade de vida para os adolescentes.	SOUZA, Ana Paula dos Santos <i>et al</i> (2018)	Educação	Revisão de Literatura	Portal Periódico CAPES

<p>Eventos estressores na família e indicativos de problemas de saúde mental em crianças com idade escolar</p>	<p>É um tema largamente estudado na área biomédica e pouco pesquisado na área da psicologia/psiquiatria.</p>	<p>MATOS, Mariana Bonati de. <i>et al</i> (2015)</p>	<p>Educação</p>	<p>Estudo Transversal</p>	<p>Portal Periódico CAPES</p>
<p>Infância e adolescência: como chegam as queixas escolares à saúde mental?</p>	<p>A escola ocupa um lugar bastante expressivo, como aquela que identifica e encaminha a criança/adolescente para o setor de psiquiatria da infância/adolescência.</p>	<p>CARNEIRO, Cristiana; COUTINHO, Luciana Grajeiro (2015)</p>	<p>Educação</p>	<p>Análise Documental</p>	<p>Scielo</p>
<p>Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber</p>	<p>Essa obra é de conteúdo altamente relevante para o cenário nacional, pois os autores abordam temas complexos, ressaltando a extrema importância de se avaliar um quadro clínico de transtorno dentro do ambiente escolar.</p>	<p>ESTANISLAU, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca (org.) (2014)</p>	<p>Educação</p>	<p>Revisão da Literatura</p>	<p>Livro</p>
<p>Uma experiência de promoção em saúde mental dentro dos muros da escola</p>	<p>Percebe-se a necessidade da promoção de saúde mental para jovens e adultos ficando claro, especialmente, quanto a garantia de acesso dos mesmos.</p>	<p>CORREIA, Priscila Correia; HONORATO, J. S. (2017)</p>	<p>Educação</p>	<p>Relato de Experiência</p>	<p>Portal Periódico CAPES</p>
<p>Percepção de professores de escola pública sobre saúde mental</p>	<p>Os dados indicam que há pouca informação sobre saúde mental disponível para os professores, mostrando ser necessário haver desenvolvimento de estratégias de promoção da saúde mental na escola.</p>	<p>SOARES, Amanda Gonçalves Simões <i>et al</i> (2014)</p>	<p>Educação</p>	<p>Pesquisa de Campo</p>	<p>Scielo</p>

Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores	Os resultados obtidos sinalizam a importância de ações intersetoriais de promoção à saúde mental infantil que possam abarcar os diferentes atores e os serviços direcionados a essa população	CID, Maria Fernanda Barbosa <i>et al</i> (2017)	Educação	Pesquisa de Campo	Portal Periódico CAPES
---	---	---	----------	-------------------	------------------------

Souza *et al* (2018) em seu artigo, “Estratégias de promoção da saúde relacionadas à saúde mental desenvolvidas com adolescentes no âmbito escolar”, associado às ideias de Correia e Honorato (2017) em sua pesquisa, “Uma experiência de promoção em saúde mental dentro dos muros da escola”, defendem a ideia de que o desempenho escolar dos estudantes estão diretamente associados à saúde mental, na medida em que não se encontrem bem psicologicamente, terão baixos rendimento escolar e, conseqüentemente, atraso e até reprovação.

Nesse impasse, os atores acreditam que a promoção da saúde como um todo, relacionada à saúde mental nas escolas, poderá ser considerada uma das estratégias mais eficazes para promover o bem-estar social dos alunos, tendo como consequência um melhor desempenho escolar. Os autores ainda apontam que, as informações acerca da eficiência da promoção de saúde mental, vão desde a falta de recursos humanos e a incapacidade técnica à falta de interesse público para garantir acesso de toda a população a programas de promoção de saúde mental.

No artigo “Eventos estressores na família e indicativos de problemas de saúde mental em crianças com idade escolar”, Matos *et al* (2015), destacam que os problemas de saúde mental que ocorrem com maior frequência na infância e na adolescência são classificados como transtornos de conduta, de atenção e hiperatividade bem como emocionais, acometendo principalmente crianças e adolescentes em idade escolar, mesmo com dados de prevalência imprecisos devido à dificuldade em mensurá-los.

Segundo os autores, a avaliação da saúde mental neste período carece de instrumentos padronizados. Os autores fomentam também que, apesar da influência genética e biológica, os fatores ambientais interferem no comportamento do indivíduo. É

nesse contexto que a saúde mental nas escolas encontra-se comprometida, pois estes são os principais agentes causadores de adoecimento psíquico. A relação entre os eventos estressores ocorridos na família, apresentam-se como indicativos de problemas de saúde mental nas escolas.

Carneiro e Coutinho (2015) em seu estudo “Infância e adolescência: como chegam as queixas escolares à saúde mental?” Bem como em, Estanislau e Bressan (2014) em seu artigo, “Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber”, trazem de modo preciso novos olhares a temas tão complexos, ressaltando a extrema importância de avaliar um quadro clínico dentro do ambiente escolar. Desse modo os autores destacam o papel dos pais e dos professores como sendo fundamental para a realização de um diagnóstico precoce com propósito de minimizar o sofrimento psíquico.

Segundo os autores, esse mal-estar que chegam como queixas escolares, diz respeito ao recorrente sofrimento atrelado ao laço educativo alardeado pelos pais, professores e alunos, trazidos por dificuldades de aprendizagem e constante agitação reverberando em desafios a todos os envolvidos com a saúde mental e educação.

Cid *et al* (2017) em seu artigo, “Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores”, sinalizam a importância de ações intersetoriais de promoção à saúde mental infantil que possam abarcar os diferentes atores e os serviços direcionados a essa população. A saúde mental nesse contexto é compreendida como um fenômeno complexo e multidimensional envolvendo aspectos emocionais, comportamentais e sociais. Já Soares *et al* (2014), suscitam em seus achados, “Percepções de professores de escola pública sobre saúde mental”; dados que indicam pouca informação sobre saúde mental disponível para os professores. Os autores reforçam a necessidade de implementação de estratégias de promoção da saúde mental dentro das escolas.

Os resultados desta pesquisa levam-nos a refletir também sobre a saúde mental do professor, considerando sua sobrecarga de trabalho, onde por muitas vezes, assume vários papéis dentro e fora da escola, deixando-os vulneráveis por perceberem situações adversas no contexto escolar.

Segundo os achados, percebe-se de um modo geral a necessidade urgente de ser trabalhado de forma mais intensa a questão da saúde mental nas escolas. Tal necessidade

implica em fatores importantes que envolvem todo contexto escolar, inclusive pais, professores, gestores, comunidade escolar, e o mais importante, o corpo discente. São muitas as dificuldades encontradas dentro da realidade das escolas, que vão desde um acompanhamento por um profissional de saúde passando pela forma de como essa atenção será dada aos indivíduos que transitam o contexto escolar.

Importante ressaltar que os estudos aqui focados, contemplam desde a educação do ensino infantil aos adolescentes suscitado em quase todos os artigos. Logo, percebe-se a necessidade de uma atenção específica para cada demanda, considerando as necessidades como, dificuldade na aprendizagem, baixos rendimentos escolares, não deixando de lado os responsáveis que estão diretamente envolvidos nesse processo, como pais e professores. E que lamentavelmente são poucos assistidos acerca desse tema e mais que necessário nos nossos dias; a saúde mental no ambiente escolar.

CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou através de uma revisão sistemática de literatura, algumas percepções sobre a saúde mental no âmbito da escola. Foi possível observar que há ainda uma certa distância entre a teoria e a prática no que diz respeito à promoção e prevenção da saúde mental dos indivíduos que permeiam nesse espaço. Entre as limitações do presente estudo, há ausência de investimento por parte das políticas sociais, que resolvam os anseios da comunidade escolar. Demandas que vão desde à estrutura e instrumentos que facilitem a conduta e decisões da escola a serem tomadas. Dificuldades no desempenho escolar comprometem a vida dos estudantes, como alguns transtornos de aprendizagem, resultando muitas vezes em lamentável reprovação, o que reverbera maior atenção por parte dos responsáveis, principalmente os professores, por estes muitas vezes estarem suscetíveis a esse fenômeno.

Tendo sido alcançados os objetivos desta pesquisa acerca das percepções da saúde mental no contexto escolar, bem como alguns fatores que afetam a saúde como um todo, foi possível constatar a necessidade de ações por parte dos órgãos responsáveis de educação e saúde, em investirem com recursos estratégicos para essa realidade. Professores, gestores, pais e principalmente os alunos, precisam estar envolvidos

diretamente nesse processo por meio de projetos, bem como fomentando informações que despertem relevância desse tema. A pesquisa revelou que apesar dos limitados avanços constatados na literatura científica no contexto da saúde mental escolar, faz-se necessário fortalecer a ideia de que é possível sim investir também nos espaços escolares, lugar expressivo e de acesso favorável na educação e na saúde.

Por último, foca-se a necessidade de atuação da saúde mental em crianças, jovens e adultos nas escolas, com garantia de acesso à informação, como estratégias de promoção e prevenção favorecendo o bem-estar e a qualidade de vida, tanto dos alunos quanto dos professores e demais implicados no processo. Esperamos que este trabalho fomente novas discussões e percepções sobre saúde mental nas escolas, contribuindo assim, para uma perspectiva mais saudável e atuante, estendendo-se a todos os atores articulados na difícil tarefa de educar.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 05 dez. 2021.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CARNEIRO, Cristiana e COUTINHO, Luciana Gageiro. **Infância e adolescência: como chegam as queixas escolares à saúde mental?** Educar em Revista [online]. 2015, v. 0, n. 56 pp. 181-192. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.37764>>. ISSN 1984-0411. Acesso em: 20 nov. 2021.

CID, Maria Fernanda Barboza *et al.* **Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0093>>. Acesso em: 14 de dez. 2021.

CORREIA, Priscilla Cabral; HONORATO, Eduardo Jorge SantAna. **Uma experiência de promoção em saúde mental dentro dos muros da escola.** Relato de experiência. Revista saúde em redes 3.1 (2017): 92-101. Disponível em: <<http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/817>>. Acesso em: 02 de Dez. 2021.

ESTANISLAU, Gustavo M; BRESSAN, Rodrigo Affonseca. **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber.** (Org.) Porto Alegre: Artmed, 2014.

KINDERMAN, Peter. **As novas leis da psicologia: uma abordagem moderna sobre como funcionam nossos pensamentos, emoções, ações e saúde mental.** São Paulo: Cultrix, 2018.

MATOS, Mariana Bonati de *et al.* **Eventos estressores na família e indicativos de problemas de saúde mental em crianças com idade escolar.** Ciência & saúde coletiva [online]. 2015, v. 20, n. 7, pp. 2157-2163. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.17452014>>. Acesso em: 14 de dez. 2021.

SOARES, Amanda Gonçalves Simões *et al.* **Percepção de professores de escola pública sobre saúde mental.** Revista de Saúde Pública [online]. 2014, v. 48, n. 6, pp. 940-948. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048004696>>. Acesso em: 05 de nov. 2021.

SOUZA, Thaís Thaler *et al.* **Promoção em saúde mental de adolescentes em países da América Latina: uma revisão integrativa da literatura.** Ciência & Saúde Coletiva. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07242021>>. Acesso em: 20 de Dez 2021.

CAPÍTULO XII

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): INCLUSÃO DE ALUNOS NO ENSINO MÉDIO

Miriam Braz Sabino de Souza⁵⁹; Margarida Sabino Sucupira⁶⁰;

Marilene Sabino da Cunha⁶¹; Martiliana Braz Sabino⁶².

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-12

RESUMO: O autismo é definido como um transtorno complexo do desenvolvimento, do ponto de vista comportamental, com diferentes etiologias que se manifesta em graus de gravidade variados. Por meio da alteração de visão ou mesmo da nova metodologia de ensino adotada por parte das escolas e dos órgãos voltados para o ensino, tem sido aplicado um processo muito significativo no processo de inclusão educativa dos alunos com determinada limitação física ou com apresentação de determinado transtorno como o autismo. O presente trabalho tem como objetivo geral: Ressaltar como a inclusão pode conceder ao aluno autista do ensino médio (1º ano) uma oportunidade de melhor interação social. E como objetivos específicos: Identificar as dificuldades escolares do aluno estudado; Evidenciar a importância de promover a inclusão do aluno autista dentro das atividades sociais voltadas para escola e Analisar de que forma a inclusão escolar do aluno pode ser contemplada através da tecnologia. Espera-se com a intervenção idealizada que todos os envolvidos possam adquirir conhecimentos que venham agregar valor ao processo de ensino aprendizagem, os alunos autistas enfrentam muitos desafios na sala regular pois suas experiências com os chamados “neurotípicos” nem sempre é a mais agradável e simples possível, desta maneira o trabalho de socialização e inclusão promovido pelo educador é extremamente importante, pois o ambiente escolar deve ser propício para a efetivação da aprendizagem, deve ser um ambiente agradável, capaz de garantir o desenvolvimento global do aluno, independentemente de suas particularidades. **PALAVRAS-CHAVE:** Transtorno do Espectro Autista (TEA). Inclusão. Ensino Médio.

AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD): INCLUSION OF STUDENTS IN HIGH SCHOOL

⁵⁹ Pedagoga pela UERN. Pós-graduação em Gestão Escolar pela FIP; Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais pela AVEC; Pós-graduação em Educação Especial Inclusiva pela FAIARA; Pós-graduação em Libras pela FAT. E-mail: miriambraz50@gmail.com

⁶⁰ Licenciada em Pedagogia UFRN. Pós-graduação em Educação Especial e Educação Infantil pela Faculdade Dom Alberto. Pós-graduação em Educação Infantil - Anos Iniciais e Psicopedagogia pela Faculdade Dom Alberto; Pós-graduação em Educação Infantil e séries Iniciais pela AVEC. Professora do município de Guamaré/RN. E-mail: margosabino1958@gmail.com

⁶¹ Graduada em Pedagogia pela FAEPI. Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais pela AVEC. Professora do município de Guamaré/RN. E-mail: marilenesabino@gmail.com

⁶² Licenciada em Pedagogia na Faculdade Universidade Estadual Vale de Acaraú. Pós-graduação em Educação Infantil na FIP. Pós-graduação em Educação Especial e Educação Infantil na Faculdade Dom Alberto. Professora da educação básica. E-mail: martiliana.rocha@hotmail.com

ABSTRACT: Autism is defined as a complex developmental disorder, from a behavioral point of view, with different etiologies that manifests itself in varying degrees of severity. Through the change of vision or even the new teaching methodology adopted by schools and teaching bodies, a very significant process has been applied in the process of educational inclusion of students with certain physical limitations or with a certain disorder. like autism. The present work has the general objective: To emphasize how inclusion can give the autistic high school student (1st year) an opportunity for better social interaction. And as specific objectives: Identify the school difficulties of the student studied; Highlight the importance of promoting the inclusion of autistic students within social activities aimed at school and Analyze how the student's school inclusion can be contemplated through technology. It is expected with the idealized intervention that all those involved can acquire knowledge that will add value to the teaching-learning process, autistic students face many challenges in the regular classroom because their experiences with the so-called "neurotypicals" are not always the most pleasant and simple. possible, in this way, the work of socialization and inclusion promoted by the educator is extremely important, because the school environment must be conducive to the realization of learning, it must be a pleasant environment, capable of guaranteeing the global development of the student, regardless of their particularities.

KEYWORDS: Autism Spectrum Disorder (ASD). Inclusion. High school.

INTRODUÇÃO

O autismo é definido como um transtorno complexo do desenvolvimento, do ponto de vista comportamental, com diferentes etiologias que se manifesta em graus de gravidade variados (GADIA, 2006). De acordo com Oliveira (2009), “autos” significa “próprio” e “ismo” traduz um estado ou uma orientação, isto é, uma pessoa fechada, reclusa em si. Assim, o autismo é compreendido como um estado ou uma condição, que parece estar recluso em si próprio.

Ao longo dos anos estudos e pesquisas têm sido realizadas na busca por verificar de que forma os autistas podem ser inseridos na sociedade, assim como quais processos podem ser positivos no tratamento ou acompanhamento das pessoas com esse tipo de doença psicológica. Surgiram principalmente doenças associadas à parte comportamental e psicológica de uma pessoa, as mesmas vêm ganhando cada vez mais espaço. Por se tratar de doenças relacionadas principalmente à parte psicológica, novas ações, estratégias e instrumentos precisaram ser desenvolvidos com a finalidade de promover a assistência necessária tanto ao paciente como à família dos mesmos.

O autismo é um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (DITs) mais conhecidos; dentre estes se encontram várias patologias que, juntas, formam um continuum autístico podendo variar desde condições que guardam peremptoriamente o retardo mental (transtorno desintegrativo da infância e síndrome de Rett) à condições que não estão associadas a este (síndrome de Asperger) ou, ainda, condições que podem ou não estarem relacionadas com déficits cognitivos, como é o caso do próprio autismo e do TID sem outra especificação.

Os pais dos indivíduos com TEA são normalmente os primeiros a verificar que algo diferente está acontecendo com seu filho. Nesse momento, começa a busca por auxílio, sendo um período de incertezas o que antecede o processo de elaboração e formação do diagnóstico. No entanto, cabe salientar sobre a importância da forma como esse diagnóstico é elaborado pelos pais das crianças com TEA. Schulman (2002) afirma que, assim que o diagnóstico é comunicado, é importante dirigir os pais aos recursos úteis, o que auxilia na sensação de que existe algo para fazer.

O uso do aparelho celular em sala de aula, é um assunto bastante polêmico, há aqueles que defendem que o uso deste aparelho mais atrapalha do que ajuda, pois defendem que o uso do celular impede a concentração dos alunos e prejudicam seu desempenho e aprendizado em sala. Paralelamente, há aqueles que defendem seu uso, alegando que este aparelho pode auxiliar em sala de aula, como ferramenta de aprendizado.

Diante dessas observações importantes, que envolvem educadores e alunos, é inerente considerar a possibilidade de verificar a efetividade de se utilizar o celular como ferramenta pedagógica em sala de aula. Portanto, é possível tornar o aparelho celular como ferramenta pedagógica em sala de aula?

Por conseguinte, é necessário que os professores ampliem sua visão com relação à adoção de novas práticas pedagógicas, conforme o tempo vai passando, e as tecnologias vão evoluindo, a forma de pensar, agir e aprender também acompanha essa evolução. Visto que, os alunos da geração Z não aprendem como os alunos das gerações anteriores. A forma como pensam, falam e interagem são completamente diferentes, eles possuem a necessidade de aulas dinâmicas, diversificadas e interativas.

O presente trabalho tem como objetivo geral: Ressaltar como a inclusão pode conceder ao aluno autista do ensino médio (1º ano) uma oportunidade de melhor interação social. E como objetivos específicos: Identificar as dificuldades escolares do aluno estudado; Evidenciar a importância de promover a inclusão do aluno autista dentro das atividades sociais voltadas para escola e Analisar de que forma a inclusão escolar do aluno pode ser contemplada através da tecnologia.

O AUTISMO

Segundo Camargo e Bosa (2009), o autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. Estas características podem levar a um isolamento contínuo da criança e de sua família.

O autismo é considerado um transtorno e não uma doença, o mesmo sendo tratado de forma comum e em conjunto (família, escolas, médicos) pode ter seus impactos diminuídos. Torna-se cada vez mais comum o convívio ou interação entre as crianças autistas com as demais crianças, isso acaba gerando nas mesmas uma capacidade de aos poucos permitir que pessoas diferentes das do seu convívio se tornem próximas. Segundo Mello, “autismo é uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação” (2001, p. 11).

O Transtorno do Espectro Autista teve sua descoberta há pouco tempo na história das psicopatologias do desenvolvimento. Inicialmente foi considerado pelo psicanalista Bruno Bettelheim, como uma doença relacional, com o foco do problema na relação diádica, mãe bebê, originando a expressão “mãe geladeira”, e sua causa associada a fatores ambientais. Porém, na atualidade, considerasse o autismo como de ordem multifatorial, com etiologias variadas e de origem neurológica (MOREIRA, 2005).

O TEA é considerado um transtorno que vai além da sua complexidade, distante de ser definido com exatidão, pois não existem meios pelos quais se possa testá-lo, muito menos medi-lo. Em outras palavras, as pesquisas realizadas atualmente estão distantes no

sentido de apresentarem a “cura” para o autismo, acompanhando o indivíduo por todo seu ciclo vital.

A fisionomia do autista não demonstra qualquer alteração comportamental, sendo um dos motivos dos pais encontrarem dificuldade em encontrar um diagnóstico preciso ou suposição de possíveis problemas. Há três caminhos pelos quais as famílias passam: primeiro, conhecer o autismo; segundo, admitir o autismo e, por fim, buscar apoio de pessoas que convivam ou estejam envolvidas com o autismo. Assim, é de suma importância ficar atento ao comportamento diário da criança em casa, comparar suas atitudes com as atitudes de crianças da mesma idade, verificar o desenvolvimento da fala, a capacidade de ouvir, compreender e interpretar sinais, sejam eles visuais ou auditivos, acompanhar aprendizados básicos como comer sozinho, por exemplo. Caso estas etapas estejam sendo afetadas de alguma maneira, é importante estimulá-las a desenvolver tal comportamento ou encaminhá-la a um profissional que possa diagnosticar um simples atraso de desenvolvimento e, em último caso, diagnosticar uma síndrome como o autismo ou uma deficiência neurológica.

Para muitos o tratamento dos autistas envolve principalmente a família, uma vez que a criança ou adolescente autista demonstra ter certa resistência à interação com pessoas das quais não conhece ou tem convívio. Muitas vezes essas particularidades acabam gerando certas consequências principalmente no que se refere a parte educacional dos mesmos, em certos casos as crianças ou adolescentes precisam ter seu processo educacional separada das demais. Em certos casos as escolas precisam até realizar certos processos para que os professores e demais profissionais da área educacional possam promover seu ensino com qualidade, sendo realizada orientações ou treinamentos para que os mesmos venham a interagir da melhor forma com os autistas.

O autismo é um transtorno de desenvolvimento grave que envolve retraimento social, déficits de comunicação e comportamento estereotípico/repetitivo. As etiologias fisiopatológicas que precipitam os sintomas de autismo permanecem elusivas e controversas em muitos casos, mas fatores genéticos e ambientais (e suas interações) foram implicados. Embora o autismo seja considerado multicausal, os fatores ambientais têm recebido atenção significativa. A discussão internacional tem se concentrado em neurotoxinas como mercúrio e chumbo, sugerindo que esses e outros metais tóxicos

contribuem para o desenvolvimento do distúrbio. Um estudo epidemiológico lançado em 2006 (PALMER et al., 2006).

Ligando dados do Inventário de Liberação Tóxica (TRI) sobre mercúrio a dados de educação especial no Texas relatou um aumento de 61% nas taxas de prevalência de autismo (ou 17% ajustados) por 1000 libras de mercúrio liberado em o meio ambiente (1). Tentamos avaliar melhor se a exposição a variáveis ambientais contribui para a gênese do transtorno do espectro autista e, portanto, é um fator que aumenta o risco de desenvolver sintomas de autismo no útero ou na primeira infância.

CARACTERÍSTICA DO AUTISMO

De acordo com Klin (2006), a teoria psicogenética apresentava-se como defensora de que a criança autista era normal no momento do nascimento, mas devido fatores familiares adversos no decorrer do seu desenvolvimento desencadeou um quadro autista. Os sintomas eram considerados secundários, atribuíveis, portanto, às condutas parentais impróprias. Essa teoria deu início a pesquisas reagrupadas em quatro eixos, sendo estes o estresse precoce, as patologias psiquiátricas parentais, quociente de inteligência e classe social dos pais, e por último a interação pais e filhos.

Tal doença levou tempo para ser detectada principalmente por ter seu principal sintoma comportamentos, analisar o perfil psicológico de uma pessoa só se tornou possível ao longo dos anos, sendo preciso uma evolução não somente das práticas profissionais por parte dos psicólogos mais de um conhecimento mais detalhado de como uma criança autista se comporta diariamente.

Um dos principais sintomas presentes em crianças está relacionado a dificuldade de interação da mesma com as pessoas, ao longo do tempo a criança passa a se isolar do convívio com as demais pessoas, procurando estabelecer uma rotina a ser desempenhada de forma regular. Algumas não permitem alteração em suas rotinas, apresentam um comportamento agressivo quando tem seu espaço invadido ou consideram as pessoas uma ameaça.

Em grande parte, os sintomas são detectados principalmente no desenvolvimento da criança, devendo os pais observarem se seus filhos apresentam ou tendem a desenvolver certos comportamentos considerados sintomas do autismo. Para muitos cientistas o autismo é algo relacionado principalmente ao convívio familiar, sendo o ambiente familiar um dos importantes componentes no que se refere ao desenvolvimento do autismo. Devido esse fato é realizado muitas vezes o acompanhamento psicológico dos pais ou familiares, assim como analisado o perfil psicológico dos mesmos, uma vez que em grande parte as crianças tendem a refletir determinados comportamentos dos pais, assim como absorvem muitos traços psicológicos dos mesmos.

Apesar de todo desenvolvimento tecnológico e dos estudos voltados para medicamentos capazes de auxiliar aos autistas, ainda são muitos os obstáculos enfrentados pelos médicos ou psicólogos para dar um veredito a respeito do melhor tratamento para os mesmos. Muitos consideram que por meio dos acompanhamentos psicológicos os autistas os mesmos podem desenvolver melhorias consideráveis em seus comportamentos, ou obterem uma melhora no que se refere a interação com as demais pessoas.

O sujeito autista deve preencher ao menos seis critérios para que possa ser realizado o diagnóstico do Transtorno Autista conforme o DSM-IV-TR5 . Dois destes são que o Transtorno não pode ser melhor explicado pelos Transtornos de Rett e Desintegrativo da Infância, além de, necessariamente, ter início antes dos três anos de idade. Os quatro critérios restantes dizem respeito à presença de ao menos dois sintomas relacionados ao comprometimento da interação social, um relacionado ao comprometimento da comunicação e um expresso por meio de estereotípias e comportamentos repetitivos:

1) Comprometimento da interação social tendo em vista I) o desuso quase total de meios não verbais para fins de comunicação, II) o não relacionamento com os pares da própria idade, III) falta tanto de interesse em compartilhar prazer ou mesmo realizações com outras pessoas, IV) quanto de reciprocidade emocional ou social;

2) Comprometimento da comunicação, que se manifesta por meio de: I) retardo ou ausência de linguagem falada, II) não obstante quando a fala se desenvolve existe uma

inabilidade demasiada para começar ou manter uma conversação, III) do uso idiossincrático da linguagem e IV) da ausência de jogos de imitação típicos da própria idade;

3) Comportamentos estereotipados e repetitivos que podem se manifestar por meio: I) de interesses não usuais em intensidade ou foco, II) de rotinas invariavelmente rígidas e não funcionais, III) de comportamentos motores estereotipados e IV) preocupação com partes de objetos.

DIAGNÓSTICO CLÍNICO DO AUTISMO

Em geral, o primeiro diagnóstico de autismo é realizado pelos pais, uma vez que os mesmos percebem os sintomas em seus filhos. Devido ao contato diário com as crianças ou adolescentes os pais acabam percebendo certos comportamentos, ações ou mesmo algumas práticas por parte dos filhos autistas, esses por sua vez procuram por especialistas para obterem um diagnóstico mais preciso e verificarem quais as melhores formas de agirem com os seus filhos.

Sabe-se que existem poucos recursos instrumentais para a realização do diagnóstico do indivíduo com suspeita de autismo e, mesmo com muitos estudos na área, não existe nenhum marcador biológico que possibilita um exame preciso para a confirmação ou não desse diagnóstico. Outro fator importante a ser salientado é a forma como ocorre a comunicação do diagnóstico de autismo aos pais. É um processo delicado, que promove uma oportunidade única aos profissionais em estabelecerem uma aliança de confiança com eles, e para que possam elaborar o diagnóstico de forma mais coerente possível e menos estressante (BOSA; SEMENSATO, 2013).

Uma vez que a criança ou adolescente é diagnosticado com autismo deve ser realizado todo o processo de acompanhamento psicológico e passada as instruções para os pais de forma que esses não se sintam culpados ou absorvam principalmente as alterações do filho, para muitos a base fundamental para o tratamento dos autistas provém de suas famílias. Os parentes possuem um papel fundamental para que ao longo dos anos os autistas consigam desenvolver e realizar certas atividades diárias, assim como passam a conviver socialmente sem muitos problemas.

INCLUSÕES ESCOLARES DOS AUTISTAS

As Diretrizes Nacionais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2001) relembram algumas visões estabelecidas pela sociedade nos séculos passados, onde as pessoas com alguma deficiência eram vistas como incapazes, inferiores, sendo excluídas de seus direitos sociais, passando assim, a serem vistas como pessoas que necessitavam de um apoio social. Mesmo assim, são notáveis as mudanças significativas nas últimas décadas, apesar da resistência, a educação inclusiva vem se consolidando e muitos avanços estão sendo alcançados.

Por meio da alteração de visão ou mesmo da nova metodologia de ensino adotada por parte das escolas e dos órgãos voltados para o ensino, tem sido aplicado um processo muito significativo no processo de inclusão educativa dos alunos com determinada limitação física ou com apresentação de determinado transtorno como o autismo (CUNHA, 2015).

A chegada da criança com autismo na escola regular gera grande preocupação tanto por parte da família quanto da escola. Nesse momento a família e os profissionais da educação se questionam sobre a inclusão dessas crianças, pois a escola necessita de adequações. Para as autoras, Brande e Zanfelicce (2012, p. 44), receber alunos com deficiência, mais especificamente com transtornos invasivos do desenvolvimento, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe utilização de adequações ambientais, curriculares e metodológicas.

No que se refere à educação dos autistas muitas escolas ao longo dos anos vêm realizando o processo de inclusão dos mesmos, promovendo assim uma ambientação por parte dos mesmos com o ambiente social no qual estão inseridos. Essa prática por parte dos órgãos públicos de promover a integração dos autistas nas escolas pode ser considerada fundamental no tratamento dos mesmos, uma vez que eles passam a realizar as mesmas atividades que as demais pessoas da sua faixa etária, assim como convivem diariamente com as mesmas.

São aplicados também alguns processos por parte dos educadores a fim de facilitar o processo de interação entre os alunos autistas e os demais alunos, dentre esses processos se destaca a utilização dos jogos educativos. Esses jogos são aplicados como uma

ferramenta de maior interação entre todos e que promove o conhecimento de forma mais prática, podendo ser aplicado sem grandes dificuldades no ambiente escolar.

Na interpretação de Mantoan (2006), a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos independentes de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a Inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças. Percebemos dessa forma que grande parte do processo inclusivo de alunos ou pessoas com deficiência em determinadas atividades depende principalmente da forma como entendemos a limitação física do outro e proporcionamos aos mesmos as ferramentas necessárias para que eles tenham seus direitos cumpridos de forma positiva.

Segundo Lourenço (2011) por ter regras flexíveis à brincadeira e o jogo podem ser adaptados com facilidades aos interesses dos alunos, sendo o jogo um recurso didático valiosíssimo, pois oferece inúmeras possibilidades para enriquecer o processo de ensino aprendizagem, sobretudo no processo de motivação e estimula a criatividade dos alunos, através do manuseio dos materiais e dos movimentos corporais, onde os mesmos incorporam os conhecimentos de forma concreta, brincando e jogando, as crianças conseguem aprender lúdica e prazerosamente. Assim os professores são aconselhados a promover a inclusão dos alunos com deficiência física ou limitação psicológica por meio das brincadeiras e jogos, analisando quais podem atender as necessidades dos mesmos sem prejudicar os demais alunos. Essas atividades quando elaboradas pelos professores devem visar uma melhor interação entre os alunos e proporcionar aos alunos um contato mais fácil com determinadas atividades promovidas dentro do ambiente escolar.

Segundo Lourenço (2011) essas atividades podem ser, jogos simbólicos que é apresentação corporal do imaginário como: a fantasia, casinha, brincando de circo, etc. O Jogo popular, que é a ampliação dos conhecimentos que a criança já possui e dar a ela o acesso a outras culturas, que pode ser a amarelinha, pega-pega, peteca, esconde-esconde, roda pião, bolinha de gude, entre outras. Essas podem ser consideradas algumas das atividades que se desempenhadas de forma correta podem promover não somente a inclusão de um aluno proporcionando a ele uma oportunidade grande de interagir com os outros alunos ou mesmo com ambientes escolares, por meio desse contato o aluno poderá

desenvolver algumas práticas em relação a sua limitação física ou psicológica e superar determinados problemas de autoestima por conta dessa limitação.

Sabemos que a educação inclusiva no Brasil ainda é muito deficiente e deixa lacunas às quais as crianças autistas não podem esperar para saná-las. Para tanto, a família assume o papel de incluir e permitir que seu filho seja acompanhado e se desenvolva gradativamente, apesar das falhas da política pública.

A falta ou a escassez de especialistas, aptos para diagnosticar o autismo, e a demora em começar os tratamentos prejudicam e comprometem a evolução da criança. Na maioria dos casos, o autista é tratado com crianças com outros tipos de deficiências, ou seja, não recebem uma atenção específica para sua síndrome. Diante dessa realidade, os pais se vêem levados a formar associações, buscar profissionais que possam cuidar e orientar seus filhos, focando nos sintomas próprios da síndrome.

A família é o termômetro que mede a eficácia, a evolução do tratamento recebido pelo autista, seja através da fala, da capacidade de relacionar-se, de realização de atividades domésticas corriqueiras como escovar os dentes, fazer xixi, alimentar-se, tomar banho, vestir-se. A família é extremamente importante, pois ajuda a incluir o filho autista num mundo onde ele não se vê, onde não se encontra e onde acha difícil comunicar-se. O interesse dos pais reflete nos filhos segurança, motivação e amenização de possíveis dificuldades. A inclusão deve começar ainda em casa, aceitando o problema, estimulando as melhoras e trabalhando diariamente para que o quadro autístico tenha o mínimo de estereotípias e comprometimentos.

METODOLOGIA

No processo de elaboração do Projeto de Intervenção foi realizada uma pesquisa exploratória, vinculada a uma pesquisa em inclusão digital. A metodologia utilizada é de caráter qualitativa e tem como desígnio investigar os caminhos da inclusão digital concebida como um processo de apropriação e enunciação das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) destacando os principais conceitos referentes ao autismo, assim como promovido um estudo de caso a fim de comprovar de que forma o autismo tem se feito presente dentro da sociedade atualmente. O estudo de caso se dará

com um aluno autista de quinze anos de idade, cursando a primeira série do ensino médio. Para a preservação do indivíduo seu nome não será divulgado.

Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias. Esses trabalhos são conduzidos durante o estágio inicial de um processo de pesquisa mais amplo, em que se procura esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas conclusivas. Dessa forma, mesmo quando já existem conhecimentos do pesquisador sobre o assunto, a pesquisa exploratória também é útil, pois, normalmente, para um mesmo fato organizacional, pode haver inúmeras explicações alternativas, e sua utilização permitirá ao pesquisador tomar conhecimento, senão de todas, pelo menos de algumas delas.

O estudo partiu da proposta de atividades para promover a inclusão do aluno por meio das tecnologias da informação e comunicação, entendendo que o aluno autista precisa se sentir parte integrante do meio escolar, mas tendo suas particularidades respeitadas e suas competências e habilidades desenvolvidas.

Em vista disso, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), estão há algum tempo, fazendo parte das realidades educacionais, com recursos diversos e exigências de novas práticas educativas, as tecnologias ganharam espaço no âmbito escolar, trazendo comodidades indispensáveis, como ilustração de textos, para alimentar a imaginação do leitor, retroprojeter fotocópia, softwares educacionais entre outros recursos.

No entanto, sabemos que as tecnologias não são capazes de realizar a inclusão sozinha, é necessário que os professores estejam capacitados para através desses recursos promoverem a inclusão.

RECURSOS NECESSÁRIOS

O mundo tornou-se refém das tecnologias, onde sem elas não se vive no mundo globalizado, o uso da tecnologia e principalmente da internet faz com que as pessoas mudem seus hábitos e atitudes. Diariamente utilizamos ferramentas e recursos

tecnológicos nos mais variados ambientes, isso também é verificado na sala de aula, onde a maioria dos alunos possuem ao menos um recurso tecnológico: o telefone celular.

Em uma sociedade cada vez mais tecnológica, é primordial a escola se adaptar, e o professor se atualizar e mudar sua forma de atuar. As informações chegam a qualquer momento, o professor não é mais o único detentor do conhecimento, ele passa a ser um mediador, um guia para se chegar ao conhecimento.

Acredita-se que a vasta disponibilidade da internet bem como a importância do seu uso, torna este meio de comunicação imprescindível no dia a dia de todos. Evidencia-se que jovens e adolescentes, pertencentes a geração chamada “Geração Z”, anseiam por aulas diferentes do tradicional, diversificadas e de acordo com a realidade tecnológica que estão inseridos.

Desta forma, por meio das tecnologias o professor pode também realizar o processo de inclusão de alunos que possuam alguma dificuldade de aprendizado, mas é necessário que os professores estejam capacitados para através desses recursos promoverem a inclusão.

O incentivo do uso pedagógico dos aparelhos móveis em sala de aula, além de servirem como ferramenta de aprendizagem, também servem como forma de ajudar os alunos a terem controle e domínio do aparelho. Uma vez que, quando o uso do aparelho é proibido, os jovens sentem-se tentados a utilizar, pois se distraem facilmente em aulas extremamente teóricas, sem interação, dinamicidade e diálogo.

Desta maneira para a execução de algumas atividades propostas seriam necessários recursos tecnológicos, à princípio os alunos por meio do laboratório de informática, utilizam computadores com acesso à internet e deveriam pesquisar um vídeo estabelecido pelo educador e após realizar uma produção textual apontando os pontos mais importantes do vídeo, em seguida utilizar o point e fazer as ilustrações relacionadas ao texto criado por aluno.

Posteriormente, com intervenção do professor a turma seria dividida em grupos, e com aparelhos móveis os alunos poderiam solicitar a internet, com temas previamente estabelecidos com relação a pessoas de renome que eram autistas, promovendo assim a

interação entre os alunos e trabalhando o bullying e preconceito em sala de aula, utilizando recursos como: Youtube, Word, Computador, Point, etc.

RESULTADOS ESPERADOS

A tecnologia atual utilizada para conectar as pessoas ao redor do mundo avança a cada momento, todos os dias novas tecnologias são lançadas é como um grande organismo vivo e faz com que nós usuários sejamos cada vez mais dependentes dela, a Internet e seus recursos mudaram completamente a forma de nos comunicarmos, isso de certa forma nos domina e nos deixa dependentes.

Nosso cotidiano é completamente influenciado pelo mundo audiovisual, no qual as tecnologias agem diretamente. As tecnologias e todos os aparatos que a envolvem nos coloca em ambiente altamente informatizado e gera muitas atividades eletrônicas em todas as esferas da vida humana. As tecnologias possibilitam aos seres humanos a criação de relações econômicas, sociais, culturais entre outros. Assim, com as tecnologias essas relações foram estreitando as relações.

Segundo Silveira (2005), “Vivemos num mundo em que a tecnologia representa o modo de vida da sociedade atual, na qual a cibernética, a automação, a engenharia genética, a computação eletrônica são alguns dos ícones que da sociedade tecnológica que nos envolve diariamente. Por isso, a necessidade de refletir sobre a natureza da tecnologia, sua necessidade e função social”. Diante do exposto, podemos notar que a tecnologias estão presentes em várias áreas da vida humana, não há mais quem consiga viver completamente sem nenhum aparato tecnológico, mas é preciso ter consciência e controle do que é realmente essencial e necessário.

Quando se fala de tecnologia é preciso ter prudência, principalmente no que diz respeito às crianças, pois muitas crianças vivem rodeadas de tecnologias durante muitas horas e isso acaba por gerar uma série de problemas na vida destes indivíduos.

Mas é preciso ter em mente, que apesar de estarmos em uma “Era da Informação” existem pessoas que ainda não têm acesso à inclusão digital. A renda influencia a inclusão digital, logo temos que considerar o preço destas tecnologias como outro fator que

colabora para que elas não sejam acessíveis a todos. Embora nos últimos anos tenha havido uma diminuição nos preços de aparelhos celulares como os smartphones e as condições de pagamento de computadores sejam mais fáceis do que no passado, muitas dessas ferramentas continuam longe do bolso e da realidade de muitos brasileiros. Essa constatação é feita por Fonseca (2015), onde diz que a concentração das empresas que produzem e comercializam estes dispositivos colabora para que o preço se mantenha alto no mercado. Como ilustração, o autor afirma não ser “[...] coincidência que os celulares pré-pagos representam mais de 90% da telefonia móvel do país, o que significa baixa capacidade de consumo e pequeno potencial de utilização do mundo digital em toda sua plenitude (celulares com acesso à internet, por exemplo)” (FONSECA, 2015, p. 47).

Desta forma, embora muitas pessoas não possuam acesso à internet, a escola tem o papel primordial de tornar essa realidade possível em sala de aula, o uso coletivo de aparelhos e equipamento se torna relevante com relação ao aprendizado.

A intervenção pedagógica através da Tecnologia é de extrema importância para o desenvolvimento social, linguagem expressiva e receptiva, e cognitiva do aluno, contribuindo para seu desenvolvimento em vários aspectos.

Com o aluno autista, diante da sua dificuldade em socializar-se e manter interação com seus pares, os recursos tecnológicos facilitam sua integração no processo de ensino aprendizagem uma vez que, na sala de aula comum, as atividades são feitas com os colegas. O trabalho no computador e folhas impressas oferecem atrativos a mais para o educando, pois utiliza de vários sentidos ao mesmo tempo e geralmente cria interesse e curiosidade, mantendo por mais tempo a concentração e a atenção. Pela possibilidade de interação com os pares, as atividades grupais agregam um fator de desenvolvimento social.

A inclusão do aluno autista compreende uma tarefa árdua, principalmente pelos comportamentos peculiares e limites que a genética impõe na sua forma de linguagem e comunicação. Assim, no sentido de auxiliar a inclusão escolar do aluno autista as tecnologias podem ser uma estratégia utilizada para possibilitar a ampliação ou a substituição da sua linguagem, bem como no processo de escolarização.

As TICs promovem a comunicação no contexto escolar com benefícios para toda a comunidade, alunos, responsáveis, pais e gestão escolar. No espaço da sala de aula há uma melhora significativa nas práticas pedagógicas, e nas relações interpessoais dos alunos autistas.

Espera-se com a intervenção idealizada que todos os envolvidos possam adquirir conhecimentos que venham agregar valor ao processo de ensino aprendizagem, os alunos autistas enfrentam muitos desafios na sala regular pois suas experiências com os chamados “neurotípicos” nem sempre é a mais agradável e simples possível, desta maneira o trabalho de socialização e inclusão promovido pelo educador é extremamente importante, pois o ambiente escolar deve ser propício para a efetivação da aprendizagem, deve ser um ambiente agradável, capaz de garantir o desenvolvimento global do aluno, independentemente de suas particularidades.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. Fifth. American Psychiatric Association; Arlington, VA: 2013. Autism spectrum disorder; pp. 50–59.

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. **A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. Revista Psicologia e Sociedade. Vol. 21, 2009, p. 65-74.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015. 140 p.

GADIA, Carlos. **Aprendizagem e autismo: transtornos da aprendizagem: abordagem neuropsicológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GLASSON EJ, Bower C, Petterson B, Klerk N, Chaney G, Hallmayer JF. **Perinatal factors and the development of autism: a population study**. Arch Gen Psychiatry. 2004;61:618–627.

GUINCHAT V, Thorsen P, Laurent C, Cans C, Bodeau N, Cohen D. **Pre-, peri- and neonatal risk factors for autism**. Acta Obstet Gynecol Scand. 2012;91:287–300.

HULTMAN CM, Sandin S, Levine SZ, Lichtenstein P, Reichenberg A. **Advancing paternal age and risk of autism:** new evidence from a population-based study and a meta-analysis of epidemiological studies. *Mol Psychiatry*. 2011;16:1203–1212.

KLIN, Ami. **Autismo e síndrome de Asperger:** uma visão geral. *Rev. Bras. Psiquiatr.*São Paulo, 2006.

KIM YS, Leventhal BL, Koh Y-J, Fombonne E, Laska E, Lim EC, et al. **Prevalence of autism spectrum disorders in a total population sample.** *Am J Psychiatry*. 2011;168:904–912.

LAMPI KM, Lehtonen L, Tran PL, Suominen A, Lehti V, Banerjee PN, et al. **Risk of autism spectrum disorders in low birth weight and small for gestational age infants.** *J Pediatr*. 2012;161:830–836.

LOURENÇO, MS. **A Importância da Educação Física para a Inclusão Escolar.** [Monografia]. Brasília (DF): Universidade de Brasília/UNB; 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos, Rosângela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MOREIRA, P. S. T. **Autismo: a difícil arte de educar.** Universidade Luterana do Brasil – Ulbra – Campus Guaíba – RS, 2005.

RIVERA HM, Christiansen KJ, Sullivan EL. **The role of maternal obesity in the risk of neuropsychiatric disorders.** *Front Neurosci*. 2015 Jun;;1–16.

SILVEIRA, R. M. C. F.; BAZZO, W. A. **Transformando a relação do ser humano com o mundo.** Anais: IX-Simpósio Internacional Processo Civilizador-Tecnologia e Civilização. Ponta Grossa: CEFET PR, 2005.

CAPÍTULO XIII

UM OLHAR PARA A ESCRITA NA UNIVERSIDADE

Paula Fernanda Eick Cardoso⁶³; Camila Martins Vellar⁶⁴.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-13

RESUMO: No presente trabalho, abordaremos a produção escrita na universidade. Com base em autores como Fischer (2010), Lêdo e Bezerra (2012) e Sturm (2019), defenderemos que o desenvolvimento do letramento acadêmico por parte dos estudantes universitários é fundamental para que eles possam realizar de modo eficaz as atividades propostas nos componentes curriculares da Universidade e que, por isso, são imprescindíveis ações capazes de impulsionar o desenvolvimento desses letramentos, como projetos de ensino. Além disso, apresentaremos a análise de um memorial reflexivo produzido no âmbito do projeto de ensino Estudos de Língua Portuguesa, o qual aplicamos na Universidade Federal de Pelotas com o objetivo de tratar dos usos da escrita na esfera acadêmica, a fim de contribuir para a melhoria do desempenho linguístico dos estudantes universitários através da proposição de ações voltadas para a análise e a discussão de práticas de linguagem no contexto universitário, como leitura e produção de textos, especialmente do gênero acadêmico, bem como trabalho com aspectos gramaticais da língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita. Universidade. Língua Portuguesa.

A LOOK AT WRITING AT THE UNIVERSITY

ABSTRACT: In the present work, we will approach the written production at the university. Based on authors such as Fischer (2010), Lêdo and Bezerra (2012) and Sturm (2019), we will argue that the development of academic literacy by university students is essential so that they can effectively carry out the activities proposed in the curricular components of the University and that, therefore, actions capable of boosting the development of this literacy such as teaching projects, are essential. In this work, we will also present the analysis of a reflective memorial produced within the scope of the Portuguese Language Studies teaching project, which we applied at Universidade Federal de Pelotas to address the uses of writing in the academic sphere in order to contribute to the improvement of the linguistic performance of university students through the proposition of actions aimed at the analysis and discussion of language practices in the university context, such as reading and production of texts, especially in the academic genre, as well as working with grammatical aspects of the Portuguese language.

KEYWORDS: Writing. University. Portuguese language.

⁶³ Docente na Universidade Federal de Pelotas; <http://lattes.cnpq.br/5325775493727475>; número ID ORCID 0000-0001-8405-5305. E-mail: paulaeick@terra.com.br

⁶⁴ Graduada em Letras – Redação e Revisão de Textos, pela Universidade Federal de Pelotas; <http://lattes.cnpq.br/0024394138783059>; número ID ORCID 0000-0001-7068-9657. E-mail: camilamartinsvellar@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ato de escrever, por si só, demanda uma série de elementos, como o conhecimento dos recursos linguísticos, dos gêneros textuais, dos fatores de textualidade (coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade e relevância), os quais nem sempre recebem a devida atenção nos ensinamentos fundamental e médio. Por conseguinte, escrever no meio acadêmico é uma atividade ainda mais complexa, já que, além dos conhecimentos anteriores, exige um bom domínio do tema e do gênero que vai ser produzido.

Um dos fatores que intensifica essa complexidade é, de acordo com Fiad (2011), o fato de que o professor do ensino superior parte do ponto de vista que o aluno conhece as convenções que regem a produção textual na academia – em geral, são cobrados dos alunos conhecimentos que não lhes foram apresentados.

Conforme Lea e Street (1998), os ingressantes na universidade não possuem um conhecimento razoável, nem familiaridade com os gêneros acadêmicos. À vista disso, Fiad (2017) ressalta o fato de que são necessárias, no contexto universitário, discussões sobre uma política de ensino de escrita acadêmica, já que a situação do estudante e do acadêmico são complexas em virtude de estarem envolvidas em normas, padrões, instruções e avaliações de mérito. A autora enfatiza ainda que a escrita no meio acadêmico é um dos filtros mais fortes, considerando o seu valor social e a utilização realizada nas relações hierárquicas presentes nesse ambiente.

Um avanço apontado por Komesu, Assis e Bailly (2017) é o de que nos últimos trinta anos, tanto em nível nacional como internacional, tem ocorrido um investimento em pesquisas dedicadas às práticas de leitura e escrita na universidade e uma investigação sobre a produção de gêneros acadêmicos, bem como das suas respectivas características. Assim, é percebida, de acordo com os autores, uma preocupação com a formação acadêmica, principalmente no que diz respeito à leitura e à produção de textos.

Por esse ângulo, Neves, Galli e Nassau (2019) apontam que os estudos sobre letramentos acadêmicos têm favorecido debates muito produtivos, especialmente na área da Linguística Aplicada, tendo em vista a quantidade de pesquisas realizadas acerca dessa problemática. Destarte, as autoras frisam a questão dos estudos envolvendo as práticas de

ensino e aprendizagem de leitura e escrita, o que vai ao encontro do que afirmam Kraemer e Longaretti (2019):

As pesquisas em letramentos têm ganhado corpo nas últimas décadas no Brasil, influenciadas por estudos já consolidados em outras partes do mundo. Esse cenário é resultado do novo panorama intelectual acerca da educação no país, em se tratando de ensino e aprendizagem. As necessidades no âmbito educacional contemplam muito mais do que apenas o ler e o escrever para a escola-academia, mas sim, o desenvolvimento de habilidades letradas para as práticas sociais (KRAEMER; LONGARETTI, 2019, p. 640).

Nesse sentido, Kraemer e Longaretti (2019) ressaltam que, seguindo a perspectiva de Lea e Street (1998), o letramento acadêmico enquadra um conjunto de ações e o aperfeiçoamento de várias capacidades, já que a aprendizagem no ensino superior engloba inovações nas formas de saber, de compreender, interpretar e organizar o conhecimento. Assim, Brambila aponta que

Os letramentos precisam ser enxergados como práticas com a leitura e escrita não estanques, isto é, que se estabelecem, metamorfoseiam-se e são agregadas de novas identidades de maneira conjunta ao tempo-espaço em que são colocadas em ação. Assim, pensar em práticas de letramento acadêmico requer um olhar que dialoga com as circunstâncias de estabelecimento da interação humana via linguagem, alcançando as demandas da formação superior, que se distinguem de outras esferas (BRAMBILA, 2019, p. 795).

É válido destacar que Brambila (2019) observa uma ausência de debates e planos de ação envolvendo os estudos linguísticos nos cursos de pós-graduação. O pesquisador aponta duas hipóteses envolvendo esse problema, as quais dizem respeito, respectivamente, a um cenário de sapiência nesses cursos – o que tornaria desnecessária uma ação de suporte linguístico – e a um cenário em que uma tarefa nessa perspectiva poderia ser extremamente complexa.

Outro ponto destacado por Brambila (2019) é a detecção de problemas psicológicos nos acadêmicos que são provocados, inclusive, pela cobrança de rendimento e produtividade nas atividades curriculares e nas produções exigidas para a conclusão do curso (TCC, dissertação ou tese). Segundo o autor, os estudos em letramentos acadêmicos são ainda mais indispensáveis se considerar que esses problemas, causadores de sofrimento, acabam sendo atravessados pela linguagem. Seguindo esse ponto de vista,

Brambila salienta a necessidade de um movimento linguístico pedagógico também na pós-graduação.

Nessa direção, Fischer (2010) menciona que, se os gêneros forem escolhidos como objeto de ensino, a aprendizagem pode ocorrer de forma mais satisfatória e, conseqüentemente, o processo de compreensão e produção textual passa a ser menos difícil. Além de que, Lêdo e Bezerra (2012) afirmam que é necessária a apropriação de diferentes tipos de letramentos por parte dos estudantes para que eles possam realizar de modo eficaz as atividades propostas e compreender efetivamente os conteúdos trabalhados. Assim, conforme Sturm (2019), são imprescindíveis ações para impulsionar o desenvolvimento dos letramentos acadêmicos.

O PROJETO DE ENSINO

Com o intuito de contribuir para a melhoria do desempenho linguístico dos estudantes universitários, propusemos o projeto de ensino *Estudos de Língua Portuguesa*, o qual foi ofertado aos estudantes da Universidade Federal de Pelotas com o objetivo de trabalhar a leitura e a produção de textos, especialmente do gênero acadêmico - resenha, resumo, artigo - para que os estudantes consigam reconhecer os elementos linguísticos que tendem a aparecer em cada um desses gêneros textuais através do estabelecimento de contrastes. Foram propostas também atividades que trabalham aspectos gramaticais da língua portuguesa (concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, pontuação, instrumentos gramaticais de subordinação e de coordenação) a partir dos textos produzidos pelos participantes do projeto para que eles sejam capazes de refletir sobre o funcionamento da língua portuguesa, bem como de realizar a conseqüente prática linguística.

O projeto justifica-se pelas necessidades demonstradas por muitos estudantes de um trabalho contínuo com as habilidades de leitura e escrita e com a reflexão mais aprofundada sobre a estrutura gramatical da língua portuguesa para a vivência acadêmica. Nossa hipótese é a de que esse trabalho poderá contribuir para evitar a retenção de estudantes em seu percurso curricular, bem como prevenir a evasão e o abandono do curso

em que estejam matriculados. Além disso, a ampliação do conhecimento de linguagem poderá ter impacto inclusive no campo profissional da vida dos alunos.

Em virtude da pandemia de Covid-19, o projeto foi ofertado aos estudantes universitários através de atividades remotas distribuídas em módulos de vinte horas/aula, sendo que cada módulo teve duração de quatro semanas. Semanalmente, os estudantes participaram de encontros de duas horas/aula através da plataforma *Moodle* e fizeram três horas/aula de atividades dirigidas (produção textual, atividades sobre algum aspecto gramatical da língua portuguesa com base nos textos). Cabe ressaltar que os participantes do curso podiam contactar a ministrante das oficinas através do próprio *Moodle* e do *WhatsApp* para verificação de dúvidas. Cada turma contou, no máximo, com vinte participantes. O processo de seleção dos estudantes foi feito por intermédio de um edital publicado no *site* da universidade. Os vinte primeiros inscritos foram matriculados, e a ministrante das oficinas ficou com uma lista dos nomes excedentes que poderiam ser chamados, caso houvesse alguma desistência ao longo do curso.

De modo geral, os participantes demonstraram, especialmente nas atividades de reescrita dos textos produzidos nas oficinas, crescimento linguístico através da aplicação dos conhecimentos sobre produção textual e estrutura gramatical da língua. Em outras palavras, os alunos empregaram, na reescrita de seus textos, as estruturas linguísticas do gênero textual estudado e mostraram a presença de coesão e coerência em suas escritas, bem como o uso do registro escrito culto da língua portuguesa. Na sequência deste texto, apresentaremos a análise de uma produção textual realizada no projeto de ensino supracitado.

A ANÁLISE DE TEXTO

Apresentaremos aqui a análise de um dos textos produzidos pelos participantes do projeto de ensino *Estudos de Língua Portuguesa*. Cabe salientar que essa produção foi realizada na primeira semana do projeto: tendo em vista que desconhecemos a trajetória do público-alvo e que, em virtude do ensino remoto emergencial e da modalidade assíncrona, não tínhamos uma interação na qual os alunos pudessem vir a relatar suas vivências, dificuldades e/ou facilidades de maneira oral, optamos, então, por trabalhar

inicialmente o gênero memorial. Acreditamos que, a partir desse gênero, poderíamos propor uma produção em que os alunos refletissem sobre a sua relação com a língua materna e, ainda, que nós tivéssemos a oportunidade de conhecer melhor nosso público para que conseguíssemos desenvolver as atividades seguintes focando nas habilidades em que demonstravam possuir maior dificuldade.

Para a análise das produções, costumamos observar os textos com base em quatro critérios: tipo de texto, modalidade linguística, coerência e coesão. Com relação ao tipo de texto, no caso em questão, verificamos se o estudante é capaz de empregar os elementos necessários ao gênero textual *memorial reflexivo*, ou seja, se ele descreve, analisa e reflete sobre sua trajetória acadêmica, avaliando cada etapa de sua experiência. Já no que diz respeito à modalidade linguística, analisamos se o autor do texto consegue exprimir-se de forma adequada ao estilo escrito e formal, revelando domínio no uso das estruturas da língua, do sistema ortográfico e dos recursos de pontuação. Observamos preferencialmente as convenções ortográficas, uso de maiúsculas e minúsculas, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, flexão nominal e verbal, pontuação, imprecisão e inadequação vocabular, impropriedade de registro, mistura de tratamento.

Com relação à coerência, verificamos se as ideias estão articuladas, unidas, ou se há trechos desconexos, fragmentados. Observamos também se há contradição com o mundo externo. Para Koch e Travaglia (2004, p. 21), “a coerência está ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários”. Verificamos ainda se há circularidade ao longo do texto, ou se ele tem continuidade de sentidos, progressão.

No que diz respeito à coesão, analisamos o emprego dos nexos, a correlação de tempos verbais, a pontuação, as referências lexicais, anafóricas e substituições, no estabelecimento de relações entre termos ou segmentos na construção de um texto, pois a coesão depende da combinação das orações que formam os períodos e os parágrafos. Para Ferrarezi Jr e Carvalho (2015, p. 161), “A coesão é a materialidade da coerência, isto é, por meio de certos elementos textuais, conseguimos externar e organizar melhor nossas ideias no papel”.

Figura 1: Produção textual analisada.

Meu ensino básico pode ser dividido em dois grandes momentos dentro dos quais outros três momentos divisórios os compõem. Estudei praticamente todo ensino fundamental em uma escola da zona rural do município, ou seja, o primeiro grande momento diz respeito a educação no campo em uma escola estadual. Não apenas pela pouca idade que tinha na época, mas também por reconhecer o português relativamente fraco que possuí durante meus anos iniciais. Parte disso em função da grande carga horária que a maior parte dos professores realizavam, sobrando pouco tempo para a produção de aulas mais instigantes e ricas em detalhes.

Escasso foi as oportunidades para praticar a escrita. Parte por ser educação no campo e de certa forma possuir uma aura mais prática do que teórica, parte pela sobrecarga dos professores e parte ao já conhecido descaso com as escolas estaduais, minha experiência com a escrita foi reduzida. De 2003 até 2010 frequentei esta mesma escola, o corpo docente pouco mudou e apesar da falta de prática escrita, havia abundância em outras experiências que fico muito feliz em ter vivido.

Ainda no primeiro grande momento, mas no segundo momento divisório, vivenciei o estudo em uma escola municipal na urbe do município de Camaquã – RS. A escola possuía uma grande quantidade de alunos, só não afirmo ser a com maior quantidade visto a falta de informação sobre dados exatos, mas sem dúvida figura no top dois. Nesta escola começo a vivenciar a presença mais assídua da escrita. Lembro da dificuldade de entender algumas das terminologias que a professora de português utilizava.

Algo que lembro até hoje são as provas de história em que contavam com apenas uma pergunta geral e para a resposta dessa questão era disponibilizada algumas folhas em branco. “Escreve tudo o que tu sabe” costumava dizer a professora antes do início da prova, curiosamente, aprendi mais sobre escrita nestas avaliações do que em boa parte das aulas de português. Penso que a falta de afinidade advinda do primeiro momento divisório, na escola na zona rural do município produziu uma certa aversão a temática.

Felizmente, a disciplina história sempre foi uma das que mais gostei, aos poucos minha birra infantil sobre a produção escrita foi se perdendo entre uma prova e outra. Foram nestes momentos que comecei a arriscar frases mais rebuscadas e mais planejadas, pensava na estrutura do texto antes de escrevê-lo. Foram as avaliações de história no último ano do ensino fundamental que me “introduziram” a escrita.

O segundo grande momento e o terceiro momento divisório versam sobre meu ensino médio no IFSul Campus Camaquã e minha graduação em Licenciatura em Geografia pela UFPel. Foram nestes locais que comecei de fato a pensar ativamente sobre minha escrita, a estruturação do texto feita nas provas de história do ensino fundamental agora recebiam nomes, primeiro a introdução, após o desenvolvimento e por fim a conclusão. Essa lógica foi utilizada tanto para resposta de perguntas quanto para produções textuais.

Mas foi apenas durante meu mestrado, no qual atualmente aplico meu tempo, que entendi, ou melhor, compreendi algo que sabia desde o IFSul. A escrita é um processo criativo. Durante meu pensamento ativo sobre estruturação do texto acabei mergulhando em uma lógica utilitária da escrita, como se fosse mero instrumento de resposta as questões postas a minha frente. Durante a primeira orientação que tive com meu orientador, ele fez questão de debater sobre a produção criativa da escrita. Ressaltando sempre que o que fazemos é utilitário, mas nem por isso menos criativo, e pensando melhor, é exatamente a capacidade criativa da escrita que possibilita o fator utilitário. A licenciatura me apresentou a ideia de que não é apenas sobre depositar conhecimento, como bem aponta Paulo Freire. É sobre socializar conhecimento.

Acrescento, então, um terceiro grande momento. Este diz respeito ao pensar ativo e criativo sobre minha escrita. Como pretendo continuar na carreira acadêmica, parto do princípio que mais do que nunca necessito socializar o conhecimento produzido. Curiosamente, o processo de escrita que tinha tão pouca afinidade, acaba por tornar-se minha ferramenta de trabalho. É neste pensar ativo e criativo sobre minha escrita que esta oficina surge, pois quanto mais sou capaz de dominar esta ferramenta, mais criativo posso ser e mais capaz de socializar conhecimento me torno.

Fonte: Autoras, 2021.

Ao propormos a produção de um *memorial reflexivo* sobre as práticas de escrita vivenciadas pelos participantes, esperávamos que seria uma oportunidade de

caracterizar as implicações de práticas escolares de letramento, anteriores ao ingresso no Ensino Superior, reveladas na fluência desses

alunos em práticas de leitura e escrita e de produção textual escrita na esfera acadêmica (FISCHER, 2010, p. 216).

Isso porque o gênero *memorial reflexivo* permite que o autor reflita criticamente sobre determinado assunto, mas de forma que consiga adequar o estilo de escrita ao público-alvo - que, neste caso, era composto apenas pela ministrante das oficinas e a orientadora do projeto. Assim, buscamos enfatizar que eles poderiam escrever livremente (tendo em mente as características do gênero), a fim de verificarmos as demandas dos participantes para que pudéssemos trabalhar, buscando melhorar isso nas semanas seguintes.

No texto analisado, o autor fez um relato de sua experiência com o ensino de língua portuguesa ao longo de sua trajetória escolar, de maneira adequada em relação ao gênero textual. Há uma razoável progressão das ideias auxiliada pela narração dos eventos que envolveram a vida escolar do autor do texto. Ele fala inicialmente do ensino fundamental, depois do ensino médio, o ensino universitário e a pós-graduação. No entanto, o texto apresenta algumas perturbações provocadas principalmente por problemas coesivos e de modalidade.

No primeiro parágrafo, há uma frase sem fim que gera uma perturbação na compreensão do sentido do parágrafo: “Não apenas pela pouca idade que tinha na época, mas também por reconhecer o português relativamente fraco que possui durante meus anos iniciais.”. Embora esteja bem empregado o nexos aditivo “não apenas, mas também” na frase, o ponto final que a antecede parece romper de forma indevida uma relação pretendida pelo autor com a frase anterior. Em outras palavras, o autor do texto fala que o primeiro grande momento de sua vida estudantil ocorreu em uma escola estadual da zona rural, mas a justificativa para a relevância dessa fase aparece na frase seguinte. Caso substituísse o ponto final por uma vírgula, a perturbação provavelmente diminuiria. Já a última frase do parágrafo começa com “parte disso”, um elemento que conectamos à parte da frase anterior relacionada ao português fraco que o autor do texto diz ter apresentado nos anos iniciais da escola. Porém, o autor não deixa essa informação clara no texto, logo é possível conectar “parte disso” também à “pouca idade que tinha na época”, o que tornaria os professores responsáveis por algo que escapa à sua responsabilidade, ou seja, determinar a idade de ingresso dos estudantes na escola.

O segundo parágrafo começa com um problema de modalidade: “Escasso foi as oportunidades para praticar a escrita”. Um pequeno ajuste na concordância verbal e nominal favorece a compreensão do sentido do trecho: “Escassas foram as oportunidades para praticar a escrita”. Nesse parágrafo, o autor volta a mencionar a sobrecarga de trabalho dos professores, o que acaba por gerar uma certa circularidade no texto. Na última frase desse parágrafo, o autor enumera alguns fatos sem aparentemente estabelecer a devida relação entre eles. Talvez pudesse ser construída uma relação de contraste entre “De 2003 até 2010 frequentei esta mesma escola” e “o corpo docente pouco mudou”, como em “Embora eu tenha frequentado a escola entre 2003 e 2010, o corpo docente pouco mudou; por isso provavelmente houve falta de prática de escrita. Por outro lado, havia abundância em outras experiências que fico muito feliz por ter vivido”. A inclusão de outros recursos coesivos, como “por isso” e “por outro lado” auxiliam a restabelecer a coerência no trecho, pois relacionam as ideias transmitidas no final da frase ao que havia sido dito inicialmente.

No terceiro parágrafo, há alguns problemas com a divisão do tempo pretendida pelo autor em “Ainda no primeiro grande momento, mas no segundo momento divisório”. Porém, um ponto a destacar desse parágrafo é que, embora exista uma impropriedade vocabular com o emprego de “assídua”, que poderia ser substituída por “frequente”, o uso dos nexos (“mas”, “visto”) e da pontuação ajudam o leitor a construir de maneira adequada o sentido pretendido pelo autor do texto.

No quarto parágrafo, aparece o verbo “contar” na terceira pessoa do plural, o que sugere um sujeito indeterminado, como se alguém contasse com alguma coisa, porém o desenvolvimento da frase nos leva a compreender que o sintagma “as provas” deveria atuar como sujeito, portanto há uma preposição inadequada regendo o pronome relativo. Caso a frase fosse reescrita como “Algo de que me lembro até hoje são as provas de história que contavam com apenas uma pergunta geral e para a resposta a essa questão eram disponibilizadas algumas folhas em branco”, o sentido seria compreendido com mais facilidade. Ainda nesse parágrafo, há uma dificuldade em termos de modalidade que também compromete a construção do sentido: o nome “afinidade” aparece sem seu complemento explícito, então somos levados a concluir, pelo parágrafo como um todo, que havia uma falta de afinidade com a escrita, uma ideia que parece ser retomada no

final desse parágrafo pelo nome “temática” em “aversão à temática”. Por outro lado, o autor do texto, usa de maneira adequada as aspas em "Escrever tudo o que tu sabe" para indicar o enunciado da atividade registrada na prova de história. Em seguida, aparece uma vírgula que poderia ser substituída por um ponto final em “... costumava dizer a professora antes do início da prova. Curiosamente, aprendi mais sobre escrita nessas avaliações do que em boa parte das aulas de português”.

No quinto parágrafo, reaparecem problemas de regência em “aos poucos minha birra infantil sobre a produção escrita”, em que a preposição “sobre” deveria ser substituída pela preposição “com”. Aparece também a forma “foram” flexionada desnecessariamente no plural. A frase poderia ser reescrita como “Nesses momentos, comecei a arriscar frases mais rebuscadas...”. Esse mesmo problema reaparece no parágrafo seguinte com a frase “Foram nestes locais que comecei de fato a pensar ativamente sobre minha escrita”, em que o autor aparenta buscar na frase um elemento capaz de determinar a flexão do verbo. Ao encontrar a locução adverbial no plural, “nestes locais”, leva o verbo a concordar com esse constituinte.

Nos últimos parágrafos do texto, parece haver uma observação mais atenta às estruturas linguísticas requisitadas nesse tipo de produção textual, com o reparo à regência verbal em “no qual atualmente aplico meu tempo”; à concordância em “é exatamente a capacidade criativa da escrita que possibilita o fator utilitário” em que o verbo permanece na terceira pessoa do singular; à pontuação em “Como pretendo continuar na carreira acadêmica, parto do princípio que mais do que nunca necessito socializar o conhecimento produzido”, em que a causal aparece no início da frase separada por uma vírgula da oração principal. Isso nos leva a crer que talvez o começo mais do que o final do texto tenha sido marcado por episódios de hipercorreção. Na tentativa de utilizar uma linguagem mais sofisticada, o estudante empregou preposições inadequadas, flexionou o verbo no plural sem que houvesse um sujeito determinando tal flexão.

A intenção no presente trabalho não é fazer um diagnóstico exaustivo dos problemas detectados no texto, mas sim apontar ocorrências que indicam dificuldades, as quais foram analisadas com o autor do texto e ajustadas na atividade de reescrita da produção textual. Pretendemos, assim, exemplificar o trabalho realizado a partir das

produções escritas dos participantes do projeto e demonstrar a necessidade da aplicação desse tipo de atividade, visto que ainda parece ser difícil, para muitos estudantes, entrelaçar conhecimento gramatical e texto para formar um todo significativo. Como observamos, os problemas de natureza sintática acabam por prejudicar a unidade semântica e coerente do texto. Segundo Brito (2004),

Quanto maior o letramento, maiores serão, entre outras coisas, a manipulação de textos escritos, a realização de leitura autônoma (sem intervenção ou apoio de outra pessoa), a interação com discursos menos contextualizados ou mais autorreferidos, a convivência com domínios de raciocínio abstrato, a produção de texto para registro, comunicação ou planejamento, enfim, maiores serão a capacidade e as oportunidades do sujeito de realizar tarefas que exijam monitoração, inferências diversas e ajustamento constante. Nesse sentido, o letramento mais do que alfabetização ou o domínio das regras de escrita é um estado ou condição de quem se envolve em numerosas e variadas práticas sociais de leitura e da escrita (BRITO, 2004, p. 134).

Pretendemos, portanto, através do projeto de ensino *Estudos de Língua Portuguesa*, aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos pelos alunos ao longo de sua trajetória escolar, auxiliando-os a compreender as características dos gêneros textuais acadêmicos, as especificidades da linguagem escrita empregada nesses textos, proporcionando-lhes o contato com textos que possam também ampliar o repertório de mecanismos coesivos e de modalidade de língua para a construção de textos coerentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o ensino básico possui lacunas em relação à prática efetiva de leitura e produção textual, muitos estudantes universitários encontram dificuldades para se adaptar à realidade dos cursos de terceiro grau. Habitados a realizar, no ensino básico, avaliações mecânicas que exigem memorização e transcrição de respostas prontas, muitos graduandos não conseguem realizar, por exemplo, as produções escritas solicitadas nos componentes curriculares da Universidade. A fim de contribuir para o enfrentamento dessas dificuldades, propusemos um projeto de ensino através do qual buscamos oportunizar aos participantes uma exposição a textos pertencentes aos gêneros textuais acadêmicos mais utilizados, bem como à reflexão acerca dos elementos linguísticos que aparecem em cada um. Um dos gêneros textuais trabalhados no projeto foi o *memorial*

reflexivo cuja análise foi exemplificada no presente capítulo. Além disso, procuramos promover um entendimento acerca de noções gramaticais que regem alguns usos linguísticos, especialmente através de atividades de reescrita dos textos.

Percebemos, especialmente através das atividades de reescrita das produções textuais, que os estudantes ampliaram seus conhecimentos linguísticos ao empregar os aprendizados sobre produção textual e estrutura gramatical da língua nas ações e atividades propostas no projeto de ensino. Nas produções escritas, os alunos demonstraram o emprego das estruturas linguísticas do gênero textual estudado, a presença de coesão e coerência, bem como o uso do registro escrito culto da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

BARRETO, E. B. S.; MITRULIS, E. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no País. **Estudos Avançados**, 15 (42), p. 103-140, 2001.

BRAMBILA, G. Experiências com a escrita na pós-graduação brasileira: uma proposta de diálogo com os letramentos acadêmicos. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 22, n. 3, p. 791-808, jul.-set. 2019.

BRITO, L. P. L. O ensino escolar da língua portuguesa como política linguística: ensino da escrita x ensino da norma. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana II**, 1(3), 119-140.

DILLI, C.; MORELO, B.; SCHLATTER, M. O ensino de leitura voltado a universitários indígenas: análise de uma unidade didática à luz dos Estudos de Letramento Acadêmico. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 22, n. 3, p. 666-688, jul.- set. 2019.

FERRAREZI Jr, C.; CARVALHO, R.S. de. **Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

FIAD, R. S. A escrita na universidade. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 357-369. 2ª parte 2011. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1116/1039>>, acesso em 20 maio 2021.

FIAD, R. S. Pesquisa e ensino de escrita: letramento acadêmico e etnografia. **Revista do GEL**, v. 14, n. 3, p. 86-99, 2017. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/1867>>. Acesso em 10 jun. 2021.

FISCHER, A. Os usos da língua na construção de sujeitos letrados: relações entre a esfera escolar e a acadêmica. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 215-224, 2010.

FISCHER, A., HOCHSPRUNG, V.. Prática de escrita na universidade: a perspectiva dos letramentos acadêmicos sobre produções de estudantes de Letras. **Miguilim - Revista**

Eletrônica do Netlli, v. 6, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/1393>>. Acesso em: 20 maio 2021.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 2004.

KOMESU, F.; ASSIS, J. A.; BAILLY, S. Letramentos acadêmicos, internet e mundialização no processo de internacionalização da pesquisa brasileira. **Revista do GEL**, v. 14, n. 3, p. 7-17, 2017.

KRAEMER, M. A. D.; LONGARETTI, R. B. Letramento acadêmico e formação do professor de língua materna: um estudo de caso em um curso de letras. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 22, n. 3, p. 639-665, jul.- set. 2019.

LEA, M. R.; STREET, B. V. Studentwriting in highereducation: anacademicliteracies approach. **Studies in HigherEducation**, v. 23, n. 2, p. 157-172, jun. 1998. <https://doi.org/10.1080/03075079812331380364>.

LÊDO, A. C. de O.; BEZERRA, B. G. Gêneros acadêmicos em um curso de letras a distância: o fórum de discussão e as dificuldades encontradas pelos estudantes. **Hipertextus Revista Digital**, Pernambuco, n. 9, dez. 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/13950164-Generos-academicos-em-um-curso-de-letras-a-distancia-o-forum-de-discussao-e-asdificuldades-encontradas-pelos-estudantes.html>> Acesso em: 04 ago. 2021.

NEVES, C. A. De B.; GALLI, F. C. S. ; NASSAU, G. Letramentos acadêmicos: epistemologias, práticas de escrita e experiências pedagógicas em interface no ensino superior. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 22, n. 3, p. 474-481, jul.- set. 2019.

PIETRI, E. **A constituição da escrita escolar em objeto de análise dos estudos linguísticos**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 46(2): 283-297, Jul./Dez. 2007. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/tla/a/Rb8CdCzW4y5CsbNL89gkY6t/?format=pdf&lang=pt>>, acesso em 04 ago. 2021.

STURM, L. O gênero mapa mental e o letramento do professor de línguas. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 22, n. 3, p. 689-709, jul.- set. 2019.

CAPÍTULO XIV

O COMPUTADOR NO ENSINO E APRENDIZAGEM DA MATÉRIA DE HISTÓRIA

Samuel Silva de Castro⁶⁵.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-14

RESUMO: O mundo está passando por mudanças importantes em todos os setores - político, social, econômico, educacional, etc. A escola, como espaço de construção e socialização do conhecimento, também passa por transformações. Instituições de ensino, particularmente as escolas, devem ser adequadas para o desempenho das funções que lhes cabem. Este trabalho pretende demonstrar que o uso do computador na educação deve ser baseado em um projeto que fomente o enriquecimento do ambiente de aprendizagem e o processo de construção do conhecimento. Não se pretende usar o computador para criar um novo assunto como Introdução à Ciência da Computação, ou ensinar conteúdo didático da História, o que se deseja é que o professor conheça os potenciais educacionais do computador e seja capaz de realizar bem as atividades tradicionais de ensino-aprendizagem e atividades que utilizam o computador como recurso ou ferramenta pedagógica. Em nosso país, a implantação da informática nas escolas públicas é pautada por uma política que busca mudanças pedagógicas na postura tradicional praticada até os dias de hoje. No ensino fundamental, especificamente na matéria de História da 8ª série, percebe-se uma certa demonstração de que os estudantes não valorizam o conhecimento histórico; eles não conseguem entender a relação entre o que é estudado na vida cotidiana. Em parte, essa situação ocorre porque os professores não tentam contextualizar o conteúdo didático com a vida real dos alunos. A matéria de História tem como um de seus princípios socializar o indivíduo, resgatar os valores perdidos com o tempo e preparar o homem para o futuro. Pretendem-se com este trabalho demonstrar que é possível utilizar os recursos das novas tecnologias de comunicação e informação, apoiados por um projeto pedagógico que permita aproveitar, no ensino da disciplina de História na 8ª série, os recursos computacionais, para motivar os alunos na aula e contribuir para melhorar o grau de similaridade desses alunos no ensino dos conteúdos didáticos da História. Este projeto deve ser criado, com o objetivo de que os alunos sejam participativos e ativos na construção de seus conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Tecnologias. Informação.

THE COMPUTER IN THE TEACHING AND LEARNING OF THE MATTER OF HISTORY

ABSTRACT: The world is undergoing important changes in all sectors - political, social, economic, educational, etc. The school, as a space for the construction and socialization of knowledge, also undergoes transformations. Educational institutions, particularly schools, must be suitable for the performance of the functions assigned to them. This

⁶⁵ Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Camilo Cienfuegos/Matanzas – CUBA (2001). E-mail: samuelkastro@hotmail.com

work intends to demonstrate that the use of computers in education should be based on a project that encourages the enrichment of the learning environment and the process of knowledge construction. It is not intended to use the computer to create a new subject such as Introduction to Computer Science, or to teach didactic content of History, what is wanted is that the teacher knows the educational potentials of the computer and is able to carry out traditional teaching activities well. -learning and activities that use the computer as a resource or pedagogical tool. In our country, the implementation of information technology in public schools is guided by a policy that seeks pedagogical changes in the traditional posture practiced until today. In elementary school, specifically in the 8th grade history subject, there is a certain demonstration that students do not value historical knowledge; they fail to understand the relationship between what is studied in everyday life. In part, this situation occurs because teachers do not try to contextualize the didactic content with the real life of the students. The subject of History has as one of its principles to socialize the individual, rescue values lost over time and prepare man for the future. The aim of this work is to demonstrate that it is possible to use the resources of new communication and information technologies, supported by a pedagogical project that makes it possible to take advantage, in the teaching of the discipline of History in the 8th grade, of computational resources, to motivate students in the classroom. and to contribute to improve the degree of similarity of these students in the teaching of didactic contents of History. This project must be created, with the objective that the students are participative and active in the construction of their knowledge.

KEYWORDS: Education. Technologies. Information.

INTRODUÇÃO

No novo mundo, a velocidade com que as informações são processadas, os recursos da informática constituem uma importante fonte de busca de conhecimento. As mudanças que ocorrem através da modernização da informatização são um fato real, não é mais utópico. A educação deve ter a característica de oferecer condições individuais de transformação social, deve ser colocada a serviço do processo de conquista da cidadania, do indivíduo, em uma nova era, caracterizada como a Era da Informação. "O ensino de 1º e 2º grau tem como objetivo geral proporcionar ao aluno a capacitação necessária para desenvolver seu potencial, como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparação para o exercício consciente da cidadania" (LDB, 1997, p. 10).

Existe uma forma de educação que é chamada de fundamental, aquela que faz a pessoa entender a estrutura da sociedade em que vive, o sentido das transformações que estão sendo processadas nele e, portanto, de mero protagonista inconsciente do processo social, torna-se um membro ativo da sociedade, no sentido que favorece sua transformação ou, ao contrário, se ele se opuser a ela porque ela será prejudicial para seus

interesses. A escola, como instituição responsável pela disseminação e construção do conhecimento e conseqüente transformação do indivíduo em cidadão, ainda não atinge os objetivos mais amplos. As transformações não podem ocorrer apenas fora da escola, ou seja, as escolas também precisam apropriar-se desses recursos, acompanhando o desenvolvimento do mundo.

Embora não seja um novo recurso na sociedade, nas escolas o computador representa uma novidade, uma vez que as grandes maiorias delas não possuem o computador para desenvolver qualquer tipo de trabalho com seus alunos em nenhum grau, portanto devem ser bem utilizados para que possa garantir uma melhoria no ensino. O que se propõe neste trabalho, é demonstrar que, através das "Novas Tecnologias de Informação e Comunicação", é possível utilizar o computador para que os alunos do Ensino Fundamental na 8ª série, na disciplina de História, tenham uma motivação, permitindo-lhes melhorar o seu grau de assimilação do conteúdo didático, obtendo assim, uma aprendizagem mais significativa.

Procura-se mostrar que, com a utilização do computador no ensino de História do 8º ano nas escolas, pode permitir uma maior motivação nos alunos. Para o estudo do assunto supracitado, de uma forma mais significativa, pois poderão buscar conhecimentos de múltiplas maneiras e, então, também construir seus próprios conhecimentos, de modo que não só escasseiem passivo, mas também sejam ativos no processo de ensino-aprendizagem de maneira significativa, pois trabalhar com os recursos computacionais na escola pode permitir uma maior compreensão e aquisição de conhecimento e também, diferentes maneiras de fazer com o desenvolvimento de formas de compreender o pensamento.

Para Almeida (2000, p. 12),

O computador possibilita representar e testar as ideias ou hipóteses, que levam à criação de um mundo abstrato e simbólico, ao mesmo tempo em que introduzem diferentes formas - atuação e interação entre as pessoas. Envolvidos na racionalidade técnico-operacional e lógico-formal, ampliam a compreensão dos aspectos socioafetivos e evidenciam fatores pedagógicos, psicológicos, sociológicos e epistemológicos.

A proposta da Informática Educativa é uma forma de aproximar a cultura escolar dos avanços que a sociedade vem usufruindo com o uso de redes técnicas de armazenamento, transformação, produção e transmissão de informações. É também uma tentativa intrínseca de oportunidade para professores e alunos terem contato com novas tecnologias. Enquanto isso, você tem que ter professores do curso de História qualificado, ou seja, preparados para utilizar os novos recursos tecnológicos, a fim de promover uma melhoria na qualidade do ensino-aprendizagem na temática da História, para que os alunos possam entender melhor a importância do estudo da História no atual contexto social do mundo e demonstrar a necessidade dos alunos assimilarem a importância dos recursos tecnológicos e, além disso, saberem como trabalhar no computador, ou seja, devem conhecer os recursos básicos da operacionalização do computador.

Os recursos computacionais podem levar os alunos a uma nova fase de aprendizagem do curso de história, onde, por meio da pesquisa, poderão aprimorar seus conhecimentos, sem depender de um recurso didático, ou seja, o livro didático.

Sabe-se que não se trata somente de informatizar os setores burocráticos da escola, mas de possibilitar uma nova maneira de aprender, pesquisar, buscar e selecionar informações, por meio de sua própria maneira de investigar; deve ser uma nova maneira de incentivá-los a buscar com prazer a construção de seus conhecimentos.

O uso das NTIC na atividade docente permite a implicação ativa e criadora dos alunos em sua aprendizagem. O papel dos alunos torna-se mais dinâmico no processo de ensino-aprendizagem a deixar de ser um receptor de informações para começar a procurar as mesmas informações que precisa (CASTRO, 1999, p. 563).

Vive-se em um país onde a maioria da população não tem as condições necessárias para sobreviver bem, se alimentar bem, com espaço próprio e muito menos, com uma educação que garanta, entre outras coisas, aprendizado significativo, que também pode possibilitar o acesso a NTCIs e utilizar esses recursos computacionais para favorecer as condições mínimas necessárias e favoráveis ao desenvolvimento de sua aprendizagem. Não permita que os alunos sejam analfabetos do século atual em relação aos ICNIs: em todos os lugares, os recursos tecnológicos presentes são percebidos, então as escolas não podem ficar distantes desse recurso.

ANTECEDENTES TEÓRICOS – PROBLEMA

Um grande problema hoje na educação é, sem dúvida, como tornar as escolas mais agradáveis para os alunos e seguir adiante para desempenhar o seu papel na sociedade, que é de ajudar na formação educacional política, social e moral das pessoas. A pesquisa percebeu que a maioria dos professores continua ensinando com métodos tradicionais, ou seja, os alunos recebem passivamente as informações, sem questionar se o professor é verdadeiro ou errado em suas explicações; não há contextualização dos fatos históricos com o cotidiano dos alunos. Você não trabalha com os alunos para desenvolver a criatividade, para olhar a sociedade com uma visão crítica da realidade. Há ênfase nos exercícios de repetição e memorização, visando formar hábitos intelectuais e disciplinar a mente. Essa é uma prática muito característica da Pedagogia Tradicional, onde o que realmente importa é o conteúdo da escola. Através da introdução de recursos computacionais na educação, eles podem provocar uma motivação nos estudantes por ser algo novo, o que pode oferecer uma melhoria, já que novas tecnologias de comunicação e informação tendem a inovar os métodos tradicionais que estão presentes no ensino, em geral.

Percebe-se que, principalmente no ensino de História, os alunos não estão entendendo, por que muitas vezes aprendem conteúdos que não contribuem para sua formação como pessoa e também não percebem o contexto em que vivem, com o que está sendo ensinado, então, eles param de valorizar o conhecimento histórico. Como resultado dessa desvalorização, eles não estão interessados no assunto de História, estudando por estudar. No entanto, se a introdução do NTIC, é apoiada por um projeto pedagógico, que valoriza o currículo e respeita a vontade e as idéias anteriores que, eles já têm em relação ao objeto de estudo em questão, estimulando a criatividade na construção do conhecimento por si mesmos, então pode-se conseguir que haja sucesso final na proposta de trabalho planejada. Portanto, o problema científico levantado é: Como utilizar recursos computacionais, para motivar a aprendizagem de alunos do 8º ano, na temática da História, com o objetivo de melhorar seu grau de assimilação?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Educação, Escola, Família e Sociedade diante da introdução de novas tecnologias da informação A educação é um processo cotidiano, ou seja, a cada dia o homem aprende algo novo. A educação é a ação ou ato de educar. O homem desde o nascimento até a morte está em processo de educação; como José Martí apontou: "A educação começa com a vida e termina com a morte" (Pedagógico Ideário, 1961); isto é, a educação continuada, é uma necessidade humana. A educação não parece a mesma em todas as partes do mundo. Em diferentes países, a educação é apresentada de diferentes maneiras. A filosofia da educação, na visão de Gadotti (1999, p. 17), "prova que a educação tem um papel importante no processo de humanização do homem". Grupos sociais são aqueles que criam e recriam a educação, de acordo com sua especificidade. A mente humana não é totalmente formada em crianças, no nascimento, mas tem muitas disposições para aprender.

Segundo Gadotti (1999, p. 251),

[...]a educação é um fenômeno cultural. Não só de conhecimento de experiência, usos, crenças, valores, etc. Transmitir ao indivíduo, mas também os métodos utilizados pela totalidade social para exercer sua função educativa, faz parte do background cultural da comunidade e depende de seu grau de desenvolvimento. Em outras palavras, a educação é a transmissão integrada da cultura em todos os aspectos, de acordo com os moldes e pelos meios que a própria cultura existente permite. O método pedagógico é uma função da cultura existente. Conhecimento é um conjunto de todos os dados da cultura que foram tomados socialmente conscientes e que a sociedade é capaz de expressar através da linguagem. Na sociedade analfabeta não há conhecimento graficamente preservado pela escrita e, ele continua a transmissão do conhecimento através da prática social, oralmente e, portanto, há educação.

A educação é a ação realizada pelas gerações adultas em gerações que não estão preparadas para a vida social; ela visa criar e desenvolver, ao nutrir, um certo número de estados físicos intelectuais e a moral, reivindicada pela sociedade política como um todo e pelos meios especiais para os quais a criação, em particular, é destinada "

A educação é um fenômeno social que, como parte das condições sócio-político-econômicas da sociedade de classes, influencia e, por sua vez, é influenciada pelas outras manifestações sociais. Devemos assumir o potencial da educação e, ao mesmo tempo, ser claros sobre os limites que ela pode realizar. De acordo com a visão pedagógica brasileira, a educação é entendida sob quatro aspectos: é um fato de ordem consciente, é um processo

exponencial, é concreto e contraditório, é consciente, porque é objetivo despertar a consciência de si e do mundo no aluno. Tem uma preocupação com a formação da autoconsciência social do indivíduo.

Trabalhar com projetos pedagógicos, onde são utilizados recursos computacionais, além de ser um elemento que propicia motivação para o aluno, permite a união entre alunos de diferentes ritmos de aprendizagem. O que se deseja é que todos os alunos alcancem no final do curso (ano letivo) para alcançar uma aprendizagem que seja significativa para eles, respeitando seus próprios ritmos de desenvolvimento individual. A maneira de conseguir isso é atribuir mais tarefas em paralelo a alunos rápidos e menos tarefas em paralelo para atrasar os alunos. Por exemplo, um estudante rápido pode estar participando de três projetos, dois de aprendizado individual e duas atividades de ensino assistido por computador (EAC)³, enquanto um estudante lento pode estar participando de um projeto, uma atividade individual e um projeto de EAC.

O computador é uma ferramenta nas mãos do estudante. Atualmente está sendo formado um consenso de que a tecnologia pode ser um fator importante para as mudanças tão necessárias nas escolas. É necessário que os professores aprendam a usar e conhecer a tecnologia disponível para eles, para controlar a velocidade desse processo. A tecnologia não é por si só a solução para essas mudanças, e pode até ser algo pior, pode acontecer de reforçar o modelo tradicional e massivo de ensino que é possuído; ela pode vir a esconder o tradicionalismo, por trás dessa aparente falsa modernidade.

Um fato determinante e preponderante da sociedade atual é, sem dúvida, o desenvolvimento proporcionado pelas novas tecnologias em vários setores. A maioria dos serviços públicos ou privados mais importantes é informatizada, a mídia usa os mais modernos sistemas informatizados de informação e transmissão de dados. Mercado (1999, p. 27) aponta: "A escola como agência de socialização, para a inserção das novas gerações nos valores do grupo social, tem o compromisso de estimular o aluno a desenvolver habilidades e competências, como: domínio da leitura, que implica compreensão da escrita, capacidade de comunicação, domínio de novas informações e tecnologias de produção, capacidade de trabalhar em grupo, competência para identificar e resolver problemas, leitura crítica de meios de comunicação de massa, capacidade de criticar mudanças. social". Em uma sociedade da informação, como a do Brasil é

caracterizada, ela precisa estar bem informada e preparada, ou seja, atualizada, informada sobre tudo o que acontece e também capaz de saber como se beneficiar das informações obtidas. "Há muitos estudiosos que afirmam que o conhecimento é o mais importante gerador de riqueza." (CASTRO, 1999, p. 508). Você não pode ver o mundo passar, olhando da janela, é necessário estar perto dos eventos, participando dessas transformações. Hoje, o homem busca a sua própria melhora a cada momento, não se contenta com o que sabe, está sempre querendo mais, muito mais.

HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Se existem marcadas diferenças sociais e culturais, que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, há também uma que é comum a todos, que um estudante de qualquer estado brasileiro, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da área rural, você deve ter o direito de aprender e este direito deve ser garantido pelo Estado (PCN, 1997, p. 34).

Os PCNS foram criados pelo Ministério da Educação e do Esporte, como forma de contribuir para a melhoria do ensino e da aprendizagem nas escolas do país. Eles também visam fornecer aos alunos condições para enfrentar as transformações do mundo, como cidadãos participativos no processo, não só olhando passivamente, mas de forma reflexiva e autônoma, conhecendo seus direitos e deveres na sociedade em que vivem, como uma pessoa responsável. "Os Parâmetros Curriculares Nacionais configuram uma proposta aberta e flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e programas de transformação da realidade educacional realizadas pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Eles não configuram, portanto, um modelo de currículo tributário homogêneo, que superou a competência dos estados e municípios, a diversidade política e cultural das múltiplas regiões do país ou a autonomia dos professores e das equipes pedagógicas" (PCN, 1997, p. 35).

TIPOS DE APRENDIZAGEM

O conceito de aprendizagem é mais complexo do que a simples ideia de aprendizagem e existem várias teorias que consideram o aprendizado de diferentes maneiras. Existem muitas definições sobre o que é aprendizado e também quando ocorre a aprendizagem.

Aprendizagem é a atividade que o aluno realiza em sua formação e ensino é a atividade que o professor direciona para orientar o aprendizado. Ambos interagem em um conteúdo de estudo. No processo do ensino aprendizagem, os componentes personológicos são percebidos: o professor e o aluno. Ao realizar um estudo mais detalhado, pode-se perceber que na relação destes, com o sujeito de estudo, se manifestam outros componentes ou categorias, denominados por muitos autores como categorias principais da didática: os objetivos contidos, métodos, meios, avaliação e forma de organização do processo.

A grande diferença entre aprendizagem significativa e aprendizagem memorável ou repetitiva, é principalmente no aspecto que a aprendizagem significativa deve provocar um estímulo nos alunos, para que eles sintam a necessidade de adquirir conhecimento, construindo eles mesmos, através da participação ativa em todos os níveis de formação desse conhecimento, que já é diferente na aprendizagem repetitiva. Quando os alunos fazem algo pelo seu interesse, eles ganham uma maior compreensão do que fazem. Muitos estudantes adquirem informações através de leituras, para isso, um grande esforço cognitivo é necessário, porque ele terá que estar muito atento ao que está fazendo e você também terá que usar sua memória e raciocínio. Sem dúvida, você também precisará ter uma boa dose de motivação.

Os aspectos cognitivos do comportamento humano não ocorrem independentemente de afetivos, sociais e motivacionais. Por exemplo, quando ao ler um livro escolhido por ele, há uma grande possibilidade de que ele obtenha uma aprendizagem muito mais importante ou significativa. O ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem deve ser a realidade do mundo vivido pelo aluno, tornando-o capaz de possuir instrumentos que o tornem capaz de uma melhor compreensão e domínio da realidade.

A compreensão é muito importante, mas isso não significa que a aprendizagem deva se basear apenas na compreensão; também que, do ponto de vista da prática educativa, é muito difícil conceber que a aprendizagem seja reduzida apenas à compreensão. Em primeiro lugar, porque aprender no sentido pretendido pela instituição escolar, não significa apenas a aquisição de conhecimento, mas também sua manutenção, automação e generalização para uma ampla gama de situações.

a) **Motivação para aprender**

No caso da aprendizagem na educação, para que o processo de ensino-aprendizagem seja bem sucedido, as atividades ou tarefas devem ser realizadas de tal forma que o aluno que pretende se beneficiar, seja imitado ou tenha motivação para aprender. A motivação escolar deve ser vista como um processo que envolve variáveis afetivas e cognitivas. A regulação indutiva do comportamento é chamada motivação, isto é, a motivação determina, regula a direção e o grau de ativação ou intensidade do comportamento.

Segundo González (1995, p. 2):

O conjunto concatenado de processos psíquicos que contêm o papel ativo e relativamente autônomo da personalidade, e sua constante transformação e determinação recíproca com a atividade externa, seus objetos e estímulos, são direcionados para satisfazer as necessidades do homem e, conseqüentemente, regular a direção e a intensidade da ativação do comportamento, manifestando-se como uma atividade motivada.

APRENDENDO NA HISTÓRIA

Qual é o significado da palavra história? O que é a história estudada como disciplina nas escolas? Existem várias definições de História; A história é uma palavra de origem grega que significa "pesquisa, informação". Tem sua origem no sexto século antes de Cristo (a.C.). Há alguns que definem a história simplesmente como o estudo do passado da humanidade; São os homens que fazem história e, portanto, têm uma importância fundamental na ação da história. A história estuda e organiza os fatos importantes, o cotidiano e a vida dos povos, da humanidade, fazendo uma narração ordenada. A investigação de eventos passados e presentes e das condições econômicas,

sociais e culturais responsáveis por eles, é feita de forma crítica. Os historiadores selecionam, classificam e relacionam os dados coletados pela arqueologia, por bibliotecas, arquivos, jornais privados e outros documentos, analisando sua importância, sua autenticidade e seu significado científico, para ampliar o conhecimento e compreender os vários aspectos do desempenho do homem ao longo do tempo.

Para os ocidentais, a história tem seu início na região do Mediterrâneo, na região do Oriente Médio. A história, assim como as outras formas de conhecimento da realidade, está sempre sendo construída. O conhecimento que ela produz nunca é perfeito. As condições da realidade são conhecidas, através do conhecimento histórico e outras formas de conhecimento também. Então, a história é concebida, como o estudo do passado e seus eventos, ou seja, as transformações que ocorreram ao longo do tempo. Através do estudo da história, você pode perceber as transformações do homem e da sociedade em que esse homem vive. Tem a história então, a função de explicar à Sociedade sua origem, sua transformação, etc. isto é, mudando constantemente, sempre haverá uma história em desenvolvimento.

Quando a história busca estudar o passado, ela também faz uma comparação do presente, relacionando eventos atuais a eventos ou atitudes anteriores; A essência da história é coletar as transformações do homem e da sociedade. Os historiadores ocidentais foram profundamente influenciados pelo materialismo histórico. O materialismo histórico mostra que o homem, para sobreviver na sociedade, precisa fazer uma transformação da natureza e do mundo em que está inserida. Eles fazem isso junto, isto é, na sociedade, eles estabelecem relacionamentos que não dependem apenas da vontade deles, mas do mundo que eles querem transformar e dos meios necessários que eles usarão para realizar essa transformação.

A formação de professores de História mudou significativamente nos últimos anos e eles ajudam na direção. As orientações curriculares do MEC e das secretarias estaduais, também colaboram para isso, pois apontam para a renovação e remoção, citadas acima. Os materiais didáticos e paradidáticos tiveram um notável salto de qualidade nos últimos tempos, facilitando o acesso à mídia e aos dispositivos eletrônicos (TV, vídeo, internet etc.). Existem condições reais para escolas e professores fazerem um bom trabalho. É muito importante ressaltar que os conteúdos didáticos escolhidos para o estudo pelos

estudantes devem ser conteúdos que possibilitem o desenvolvimento de habilidades motoras afetivas, relacionamento interpessoal e inserção social. Vive-se em uma sociedade em que a ciência ocupa um lugar fundamental no sistema produtivo e na vida em geral. É quase impossível entender o mundo moderno, sem entender o papel da ciência e da tecnologia.

O ensino do assunto História deve ser ensinado para desenvolver o espírito crítico dos alunos e pode ensinar a reconstrução das vozes do passado ou dos vários grupos, da maneira mais fácil possível e para colocar em um debate abertos as vozes; História, Geografia e Ciências Sociais usadas e às vezes, são apresentadas como temas cuja aprendizagem não era necessária para raciocinar, ou pensar, mas apenas para observar e lembrar o que alguém selecionou e relacionou, de acordo com sua própria teoria e de acordo com seu interesse.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO: O COMPUTADOR COMO RECURSO PARA O ENSINO DA HISTÓRIA

A computação está sendo gradualmente introduzida nos diferentes campos da educação. A computação e o uso de redes de comunicação serão uma parte regular no futuro próximo do treinamento em campos educacionais. O computador foi revelado como uma ferramenta de grande utilidade educacional.

Para Almeida (2000, p. 22):

Ao analisar as possibilidades de introdução de recursos computacionais nas práticas educativas, com o objetivo de transformar o processo de referência, nenhuma estrutura de ensino-ensino educacional pode ter sido previamente estruturada. É necessário delinear uma base conceitual que representa um movimento de integração entre diferentes teorias e que pode levar à compreensão do fenômeno educacional em sua singularidade e concretização.

A utilização de novas tecnologias de informação e comunicação implica mudanças importantes na formação, no papel dos professores e nas formas de aprendizagem dos alunos. Os recursos de computador são todos os elementos, ou seja, os componentes físicos e lógicos que compõem o computador. Este conjunto compõe: Hardware e Software. Hardware é entendido como a parte física- monitor, CPU, mouse,

impressora - e o software, e os aspectos lógicos são todos os programas existentes no computador ou no sistema operacional do computador. Segundo Mercado (1999, p. 16) "As novas tecnologias apresentam recursos importantes para ajudar o processo de transformação da escola a criar um ambiente de aprendizagem que destaca a construção do conhecimento e não a instrução que leva à compreensão da tecnologia como uma nova forma de representar o conhecimento, causando um redimensionamento dos conceitos já conhecidos e possibilitando a busca e compreensão de novas ideias e valores."

As novas tecnologias formam um conjunto de possibilidades contraditórias, porque podem ser usadas para melhorar a vida da humanidade, libertando o homem do trabalho repetitivo e explorador, deixando mais tempo para atividades recreativas e de crescimento intelectual. Ao mesmo tempo, eles só podem ser usados para obter mais lucro, independentemente de os homens continuarem a ser explorados ou não. A tecnologia deve ser entendida como um conteúdo e também como um recurso didático a ser utilizado, levando em consideração qual a educação que se pretende oferecer aos alunos.

A proposta do Ministério da Educação, é que 25% das escolas estaduais receberiam um número de computadores para criar seus Laboratórios de Computação Pedagógica. O Ministério da Educação, no papel político-estratégico de coordenar a Política Nacional de Educação, criou ou reformou os mecanismos de apoio ao sistema público de educação, para o qual planejou, entre outras, as seguintes diretrizes fortalecendo a ação pedagógica do professor em sala de aula e a gestão da Escola; maior envolvimento da sociedade na busca de soluções educacionais e modernização com inovações tecnológicas introduzidas no processo de aprendizagem de ensino. Alguns de seus principais objetivos são:

- Subordinar a introdução da ciência da computação às escolas aos objetivos educacionais estabelecidos pelos setores competentes.
- Incentivar a interligação de computadores nas escolas públicas, para permitir a formação de uma ampla rede de comunicações ligadas à educação.

Fomentar as mudanças na cultura no sistema de educação pública de 1 e 2 graus, para transformar-se para preparar cidadãos capazes de interagir em uma sociedade, cada vez mais tecnicamente desenvolvido.

Um grande problema das escolas do estado de Roraima, é que os professores, em sua maioria, não possuem computadores, não sabem nada sobre o computador. O conhecimento dos professores em informática é quase nenhum, é necessário que se qualifiquem para que possam manusear bem o equipamento. Atualmente, o estado de Roraima possui um bom número de escolas.

A proposta de atuação no Núcleo de Tecnologia Educacional tem dentre outros aspectos os seguintes:

1. Sensibilizar a equipe de professores do Núcleo de Tecnologia Educacional, os diretores, professores e toda a equipe pedagógica das escolas, sobre a importância das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação na sua prática pedagógica, porque pode se tornar um elemento motivador do processo de ensino-aprendizagem. Se os professores valorizam a importância das novas tecnologias de comunicação e informação nas escolas, a prática pode vir a ocorrer mais rápida e dinamicamente. Os professores precisam ter consciência do significado que possui para eles a interação das NTIC com as escolas para.

2. Apoiar o processo de planejamento tecnológico das escolas para aderir ao projeto estadual de tecnologia da informação em educação, para que estas estejam dentro das recomendações do Ministério da Educação e do Proinfo.

3. Capacitar professores sobre os recursos operacionais básicos do computador, dentro de uma visão pedagógica. A preparação do professor não pode ser uma simples oportunidade de passar informações, mas deve oferecer condições para que o professor construa conhecimentos sobre técnicas computacionais e entenda por que e como o computador deve ser integrado à sua prática pedagógica, para que percebam que não se trata de repassar o conhecimento, mas sim, para que os professores percebam como podem melhorar sua prática pedagógica em sala de aula, a fim de melhorar a aprendizagem dos alunos;

4. Basear teoricamente o uso do computador, através de projetos pedagógicos.

5. Simular a criação e aplicação de projetos pedagógicos com professores em formação.

6. Acompanhar a aplicação do trabalho (projetos pedagógicos) dos alunos em suas próprias escolas, a fim de observar como ocorreu a aplicação dos conhecimentos de informática, no processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos didáticos, observando se o processo de ensino aprendizagem através ou com a ajuda do computador, e a apropriação pelo aluno deste princípio como um recurso conscientemente empregado que permitiu uma qualidade do processo em desenvolvimento.

Desta forma pretende-se que o conhecimento cognitivo seja uma coisa perseguida pelos alunos, orientados pelos professores, que sejam mediadores nesse processo. Para Vigotsky, esse conhecimento ocorre a partir da ação do sujeito sobre a realidade (sendo o sujeito considerado ativo). Este assunto não é apenas ativo, mas também interativo, porque constrói conhecimento, baseado em relações intra e interpessoais. Vigotsky afirma que é no intercâmbio com outros sujeitos e consigo mesmo que o conhecimento, os papéis e as funções sociais se internacionalizam, o que permite a construção do conhecimento e da própria consciência.

Segundo Vigotsky (1985, p. 50):

A formação do conceito é o resultado de uma atividade complexa, na qual todas as facções intelectuais participam. No entanto, o processo pode ser reduzido à atenção à associação, à formação da imagem. Para a inferência, ou para as direções determinadas. Todos são indispensáveis, mas insaciáveis sem a associação do signo, obstruem como um meio pelo qual as operações mentais são conduzidas, o curso e a canalização são controlados na direção das soluções do problema que enfrentamos.

Em essência, os computadores têm grandes possibilidades de otimização do processo de ensino, mas é preciso lembrar que o sucesso é determinado pela qualidade do trabalho. Portanto, o papel do professor é muito importante no processo de ensino, uma vez que ele é o mediador do processo. O aluno passa da posição de mero receptor, para ser ativo. O computador não colocará o conhecimento na mente do aluno, não será uma máquina de ensino, será apenas um instrumento para facilitar o processo. O computador, então, funcionaria como um estímulo, um elemento motivador.

Piaget acredita que quando há um estímulo, uma resposta também ocorre automaticamente, o que contribuirá muito para o desenvolvimento cognitivo do aluno. Talizina nessa nomeação aponta que as leis do processo de assimilação devem ser atendidas, para isso é imprescindível levar em conta as etapas do processo. O processo de assimilação, que determinou um dos seguidores da escola de Vigotsky, o pesquisador Galperin, determinou cinco etapas na formação do conhecimento (1999, p. 196-204):

- Primeira Etapa: Motivação ou Motivador.
- Segunda Etapa: Base de Ação Orientadora (BOA)
- Terceira Etapa: Das Ações Materializadas
- Quarta Etapa: Externa Verbal
- Quinta Etapa: Verbal Interno

Os cinco estágios, é claro, são importantes, pois é um processo contínuo que, começando a motivar os alunos, continua a explicar o professor (BOA); utiliza posteriormente os recursos necessários para objetivar o objeto de estudo, através de livros, cartões, gráficos, planilhas, computadores (com bons programas, conforme indicado), laboratórios, etc.

Na proposta do Ministério da Educação, 25% das escolas estaduais receberiam quantidade de computadores para a criação de seus Laboratórios Pedagógicos de Informática. O Ministério da Educação, no papel político-estratégico de coordenar a Política Nacional de Educação, criou ou reformulou os mecanismos de apoio ao sistema público de ensino, para o qual planejou, entre outras, as seguintes diretrizes: fortalecimento da ação pedagógico do professor em sala de aula e da gestão da escola; maior envolvimento da sociedade na busca de soluções educativas e modernização com inovações adolescentes introduzidas no processo de ensino-aprendizagem.

Alguns de seus principais objetivos são:

- Subordinar a introdução da tecnologia da informação nas escolas aos objetivos educacionais estabelecidos pelos setores competentes.
- Estimular a interligação de computadores em escolas públicas, para permitir a formação de uma extensa rede de comunicações ligadas à educação.

- Incentivar a mudança de cultura no sistema de ensino público de 1ª e 2ª séries, a fim de torná-lo adequado para preparar cidadãos capazes de interações, em uma sociedade cada vez mais desenvolvida tecnologicamente.

Para atender a essa necessidade, serão criados os Núcleos de Tecnologia Educacional que terão funções definidas para a formação de professores para atuar nas escolas. Os Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE são estruturas descentralizadas de apoio permanente ao processo de introdução de tecnologia e Telemática em escolas públicas. No NTES, professores de 1º e 2º grau e técnicos de apoio estarão preparados para atuar na área de informática educacional nas escolas. Em média, cada NTE deve atender até 50 escolas, dependendo de condições específicas, como número de alunos, dispersão geográfica das escolas, estrutura de telecomunicações e facilidade de acesso

PROJETO COM A AJUDA DO COMPUTADOR

Uma metodologia adotada é trabalhar com Projetos Pedagógicos, que é envolver o professor, os alunos e os novos disponíveis para criar um ambiente de aprendizagem satisfatório, permitindo que professores e alunos tenham autonomia para desenvolver o processo de aprendizagem de forma cooperativa, com mudanças recíprocas, solidariedade e liberdade responsável, na construção do conhecimento. Esta ideia baseia-se em ideias piagetianas sobre desenvolvimento e aprendizagem. Trabalhar com Projetos oferecem a possibilidade de trabalhar em grupo, tomar decisões em grupo, trabalhando e resolvendo problemas relacionados a situações reais, contexto de vida. É também uma forma de desenvolver a capacidade de aprender pelo aprendizado, para que todos possam reconstruir o conhecimento, integrando conteúdos e habilidades, de acordo com seu universo de conceitos, estratégias, crenças e valores.

Trabalhar com Projetos permite que o conhecimento diário do aluno seja valorizado; no assunto da História, por exemplo, fazer a conexão de eventos passados, com os acontecimentos do momento vividos pelo aluno; fazendo com que ele consiga perceber e se relacionar se o que ele está aprendendo é verdadeiro ou falso.

O professor que trabalha com Projetos de Aprendizagem respeita os diferentes estilos e ritmos do trabalho dos alunos, desde a fase de planejamento, até a seleção do

tema e o respectivo problema com a equipe, para levar em sua pesquisa. O significado da palavra "projeto" tem uma conotação que vem da linguagem latina, projeto, que pode ser entendido como "avançar". Ao trabalhar com um projeto, busca analisar as possibilidades que o presente demonstra para o horizonte. O professor procura fazer com que a sua apresentação seja vivida e reinterpretada pelo aluno, como uma nova oportunidade para mais conhecimento para ele. Essa é, sem dúvida, uma das possibilidades do sujeito da História, permitindo a comparação do que está sendo vivido, com o que você já viveu.

Os projetos podem ser montados de acordo com formas infinitas e diferentes, devem obedecer às condições indicadas, sendo, ao mesmo tempo, bem planejados e sérios (pois neles se valorizam o papel do aluno e o papel do professor) e muito refletidas (para que não se tornem desagradáveis procedimentos repetidos até a exaustão). É importante notar que, em um projeto, cada estágio deve ser estruturado para o que será proposto na próxima etapa; ou seja, o passo anterior deve oferecer um caminho - uma base de conhecimento e habilidades adquiridas para a próxima etapa. Só será possível avaliar o aprendizado desenvolvido, com base nas informações estruturadas oferecidas aos alunos. Fazer um projeto é lançar ideias para frente, é prever as etapas do trabalho, é definir onde você quer chegar - assim, durante o trabalho prático, que sabe agir, que decisões tomar, qual o próximo passo a ser dado na direção do objetivo desejado. É importante, então você tem que trabalhar projetos pedagógicos que permitam a interação entre alunos, professores e recursos de informática; isto é, há mediação, porque as novas tecnologias permitem o estabelecimento de novas relações para a construção de conhecimento e novas formas de atividade mental.

Trabalhar com o computador permite, então, a produção e a interação do conhecimento no tempo e no espaço. Existem diferentes maneiras de as pessoas se comunicarem, em lugares ou pontos distantes do mundo. Será possível que em uma aula, o professor explique sobre a cultura e o modo de vida de um povo em uma determinada comunidade no continente africano e, em seguida, peça aos alunos que pesquisem na Internet, sites que possam enriquecer o que já foi levantado em classe e trazer a novidade descoberto para fazer um debate, destacando as coisas que não foram notadas antes. Essa forma de ação permitirá que ocorra aprendizado que seja significativo para eles, pois parte do conhecimento histórico adquirido foi através de sua própria atuação no processo de

pesquisa. As situações virtuais são possíveis graças aos recursos do computador. O trabalho do educador brasileiro Paulo Freire defende a teoria do conhecimento aplicada à educação, apoiada em uma concepção dialética em que o educador e o aprendiz aprendem juntos em um relacionamento dinâmico, no qual a prática orientada para a teoria redireciona essa teoria, num processo de melhoria constante.

A aprendizagem, por meio de projetos pedagógicos, ocorre exatamente porque há uma interação e articulação de diferentes áreas do conhecimento, conexões que se estabelecem quando os alunos se aproveitam de seus conhecimentos rotineiros, ou seja, o que aprenderam com classe extra; sua falta de interesse e aprendizado é mobilizada na construção do conhecimento científico.

Estruturar o processo de ensino-aprendizagem, orientando a turma para a busca ativa do conhecimento pelo aluno, é uma condição que favorece o caráter intenso, na relação sujeito objeto de aprendizagem, estimulando o interesse e a motivação. Nessa concepção, o conhecimento não é apresentado como produto acabado, pronto para ser assimilado, mas "construído" e "reconstruído", analisado em sua evolução. Constata-se frequentemente que, no processo de ensino, normalmente está ausente elementos essenciais da atividade científica, como a fronteira e a precisão dos problemas, são muitas vezes ausentes, para a formulação de módulos e hipóteses de solução, a concepção de experiências, a análise das perspectivas abertas do estudo realizado, etc. A aspiração dos alunos assimilarem elementos da experiência de pesquisa constitui uma orientação progressista no ensino de ciências, há várias décadas; No entanto, existem vários fatores que marcam o interesse renovado nesse sentido.

MÉTODO ESTATÍSTICO

O método estatístico fundamental utilizado foi o descritivo, ao interpretar os dados estatísticos, através das porcentagens e análise dos resultados dos instrumentos aplicados.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

Unidade de estudo: O universo de estudo foi as 4 escolas de Ensino Fundamental do Estado de Roraima, localizadas em Boa Vista, que possuem Laboratórios de Informática e também já possuem alguma experiência em projetos de trabalho com a ajuda de recursos computacionais, como elemento motivador para os alunos. 2. População e Amostra: Escolas de Educação Fundamental do 8º ano.

2.1-População:

Escolas	Professores	Alunos	Diretores	Vice-diretor	Supervisor
Ana Libória	2	180	1	1	1
Lobo DÁlmada	2	137	1	1	1
Monteiro Lobato	2	150	1	1	1
Maria dos Prazeres	2	156	1	1	1
Total	8	623	4	4	4

2.2 Amostra: Para a amostra, 100% dos Professores, Diretores, Vice e Superiores foram sorteados, e 21, 6% da população foi selecionada a partir da matrícula dos alunos, correspondendo a 135 alunos das 8 séries do ensino fundamental.

Escolas	Professores	Alunos	Diretores	Vice-diretor	Supervisor
Ana Libória	2	40	1	1	1
Lobo DÁlmada	2	30	1	1	1
Monteiro Lobato	2	45	1	1	1
Maria dos Prazeres	2	20	1	1	1
Total	8	135	4	4	4

RESULTADOS E DISCUSSÕES - ANÁLISE DOS RESULTADOS

A introdução da informática nas escolas do estado de Roraima pode causar mudanças profundas e significativas na educação. Embora seja um projeto relativamente novo (Proinfo), uma vez que este programa tem apenas 4 anos de implantação no estado, já existem algumas modificações na forma de ensinar, nas escolas que já possuem um laboratório de informática; A oportunidade de usar as NTIC como um recurso que permite que os alunos se sintam motivados e coloquem a escola conectada ao mundo através da Internet é, sem dúvida, algo que também coloca um certo grau de realização nos alunos. Usar um recurso que, além disso, é muito caro e, claro, com recursos financeiros próprios tão cedo, eles não terão a possibilidade de criar um.

Inquéritos dos alunos das escolas públicas do Estado:

As questões analisadas a seguir demonstram que, apesar de ser uma novidade para a grande maioria das escolas do estado de Roraima, a introdução do computador, como ferramenta de apoio ao professor e um recurso motivador para os alunos do espaço de ensino-aprendizagem, já provoca mudanças na estrutura organizacional da educação: também provoca mudanças no pensamento dos professores, que compensam a necessidade de modificar seu modo de ensinar, bem como É uma inovação que certamente deve quebrar paradigmas na educação. Os alunos não se desentendem mais no comodismo daquele professor que só fala sem parar como se fosse a chuva da verdade, onde os alunos não são estimulados a realizar pesquisas sobre o proposto e trabalhados em sala de aula.

Através da Internet, é possível aos estudantes obter mais informações, possibilitando ampliar seu horizonte de conhecimento.

PERGUNTA: VOCÊ CONSIDERA QUE VOCÊ PRECISA ESTUDAR O TEMA HISTÓRIA?

Em resposta a esta questão, a grande maioria, um total de 90% dos alunos acredita que é muito importante estudar o assunto História, para que eles possam ter uma melhor compreensão do mundo. Uma pequena parte respondeu que apenas a História do nosso país é importante, não importando muito os eventos mundiais. Apenas 2% acham que a história não contribui para o conhecimento de sua vida.

PERGUNTA: SEU PROFESSOR QUANDO MINISTER AS CLASSES VOCÊ ESTÁ PROCURANDO FAZER QUALQUER RELACIONAMENTO DOS CONTEÚDOS COM OS FATOS ATUAIS?

Nesta matéria, a grande maioria dos alunos, 79% entendem que o professor faz a relação do passado com o presente, ou seja, o professor procura contextualizar eventos passados com eventos presentes. Há alguns alunos que não percebem essa relação, outros acham que essa relação só ocorre, quando o professor canta para ser o conteúdo realmente

importante que falta, a comparação dos eventos do silo é feita, quando a sua valorização pessoal acredita que é necessário, na opinião dos estudantes, não é valorizado.

PERGUNTA: SEU PROFESSOR PROCURA DIFERENTES MANEIRAS DE ENSINAR OS CONTEÚDOS DIDÁTICOS?

Nesta questão, onde 51% mostram que o professor realiza diferentes atividades, esta pesquisa indica que muitos alunos, cerca de 46%, no somatório de duas questões, não percebem essa diferença, talvez por não gostarem das atividades que são desenvolvidas ou então, porque essas atividades não motivam todos os alunos, então uma porcentagem considerável não é satisfeita.

PERGUNTA: O QUE MAIS MOTIVA VOCÊ A IR PARA A ESCOLA?

Esta questão mostra que os estudantes estão conscientes de que precisam ser educados nas questões básicas da vida em sociedade. A grande maioria, cerca de 65%, entende a importância da escola na sua formação política e social. Uma segunda parte, 25% dos alunos, pelo menos, está curiosa sobre coisas novas que eles conhecem e poucos não mostram um interesse significativo em vir para a escola.

PERGUNTA: VOCÊ ACREDITA SER IMPORTANTE COLOCAR COMPUTADORES NAS ESCOLAS?

Em geral, os alunos aceitam tudo o que é apresentado como novo na escola, a princípio não importa com que finalidade, querem novidade, algo que agrada a eles. Uma pequena parte não percebeu os benefícios que podem ocorrer com a introdução do computador para eles.

PERGUNTA: VOCÊ JÁ UTILIZOU O COMPUTADOR PARA REALIZAR QUALQUER TIPO DE ATIVIDADE?

A maioria dos alunos, cerca de 81% já usaram o computador para fazer algum tipo de trabalho, isso prova que eles já tiveram a oportunidade de um primeiro contato; Além disso, 10% não possuíam nenhum tipo de contato, o que não é preocupante, pois provavelmente terão a oportunidade de usá-lo, pois pode ser que esses alunos, são provenientes de outras escolas que não tinham computadores, também possam ser o motivo, tenha uma motivação maior com a possibilidade de trabalhar agora na sua escola atual, com mais um elemento para o auxílio de aprendizagem.

PERGUNTA: VOCÊ PODE MELHORAR A APRENDIZAGEM?

Independentemente do que eles já estão fazendo, 84% acreditam que o computador pode ser um recurso motivador. Isso mostra que eles estão na expectativa de que vão usar o computador de alguma forma na aula e como eles mesmos olham para o computador como um elemento motivador, os professores não serão capazes de parar de propor atividades de trabalho com eles, deixando de lado o computador. Assim, aqueles que não têm opinião formada estão em expectativa; para que olhem com bons olhos e possam desenvolver projetos com a ajuda do computador, é necessário que o professor os estimulem para isso, não só com palavras, mas com atividades onde percebam a importância e funcionalidade do recurso em questão.

PERGUNTA: VOCÊ SENTE MAIS MOTIVADO PARA VIR PARA A ESCOLA DEPOIS DE VOCÊ COMEÇAR A TRABALHAR NO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA?

O resultado desta questão implica uma séria reflexão. Embora o trabalho feito pelos professores no Laboratório de Informática utilizando o computador seja pequeno, mas eles já estão sendo produzidos, mas o que se percebe é que 45% dos alunos não assimilaram mudanças significativas até hoje; Considerando que é um processo lento, isso não é para se preocupar, porque a questão anterior mostrou que a grande maioria estão motivados com o computador; É importante comparar que aqueles que obtiveram mudanças, cerca de 27% e os que não perceberam a mudança, cerca de 45%, apenas 18%

separam essas duas realidades. Acredita-se que eles perceberam que essa realidade vai mudar mais tarde.

PERGUNTA: COM A INTERNET, VOCÊ ACREDITA SER MAIS FÁCIL DE OBTER INFORMAÇÕES DIVERSAS?

A Internet realmente abre a possibilidade de novas descobertas. Essa resposta prova que a grande maioria dos estudantes pretende usar a Internet para fazer seu trabalho; Também mostra que eles sabem que nem toda informação é boa, então os professores devem ter critérios na pesquisa; A preocupação que alguns mostraram, devido ao fato de que nem todos possuem computadores para fazer a pesquisa de trabalho é considerável, mas não pode ser decidido que todos poderão trabalhar usando o laboratório da escola no desenvolvimento de seu trabalho.

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados da pesquisa realizada no desenvolvimento da Tese, as seguintes conclusões podem ser consideradas:

- Com base no que foi demonstrado na Tese, verifica-se o cumprimento da Hipótese levantada no Projeto Teórico e que responde ao Problema Científico assim como ao Objetivo Geral.

- É demonstrado que a informática é um recurso a se utilizar pelos professores da disciplina de História, como motivação para desenvolver os conteúdos programados.

- É essencial desenvolver projetos pedagógicos utilizando o computador, para motivar os alunos no ensino da disciplina de história, a fim de melhorar a sua aprendizagem;

- Foi possível verificar o cumprimento das hipóteses, o problema científico, os objetivos com os resultados apresentados na Tese e as recomendações correspondentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth. **Proinfo: Informática e Formação de Professores.** Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000. Vol. I

BRASIL. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1998

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as diretrizes e bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2011.

CASTRO, Sánchez Fernando (Compilador). **Educación y Desarrollo – Tomo II. Selección de Lecturas.** 1999. Universidad de Matanzas. Cuba.

GADOTTI, Moacir. **História Das Idéias Pedagógicas.** Ed. Ática, São Paulo – SP. 8ª edição. 1999

GONZÁLEZ, Serra Diego Jorge. **Teoría de la motivación y práctica profesional. Editorial Pueblo y Educación.** Ciudad de la Habana, 1995

MERCADO, Luiz Paulo Leopoldo. **Formação Continuada de Professores e Novas Tecnologias.** Maceió: EDUFL, 1999. p. 11 a 153.

PIAGET. **A equilibração das estruturas cognitivas.** Rio de Janeiro, Zahar, 1976 [Original de 1974].

VIGOTSKY, L. **A formação social da mente.** São Paulo. Martins Fontes, 1987.

VIGOTSKY, L.S. (1987). **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores.** La Habana: Editorial Científico-Técnica

CAPÍTULO XV

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO SOBRE OS APORTES TEÓRICOS METODOLÓGICOS EM AVALIAÇÃO E SEUS RESULTADOS NA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL DOS EDUCADORES DO 3º SEGMENTO DA EJA

Raimunda Oliveira Rodrigues⁶⁶.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-15

RESUMO: Esta pesquisa investigou a Formação Continuada dos Educadores da EJA, a partir de um estudo sobre os aportes teóricos metodológicos em avaliação e seus resultados na aprendizagem profissional dos educadores do 3º Segmento da EJA. Considerando, que o Brasil é um país que possui um número significativo de pessoas que não tiveram a oportunidade ou a possibilidade de continuar os seus estudos na idade, considerada, apropriada, e que buscam, por meio de processos formais de educação, ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e para que essa demanda seja atendida com qualidade, torna-se necessário, dentre outras questões, investir em processos formativos para os seus educadores. Sendo este, o principal motivo para a realização desta pesquisa, que congrega o seguinte problema: Como os aportes teóricos metodológicos em avaliação, desenvolvidos no Módulo III, resignificaram as aprendizagens profissionais dos educadores do 3º Segmento da EJA, sobre as práticas avaliativas na Escola Estadual Professora Maria das Dores Brasil? O objetivo geral buscou analisar as aprendizagens profissionais dos educadores do 3º segmento da EJA, com ênfase nas práticas avaliativas, resultantes dos aportes teóricos metodológicos desenvolvidos no Módulo III, do curso de capacitação “Repensando a EJA em Roraima a partir dos Fundamentos Teóricos, Metodológicos e Avaliativos no Processo de Ensino e de Aprendizagem”. O Marco Teórico encontra-se estruturado a partir da discussão dos pressupostos legais e teóricos que norteiam as políticas públicas para a EJA, abordando essa organização dentro da historicidade nacional, tendo como suporte a legislação que norteia e rege a modalidade e os desafios e possibilidades referentes aos processos de formação inicial e continuada dos seus educadores. Para este estudo, optou-se pela utilização dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, aliada aos Métodos: Hermenêutico, Analítico Descritivo, Dialético e de Análise de Conteúdo e as Técnicas de Análise de Documentos, Entrevistas e Questionário Híbrido. A população alvo foi composta pelo professor ministrante da disciplina de avaliação, professores participantes da capacitação e o coordenador pedagógico da escola in locus da pesquisa, situada em Boa Vista, Roraima, Brasil. Os resultados indicam que a capacitação trouxe saldo satisfatório para o coletivo. O trabalho posterior, desenvolvido no contexto da escola, a partir das discussões nos encontros pedagógicos pode ter motivado as reflexões e mudanças que ocorreram na prática avaliativa dos educadores.

⁶⁶ Doutora em Ciências de la Educación, pela Universidad Evangélica del Paraguay (2021). Mestrado em Educación: Planificación, Innovación e Gestión Educacional, pela Universidade Alcalá de Henares (2011)E-mail: rai_rr@live.com

PALAVRAS-CHAVE: Formação Continuada. Educadores. Aportes teóricos metodológicos. Avaliação. EJA.

**THE CONTINUOUS TRAINING OF YOUTH AND ADULT EDUCATION
EDUCATORS: A STUDY ON THE THEORETICAL METHODOLOGICAL
CONTRIBUTIONS IN EVALUATION AND THEIR RESULTS IN THE
PROFESSIONAL LEARNING OF EDUCATORS OF THE 3rd SEGMENT OF
EJA**

ABSTRACT: This research investigated the Continuing Education of the EJA Educators, based on a study about the theoretical methodological contributions in evaluation and their results in the professional learning of the 3rd EJA Segment Educators. Considering that Brazil is a country that has a significant number of people who did not have the opportunity or possibility to continue their studies at a considered age, and who seek, by means of formal education processes, to expand possibilities for insertion into the job market and for this demand to be attended with quality, it is necessary, among other issues, to invest in training processes for its educators. Being this the main reason for this research, brings together the following problem: how did the theoretical methodological contributions under evaluation, developed in Module III, reframe the professional apprenticeships of the educators of the 3rd Segment of the EJA, on the evaluation practices at the State School Professor Maria das Dores Brasil? The main objective was to analyze the professional apprenticeships of the 3rd EJA segment educators, with emphasis on the evaluative practices, resulting from the theoretical methodological contributions developed in Module III, of the training course "Rethinking the EJA in Roraima from the Theoretical, Methodological and Evaluators in the Teaching and Learning Process. The Theoretical Framework is structured from the discussion of the legal and theoretical assumptions that guide the public policies for the EJA, approaching this organization within the national historicity, having as support the legislation that guides and governs the modality and the challenges and possibilities regarding to the initial and continuing training of their educators. For this study, we chose to use the theoretical-methodological assumptions of the qualitative research, allied to the Hermeneutic, Descriptive Analytical, Dialectic and Content Analysis Methods and the Analysis Techniques of Documents, Interviews and Hybrid Questionnaire. The target population was composed by the teacher of the evaluation discipline, teachers participating in the training and the pedagogical coordinator of the research locus school, located in Boa Vista, Roraima, Brazil. The results indicate that the training brought a satisfactory balance for the collective. Later work, developed in the contexto of the school, from the discussions in the pedagogical meetings may have motivated the reflections and changes that occurred in the evaluative practice of educators.

KEYWORDS: Continuing Education. Educators. Theoretical methodological contributions. Evaluation. EJA.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que apresenta um número bastante significativo de analfabetos. A quantidade de pessoas, acima de 15 anos de idade, que ainda não teve acesso ou continuidade ao processo de escolarização, é bastante elevado, em torno de 13 milhões de pessoas. Na atual conjuntura, a grande maioria da população, anseia por melhores condições de vida e de trabalho, acreditando que é por meio de processos formais de educação, que poderão modificar sua situação de vida e de trabalho.

Desse modo, é necessário compreender, que a Política Nacional de EJA, tem o desafio de resgatar o compromisso histórico da sociedade brasileira, contribuindo para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social. Ao ser reconhecida como modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394 de 1996, a EJA ganhou força, se concretizando como uma importante e necessária política de Estado, que tem a finalidade de proporcionar escolaridade para a população brasileira, principalmente para aquelas pessoas que não tiveram oportunidade de escolarização na idade, considerada apropriada, nos marcos legais.

Ao analisar a realidade atual, é possível observar, que apesar dos esforços empreendidos, não se tem alcançado o objetivo pretendido, que consiste, basicamente, em promover uma educação de qualidade para a população que dela necessita. Assim, surgiu a necessidade de conhecer as estratégias utilizadas na formação continuada dos professores, que atuam nessa modalidade de ensino e suas possibilidades, como forma de promover transformações que visem melhorias nos processos formais de educação.

Compreende-se, ser necessário investir na formação continuada desses educadores, devendo ser assegurada a participação dos envolvidos com a EJA, pelos órgãos de gestão da educação e da escola. Sendo, também, imprescindível pensar sobre a qualidade desses cursos e como o professor ressignifica a sua prática, a partir das propostas de formação continuada desenvolvidas.

Como objetivo geral buscou-se analisar as aprendizagens profissionais dos educadores do 3º segmento da EJA, com ênfase nas práticas avaliativas, resultantes dos aportes teóricos metodológicos desenvolvidos no Módulo III do Curso de capacitação “Repensando a EJA em Roraima a partir dos Fundamentos Teóricos, Metodológicos e Avaliativos no Processo de Ensino e de Aprendizagem”.

Para tanto, foi necessário conhecer o perfil dos profissionais que atuam na EJA, na escola lócus da pesquisa, visando à obtenção de conhecimentos sobre aspectos teóricos práticos, inerentes ao desenvolvimento do processo de Formação Continuada.

REVISÃO DE LITERATURA

CONTEXTO MUNDIAL: OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS EM PROL DAS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM

A Educação de Jovens e Adultos passa por reivindicações e desafios, postos pelo mundo contemporâneo, que necessitam de visibilidade e ações urgentes, para a sua efetivação por parte do poder público. São vários compromissos assumidos entre diversos países quando da realização dos fóruns internacionais, objetivando a construção de políticas públicas, mais efetivas e locais, de acordo com as demandas e singularidades dos países participantes.

A educação a partir do conceito de aprendizagem ao longo da vida é um aspecto que vem sendo discutido pela UNESCO, nesses encontros internacionais, como forma de fazer com que, cada país se responsabilize pela educação formal de sua população. Muito mais que discussão, esse conceito abarca a Recomendação sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos, que “denota uma proposta geral destinada a reestruturar o sistema de educação já existente e desenvolver todo o potencial educacional fora do sistema educacional” (UNESCO, 1976, p. 2 apud BRASIL, 2010, p. 13).

De acordo com essa visão, a educação consiste em um processo mais global, que parte de uma concepção mais abrangente, não estando restrita apenas ao contexto da sala de aula, ou da relação que se estabelece entre os conteúdos ministrados, as aprendizagens, educandos e educadores.

O conceito de EJA apresentado, não se refere apenas aos processos formais de educação e escolaridade da população, que estão em vigor, mas, remete ao conceito de educação ao longo da vida, que deve se tornar o princípio diretor, capaz de possibilitar a todas as pessoas, o acesso à educação e a formação em contextos diversos de aprendizagem. Essa compreensão conduz para o seguinte viés: “os processos de educação

e aprendizagem, nos quais crianças, jovens e adultos de todas as idades estão envolvidos no curso de suas vidas, sob qualquer forma, devem ser considerados como um todo” (UNESCO, 1976, p. 2 apud BRASIL, 2010, p. 13).

Nessa perspectiva, a EJA deve ser tratada como direito social, um direito que vem sendo negado ao longo da história da humanidade. Ao trazer a discussão para o campo do direito, convém reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, de 1948, da qual o Brasil é signatário e, para a qual, a educação constitui um direito fundamental do cidadão. Nela está explícito, que “toda pessoa tem direito à educação”. A DUDH constitui uma norma comum que deve ser perseguida por toda a população mundial, nela está previsto que:

Todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados-membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição (UNESCO, 1948).

O reconhecimento de que o processo formal de educação constitui um bem que deve ser alcançado por todos os cidadãos e que promover o acesso a este bem, deve ser uma das obrigações dos Estados, é um desafio, que foi assumido mundialmente. Essa concepção se consolidou, primeiramente, no acordo firmado pelos Estados do mundo inteiro, na Conferência de Jomtien (TAILÂNDIA, 1990), que resultou na Declaração Mundial de Educação para Todos, que contempla, também, um Plano de Ação.

Para estudiosos e pesquisadores do campo da EJA, um dos principais motivos do abandono escolar, está diretamente ligado a formação dos professores, que não possuem os conhecimentos necessários, para compreender as especificidades dos sujeitos que retornam à escola. Sendo que, dada a importância da questão em pauta, a mesma será tratada com mais ênfase, no decorrer deste estudo.

PROCESSOS FORMATIVOS DIFERENCIADOS PARA OS EDUCADORES DA EJA

Ao longo da sua história, a educação de jovens e adultos vem sendo concebida de forma compensatória, quando, na maioria dos casos, apenas tenta corrigir as lacunas no processo de escolarização dos educandos. Sendo necessário, um repensar sobre essa prática.

Os educandos da EJA procuram as instituições de ensino almejando uma oportunidade de escolarização, para uma melhor inserção no mercado de trabalho, com maiores condições. Para a maioria deles, só processo formal de educação pode vir a proporcionar mudanças significativas na sua atual condição de vida.

Nessa direção, as diretrizes nacionais para a EJA, postulam que: “A maior parte desses jovens e adultos, até mesmo pelo seu passado e presente, movem-se para a escola com forte motivação, buscam dar uma significação social para as competências, articulando conhecimentos, habilidades e valores” (Parecer CNE/CEB nº 11 de 2001).

A heterogeneidade, que constitui marca registrada, dos educandos da EJA é traduzida pela diversidade de vigências e de condições de vida, reunindo na mesma sala de aula, sujeitos com uma variedade de idades, diferentes realidades e distintos sonhos. E ainda:

Muitos destes jovens e adultos se encontram, por vezes, em faixas etárias próximas às dos docentes. Por isso, os docentes deverão se preparar e se qualificar para a constituição de projetos pedagógicos que considerem modelos apropriados a essas características e expectativas (Parecer CNE/CEB nº 11 de 2001).

Para esses educandos, que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria ou abandonaram a escola por diversos motivos e, a ela retornam cheios de expectativas, é necessário um educador que seja detentor de uma gama de conhecimentos, muito específicos e também diversos. Assim, “os programas de educação de jovens e adultos estão a meio caminho do fracasso se não levarem em conta essas premissas, sobretudo na formação do educador” (GADOTTI, 2011, p. 39).

Nessa perspectiva, qualquer programa de formação, seja ela inicial ou continuada, deve direcionar o olhar para as características e especificidades desses educandos, que são diversas, necessitando de uma compreensão mais clara, por parte dos educadores e de todos os profissionais que trabalham diretamente com a modalidade.

Face às dificuldades enfrentadas por essa modalidade de ensino, ao longo da sua história, já apresentadas anteriormente, cabe ainda ponderar, que as discussões sobre as características e especificidades da EJA e sobre a formação dos professores remonta a década de 40. Em 1947, a primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, já mencionada neste estudo, foi bastante criticada por não ter preparado os professores de forma adequada.

A recomendação sobre a necessidade de formação específica para os professores da EJA, também, esteve presente quando da realização do I e II Congressos Nacionais de Educação de Adultos, que ocorreram em 1947 e 1958, respectivamente. A LDB 5692/71, por exemplo, no capítulo destinado ao ensino supletivo, preservou um artigo que orientava sobre a necessidade de preparar o professor, com foco nas especificidades de se trabalhar com as pessoas adultas.

Essa questão passou a ser discutida, com mais ênfase, após o reconhecimento da EJA, como modalidade de Ensino na LDB N° 9394/96. Foi a partir daí que se começou a delinear alguns aspectos inerentes ao perfil dos educadores. Antes, essas discussões estavam mais centradas nas especificidades inerentes ao trabalho com adultos analfabetos.

Ao fixar diversas normas orientadoras em relação aos profissionais da educação, estabelecendo as finalidades e fundamentos dessa formação, bem como os níveis e o in locus da formação docente, tanto no nível da graduação, como da pós-graduação, a LDB n° 9394/96, em seu Art. 61, determina que: “A formação dos profissionais da educação, de modo a atender as especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica”.

Ao analisar o Artigo em pauta, quando trata de atender as especificidades e os objetivos das diferentes etapas e modalidades, observa-se, que na prática isso não ocorre. A maioria das Instituições de Educação Superior (IES), por meio dos cursos de licenciatura, não atendem essa indicação e seguem preparando os docentes apenas de forma genérica. Para Soares (2008, p. 85): “As ações das universidades com relação à formação do educador de jovens e adultos ainda são tímidas se considerarmos, de um

lado, a relevância que tem ocupado a EJA nos debates educacionais e, de outro, o potencial dessas instituições como agências de formação”.

A realidade vem mostrando distorções no processo de formação que vem sendo desenvolvido pelas IES. Apesar do que dispõe a legislação que trata da formação dos profissionais para a educação básica, a exemplo da Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de Julho de 2015, que define as Diretrizes para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

No entanto, os cursos de licenciatura não preparam os profissionais para trabalhar com as modalidades de ensino. Esta constatação remete, inevitavelmente, à necessidade urgente de sair do campo do discurso, para ir à busca de caminhos que levem a ações mais consistentes e capazes de realizar as transformações tão discutidas e idealizadas pela sociedade. Em se tratando especificamente, dos professores da EJA, dada as especificidades inerentes à modalidade e aos seus sujeitos (educandos e educadores), são muitas as indagações sobre as necessidades e prioridades dos processos formativos.

FORMAÇÃO CONTINUADA COMO POSSIBILIDADE PARA AS APRENDIZAGENS PROFISSIONAIS

No cenário educacional muito se tem tratado sobre a qualidade do ensino ministrado nas escolas. Essas discussões estão presentes na produção acadêmica, em inúmeras reportagens da mídia falada e escrita, por meio de livros, revistas, periódicos e artigos publicados, sendo a maioria delas, produto de pesquisas em espaços escolares.

Quase sempre, as discussões evidenciam a precariedade da formação docente e da qualificação dos profissionais da educação, como elementos chave para a melhoria da qualidade da educação. As queixas mais frequentes são no sentido de que os professores formados em cursos superiores, tanto no início, como no final da carreira, se encontram despreparados para uma atuação eficaz.

Nesse âmbito, as atividades de ensino e de aprendizagem exigem, cada vez mais, que pesquisadores se dediquem à temática Formação Continuada. Sendo aqui definida como espaço onde se pode discutir e experimentar os conceitos e os procedimentos do

ensino e da aprendizagem, em contínuo processo de reflexão. Nessa direção, Silva (2008) argumenta:

[...] a formação do educador ocorre em espaço ocupado por ele, interagindo com outros educadores, através da aprendizagem e do ensino, da reflexão e da organização de sua prática pedagógica. Existe uma pluralidade de espaços formativos para o educador, tais como, a igreja, as reuniões de planejamento de sua escola, as reuniões de pais e mestres, o percurso de sua casa para a escola, os programas de formação oficiais, municipais, estaduais ou federais (SILVA, 2008, p. 67).

Na LDB nº 9394/96, em seu Art. 62, § 1.º, § 2.º, está evidente a preocupação com a formação continuada e a capacitação dos profissionais, ficando esta tarefa, a cargo dos três entes federados, que devem providenciar a sua realização, em regime de colaboração. Sendo esta, uma exigência que se faz necessária, principalmente em processos formativos dos professores que atuarão na EJA, tendo em vista que esta modalidade requer conhecimentos bastante específicos. Cabendo, as IES, a tarefa de promover esta formação de forma satisfatória.

É nessa vertente, que a formação continuada se estabelece como uma exigência para o exercício profissional, partindo do princípio, que o conhecimento ocorre constantemente, como afirma Benincá (2002). Para ele o conceito de formação continuada decorre da compreensão de ser humano que embasa o pensamento pedagógico freiriano, entendido como finito e inconcluso.

Benincá (2002) compreende a educação continuada, a partir de três enfoques: no primeiro, o “processo é informal e espontâneo: refere-se ao conhecimento comum e sua expressão mais significativa, manifesta-se na consciência prática” (BENINCÁ, 2002, p. 102).

Nessa vertente, se o docente não tiver passado por um programa de formação inicial onde se valorizou a pesquisa científica, como forma de melhor conhecer a realidade, será pouco provável que ele consiga desenvolver o seu trabalho dentro dessa linha de pensamento. Por outro lado, caso o docente esteja inserido no segundo enfoque, terá muitas chances de seguir na direção do projeto de pesquisa.

Os enfoques apresentados formam um conjunto de procedimentos que convergem para a qualificação e melhor desempenho profissional do docente, frente à clientela da EJA.

Ressalta-se que o processo investigativo, também recai sobre o professor, quando requer deste, a formação de novas atitudes. Nessa condição o professor se mantém sempre atualizado e adequadamente preparado para o exercício da docência. Nesse sentido, o processo de aprendizagem, para o professor deve ser contínuo e jamais se restringindo a periodicidade ou etapas isoladas. Também vai além dos bancos cátedras, pois deve estar presente constantemente, interagindo prática e teoria.

A formação continuada não pode ser confundida com momentos onde os professores se reúnem para ouvir informes administrativos. Deve se constituir, a partir da prática, da investigação sobre os principais desafios que se estabelecem no interior das instituições de ensino. Se transformando em um “querer saber”, que deve encontrar respostas a partir da investigação, alicerçada por meio de estudos e pesquisas.

METODOLOGIA

Para este estudo, optou-se pela utilização dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, por entender que o fenômeno educacional, enquanto resultado do pensamento e da ação do homem, oportuniza uma riqueza de dados e de informações que, ao serem extraídos do contexto, da percepção dos sujeitos e das práticas exercidas, exigem um tratamento mais aberto e flexível em sua análise.

Não se trata, portanto, de desqualificar as pesquisas de cunho quantitativo, mas, entender a opção aqui definida, também, em razão da natureza do objeto de estudo e do problema elencado. Sendo que, a escolha por outro tipo de investigação neste caso, limitaria o olhar desta pesquisadora.

A pesquisa com abordagem qualitativa reconhece a importância do manifesto nas falas dos sujeitos, o significado atribuído à realidade ou ao objeto investigado e, também, possibilita perceber o valor dos aspectos subjetivos, que nem sempre são fáceis de ser

identificados, mas que, ao integrar a análise, aproxima ainda mais o pesquisador do seu estudo.

Sendo esta, uma questão base nesta pesquisa, em função da particularidade das aprendizagens profissionais por parte dos educadores do 3º Segmento da EJA, lotados na Escola Estadual Professora Maria das Dores Brasil, que participaram da capacitação, constituindo assim, os sujeitos investigados.

Dessa maneira, buscou-se em Minayo (2010, p. 21) a compreensão que ajudou a traduzir melhor aquilo a que nos propomos, pois para a autora, a abordagem qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Foi justamente este pensar e a ação de agir, em respeito ao universo de significados dados pelos sujeitos investigados, um dos grandes desafios deste estudo, que procurou captar, além do aparente explicitado no fenômeno, possível de ser alcançado em uma análise pontual, a relação que se estabeleceu entre a formação continuada e as aprendizagens dos professores do 3º Segmento da EJA, sobre o processo avaliativo.

A riqueza da pesquisa qualitativa pode ser referenciada, também, a partir do valor dado aos elementos da subjetividade dos sujeitos. A subjetividade é aqui entendida, como um processo pelo qual algo se torna característico e pertencente a um indivíduo, de modo singular e único. Nessa perspectiva, o olhar para os docentes integrantes do curso de Capacitação em EJA, não poderia ser outro, senão o respeito à individualidade e a identidade de cada um.

Enfim, o reconhecimento da heterogeneidade inerente aos sujeitos, tendo em vista que cada um possui uma história de vida, que é marcada por referências diversas e conhecimentos múltiplos, inclusive, a respeito daqueles socializados e vivenciados no módulo de Avaliação.

Esta questão também se constituiu presente nesta investigação, pois a pesquisadora teve a oportunidade de trabalhar, por um longo período, com a EJA, o que possibilitou o acúmulo de conhecimentos diversos, desenvolvendo, também, um conjunto de concepções acerca dos desafios e possibilidades inerentes a modalidade.

Este aspecto exigiu da pesquisadora, um cuidado especial, sobretudo, em relação às análises, para não deixar que as convicções preconcebidas e o pensamento prático, construído ao longo da sua trajetória profissional, interferissem na análise criteriosa e delineada, conforme o rigor científico exigido.

Quanto à natureza, esta investigação se enquadra na categoria pesquisa básica, tendo em vista, que possibilitou a aquisição de novos conhecimentos sobre as aprendizagens profissionais dos professores da EJA, com ênfase no processo de avaliação. Nessa perspectiva, Gerhardt e Silveira (2009, p. 33), analisam que a pesquisa básica “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tempo organizativo do Curso deve ser planejado entre as instâncias envolvidas na operacionalização da Proposta, entretanto, evidencia-se que não se trata de devolver as unidades didáticas como palestras, sejam isoladas ou inseridas em um ciclo de palestras dentro de um evento científico. Mas, trata-se de um processo formativo que deverá ocorrer no contexto da escola, a partir das necessidades de aprendizagens encontradas nos sujeitos educadores. Os encontros pedagógicos para este fim estão previstos no PPP da escola e já vem ocorrendo quinzenalmente.

O Princípio da **unidade na diversidade** - sendo considerado como princípio da convivência democrática e do respeito às diferenças. O Princípio da **dialogicidade** - em Freire (1997), para se criar um clima propício ao diálogo é necessário a palavra, consistindo em verdadeira práxis, composta por ação-reflexão. Onde, sem essa combinação (palavra- ação-reflexão), o diálogo se constitui em palavras jogadas ao vento.

O Princípio da **Politicidade** - para Freire (1996, 1997, 2005), não há neutralidade na educação, sendo esta, uma ação humana intencional, devendo o educador ter clareza deste fato durante sua prática docente. No exercício da politicidade, a educação toma forma de intervenção na vida coletiva, que diz respeito à superação ou a manutenção de uma determinada realidade. Nessa perspectiva, o processo educativo deve estar a serviço de um projeto de construção de uma sociedade mais humana e democrática.

O Princípio do **Conhecimento** - são aqueles relacionados às especificidades da modalidade e as características dos educandos (FREIRE, GADOTTI, ROMÃO, 2011, dentre outros); de como realizar um processo avaliativo formativo que seja capaz de perceber a singularidade dos educandos e de metodologias diferenciadas, que possibilitem a aquisição de conhecimentos significativos para os educandos.

O Princípio da **Incompletude e Inacabamento**, que se relaciona a inconclusão do ser humano, cuja consciência advém do processo social e histórico em que se encontra cada sujeito. Para Freire (1987) essa ideia parte do princípio em que somos seres inacabados, portanto, incompletos. Nessa perspectiva, a educação se faz na práxis e deve ser permanente porque nunca estaremos prontos.

Daí surge a importância de uma formação continuada alicerçada na práxis, pois a formação permanente de educadores conduz a dois processos: O primeiro defende que, para aprender, o sujeito ocupa simultaneamente duas posições, a de quem aprende (aprendiz) e a de quem ensina. Onde, o pensar de um é sempre um diálogo com o pensamento do outro. O Segundo processo propõe romper com a visão de um ensino que toma como ponto principal a transmissão de um conhecimento, que está pronto e acabado, para um conhecimento vivo.

Princípio da **Problematização da realidade** - de acordo com a metodologia da problematização, a realidade vivenciada em sala de aula pelos educadores, deve ser socializada e analisada durante os processos formativos, a partir dos seus múltiplos aspectos. Nessa direção, os educadores socializam as suas experiências, discutem, pesquisam e constroem conhecimentos mais significativos.

Nesse sentido, as dificuldades de uns podem constituir em possibilidades para outros, porque a troca de experiência irá proporcionar as saídas necessárias para que cada um possa ir se aperfeiçoando, à medida que consegue identificar quais fatores estão associados ao problema, onde e quando esse problema foi gerado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os resultados obtidos nesta pesquisa, em relação aos aportes teórico metodológicos contidos no PPP da Escola, sobre formação continuada, modalidade EJA e avaliação, verificou-se que existe uma ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização da igualdade de acesso, permanência e sucesso, do educando. O que demonstra que a escola, realmente vem procurando atender o seu alunado de uma forma mais ampla e geral, com compromisso e responsabilidade.

Quanto às concepções e processos metodológicos que subsidiaram o Módulo III - Avaliação, analisando o material utilizado como apoio didático e as perspectivas assumidas pelo professor ministrante do curso, constatou-se que a o processo de reflexão sobre a avaliação, considerou os aspectos fundamentais que norteiam a modalidade EJA e que correspondem às teorias educacionais que discutem o processo avaliativo, na perspectiva de romper com a cultura fortemente marcada e reforçada pelo caráter autoritário, excludente e seletivo, que vem sendo imposto pelas concepções tradicionais de educação.

Com relação à percepção da Coordenadora Pedagógica, com referência a efetividade das políticas de EJA na escola e das mudanças que ocorreram na prática avaliativa dos professores, após a participação no Curso de formação continuada na modalidade EJA.

Confirma-se, que as políticas destinadas a EJA são materializadas na escola, de forma satisfatória, onde todos os alunos são atendidos com o livro didático e com uma merenda escolar diferenciada. Porém, com relação a distribuição de material escolar, ficou evidenciado, que dificilmente a Secretaria de educação realiza o envio desse material, para que seja distribuído para os educandos.

Todavia, sabe-se que essas políticas constituem estratégias importantes para a permanência do aluno na escola, tendo em vista as especificidades dos educandos, que não contam com as condições financeiras para arcar com a compra desse material. Sendo que, o FUNDEB destina uma parte do seu recurso para aquisição de material didático, para que as redes de ensino possam prover às suas escolas de forma a atender os alunos.

Essas ações, que se convertem em políticas públicas de EJA, vão além do ensino e da aprendizagem dos conteúdos e da necessidade de aprender, para suprir outras

necessidades, que funcionam como possibilidades para que estes educandos tenham melhores condições de permanência e de terminalidade, com qualidade.

Com relação às mudanças na prática avaliativa dos educadores, após a participação no curso, ficou evidenciado, de acordo com a coordenadora da escola que as mudanças foram consideráveis, partindo de um processo avaliativo onde os educadores preocupavam-se mais com a “nota”, que iam atribuir aos alunos, para um processo avaliativo que primou pela interdisciplinaridade, a partir do projeto Empreendedorismo na EJA, onde os alunos tiveram os conteúdos teóricos e foram avaliados a partir das suas produções, demarcando, dessa maneira um processo de mudança que muito contribuiu para as aprendizagens significativas.

Também, considera-se que no contexto da escola, as discussões realizadas nos encontros pedagógicos podem ter sido a tônica para as reflexões e mudanças que ocorreram na prática de avaliação dos docentes. Com relação às aprendizagens profissionais dos educadores, com ênfase às práticas avaliativas, a partir dos pressupostos teóricos- metodológicos desenvolvidos no Módulo III, do Curso de capacitação.

Na visão da maioria dos educadores, o curso promoveu reflexões sobre a importância que deve ser dada ao conhecimento das especificidades da EJA e das características dos educandos. Quando, considerou-se importante, que nos processos de avaliativo, se perceba que cada sujeito tem um ritmo próprio e conhecimentos de vida, que não podem ser desconsiderados num processo de avaliação. Pondera-se que a partir da continuação do processo investigativo e o aprofundamento dos dados já coletados, os objetivos deste estudo se tornarão mais consistentes, diante dos propósitos iniciais da tese.

REFERÊNCIAS

BENINCÁ, Elli. **Formação de Professores**: um diálogo entre a teoria e a prática. Passo Fundo, RS: UPF 2002.

BRASIL. **Relatório sobre Aprendizagem e Educação de Adultos**. Brasília: UNESCO, 2010.

BRASIL. **Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Fóruns de EJA do. Conjunto de Ações Elaboradas pelos Fóruns de EJA do Brasil e pela CNAEJA a ser efetivado pelo MEC em 2016.** Disponível em: <<http://forumeja.org.br>>. Acesso em: 08 maio 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: MEC, 1996.

DI PIERRO, Maria Clara. Contribuições do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. In: SOARES, Leôncio (org). **Formação de Educadores de Jovens e Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa.** 31.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação de Adultos: algumas reflexões. In. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.) **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se complementam.** São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 32.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências. In. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.) **Educação de Jovens e Adultos: teoria prática e proposta.** São Paulo: Cortez, 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (orgs). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Regina Celi Delfino da. **Necessidades de Formação Continuada dos Professores da Educação de Jovens e Adultos.** João Pessoa, 2008. Disponível em: <<http://www.ce.ufpb.br/ppge>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SOARES, Leôncio. **O educador de jovens e adultos e sua formação.** Educação em Revista Belo Horizonte n. 47 p. 83-100/jun. 2008. Disponível em: <<https://www.researchgate.net>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos humanos. 1948.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal>>. Acesso em: 20 set. 2015.

CAPÍTULO XVI

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes⁶⁷; Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas⁶⁸;

Ivânia Lessa Bezerra⁶⁹; Francisca da Conceição da Costa Melo⁷⁰;

Mércia Cláudia Dantas de Sena⁷¹; Izaura Passos de Oliveira Silva⁷².

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-16

RESUMO: A inclusão educacional é um dos grandes e atuais desafios para o ensino no Brasil em todos os níveis de educação, desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo a estes a modalidade de Educação a distância. Percebe-se que há ainda poucos estudos sobre a Educação à Distância como ferramenta para a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais. Contudo, a EaD pode constituir-se como uma modalidade educacional favorável à inclusão destes estudantes, se observado as especificidades e necessidades individuais de cada aluno e se feita escolha adequada dos recursos tecnológicos que serão utilizados para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa busca apresentar fatores que influenciam na garantia de um sistema educacional inclusivo, com enfoque na Educação a Distância, apresentando recursos que podem ser utilizados para garantir essa inclusão e derrubar as potenciais barreiras de acesso no meio virtual.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Educação Infantil. Ensino Fundamental. EAD.

THE IMPORTANCE OF INCLUSIVE EDUCATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND ELEMENTARY EDUCATION

ABSTRACT: Educational inclusion is one of the great and current challenges for teaching in Brazil at all levels of education, from early childhood education to higher education, including distance education. It is noticed that there are still few studies on Distance Education as a tool for the inclusion of students with special educational needs. However, EaD can be constituted as an educational modality that favors the inclusion of these students, if the specificities and individual needs of each student are observed and the appropriate choice of technological resources that will be used to assist in the teaching-learning process is made. The research seeks to present factors that influence

⁶⁷Pós-Graduada em Mídias na Educação (UERN). Docente no Município de Macau/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9198-6746>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5956672837215695>. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.

⁶⁸Doutoranda em Educação (CECAP). Docente da UFRN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5355-3547>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5122671799874415>. E-mail: dayannaproducoes@gmail.com.

⁶⁹ Professora da Educação Básica. E-mail: ivanialessa22@gmail.com

⁷⁰ Professora da Educação Básica. E-mail: franciscacostamello@hotmail.com

⁷¹ Professora da Educação Básica. E-mail: merciasena.sena@hotmail.com

⁷² Graduação Normal superior. Pós-graduação em Psicopedagogia – IFRN. Professora no município de Guamaré/RN. E-mail: izaurapassos@yahoo.com.br

the guarantee of an inclusive educational system, with a focus on Distance Education, presenting resources that can be used to guarantee this inclusion and to break down potential access barriers in the virtual environment.

KEYWORDS: Inclusive education. Child education. Elementary School. EAD.

INTRODUÇÃO

A educação é vista como um processo constante de aprendizagem e como fator responsável pelo desenvolvimento humano. Desde o nascimento até os últimos instantes de vida, esse processo está acontecendo e são as possibilidades de aprendizagens constantes que permitem a transformação individual ou social de cada pessoa. O acesso à educação, como muitos aspectos da sociedade atual, sofreu grande impacto com os avanços tecnológicos. Agora, o conhecimento pode ser acessado a qualquer hora e local e é possível realizar cursos em diferentes níveis educacionais parcial ou totalmente a distância.

A evolução histórica da EaD no Brasil, assim como em outros países, é marcada pelo surgimento e ampliação dos meios de comunicação e informação. As rápidas mudanças sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas têm ampliado em nossa sociedade as possibilidades de acesso a esses recursos modificando e alterando os espaços educacionais, permitindo grandes avanços na educação em suas várias modalidades, entre elas, a educação a distância.

Diante dessa realidade é evidente o crescimento da educação a distância, proporcionando o acesso ao conhecimento a pessoas que até então, por algum motivo não podiam estar presentes em um espaço físico, formalizando sua aprendizagem em um sistema presencial. Assim a EAD traz a possibilidade de inclusão que vai além do social, levando a inserção de pessoas com necessidades especiais que buscam esse tipo de ensino para superar as barreiras de um sistema educacional ainda excludente e tradicional presente em muitas regiões do nosso país.

O ensino a distância remonta a ideia de um ensino voltado à superação de limites, não só territorial ou geográfico, mas pessoal e social, onde cada indivíduo pode se adaptar às suas condições físicas, cognitivas e relacionais. Essa adaptação é hoje o principal motivo de crescimento da EAD pois segue a perspectiva de uma educação especial à distância, moldada pelo próprio indivíduo para atender suas demandas.

Vale considerar que a educação à distância pode ser utilizada por indivíduos com diferentes tipos de necessidades especiais, visto que as tecnologias podem trazer atividades e estratégias pedagógicas que contemplam os diversos estilos de aprendizagem, possibilitando diferentes recursos tecnológicos que permitem ao cidadão, independentemente de sua condição, o acesso ao conhecimento.

Dessa maneira, a Educação à Distância é vista como um sistema gerador de uma nova formação educacional e cultural em muitos lugares do e apresenta um cenário atual de expansão, que pode ser expandido para todos os níveis e modalidades do ensino.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação à distância é conhecida desde o século XIX, porém somente nas últimas décadas começou a chamar a atenção e assumir um papel importante no contexto educacional no nosso país.

No paradigma atual, a Educação a Distância é caracterizada pela legislação brasileira, segundo o Decreto 5.622 como

modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Entende-se com isso que a Educação à distância (EAD), tem como características aprendizagem mediada pelo uso de tecnologias de informação e comunicação, havendo separação física entre alunos e professores, com suportes realizados por tutores, permitindo ao aluno desenvolver o aprendizado de forma independente e flexível. A conexão entre as duas partes envolvidas no processo de aprendizagem se dá por meio de várias tecnologias, como internet, correio, rádio, televisão, vídeo, telefone, fax, celular, computador, entre outras.

De acordo com Moore e Kearsley (2011), a partir do ano 2000, considera-se que teve início a quinta geração da Educação a Distância, na qual as aulas são virtuais, baseadas no uso do computador e da Internet, utilizando-se das potencialidades da Web

2.0, que pode ser compreendida como uma segunda geração ou uma forma aprimorada da Web. No contexto da EAD, a Web 2.0 transforma métodos pedagógicos tradicionais, oferecendo novas alternativas para uma sociedade marcada pela pluralidade das fontes de informação e por acesso cada vez mais facilitado.

Para muitas pessoas, a modalidade de ensino Educação a Distância (EAD) é uma educação de mais facilidades, que requer menos esforço para os estudantes. Outro grupo considera como uma das opções mais acessíveis para melhorar o nível de escolaridade da população, além, é claro, de ser uma forma nítida de promover a inclusão em todos os sentidos.

Outra característica intrínseca à educação a distância é a personalização do ensino, possibilitando uma ação inclusiva, pois o ensino pode ser adaptado às necessidades especiais de cada estudante, sendo elas tanto de ordem física quanto cognitiva. Contudo para que isso seja possível é necessário que seja percebido, analisado e respeitado o ritmo de cada aluno visto que a tecnologia na área educacional, acentua as possibilidades de individualização do ensino tornando-o mais inclusivo.

A EAD aliada à tecnologia vem suprir e amenizar as necessidade e os entraves da educação tradicional, criando novos caminhos para as pessoas, com ou sem deficiência ter acesso ao conhecimento. É certo que a acessibilidade no ensino e a flexibilidade de horários são benefícios bastante óbvios e muito desejados quando se busca a EAD. No entanto, é importante perceber que além desses benefícios a EAD traz ao aluno especial a oportunidade da inclusão social, pois além do aprendizado, gera no indivíduo o desenvolvimento de uma maior autonomia é algo extremamente benéfico não apenas para esse público, mas para todos os estudantes.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CAMINHO PARA INCLUSÃO

Na Educação a Distância, o aluno precisa desenvolver a autonomia no gerenciamento de seus estudos oportunizando a quebra de paradigmas e permitindo o desenvolvimento de novas habilidades e competências. Para que este processo de adequação seja bem-sucedido é preciso de um acompanhamento sistemático de todo o processo.

Nesse contexto educativo, é imprescindível a adoção de estruturas curriculares flexíveis permitindo uma maior adaptação às possibilidades e necessidades individuais, favorecendo o processo inclusivo na educação e, conseqüentemente, nos diversos âmbitos sociais.

A Educação a Distância permite acesso à educação a pessoas antes excluídas, seja pela questão geográfica, financeira, temporal ou por dificuldades ou barreiras de acesso impostas pela educação presencial. A EAD oferece flexibilidade, admitindo que o aluno acesse os recursos em local e horário desejados, pelo tempo e da maneira que lhe for mais oportuna, utilizando tecnologias de sua preferência e que se adaptem às suas necessidades.

O desenvolvimento, que é parte essencial de qualquer aprendizado, tem gerado uma maior autonomia para o público do EAD. Essa modalidade tem contribuído muito para a Educação como um todo e tem sido deveras importante para inúmeros indivíduos em todo o país.

Ainda tratando sobre os benefícios da EAD, ela pode possibilitar, por exemplo, que pessoas com dificuldade para locomover-se possam estudar de sua própria casa, que pessoas cegas possam ser mais autônomas na busca pelo conhecimento, que pessoas com deficiência auditiva possam comunicar-se mais facilmente, entre muitas outras possibilidades que podem ser intermediadas a partir do uso de tecnologias e metodologias adequadas.

Assim, a Educação a Distância deve ser flexível, respeitando as individualidades do aluno, seu estilo de aprendizagem, seu ritmo, suas potencialidades e, também, suas dificuldades. Nesse contexto, o Decreto no 5.622, que regulamenta a Educação a Distância no Brasil, deixa claro, em seu Artigo 13, que os projetos pedagógicos de cursos e programas na modalidade a distância deverão, entre outros pontos, prever atendimento apropriado a estudantes portadores de necessidades especiais (BRASIL, 2005).

Percebe-se que a acessibilidade na Educação a Distância está alicerçada pela legislação e reconhece a importância da acessibilidade também no meio virtual, passando pela premissa de que a educação especial na perspectiva inclusiva, significa acima de

tudo garantir acesso e utilização, com autonomia, do ambiente virtual, dos materiais e dos recursos utilizados na Educação a distância por qualquer outro aluno.

RECURSOS PARA INCLUSÃO NA EaD

Ainda segundo o Decreto 5.622, os projetos pedagógicos de cursos e programas na modalidade a distância deverão, entre outros aspectos, "prever atendimento apropriado a estudantes portadores de necessidades especiais" (BRASIL, 2005).

São vários os fatores que podem influenciar para que um ambiente seja mais ou menos acessível, mas segundo a legislação o mais característico é que o ambiente tenha uma boa interação com os recursos tecnológicos que minimizem as barreiras de acesso, interação e compreensão.

Amparando-se nesses conceitos, foram desenvolvidas estratégias e práticas que podem ser aplicadas em cursos à distância, visando a garantia de acesso ao maior número possível de usuários, gerando acessibilidade independente das limitações.

TECNOLOGIA ASSISTIVA

A Tecnologia Assistiva pode ser entendida como um mecanismo de auxílio que promove a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou a realização de uma função desejada que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou envelhecimento. De acordo com CAT (2007), Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida.

A Tecnologia Assistiva (TA) é uma área do conhecimento que engloba recursos e serviços com o objetivo de proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de uma pessoa com deficiência ou com incapacidades advindas do envelhecimento. O objetivo da TA é o de promover qualidade de vida e inclusão social de seus usuários (BERSCH; PELOSI, 2006, p. 7).

Para Bersch, o objetivo primordial da Tecnologia Assistiva é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho. Os recursos de Tecnologia Assistiva, no âmbito na EAD, possibilitam e facilitam o acesso ao computador e à Web para pessoas com deficiência ou determinadas limitações.

RECURSOS DE ACESSO AO COMPUTADOR PARA PESSOAS COM LIMITAÇÕES MOTORAS

Os recursos de acesso ao computador para limitação motora representam recursos de hardware ou software utilizados por pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, que proporcionam uma maneira alternativa de utilizar as teclas ou o mouse (BERSCH; PELOSI, 2006). Tem-se como exemplos desses recursos:

Alternativas para teclado: incluem teclados de todos os tipos: ampliado, reduzido, de conceitos, para uma mão, ergonômico, virtual, dentre outros.

Alternativas para mouse: existem diversos tipos de mouses, que buscam atender às mais variadas necessidades dos usuários. Isso inclui mouses onde os movimentos são realizados através de rolos ou através de botões, mouses onde há um botão para cada função, mouse que utiliza o movimento dos olhos, entre outros.

RECURSOS DE ACESSO AO COMPUTADOR PARA PESSOAS COM LIMITAÇÕES VISUAIS

Os recursos de acesso ao computador para limitações visuais permitem que pessoas cegas ou com baixa visão utilizem o computador de maneira efetiva e dividem-se, basicamente, em duas categorias: leitores de tela e ampliadores de tela.

LEITORES DE TELA

O leitor de tela é um software utilizado principalmente por pessoas cegas, que fornece informações através de síntese de voz sobre os elementos exibidos na tela do computador. Esse tipo de software interage com o sistema operacional, capturando as informações apresentadas na forma de texto e transformando-as em resposta falada através de um sintetizador de voz. Pessoas com baixa visão e pessoas com dislexia também podem fazer uso dos leitores de tela.

AMPLIADORES DE TELA

Os ampliadores de tela são softwares utilizados por pessoas com baixa visão que ampliam toda ou uma parte da tela para que seu conteúdo seja mais facilmente visualizado. No caso de ampliação de uma parte da tela, o que aparece é ampliado em uma janela, como se fosse uma lupa. Além dos softwares ampliadores de tela, muitos programas oferecem recursos de zoom, inclusive os navegadores, permitindo ampliação ao navegar na Web.

RECURSOS DE ACESSO AO COMPUTADOR PARA PESSOAS COM LIMITAÇÕES AUDITIVAS

As pessoas com deficiência auditiva, geralmente, não encontram barreiras tão graves de acesso ao computador. Se a deficiência auditiva for leve, as barreiras quase não existem. No entanto, para pessoas surdas ou com deficiência auditiva severa, há a barreira da comunicação, especialmente se a pessoa surda não for oralizada, tendo como primeira língua (sua língua materna) a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e não a língua portuguesa. Dessa forma, os recursos de Tecnologia Assistiva mais importantes são os softwares que transformam texto ou fala para Libras, como: Hand Talk, Rybená, ProDeaf, entre outros.

CONCLUSÃO

A garantia de acessibilidade na Educação a Distância sugere que o ambiente e o conteúdo de um curso online possam ser acessados e utilizados, de maneira efetiva, por todos, inclusive pelos alunos com deficiência ou limitações de alguma espécie.

O uso de recursos da informática por pessoas com deficiência, como no caso de cursos à distância, gera independência e autonomia, sendo muito mais do que simples conveniência ou facilidade. Se para pessoas sem deficiência ou limitações, a tecnologia torna as coisas convenientes, para as pessoas com deficiência, torna as coisas possíveis.

Por fim, é preciso considerar que, mesmo que sejam feitos todos os esforços para garantir a acessibilidade na EAD, não é possível criar um ambiente que seja completamente acessível a todas as pessoas em todas as situações. No entanto, muito pode ser feito para incluir o maior número possível de alunos da EAD, a partir do momento em que a promoção da acessibilidade se torne algo comum e sempre presente nos ambientes educacionais e fora dele. Assim, seja na confecção de materiais, na preparação de ambientes virtuais, na estruturação de cursos, até chegar o dia em que garantir a acessibilidade será parte essencial do processo educativo e social dentro da nossa sociedade.

As pessoas com deficiência que até então tinham mais dificuldades de acesso à educação e às informações, graças à tecnologia e a EAD podem estudar mais facilmente, conquistar maior independência por meio do computador, ganhar mais autonomia e contar menos com o auxílio de terceiros.

Apesar disso, percebe-se ainda a ausência de políticas públicas ou mesmo a não aplicação de algumas existentes, que viabilizem a aquisição de computadores e recursos necessários para que as pessoas com deficiência possam realizar os cursos na modalidade EaD e assim conquistar sua independência e mudar de vida a partir da educação.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 22/10/2021

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel; PELOSI, Miryam Bonadiu. **Portal de Ajudas Técnicas para educação:** equipamentos e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador II. Brasília: ABPEE-MEC: SEESP, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/tecnologia_assistiva.pdf Acesso 22/10/2021

BRASIL. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em 22/10/2021.

CAT – Comitê de Ajudas Técnicas. **Ata da Reunião VII**, de dezembro de 2007. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR): 2007. Disponível em: <http://www.infoesp.net/CAT_Reuniao_VII.pdf>. Acesso em:

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Distance Education: A Systems View of Online Learning.** 3ª Ed. Belmont, CA: Cengage Learning, 2011.

CAPÍTULO XVII

ANÁLISE DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL SOBRE DISCURSOS DE MULHERES FRENTE À EXPERIÊNCIA DO PARTO E NASCIMENTO

Juliane dos Santos Silva⁷³; Karen Krystine Gonçalves de Brito⁷⁴;

Adriana Lira Rufino de Lucena⁷⁵; Débora Raquel Soares Guedes Trigueiro⁷⁶;

Smalyanna Sgren da Costa Andrade⁷⁷.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2022.04-17

RESUMO: Mídias audiovisuais constituem-se fonte de aprendizado em diversos contextos. No que tange o parto e nascimento, a utilização de documentários e produções digitais podem facilitar o compartilhamento de saberes sobre esta temática, melhorando o cuidado prestado às mulheres. Para tanto, este estudo objetivou analisar uma produção audiovisual sobre discursos de mulheres frente à experiência quanto ao parto e nascimento. Trata-se de um estudo exploratório, documental de natureza qualitativa, realizado a partir de um documentário sobre trabalho de parto e nascimento. Todo o discurso sobre experiências do e nascimento da produção foi transcrito e submetido à técnica de análise temática de conteúdo, por meio de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As etapas foram realizadas no mês de outubro de 2021 não sendo necessária a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, pois não se tratava de um estudo com seres humanos, mas de análise de produção audiovisual. Os resultados apontaram quatro categorias, quais sejam: conhecimento enquanto estratégia de empoderamento feminino; cirurgia “desneCESÁRIA”: indicações reais do procedimento cirúrgico; boas práticas de saúde no parto e no nascimento: contato pele a pele e liberdade de movimento; rede de apoio primária e secundária na assistência ao parto e nascimento. Por fim, a mulher deve ser protagonista no momento do parto e o enfermeiro obstetra pode ajudar nesse caminho e ensinando de forma humanizada, bem como executando as práticas de saúde o incentivo à visualização de documentários dessa natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Parto. Nascimento. Enfermagem. Informação. Recursos audiovisuais. Empoderamento

ANALYSIS OF AUDIOVISUAL PRODUCTION ON DISCOURSES OF WOMEN ON THE EXPERIENCE OF LABOR AND BIRTH

73Enfermeira. Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem Nova Esperança. <http://lattes.cnpq.br/1409575340261137>. ORCID: 0000-0002-8558-7159. E-mail: juh14santos@gmail.com

74 Enfermeira Acupunturista. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do Mestrado Profissional em Saúde da Família da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança; <http://lattes.cnpq.br/3731900126916695>. ORCID: 0000-0002-2789-6957. E-mail: karenbrito.enf@gmail.com

75Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança; <http://lattes.cnpq.br/2091772809580071>. ORCID: 0000-0002-3236-4605. E-mail: adriana.lira.rufino@hotmail.com

76 Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Coordenadora do Mestrado Profissional em Saúde da Família e Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança; <http://lattes.cnpq.br/5748067841496063>. ORCID: 0000-0001-5649-8256. E-mail: debora.trigueiro@facene.com.br

77 Enfermeira Obstétrica e Acupunturista. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do Mestrado Profissional em Saúde da Família da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança; <http://lattes.cnpq.br/3454569409691502> ORCID: 0000-0002-9812-9376. E-mail: smalyanna@facene.com.br

ABSTRACT: Audiovisual media are sources of learning in various contexts. When it comes to childbirth and birth, the use of documentaries and digital productions can facilitate the sharing of knowledge on these topics, improving the care provided to women. Therefore, this study aimed to analyze an audiovisual production on the discourse of women facing the experience from childbirth to birth. This is an exploratory and documentary study of a qualitative nature, based on a documentary about childbirth and birth. The entire discourse of the production was transcribed and submitted to the technique of thematic content analysis through pre-analysis, material exploration, and treatment of the results. The steps were carried out in October 2021 and no approval was required from the Research Ethics Committee, as this is not a study with human beings, but an audiovisual production analysis. The results indicated four categories, namely: Knowledge as a female empowerment strategy, unnecessary cesarean surgery: actual indications of the surgical procedure, Good health practices in childbirth and birth: skin-to-skin contact and freedom of movement, Primary and secondary support network in childbirth and birth care. Finally, this work brings the conclusion that women must be protagonists at the time of childbirth and the obstetric nurse can help along this path, teaching about childbirth and birth, as well as including in health practices the encouragement of viewing documentaries of this nature.

KEYWORDS: Childbirth. Birth. Nursing. Information. Audiovisual Resources. Empowerment.

INTRODUÇÃO

Na gravidez ocorrem diversas alterações com a mulher por meio de um processo fisiológico, natural e inevitável. Acontece de forma vagarosa com a intenção de conciliar as necessidades orgânicas do elo materno fetal e do parto. Algumas delas são o aumento de peso, níveis hormonais alterados, retenção de líquido, alteração gastrointestinal causando distensão e maior incidência de prisão de ventre, aumento da frequência urinária, devido a bexiga comprimida pelo útero, entre outras modificações (MASSA, 2017).

Não obstante, o parto é um momento bastante esperado pelos pais, familiares e amigos. É o instante de conhecer o novo membro da família, é a oportunidade de ocorrer o primeiro toque que ficará marcado para sempre. Por isso, o processo de parturição não deve ter tempo limitado e a equipe tem que respeitar o tempo da mãe e do bebê. O momento em que a criança vem ao mundo é uma das maiores experiências vivenciadas pelo ser humano, em que a criança sai de um lugar aconchegante onde recebe tudo que precisa, para um ambiente em que terá que aprender a se adaptar (NATIONAL HEALTH SERVICE, 2017).

Nesse contexto, a equipe de enfermagem deve trabalhar de forma humanizada por ter um contato constante e direto com a paciente e a família. No momento do parto não é diferente, esses profissionais devem seguir ajudando a gestante e fortalecendo a sua autonomia no processo de parturição, trabalhar a importância do contato mãe-bebê, da amamentação que é muito importante nas primeiras horas após o parto, a comunicação sobre o estado de saúde do recém-nascido com a mãe e com os que estão à espera de notícias (CASSIANO *et al.*, 2021).

Além disso, a enfermagem no pré-natal é valiosa para informar sobre o parto, ela é coparticipante da Política Nacional de Atenção ao Parto (PNAP), com o intuito de incentivo ao parto normal, informações sobre possíveis doenças e mortalidade materna e neonatal, redução de cesarianas e de intervenções desnecessárias durante a parturição. No parto humanizado, usa-se medidas não farmacológicas para aliviar a dor, a participação de seus familiares durante o processo de parturição facilita o desempenho da mãe (BRASIL, 2020).

Essa atuação da equipe de Enfermagem inicia durante o pré-natal. Para um maior empoderamento feminino se faz necessário que a mulher busque conhecimento através das redes sociais, mídias e profissionais que estão à disposição para dirimir todas as dúvidas sobre a gestação e o parto, participando das rodas, grupos de apoio e dinâmicas oferecidos experiências necessárias. Além disso, o relato de outras mulheres pode favorecer na redução do medo sobre o parto (QUEIROZ *et al.*, 2021)

Com a pandemia da COVID-19, vídeo aulas podem ser alternativas de cuidado a este público. Nesta perspectiva, materiais audiovisuais produzidos sobre essa temática podem facilitar o acesso às informações, visto que as pessoas podem buscar saberes e apreender experiências em casa, considerando o isolamento social. O uso de redes sociais ou plataforma pode favorecer o acesso à prática do parto humanizado (BRASIL, 2020) Diante do exposto, este estudo tem por questão norteadora o seguinte questionamento: materiais audiovisuais podem trazer informações relevantes para as gestantes e boas práticas profissionais voltadas ao parto e ao nascimento? Para tanto, objetivou-se analisar uma produção audiovisual sobre discursos de mulheres frente à experiência do parto e nascimento.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Trata-se de um estudo exploratório, documental de natureza qualitativa, tendo como propósito central o papel da mulher e dos profissionais frente ao trabalho de parto humanizado. O estudo exploratório é o processo em que busca-se o conhecimento e ideias para preencher possíveis dúvidas que podem ocorrer durante o estudo e possuem métodos mais flexíveis, visto que o objetivo maior é o levantamento de informações (PATAH; ABEL, 2021).

O estudo documental trata-se de informações adquiridas através de documentos que não receberam intervenção científica. Essas pesquisas podem ser feitas na ocasião ou depois do fato, alguns exemplos são relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outros materiais de divulgação (LAKATOS; MARCONI, 2011).

A abordagem qualitativa consiste em qualquer prática sistematizada para coleta de dados narrativos e estuda preferências individuais de cada um para obter respostas conclusivas sobre diferentes temas (PROETTI, 2017).

O conteúdo para análise foi baseado nos discursos presentes no documentário “O Renascimento do Parto” que possui duração de 01 hora e 30 minutos. Esse material está disponível por meio da provedora global de filmes e séries de televisão via *streaming*, a NETFLIX.

A população foram todos os discursos que abordavam a discussão sobre parto e nascimento e as práticas de saúde voltadas a esta temática. Foram excluídos trechos que verssem sobre outro conteúdo que diz respeito à obstetrícia, mas que não estejam coadunados com a experiência das mulheres nessa fase.

A produção foi assistida para que fossem realizadas as transcrições dos discursos voltados ao trabalho de parto e as práticas de saúde. Todo o discurso da produção audiovisual foi transcrito e transformando em texto. Cada uma das falas dos personagens se apresentaram sinalizadas conforme o tempo, comprovando a autenticidade dos dados. Os trechos foram transcritos com cortes para ficarem mais curtos e melhores de serem analisados e para tal sinalização dos cortes utilizou-se de parênteses com reticências.

Os dados foram analisados conforme a técnica de Análise Temática de Conteúdo, proposta por Minayo (2017). Para tanto, os passos a serem seguidos são:

1. Pré-análise: Esta etapa trata-se do processo de primeiro contato com os documentos que foram submetidos à análise. Dessa forma, estuda-se o conteúdo por completo, observando cada detalhe e o significado de suas entrelinhas, para logo em seguida desenvolver uma relação com o material e assim poder compreendê-lo e também questioná-lo.

2. Exploração do Material: Neste ciclo do desenvolvimento, o leitor precisa encontrar fases teóricas ou práticas responsáveis pela especificação do tema que são formadas por palavras e expressões. Elas buscam organizar o que foi exposto.

3. Tratamento dos Resultados: O observador estimula inferências e realiza interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado no início ou abre outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugeridas pela leitura do material.

Após a análise do material, foram criadas categorias para exposição do conteúdo analisado. As categorias geradas foram: conhecimento enquanto estratégia de empoderamento feminino; cirurgia “desneCESÁRIA”: indicações reais do procedimento cirúrgico; boas práticas de saúde no parto e no nascimento: contato pele a pele e liberdade de movimento; rede de apoio primária e secundária na assistência ao parto e nascimento. As etapas supracitadas foram realizadas no mês de outubro de 2021, não sendo necessária aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, pois não se trata de um estudo com seres humanos, mas de análise de produção audiovisual.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os discursos adiante e as suas respectivas categorias trazem à tona perspectivas relevantes ao parto e ao nascimento, podendo ser elementos contribuintes às mudanças de paradigmas e boas práticas de saúde.

CONHECIMENTO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE EMPODERAMENTO FEMININO

É de suma importância a busca pelo conhecimento para que a mulher vivenciando esse período da gestação ganhe mais empoderamento e assim tenha autonomia sobre si e seus desejos. Diante disso, deve-se intensificar as ações durante a assistência de enfermagem no pré-natal na perspectiva de tornar a mulher mais confiante para o trabalho de parto e de nascimento. Durante o pré-natal os profissionais devem além de garantir informações satisfatórias às mulheres, também devem se certificar-se de que a informação compartilhada seja absorvida para evitar o que é dito no seguinte discurso: *“Eu achei que estava me preparando pro parto normal, mas hoje eu tenho consciência que eu não tinha nenhum conhecimento (1min0seg).”*

A enfermagem, por estar ligada diretamente ao período gestacional da mulher, pode fornecer conhecimentos, e também proporcionar momentos de troca de experiências entre as gestantes. Sobre isso, as puérperas precisam ter informações quanto às posições que favoreçam maior conforto durante o trabalho de parto e nascimento, bem como ao benefício de ter um acompanhante, práticas não farmacológicas para o alívio da dor, tipos de parto e suas vantagens e desvantagens, entre outras diversidades de informações (SILVA *et al.*, 2021).

As consultas e atividades desenvolvidas na assistência básica de saúde da família é essencial para a mulher que se prepara para ser mãe, pois por meio destas poderá compartilhar e acolher experiências de outras gestantes em rodas de conversas e dinâmicas oferecidas pelos serviços de atenção primária (DIAS *et al.*, 2018).

Segundo pesquisa realizada em Belém do Pará, as mulheres estão em busca de educação, para assim ter maior empoderamento feminino. Essa educação não é escolar, mas uma educação popular em que se valoriza o diálogo e a experiência das mulheres e também através da internet que está repleta de informações, mas nem sempre são confiáveis. A formação do movimento em defesa da humanização do parto é um exemplo de grupo onde a mulher pode buscar conhecimento e tirar dúvidas sobre a gestação e parto (CAVALCANTI; NAUAR; ALMEIDA, 2021).

Considerando o estudo supracitado, as experiências podem favorecer uma tomada de decisão mais consciente nos próximos nascimentos, conforme este discurso: *“Minha próxima filha vai nascer da maneira mais natural possível. E eu fui atrás de informações pra saber qual que era uma maneira que eu poderia fazer com que minha filha nascesse bem (4min0seg).”*

A melhor forma da criança nascer é no tempo dela, sem interferências, sem violências, e com a mãe tranquila. Desta forma o Ministério da Saúde, tendo como base medidas humanizadoras na assistência ao parto, conseguiu incentivar mais mulheres a terem o parto de forma natural e assim diminuir o número de cesarianas. Essa implementação visa o bem-estar da mulher, a redução de riscos para ela e seu bebê e melhor acolhimento do acompanhante (MALHEIROS; ALCÂNTARA, 2019).

Conforme pesquisa realizada em um hospital universitário, com 361 puérperas, dentre as vias de parto existentes, a preferida entre as puérperas é o parto via vaginal. O motivo de ser o preferido se dá pela sua rápida recuperação pós-parto e por serem protagonistas. (KOTTWITZ; GOUVEIA; GONÇALVES, 2018). Nesse contexto, elas retornam mais rápido às suas atividades cotidianas e não ficam dependentes da ajuda de outras pessoas, além do mais, a mulher fica mais confiante no momento do parto, pois o médico precisa da ajuda da mãe para promover o nascimento do bebê. Dessa forma, torna a gestante mais participativa durante o parto via vaginal.

CIRURGIA “DESNECESÁRIA”: INDICAÇÕES REAIS DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO

Como se sabe, o Brasil ocupa a segunda posição no ranking mundial no número de cesáreas com uma taxa acima de 55% do total de partos, perdendo apenas para a República Dominicana que tem a taxa de 58,1%. Contrapondo a Organização Mundial da Saúde a indicação de cesáreas seria entre 10% e 15% e essas taxas são recomendadas desde o ano de 1985 (BRASIL, 2015).

São inúmeras as modificações que ocorrem com a mulher durante a gestação e uma delas acontece no sistema emocional. Este fragiliza a gestante e a torna mais suscetível às exigências impostas por parte dos profissionais da saúde. Dessa forma todas

as imposições colocadas a ela serão acatadas por estar mais sensível nesse momento. No trecho a seguir vemos uma frase que impacta uma mãe que está mais sensível às palavras: “*O seu bebê está com uma circular de cordão com isso ele pode morrer, temos que marcar a cesariana. (2min0seg)*”

Durante a gestação a mulher sofre diversas alterações hormonais que são naturais, deixando-as mais propensas a fragilidade emocional e psicológica. A importância da enfermagem prestar atendimento individual e de qualidade faz toda diferença, pois pode-se evitar diversas situações que são contrárias ao desejo da mãe que está na preparação para o parto. Para tanto, conforme os protocolos governamentais, não se configura como um fator de risco e nem se faz necessário cesariana quando tem-se uma circular de cordão. Sobre isso, torna-se imprescindível a preparação do enfermeiro para orientar a gestante (RISCADO; JANNOTTI; BARBOSA, 2016).

Uma pesquisa realizada por uma comunidade *online* em busca pelo parto normal no Brasil identificou que as mulheres estavam empoderadas, pois estavam bem informadas sobre parto. O conhecimento dessas gestantes que se deu através de um movimento por meio da *internet* e redes sociais, induziu os serviços de saúde a reverter as taxas de cesarianas, pelo fato delas estarem bem informadas sobre quando realmente se fazia necessário fazer a cirurgia (HUGUES; HEILBOM, 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou um documento após estudos científicos, onde concluiu que as cesáreas são efetivas para salvar a vidas de mães e crianças quando bem indicadas. A OMS recomenda a adoção de uma classificação padronizada, que seria a classificação de Robson, onde existem 10 grupos e cada um deles tem uma taxa diferente de cesárea, e a quantidade de mulheres de cada grupo varia de acordo com a complexidade do hospital ou serviço de saúde (BRASIL, 2015).

Os movimentos em prol da luta pela humanização na obstetrícia vêm estimulando o enfermeiro que é um profissional de grande importância para a promoção de saúde e prevenção de qualquer tipo de violência, pois acompanha a gestante desde o pré-natal até o pós-parto. Incentivando o conhecimento humanizado, reduz-se as intervenções desnecessárias. Assegurar aprendizados à mulher diminui o número de casos de violência

obstétrica e com isso, devolve à gestante seu lugar de protagonismo no momento do parto (SILVA *et al.*, 2021).

BOAS PRÁTICAS DE SAÚDE NO PARTO E NASCIMENTO: CONTATO PELE A PELE E LIBERDADE DE MOVIMENTO

As boas práticas no parto e nascimento são um conjunto de ações, que garantam a prestação de serviço de qualidade exigido para os fins que se propõem. Exemplos de boas práticas de saúde são o atendimento humanizado, a redução de métodos invasivos, a redução do excesso de medicamentos, a explicação sobre os procedimentos a serem feitos, entre outras ações favoráveis (BRASIL, 2013).

Durante o pré-natal, deve-se oferecer informações para a mãe e acompanhante sobre todo o processo de parturição, a fim de evitar qualquer tipo de violência, bem como valorizar o estado emocional da gestante, as suas vontades, crenças, retomada de sua dignidade e autonomia, a importância de fornecer o contato pele a pele entre mãe e bebê, e de como essas e outras práticas trazem consigo benefícios durante o parto e proporciona um momento marcante, mas de forma positiva na vida da puérpera e seus familiares (LANARO; SANTOS; MEDEIROS; TOKUSHIMA, 2021).

Além de criar o elo materno fetal e outros diversos benefícios, se faz importante também o contato pele a pele após o nascimento para não ocorrer esse exemplo de impacto: *“Eu peguei o videozinho dela, do dia que ela nasceu. E ela ficou chocada, eu fiquei chocada apesar de já ter visto o vídeo várias vezes, mas aquele momento me tocou, porque ela ficava se perguntando: “Mamãe, por que eu tô sozinha? Eu nasci e não tem ninguém comigo. (3min0seg)”*.

A recomendação da Organização Mundial da Saúde é de que todos os bebês recebam os devidos cuidados neonatais durante o parto e nascimento, visto que esses procedimentos reduzem os índices de mortes de recém-nascidos, dentre eles o contato pele a pele. Os benefícios para ambos tal como a amamentação que é estimulada a produzir o colostro chamada também de "primeira vacina", o primeiro contato com aaréola faz com que o organismo libere ocitocina que pode controlar o sangramento e

prevenir hemorragia pós-parto, e também com a liberação da ocitocina faz a mãe sentir mais afeto pelo bebê criando um elo mais forte (SÁ; RABELO, 2021).

A enfermagem pode apoiar e compartilhar informações sobre a importância do primeiro contato pele a pele entre mãe e filho nos primeiros minutos de vida e também pode proporcionar esse momento no parto humanizado. Sobre isso, pesquisa relata que a atitude de proporcionar o contato pele a pele entre a mamãe e o filho deve acontecer logo após o parto, e deve ser prolongado, pois tranquiliza o bebê, conduz a mãe a entrar em harmonia com o filho; contribui na estabilização sanguínea, dos batimentos cardíacos e respiração da criança; diminui o choro e o estresse do recém-nascido com menor perda de energia e também mantém o bebê aquecido pela transmissão de calor de sua mãe (MALHEIROS; ALCÂNTARA, 2019).

O parto humanizado leva em consideração proporcionar a mulher ser protagonista do momento com o seu filho e a enfermagem dá apoio e encoraja essa força falando sobre os direitos que a mãe tem, principalmente sobre a liberdade de movimento, o que não é visto no seguinte discurso: *“Eu pedia para me desamarrarem, não me desamarraram.(3min0seg)”*

O parto humanizado tem o objetivo de devolver à mulher um parto com total naturalidade e a mínima interferência possível dos profissionais envolvidos. É importante que a mulher fique mais relaxada com o mínimo de tensões e medos que naturalmente já fazem parte desse momento por se tratar de algo novo que a mulher está vivendo (MALHEIROS; ALCÂNTARA, 2019).

A gestante no seu momento de trabalho de parto precisa de total liberdade de movimentação para encontrar a posição que lhe ofereça maior conforto, e durante o nascimento da criança, a gestante tem o direito da liberdade de expressão no qual possa proferir o que sente naquele momento e tenha independência de movimento para se locomover e acolher o recém-nascido em seus braços para a criação do vínculo. Conter a gestante é uma forma de agressão obstétrica.

Em pesquisa feita com o intuito de avaliar a associação da Enfermagem Obstétrica nas boas práticas da assistência ao parto e nascimento em maternidades, notou-se que

práticas claramente prejudiciais tiveram maior proporção em hospitais que não possuem enfermagem obstétrica atuante (SILVA; PENA; SOUSA; AMORIM, 2019).

REDE DE APOIO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA NA ASSISTÊNCIA AO PARTO E NASCIMENTO

A rede de apoio primária trata-se de todo o auxílio que a gestante receberá de seus familiares, amigos e pessoas próximas. É importante esse acolhimento, pois são as pessoas que já fazem parte da vida da mulher, que tornarão esse ambiente mais confiante e sendo assim ela sente-se mais segura e acolhida. As formas de apoio que a rede primária pode fornecer são simples como acompanhar e incentivar a ida da gestante às consultas de pré-natal, mostrar respeito às escolhas da mãe, entre outros.

Estar presente no momento do parto, dar forças para a paciente se sentir mais confortável já que está num ambiente estranho e com várias pessoas que ela não conhece como é dito no trecho a seguir: *“É totalmente diferente onde era só família para um ambiente estranho (01:22:45 seg)”*.

Pesquisa realizada em Santa Catarina, com 3.580 puérperas mostrou que a presença de acompanhantes traz benefícios nas orientações passadas pelos profissionais de saúde, melhor planejamento do parto como posição para parir, não precisar ficar contida e métodos não farmacológicos para alívio das dores (TOMASI *et al.*, 2019).

Sobre a rede secundária, ela envolve todos os profissionais que estão à disposição para prestar assistência à gestante e seus familiares, de modo a passar as informações sobre a gestação, o parto e o nascimento de forma clara e também certificar-se de que o conhecimento compartilhado foi compreendido pela paciente para que assim ela leve uma gestação tranquila e segura, pois recebeu aprendizados sobre seu corpo e seus direitos.

A enfermeira obstétrica tem um papel fundamental nesse momento como exposto no discurso a seguir: *“A gente tem uma revisão sistemática, publicada em 2008 que mostra que esse modelo centrado na obstetriz ou na enfermeira obstetra, ele tem várias vantagens para as parturientes de baixo risco (01:11:20 seg)”*

Em uma revisão de literatura acerca da importância da enfermagem obstétrica, notou-se que os enfermeiros obstetras aumentam a quantidade de boas práticas o que favorece na obtenção de atingir metas globais, nacionais e locais de saúde, incentiva o aumento de partos normais e reduz as intervenções em seu processo (SANTANA *et al.*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos discursos do documentário favoreceu a construção de ideias voltadas ao conhecimento sobre as práticas ocorridas no parto e nascimento. Os discursos trouxeram reflexões inerentes ao empoderamento feminino, via de parto preferida entre as mulheres, violência obstétrica, aos deveres de profissionais de saúde e importância da rede de apoio. Para tanto, este estudo permite ter noção sobre a importância de a gestante buscar conhecimento, a fim de adquirir mais autonomia sobre si e assim ser a protagonista do seu trabalho de parto e nascimento do bebê.

Uma das barreiras encontradas na condução do trabalho foi a localização das falas das mulheres no documentário e a transcrição dos diálogos, pois demandava muita concentração para apreender os aspectos dos discursos inerentes a este estudo. Outro desafio foi estudar e aplicar a categoria de análise qualitativa, considerando a complexidade da interpretação das falas.

A enfermagem obstétrica deve pôr em prática todos os seus conhecimentos para ajudar a gestante no ambiente hospitalar, de forma que ela sinta-se segura e que tenha participação e liberdade de movimento e expressões no momento do nascimento de seu filho. Dessa forma tendo uma experiência prazerosa e a criança vindo ao mundo da maneira mais natural possível.

Por fim, este trabalho exhibe a importância de mulheres compartilharem suas experiências, para que assim mais gestantes saibam que não são as únicas que passam por aquele momento delicado e que existem meios de se preparar da forma correta para a chegada do recém-nascido com a assistência de profissionais devidamente preparados para cessar possíveis dúvidas existentes. Para tanto, as mulheres podem se empoderar ainda durante o pré-natal, ainda mais se dentro das unidades de saúde da família tiverem

grupos de gestantes que incentivem a reprodução de filmes e documentários a respeito da assistência humanizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 570, de 1º de junho de 2000*. Sistema de Legislação da Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2000. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0570_01_06_2000_rep.html. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000(*). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Manual de Recomendações para a Assistência à Gestante e Puérpera frente à Pandemia de Covid-19 [recurso eletrônico] 1ª ed., Brasília-DF, **Ministério da Saúde**, 64p., 2020. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/corona/manual_recomendacoes_gestantes_covid19.pdf. Acesso em: 19 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Gravidez, parto e nascimento com saúde, qualidade de vida e bem-estar. 1ª ed. Brasília-DF, **Editora do Ministério da Saúde**, 19p., 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gravidez_parto_nascimento_saude_qualidade.pdf. Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Programa de humanização do parto: humanização no pré-natal e nascimento. Brasília, **Ministério da Saúde**, n.43, 28p., 2002. Disponível em: http://www.abenfosp.com.br/mt/humanizacao_parto.pdf. Acesso em: 25 mai. 2021.

DIAS, E. G. et al. Ações do enfermeiro no pré-natal e a importância atribuída pelas gestantes. **Revista Sustinere**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 52 - 62, jul. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/31722>. Acesso em: 05 out. 2021.

CASSIANO, A. N. et al. Atuação do enfermeiro obstétrico na perspectiva das epistemologias do Sul. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/Nc7rYHPjVdtdTdgDvrLjt5C/?format=html#>. Acesso em: 10 mai. 2021.

CAVALCANTI, N. C. S. B.; NAUAR, A. L.; ALMEIDA, M. V. C. Educação e Empoderamento Feminino: estratégias pedagógicas de grupos de humanização do parto e nascimento em Belém do Pará. **Educ. Form.**, v. 6, n. 2, p. e4159, 2021. Disponível

em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/4159>. Acesso em: 14 out. 2021.

FARIA, M. R. G.; VERÍSSIMO, V. A. C.; MIRANDA, C. I. LAÍIS. Humanização do parto no combate à violência obstétrica. In: Anais do v seminário de produção científica do curso de psicologia da UNIEVANGÉLICA. **Repositório Institucional AEE** [Internet]. 2020. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/17346>. Acesso em: 04 jun. 2021.

HUGUES, G. M.; HEILBORN, M. L. “Cesárea? Não, Obrigada!”: ativismo em uma comunidade online na busca pelo parto normal no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/XXByHzdjxyd37L8Lkgydc7F/?lang=pt#>. Acesso em: 19 out. 2021.

KOTTWITZ, F.; GOUVEIA, H. G.; GONÇALVES, A. C. Route of birth delivery preferred by mothers and their motivations. **Escola Anna Nery**, v. 22, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/9sShvRLLFyrzvwfWcFjnfDx/?lang=pt#>. Acesso em: 19 out. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LANARO, I. B. *et al.* Contato pele a pele: conhecimento do profissional de enfermagem. **REAS/EJCH**, v. 13, n. 1, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5355/3604> Acesso em: 19 out. 2021.

LOPES, C. V. *et al.* Experiências vivenciadas pela mulher no momento do parto e nascimento de seu filho. **Cogitare Enferm**, v. 14, n. 3, p. 484-490, jul/set. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewFile/16178/10697> Acesso em: 19 out. 2021.

MALHEIROS, I. S.; ALCÂNTARA, L. M. **Parto humanizado: primeiro contato entre mãe e filho após o nascimento**. Monografia, UniEVANGÉLICA- Centro Universitário de Anápolis, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/bitstream/aee/8520/1/TCC%20ISAURA%20SILVA%20%20MALHEIROS%20%20E%20LUIZA%20MIGUEL%20ALC%20c3%82NTARA.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

MALHEIROS, P. A. *et al.* Parto e nascimento: saberes e práticas humanizadas. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. v. 21, n. 2, p. 329-337, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/fCNNkHPTLqGMnZSHSpj9s6D/?lang=pt#>. Acesso em: 30 mai. 2021.

MASSA, L. 8 dúvidas sobre o intestino da grávida solucionadas. Descubra quais são as alterações que ocorrem nesse período e saiba como prevenir e aliviar os desconfortos que podem surgir ao longo dos nove meses. **Site Bebê** [INTERNET]. mar. 2017. Disponível em: <https://bebe.abril.com.br/gravidez/8-duvidas-sobre-o-intestino-da-gravida-solucionadas/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abr. 2017. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturacao.pdf. Acesso em: 09 mai. 2021.

NASCIMENTO, F. C. V.; SILVA, M. P.; VIANA, M. R. P. Assistência de enfermagem no parto humanizado. **Rev. Pre. Infec. e Saúde** [Internet]. v.4, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/nupcis/article/view/6821>. Acesso em: 02 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Taxas de cesarianas continuam aumentando em meio a crescentes desigualdades no acesso, afirma OMS. **OPAS** [Internet]. 16 jun. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/16-6-2021-taxas-cesarianas-continuum-aumentando-em-meio-crescentes-desigualdades-no-acesso> Acesso em: 19 out. 2021.

PATAH, R.; ABEL, C. O que é pesquisa exploratória? veja como obter insights e ideias com ela. **MINDMINERS Blog** [INTERNET]. ago. 2021. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/o-que-e-pesquisa-exploratoria/>. Acesso em: 04 out. 2021.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativas e quantitativas como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, v. 2, n. 4, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60/88> Acesso em: 09 mai. 2021.

QUEIROZ, F. F. S. N. et al. Avaliação do aplicativo “Gestação” na perspectiva da semiótica: o olhar das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 26, n. 02, p. 485-492, fev. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MYkSqFSgq5VSLQbz9Np7QJx/?lang=pt#>. Acesso em: 01 jun. 2021.

RISCADO, L.C.; JANNOTTI, C. B.; BARBOSA, R. H. S. A decisão pela via de parto no Brasil: temas e tendências na produção da Saúde Coletiva. **Texto Contexto Enferm.**, v.25, n.1, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v25n1/0104-0707-tce-25-01-3570014.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

ROSA, D. F. *et al.* Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. **Rev. Bras. Enferm.** [Internet], v. 72, n. (Supl 1), p. 311-319, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/J8GsdDH6ZKb96b8DfdXQfbF/?lang=pt> Acesso em: 05 out. 2021.

SÁ, P.; RABELO, E. Contato pele-a-pele mãe/filho na primeira hora de vida: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 95, n. 35, p. e-021120, ago. 2021. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/1079>. Acesso em: 20 out. 2021.

SALES D. C.; MAGALHÃES, F. C. Pesquisa Participante na preparação ao parto: Abordagem Centrada na Pessoa e a humanização do parto. **Atas- Investigação Qualitativa em Saúde** [Internet]. v.2, jul. 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1862>. Acesso em: 28 mai. 2021.

SANTANA, V. M. et al. Enfermagem obstétrica e parto humanizado: contribuições para vivência do processo de parturição. **Brazilian journal of health review**, Curitiba, v. 3, p. 1-20, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/21768>. Acesso em: 27 out. 2021.

SILVA, E. A. et al. Conhecimento de puérperas sobre boas práticas em centro de parto. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, [S.l.], v. 15, n. 1, fev. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/246029>>. Acesso em: 06 out. 2021.

SILVA, R. A et al. A atuação do enfermeiro no parto humanizado e na luta contra violência obstétrica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 1-20, jun. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/31492>. Acesso em: 19 out. 2021.

TOMASI, Y. T. et al. Do pré-natal ao parto: um estudo transversal sobre a influência do acompanhante nas boas práticas obstétricas no Sistema Único de Saúde em Santa Catarina, 2019. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 30, n. 1, mar. 2021. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742021000100015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 out. 2021.

SOBRE OS ORGANIZADORES

NOTARI, Marcio Bonini: Graduado em Direito pela UCPEL/RS (2008). Especialista em Direito do Trabalho pela Anhanguera/RS (2010) e Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2015). Realizou algumas cadeiras como aluno ouvinte do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas/RS. Experiência na área de Direito Constitucional e Processo Constitucional, Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, Direito do Consumidor, Direitos Humanos, Sociologia e Filosofia do Direito. Membro do Conselho Científico da Revista Jurídica do Centro Universitário Formiga, UNIFOR/MG. Membro do Conselho Editorial da Revista de Política, Direito e Políticas Públicas da UNEMAT/MT. Avaliador Revista Funec Científica - Multidisciplinar do Centro Universitário de Santa Fé do Sul - SP (UNIFUNEC). Avaliador da Revista Meritum (B1 Qualis CAPES), vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito (PPGD) da Universidade FUMEC. Membro do Conselho Científico da Editora Amplamente do Rio Grande do Norte/RN. Avaliador da Revista-Red de Estudios Sociales/México. Membro da Revista do Ministério Público do Acre/AC. Autor dos Livros: Aspectos da Corrupção no Cenário Jurídico Nacional e Internacional (2019), pela Editora Max Limonand/SP e Introdução a Filosofia do Direito, pela Editora Letras e Versos/RJ (2021). Professor no Curso de Direito e Filosofia na área de Saúde, na Faculdade AJES, Campus Juína, no Estado do Mato Grosso.

FREITAS, Dayana Lúcia Rodrigues de: Doutoranda em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Mestra em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Metodologia do ensino de Biologia e Química pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG/MG). Especialista em Educação Ambiental e Geografia do semiárido pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Língua Portuguesa, Matemática e Cidadania pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura Plena em Biologia pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Pedagogia pela UNOPAR. Técnica em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RS). Palestrante. Pesquisadora. Professora e Orientadora de cursos de Pós-Graduação e Graduação em instituições da rede privada em Macau/RN. Professora; Orientadora de TCC e Orientadora de Estágio Curricular

Supervisionado da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Professora da UFRN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5355-3547>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5122671799874415>. E-mail: dayannaproducoes@gmail.com.

PAIVA, Luciano Luan Gomes: Diretor de Arte na Editora Amplamente Cursos, coordenando toda a produção visual e ações de publicidade nas redes sociais e site da empresa. No campo da Educação, atua como Coach Educacional, Palestrante, Ministrante de Oficinas (presenciais e on-line), Tutor a Distância na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Professor de Música na Educação Básica do Estado do Rio Grande do Norte. Como pesquisador, tem feito estudos sobre Aprendizagem mediada por Tecnologias Digitais sob a ótica da Complexidade; Formação Docente no âmbito das Tecnologias Digitais; e Mediação Pedagógica no Ciberespaço. Também é membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música (GRUMUS-UFRN). Tem formação acadêmica, como Mestre em Música (com ênfase em Educação Musical) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN). Licenciado em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6192-6075>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0772088747598226>. E-mail: luciano.90@hotmail.com.

FERNANDES, Caroline Rodrigues de Freitas: Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduanda em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade UNOPAR. Técnica em Contabilidade pelo Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório (CEIMH). Atua como professora da Rede Pública e Privada em Macau/RN. Atuou como professora da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9198-6746>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5956672837215695>. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.

SOBRE OS AUTORES

ANDRADE, Smalyanna Sgren da Costa: Enfermeira Obstétrica e Acupunturista. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do Mestrado Profissional em Saúde da Família da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança; <http://lattes.cnpq.br/3454569409691502> ORCID: 0000-0002-9812-9376. E-mail: smalyanna@facene.com.br

ANJOS, Francisco Adalberto Vieira dos: Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Habilitado em Matemática e Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; Especialista em Psicologia das Relações Humanas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Especialista em Saúde Mental pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante – UNIFAVENI; Acadêmico do Curso de Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU (10º Semestre); Curso Técnico em Secretaria Escolar pelo Centro de Formação Profissional – CEFOP. Professor de escola pública há 30 anos, tendo ministrado as disciplinas de Matemática e Ciências no Ensino Fundamental e Médio. Experiência em Secretaria Escolar e professor-coordenador atuando junto à Gestão Escolar. Atualmente é Técnico no Conselho Municipal de Educação de Caucaia – CMEC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7442182181010939>. E-mail: adalberto.anjos@hotmail.com

ARRUDA, Dalvani Olegário Santos: Mestre em Ciências da Educação. Professora da educação Básica. E-mail: olegariodalvani05@gmail.com

BARBOSA, Maria de Fátima: Doutora em Ciência da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA/PY. cursou Mestrado em Ciência da Educação Superior pela Universidade Camilo Cienfuegos - UCC, na cidade de Matanzas - CUBA. Especialista em Gestão Educacional. Administração, Supervisão e orientação Educacional pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Extensão - IBPEX, 2002. Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Roraima - UFRR, 1997.). E-mail: mfatinhab@hotmail.com.

BEZERRA, Ivânia Lessa: Professora da Educação básica. E-mail: vanialessa22@gmail.com

BRITO, Karen Krystine Gonçalves de: Enfermeira Acupunturista. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do Mestrado Profissional em Saúde da Família da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança; <http://lattes.cnpq.br/3731900126916695>. ORCID: 0000-0002-2789-6957. E-mail: karenbrito.enf@gmail.com

CAMILO, Marcos Gomes: Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Bacharel em Análise de Sistemas e Licenciado em Matemática e Pedagogia. E-mail: marcosgomescamilo@gmail.com.

CARDOSO, Paula Fernanda Eick: Docente na Universidade Federal de Pelotas; <http://lattes.cnpq.br/5325775493727475>; número ID ORCID0000-0001-8405-5305. E-mail: paulaeick@terra.com.br

CARDOSO, Paula Fernanda Eick: Docente na Universidade Federal de Pelotas; <http://lattes.cnpq.br/5325775493727475>; número ID ORCID 0000-0001-8405-5305. E-mail: paulaeick@terra.com.br

CASTRO, Samuel Silva de: Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Camilo Cienfuegos/Matanzas – CUBA (2001). E-mail: samuelkastro@hotmail.com

CIRILO, Patrícia Pereira da Silva: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Licenciada em Matemática. E-mail: patriciapsc@gmail.com.

CONSTANCIO, Susane Pereira Aparecida: Bacharelanda em Direito na Faculdade do Vale do Juruena – AJES– Juína/Mato Grosso. E-mail: susane.constancio.acad.@ajes.edu.br

CRUZ, Devyt Jhomraine de Sousa: Bacharel em Direito pela Faculdade Unibalsas, no Estado do Maranhão. E-mail: devyvtvinks17@gmail.com

CUNHA, Marilene Sabino da: Graduada em Pedagogia pela FAEPI. Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais pela AVEC. Professora do município de Guamaré/RN. E-mail: marilenesabino@gmail.com

FICAGNA, Victória Barcarollo: Victória Barcarollo Ficagna. Mestranda em Direito pela Faculdade Meridional – Imed. Bacharel em Direito pela Faculdade Meridional – Imed. E-mail: ficagna.victoria@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3181334521700770>.

FREITAS, Sandra Regina: Bacharelanda em Direito na Faculdade do Vale do Juruena – AJES– Juína/Mato Grosso. E-mail: sandra.freitas.acad@ajes.edu.br.

GONTIJO, Dircilene Rosa de Oliveira: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Licenciada em Geografia e Pedagogia. E-mail: dircilene@aluno.facmais.edu.br.

LUCENA, Adriana Lira Rufino de: Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança; <http://lattes.cnpq.br/2091772809580071>. ORCID: 0000-0002-3236-4605. E-mail: adriana.lira.rufino@hotmail.com

MELO, Francisca da Conceição da Costa: Graduada em Pedagogia - UFRN; Pós-graduação em psicopedagogia – ISEP; Pós-graduação em Ludopedagogia na educação infantil – FETRMIS; Pós-graduação em especialização em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental – FETRMIS; Pós- graduação em gestão escolar e coordenação escolar – FASEC. Professora da Educação Básica. E-mail: franciscacostamello@hotmail.com

NOTARI, Márcio Bonini: Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Pós-graduando em Linguagem Jurídica pela Universidade Federal de Minas Gerais. Avaliador de Revistas Jurídicas Nacionais e Internacionais. Coordenador e Professor do Curso de Direito da Faculdade Ágora no Estado do Mato Grosso. E-mail: coord.direito@faculdadeagora.edu.br

PASA, Saulo Stevan: Mestre em Administração das Organizações Educativas – ESE - Instituto Politécnico do Porto/Portugal. Técnico em assuntos educacionais no IFFar. E-mail: saulo.pasa@iffarroupilha.edu.br

RODRIGUES, Raimunda Oliveira: Doutora em Ciências de la Educación, pela Universidad Evangélica del Paraguay (2021). Mestrado em Educación: Planificación, Innovación e Gestión Educacional, pela Universidade Alcalá de Henares (2011) E-mail: rai_rr@live.com

SABINO, Martiliana Braz: Licenciada em Pedagogia na Faculdade Universidade Estadual Vale de Acaraú. Pós-graduação em Educação Infantil na FIP. Pós-graduação em Educação Especial e Educação Infantil na Faculdade Dom Alberto. Professora da educação básica. E-mail: martiliana.rocha@hotmail.com

SENA, Mércia Cláudia Dantas de: Graduação universidade Estadual Vale do Acaraú; Especialização em Ludopedagogia na Educação infantil; Educação Especial e Inclusiva; Educação infantil e Ensino Fundamental. E-mail: merciasena.sena@hotmail.com

SILVA, Erica Ferreira da: Bacharelada em Direito na Faculdade do Vale do Juruena – AJES– Juína/Mato Grosso. E-mail: erica.ferreira.acad@ajes.edu.br.

SILVA, Izaura Passos de Oliveira: Graduação Normal superior. Pós-graduação em Psicopedagogia – IFRN. Professora no município de Guamaré/RN. E-mail: izaurapassos@yahoo.com.br

SILVA, Juliane dos Santos: Enfermeira. Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem Nova Esperança. <http://lattes.cnpq.br/1409575340261137>. ORCID: 0000-0002-8558-7159. E-mail: juh14santos@gmail.com

SILVA, Luana Rodrigues da: Bacharelada em Direito na Faculdade do Vale do Juruena – AJES– Juína/Mato Grosso. E-mail: luana.silva.acad@ajes.edu.br.

SILVA, Thalia Souza da: Bacharelanda em Direito na Faculdade do Vale do Juruena – AJES– Juína/Mato Grosso. E-mail: thalia.silva.acad@ajes.edu.br.

SOUZA, Miriam Braz Sabino de: Pedagoga pela UERN. Pós-graduação em Gestão Escolar pela FIP; Pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais pela AVEC; Pós-graduação em Educação Especial Inclusiva pela FAIARA; Pós-graduação em Libras pela FAT. E-mail: miriambraz50@gmail.com

SOUZA, Núbia: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Licenciada em Letras. E-mail: nubiasouza231@gmail.com.

SOUZA, Vera Lúcia: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Licenciada em Letras. E-mail: profverinha@hotmail.com.

SPESSATTO, Jane Mara: Jane Mara Spessatto. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade Meridional (PPGD/IMED). Advogada. E-mail: jane_spessatto@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7846873771677572>.

SUCUPIRA, Margarida Sabino: Licenciada em Pedagogia UFRN. Pós-graduação em Educação Especial e Educação Infantil pela Faculdade Dom Alberto. Pós-graduação em Educação Infantil - Anos Iniciais e Psicopedagogia pela Faculdade Dom Alberto; Pós-graduação em Educação Infantil e séries Iniciais pela AVEC. Professora do município de Guamaré/RN. E-mail: margosabino1958@gmail.com

TRIGUEIRO, Débora Raquel Soares Guedes: Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Coordenadora do Mestrado Profissional em Saúde da Família e Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança; <http://lattes.cnpq.br/5748067841496063>. ORCID: 0000-0001-5649-8256. E-mail: debora.trigueiro@facene.com.br

VELLAR, Camila Martins: Graduanda em Letras – Redação e Revisão de Textos, pela Universidade Federal de Pelotas; <http://lattes.cnpq.br/0024394138783059>; número ID ORCID0000-0001-7068-9657. E-mail: camilamartinsvellar@gmail.com

VELLAR, Camila Martins: Graduanda em Letras – Redação e Revisão de Textos, pela Universidade Federal de Pelotas; <http://lattes.cnpq.br/0024394138783059>; número ID ORCID 0000-0001-7068-9657. E-mail: camilamartinsvellar@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade, [110](#)
Aportes teóricos metodológicos, [231](#)
Aprendizagem significativa, [142](#)
Avaliação, [231](#)

B

Brincadeiras, [127](#)

C

Capitalismo, [84](#)
Civilização Industrial, [84](#)
Comunidade Escolar, [159](#)
Currículo, [12](#)

D

Dignidade da Pessoa Humana, [110](#)

E

EAD, [246](#)
Educação, [29](#), [97](#), [159](#), [205](#)
Educação ambiental, [142](#)
Educação Especial, [127](#)
Educação Física, [12](#)
Educação Inclusiva, [246](#)
Educação Infantil, [246](#)
Educadores, [231](#)
EJA, [231](#)
Ensino Fundamental, [246](#)
Ensino Médio, [12](#), [175](#)
Escrita, [192](#)

F

Filiação Civil, [110](#)
Formação Continuada, [231](#)
Formação Integral, [12](#)

Formas de controle, [84](#)

H

Home Office, [58](#)
Homem unidimensional, [84](#)

I

Ideologia, [84](#)
Inclusão, [175](#)
Informação, [205](#)
Instituições, [97](#)

J

Jogos, [127](#)

L

Laboratório, [29](#)
Língua Portuguesa, [192](#)

M

Machista, [39](#)
Mapa conceitual, [142](#)
Mulher, [39](#)
Mulheres, [58](#)

O

Organização de materiais, [29](#)

P

Pandemia Covid-19, [58](#)
Paternidade Socioafetiva, [110](#)
Políticas Educacionais, [97](#)
Prevenção, [159](#)
Produção textual, [74](#)
Projeto de ensino, [74](#)
Promoção, [159](#)
Propostas Curriculares, [97](#)



R

Recursos, [127](#)

S

Saúde Mental, [159](#)

Supremacia Masculina, [39](#)

T

Tecnologias, [205](#)

Transtorno do Espectro Autista, [175](#)

U

Universidade, [29](#), [74](#), [192](#)

V

Violência Doméstica, [58](#)

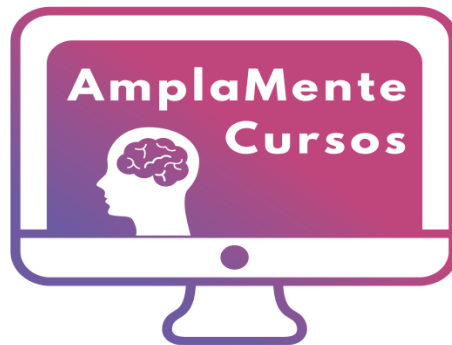
Vitimologia, [39](#)

AMPLAMENTE: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-18-8 DOI: 10.47538/AC-2022.04

E-BOOK

AMPLAMENTE: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.



**EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA**

ORGANIZADORES

Márcio Bonini Notari

Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Luciano Luan Gomes Paiva

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

DOI: 10.47538/AC-2022.04

ISBN: 978-65-89928-18-8

 **(84) 99707 2900**

 **@editoraamplamentecursos**

 **amplamentecursos**

 **publicacoes@editoraamplamente.com.br**



Ano 2022